



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS)
Área de Concentração: História Cultural
Linha de Pesquisa: Identidades, Tradições, Processos

**A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA NAS TRAMAS DE IMAGENS E
MEMÓRIAS PELA IMPRENSA ESCRITA (1956-1960)**

Autora: Michelle dos Santos
Orientadora: Dra. Marcia de Melo Martins Kuyumjian

Brasília, Setembro de 2008



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS)
Área de Concentração: História Cultural
Linha de Pesquisa: Identidades, Tradições, Processos

A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA NAS TRAMAS DE IMAGENS E MEMÓRIAS PELA IMPRENSA ESCRITA (1956-1960)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação do
Departamento de História da Universidade
de Brasília, vinculada à área de
concentração em História Cultural, sob
orientação da Professora Dra. Márcia de
Melo Martins Kuyumjian como requisito
para obtenção do título de Mestre em
História. 2º/2008.

Autora: **Michelle dos Santos**
Orientadora: **Dra. Marcia de Melo Martins Kuyumjian**

Brasília, Setembro de 2008

**A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA NAS TRAMAS DE IMAGENS E MEMÓRIAS PELA
IMPrensa ESCRITA (1956-1960)**

Michelle dos Santos

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia de Melo Martins Kuyumjian
Departamento de História/Universidade de Brasília

Profa. Dra. Eleonora Zicari Costa de Brito
Departamento de História/Universidade de Brasília

Profa. Dra. Maria Salete Kern Machado
Departamento de Sociologia/Universidade de Brasília

Brasília, Setembro de 2008

Aos meus pais, José Henrique e Maria Aparecida, as minhas irmãs, Kátia e Thalyssa, a minha sobrinha, Ana Carolina, a meu marido, Luiz Henrique, aos meus amigos e mentores André Leme, Juliano Pirajá e Marcelo Reis, a minha orientadora, Márcia de Melo Martins Kuyumjian e aos professores da Universidade de Brasília, que ampliaram meus horizontes epistemológicos e se tornaram referências sólidas no presente esforço cognoscente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e familiares, sem eles, nem mesmo essa Brasília de tantos sentidos, teria qualquer coloração sensitiva e emotiva para mim.

À meu marido, Luiz Henrique, eterno companheiro, pelo amor incondicional, pelo estímulo, pelo apoio e pela paciência. Mas, sobretudo, por ser um forte alicerce em minha formação intelectual e por ter aceitado partilhar dos meus devaneios teóricos. Sem seu abraço acolhedor, tudo teria sido muito mais difícil.

À minha orientadora, Márcia de Melo Martins Kuyumjian, que tal como JK apostou em um projeto, apenas; investiu na realidade de uma miragem. A ela, o meu carinho e a minha reverência.

À querida e encantadora professora Eleonora Zicari, devoto créditos e expectativas tão grandes, generosas, intensas e entusiasmadas quanto àquelas lançadas pelos mudancistas à criação de Brasília.

À professora Maria Salete Kern Machado, pela atenção, pela presteza e pelo acolhimento afável da leitura desta dissertação. E, claro, pela inspiração de seu texto.

À professora Thereza Negrão, pela graça e pela beleza que transbordam de seus gestos. Por seu sublime engenho poético e, ainda mais, por sua nobre companhia e ilustre incentivo.

À professora Nancy Alessio Magalhães, por seu espírito generoso e por suas palavras edificantes. O meu muito obrigada a seus sorrisos francos e a sua colaboração inapagável.

À minha competente e estimada coordenadora, Ângela Maria Ricci Borchardt, por sua confiança em minha qualificação profissional, alardeando-a mesmo antes da conquista formal de um título.

Aos meus amigos André Leme e Juliano Pirajá. O primeiro, por sua inteligência expansiva e solícita. O segundo, por me esclarecer alguns “mistérios”, para logo em seguida, colocar outros diferentes.

A Marcelo Reis, pela dedicação carinhosa e, por ter desempenhado, desde a graduação, o *paradigma acadêmico* do que *eu queria ser*.

À Patrícia, minha colaboradora pródiga, pela parceria festiva e luminosa e pelas livres confidências.

À outros mais aliados, Álvaro, Camila, Émile, Kênia, Lília, Mônica, Dione, pelas conversas sérias e vãs e pelos limites imprecisos entre elas.

Aos meus alunos do 1º, 2º e 4º anos da UEG, pelo aprendizado partilhado e pela troca de experiências acadêmicas que se revelaram potencialidades criativas.

À Juscelino Kubitschek e a Brasília, aos mudancistas e aos antimudancistas, por essa *trama*.

À CAPES, que me dotou de importantes recursos para a execução da pesquisa.

Imagens de Brasília: ontem e hoje



Visão Panorâmica da W3 Sul – 1958/1960



Visão frontal do Palácio da Justiça



Catedral e Esplanada dos Ministérios – 1958



Catedral e Esplanada – 2005



Congresso Nacional – 1958/1960



Congresso Nacional – 2007



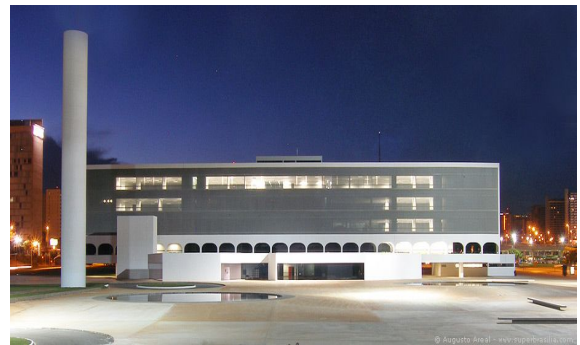
O nascimento da Esplanada dos Ministérios



Foto panorâmica atual da mesma Esplanada



Marco Zero de Brasília – 1957



Biblioteca Nacional



Visão panorâmica da Asa Sul



Visão panorâmica atual da Asa Norte



Palácio do Catetinho antiga residência presidencial



Palácio da Alvorada atual residência presidencial

Construímos na Praça dos Três Poderes um monumento que vai documentar todos os obstáculos e incompreensões surgidos durante a construção de Brasília. Esses obstáculos e incompreensões ajudam melhor a compreender, na medida precisa, o valor da obra realizada pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Ali, no monumento-museu, essas críticas vão ser conservadas. E o tempo nos dirá depois se são justas ou se são mesmo o que eu penso delas.

(Oscar Niemeyer, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1960)

RESUMO

Ao apreender e significar a construção de Brasília pelos imaginários sociais, mudancista e antimudancista, moldados entre os anos de 1956 e 1960, os jornalistas – autores e atores do mundo da transferência da capital do litoral para o interior – esboçaram objetivos e organizaram não apenas seu presente, mas também seu passado e seu futuro. Para isso, a imprensa escrita foi considerada como um canal de expressão dos anseios, necessidades e aspirações individuais e coletivas, configurando-se também num veículo de destaque tanto para a coesão quanto para a dispersão de propósitos modernistas e de projetos de modernidade. A mídia impressa levou, conduziu e acendeu universos de representações e de debates extremamente férteis. Foi um espaço social privilegiado, que gerenciou e reproduziu alianças e divergências que procederam e circularam no domínio público.

Palavras-chave: Brasília, Imaginário, Representações, Jornal, Passado, Futuro e Modernidade.

ABSTRACT

Learning and understanding the construction of Brasília through the social imaginary, the mundane and anti-mundane values, molded between the years 1956 and 1960, the journalists – authors and actors of the capital transference world from the coast to the interior – sketched objectives and organized not only the present but also its past and future. For this reason, the written press was considered as a channel to express the hopes, necessities and collective and individual aspirations, also configuring itself as an important vehicle for the cohesion and the dispersion of modernist propositions and modernity projects. The written press led and promoted representational and debatable universe which were extremely fertile consisting of a privileged social arena that managed and reproduced alliances and disparities that emanated and circulated in the public domain.

Key words: Brasília, Imaginary, Representations, Written Press, Past, Future and Modernity.

SUMÁRIO

O descerrar das cortinas.....	13
Apresentação. Pensando um Roteiro.....	13
Introdução. Escrevendo um Roteiro.....	38
Capítulo 1. Primeiro Ato: o Imaginário Mudancista e o Imaginário Antimudancista, seus cruzamentos e suas tensões	48
O fantasma do imaginário em si.....	49
Afinal, a modernidade de que falamos é líquida	78
Capítulo 2. Entreato: em busca de justificativas e legitimidades, topos e complôs na construção jornalística de Brasília	107
Capítulo 3. Segundo Ato: Entre o passado conhecido, o futuro produzido e os imaginários presentes reconhecíveis: projetar o passado e evocar o futuro, esperanças e angústias pró e antimudancistas	164
O cerrar das cortinas.....	217
Discurso, Cultura e Imaginário.....	217
O sentido antropológico da história da construção de Brasília	224
Corpus Documental	242
Referências Bibliográficas.....	253

O DESCERRAR DAS CORTINAS...

A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém¹.

Juscelino Kubitschek

(...) Para bem compreender um texto não é necessário reviver o evento que o gerou, mas “gerar um novo acontecimento, que começa com o texto em que o evento inicial se objetivou”².

Paul Ricoeur

APRESENTAÇÃO. PENSANDO UM ROTEIRO

Proponho-me a apresentar o presente intento cognitivo ao definir-lhe em seu itinerário de concepção e de efetivação, itinerário este que se traduz para mim um autêntico roteiro. Do que consiste o roteiro: dar a conhecer quem o escreve, explicitar as motivações de sua idealização, delinear os objetivos que se quer alcançar e apresentar por que meios se dará a sua efetivação.

Tenho o intuito de compreender a multiplicidade de sentidos, a polissemia dos significados da construção da atual capital do Brasil, focalizando o período entre 1956 e 1960, por meio de uma análise dos esforços de representação relativos às matérias responsáveis pela edificação da cidade nos jornais; almejo, então, interpretar o processo de aparição e feitura de Brasília na imaginação favorável e contrária ao empreendimento do governo JK, a que chamarei *imaginário mudancista* e *imaginário antimudancista*³. Trago em mente que, numa era na qual a informação foi esquarterjada entre o real e sua projeção espetacular, posso falar numa teatralidade que perpassa toda a história da edificação de Brasília. Posso falar em roteiro, cortinas, atos e entreato⁴.

¹ Trecho da mensagem de Ano Novo, 1957, pronunciado por Juscelino Kubitschek na “Voz do Brasil”, da Rádio Nacional publicado na *Revista Brasília*, Ano IV, nº. 40 abr. 1960 – Edição Especial, p. 50.

² RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1999, p. 87.

³ Por ocasião da reflexão concernente ao Capítulo que inaugura esta dissertação, serão explorados com maior detalhamento o que entendo por imaginário mudancista e imaginário antimudancista.

⁴ Estas idéias de Pierre Nora serão devidamente apresentadas e debatidas no Primeiro Capítulo. Cf. NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1995, p. 186.

Trata-se de uma abordagem do campo social por meio de suas representações. Aqui, no primeiro parágrafo, começa minha dívida teórica e metodológica para com Roger Chartier. Responsável por uma significativa produção acadêmica, esse historiador francês tem vários livros traduzidos e publicados no Brasil. A ampla repercussão de suas obras e, por conseguinte, de seus conceitos e procedimentos de análise, fazem dele um expoente ilustre da Nova História Cultural e o posicionam entre um dos autores mais influentes entre os historiadores brasileiros.

Todavia, antes de qualquer tentativa de definir os imaginários mudancista e antimudancista, ou, o que dá no mesmo, de teorizar sobre essas categorias de análise, julgo ser necessário um sobrevôo, na forma de prelúdio, objetivando apresentar não apenas *onde pretendo chegar*, mas também *como*. E, ainda, sem deliberadamente tomar o rumo de uma história ensimesmada, gostaria de não me restringir a falar apenas da relevância acadêmica desse trabalho, pois, a reboque dela, encontra-se a importância pessoal.

Entre as paixões em mim despertadas, por temas e textos, ao longo do curso de História, concluído em 2005 na Universidade Estadual de Goiás - UEG, sobressaíram-se duas com vistas a uma pós-graduação: o Brasil Império, pelo qual trabalharia no *solo da cultura política*, já antevendo o título da dissertação, “Um modelo de país: os saquaremas e a representação da liberdade no Brasil”, e o Brasil de JK, o Brasil da construção de Brasília. Em face de tal impasse, nas conversas com docentes e colegas da Academia, o interesse pela segunda opção triunfou em relação à primeira. O professor Juliano Pirajá havia me alertado sobre o rico conteúdo do Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) e me falado de um projeto de pesquisa, do qual havia participado, sobre as charges acerca da criação da nova capital que, entretanto, não teve prosseguimento; já o professor Luiz Henrique Borges me colocou uma curiosidade sua: “como cada Estado do país pensou a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília?”

E cada vez mais intensamente, Brasília, *minha cidade*, não sabia ainda ao certo o que, fazia morada em *minha memória* como objeto de pesquisa. Não demorou muito e decidi-me, isso na primeira visita que fiz ao referido Arquivo Público. Iria trabalhar com *os recortes de jornais* que falavam e opinavam sobre a nossa capital nos anos de sua edificação. Na terceira e quarta visitas – que se tornaram frequentes – meu objeto de estudo já estava bem recortado e assumia um título: *A construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956-1960)*.

Destarte, de modo claro e incisivo, trabalho com os discursos do jornalismo impresso sobre a construção da nova capital e, a partir deles, com um universo mental que, assim compreendo, bifurca-se em dois imaginários característicos e rivais, que simultaneamente traduziram e guiaram aquela coletividade. Nessa feita, seriam esses mesmos discursos os responsáveis pela tessitura das imagens, que entendo serem igualmente representações, e pelas suas encarnações, mas também os responsáveis pela tessitura das memórias a que faço alusão no título.

As crônicas e os artigos – tal qual a história – podem ser considerados *lugares de memória*, segundo a definição de Pierre Nora, pois se constituem em espaços materiais, simbólicos e funcionais em que a memória é constantemente elaborada, reelaborada e interpretada⁵. Assim, posso igualmente entender os textos da imprensa escrita como discursos memorialísticos ou espaços privilegiados da *imaginação memorial*, pegando de empréstimo a expressão de Robin George Collingwood, em *A Idéia de História*⁶, no sentido de como a cidade foi construída valendo-se de rearticulações do passado.

E é na relação dialética entre *inscrever* e *apagar* – termos esses que devem ser atribuídos a Roger Chartier, tais quais as idéias de preferência, seleção e critério que eles comportam⁷ – que os jornalistas se inseriram naquele contexto específico. Suas matérias estão, a mercê de seus respectivos temperamentos, entre o que necessita ser lembrado e o que foi ou quer se ver esquecido, passo decisivo de cada uma das estratégias retóricas, que visaram melhor assaltar ou amparar o projeto mudancista. Dos fatos, personagens e datas que guardavam na memória, quais lhe inspiravam no ato da escrita? E por que lhes convinham naquele momento?

Estou falando, pois, de decisões que foram tomadas pelos articulistas e cronistas sobre o que deveria ser preservado ou eliminado no presente para ser consultado no futuro, mantendo o passado, ou melhor, *um passado vivo*. Falo de interpretações e apropriações autênticas, formadas por eles, de velhas produções discursivas; da realização, na escrita, tanto de

⁵ Cf. NORA, Pierre. “Entre Mémoire et Histoire”. In: *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984 e MONTEIRO, Charles. “Memória e esquecimento nas artes de lembrar a cidade de Porto Alegre nas crônicas de Nilo Ruschel”. In: <http://nuevomundo.revues.org/index1534.html#ftn7>. Acessado em: 18/jul/2007.

⁶ Cf. COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

⁷ Cf. CHARTIER, Roger. *Inscrever & Apagar: cultura escrita e Literatura*. São Paulo: UNESP, 2007.

um rompimento quanto de uma reinvenção da herança do passado; da imaginação e da composição de uma *cidade-memória*, uma *cidade-passado*, uma *cidade-história*⁸.

A afirmativa – por acaso indagadora – de Rubens do Amaral veiculada no *Diário de Notícias* em 27 de dezembro de 1956, em “Piratininga e Brasília”, é esclarecedora,

Nos meus entusiasmos por Brasília, penso sempre em Piratininga. Se a aldeia de Nóbrega e Anchieta, de Ramalho e Tibiriçá, teve tão grande influência nos destinos do Brasil, que poder não terá a nova Capital Federal no centro geográfico do País, forçando à penetração e de lá derivando o povoamento, a técnica, a riqueza, a civilização, por todo o coração do Continente?⁹

O cronista persistiu em suas vivas ao inovador Distrito Federal e demonstrou, em outro trecho, convicção no *fato futuro* de que com ele,

Não seremos mais uma fachada relativamente suntuosa sobre um interior deserto e sáfaro, uma casca brilhante a encobrir vazios insuportáveis, uma aparência de civilização litorânea sem conteúdo interior. Mas, felizmente, um império efetivo, denso, equilibrado, por isso sadio e poderoso¹⁰.

A “expectativa retroativa”¹¹ lançada por Rubens do Amaral, redator paulista, foi adornada pelos resultados felizes da fundação de Piratininga no século XVI pelas mãos de seus conterrâneos ascendentes. Arrebatado a vida interior de suas reminiscências pelo louvor que dispensa às cidades motrizes, de ontem e de hoje, do engrandecimento do Brasil, ele invoca na narrativa um interlocutor-corroborador,

“Nóbrega não poderia ter feito melhor escolha – **continua Zweig** [autor de ‘Brasil, país do futuro’]. O clima do Planalto é temperado, o solo é fértil, existe perto dali um porto, e rios garantem a comunicação com grandes cursos d’água (sic) como o Paraná e o Paraguai, e por meio destes com o rio da Prata. De Piratininga podem os missionários avançar em todas as direções para as diversas tribos e fazer irradiar a sua obra de catequese”.

Prosegue: “Mas a fundação de Nóbrega constitui também um grande progresso do ponto de vista nacional. Pela primeira vez se estabelece certo equilíbrio para o futuro Estado. Ao passo que até então o Brasil era propriamente apenas uma faixa de litoral com suas três ou quatro cidades marítimas no norte, as quais comerciavam

⁸ Como a Paris descrita por Patrick Modiano, em seus romances. Cf. MACHADO, Maria Salete Kern. “O estrangeiro na cidade”. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Salete Kern (orgs.). *Imaginário e História*. Brasília: Paralelo 15, 1999, p.54.

⁹ AMARAL, Rubens do. Piratininga e Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1956.

¹⁰ AMARAL, Rubens do. Piratininga e Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1956.

¹¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006, p. 313.

exclusivamente com os produtos tropicais, começa então no sul e no interior a desenvolver-se a colonização. Em breve essas energias, que lentamente se reuniram, de modo fecundo avançaram para o interior e, por curiosidade própria e sofreguidão, irão explorar terras e rios, em toda a extensão”.¹²

Resolvi, além de trabalhar a imprensa na perspectiva de um *lugar de memória* e dos imaginários mudancista e antimudancista, não privilegiar a grande imprensa em detrimento da pequena, assim sendo, em minha investigação valeu tanto o *Diário de Notícias*, acima citado, *O Globo* e *O Estado de São Paulo* quanto o *Folha de Luziânia*; os jornais de grande, médio e pequeno porte, os quais na linguagem da imprensa escrita, costumam ser chamados de *nanicos*. E não trabalhei com *a visão* dos Estados da Federação, ao menos não em primeiro plano, isso porque *a posição* deles, pelo material disponível no Acervo, não era unívoca e engessada tal qual *o posicionamento* dos periódicos, a partir dos diferentes articulistas e cronistas que neles constam¹³. Tudo isso não implica dizer que ignoro a existência de certa linearidade na escolha dos perfis políticos das reportagens, realizada pelas empresas jornalísticas; fato que me surge mais claro nos casos da *Tribuna da Imprensa* – tablóide do udenista Carlos Lacerda, inimigo do governo e da construção da nova capital – e dos periódicos *Última Hora*¹⁴ e *Jornal do Comércio*¹⁵ – simpatizantes de ambos – porém, mais diluído e menos evidente quando me refiro, por exemplo, ao *Jornal do Brasil*, a *O Jornal* e a *Folha de São Paulo*. Estou, assim, de olhos e mente abertos aos desvios, às exceções¹⁶.

¹² AMARAL, Rubens do. Piratininga e Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1956 (grifos nossos).

¹³ Os artigos e crônicas constituem a maior parte dos recortes jornalísticos desse mesmo Acervo.

Embora a escolha das fontes não deixe de ser qualitativa, há que se dizer que o número de recortes de jornais que expressam representações favoráveis e contrárias à nova capital é um tanto quanto restrito, o que me incitou a trabalhar com um escopo amplo de *empresas jornalísticas*, originárias de várias *regiões do país*. Apesar disso, *no tocante a essas questões*, como perceberão ao ler as páginas que se seguem, (1) detectam-se ausências consideráveis e (2) a imprensa carioca se nos apresenta como o destaque absoluto nesse desfile de opiniões e sensações impressas no qual me debrucei.

¹⁴ Que tinha como diretor e editor-chefe, seu fundador: o jornalista de esquerda, Samuel Wainer. Wainer fora amigo de Getúlio e, declaradamente, pró-JK e Jango.

¹⁵ Folha do deputado petebista San Tiago Dantas, autor das leis que organizariam o Estado da Guanabara (uma cidade-estado, sem municípios) e Brasília (que ficou sem representação legislativa e com Poder Executivo entregue a um prefeito, nomeado pelo presidente, sempre com a prévia aprovação do Senado).

¹⁶ É lógico que cruzando dados e me valendo de recorrências, estaria apta a conjecturar que Estados ficaram contra ou favor da construção de Brasília, o que, claro, é importante, mas, definitivamente, não constitui o núcleo da pesquisa aqui desenvolvida. Do mesmo modo, conjecturas poderiam ser realizadas quanto à linha política de um jornal tal qual em relação a sua posição sobre esse evento. Sou consciente que todo jornal, em qualquer época, assume um direcionamento ideológico, todavia, na massa documental do Arquivo Público do Distrito Federal o que

Tal conjunto de decisões remete à própria orientação de minhas preocupações e vinculações teórico-metodológicas bem como às possibilidades concretas oferecidas pela massa documental existente. Desse modo, como fontes primárias, a pesquisa se fundamentou nos grandes e pequenos jornais, de menor e maior circulação, sem privilégios de Estados, regiões ou cidades do país, debruçando-se sobre o seu conteúdo, “tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e ao mundo”¹⁷. Para a obtenção deste material visitei, em especial, o próprio ArPDF, onde, como já adiantado, ficam reunidos variados recortes de folhas do período¹⁸, que exibem posições de encanto e de desencanto sobre a construção da capital e suas respectivas, criativas e, por vezes, até mesmo inusitadas justificativas. Testemunhos de expectativas e de ambições que poderia muitas vezes assegurar, com os pés fincados no hoje, resolver-se-iam realizáveis somente na imaginação.

Ainda em relação às fontes primárias foram trabalhados alguns exemplares de revistas contemporâneas à edificação da *cidade modernista*, sem excluir, contudo, as edições atuais que, por ventura, trataram da construção de Brasília, das posições suscitadas a seu respeito e do governo JK¹⁹. Como exemplos de material jornalístico recentemente produzido e, diga-se, de

encontrei foram *pedaços*, como tenho insistido *recortes* de periódicos antigos, e não a edição completa, daí também decorre o fato do privilégio às posições dos *articulistas* e dos *cronistas*, como eles mesmos se identificam nos textos que produziram, e seus esforços e estratégias retóricas para fazer de um *querer-Brasília* ou de um *recusar-Brasília* uma *razão-Brasília*, essa sim a base da minha pesquisa, e não a *posição* editorial das corporações midiáticas. Corporações essas que, embora possam ser apegadas a uma linha editorial, abriram espaços em suas páginas para discursos de matizes diferentes, opostas - percebi isso, como os leitores perceberão, no contato com os próprios documentos, com os próprios vestígios. Não podemos esquecer também que muitas matérias sobre esse tema - como sobre muitos outros, no passado e no presente - eram simplesmente matérias compradas. Georgete Medleg Rodrigues nos alerta de modo contumaz a esse respeito, quando ao longo de sua pesquisa de Mestrado, apresentada em 1990 ao Programa de pós-graduação em História na Universidade de Brasília, depara-se com a existência de contratos de publicidade da NOVACAP com muitos órgãos de imprensa, “com matérias pagas, sem que o leitor fosse indicado que se tratava de publicidade”. Cf. RODRIGUES, Georgete Medleg. *Ideologia, Propaganda e Imaginário Social na Construção de Brasília*. Dissertação de Mestrado em História. Brasília, UnB, 1990, p. 72.

Ao longo dessa pesquisa, ao ler um texto de diário não fiquei presa na confirmação da *ideologia* predominante nesta ou naquela redação, muito menos na contagem de quantos eram exatamente os discursos paulistas que, por exemplo, diziam “sim”, de um lado, a criação da nova capital, ou “não”, de outro lado.

¹⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 42.

¹⁸ FUNDO: NOVACAP

CÓDIGO: NOV.D.04.01.Z - Recortes de Jornais.

¹⁹ Os periódicos *Revista Brasília* (cuja circulação se deu entre janeiro de 1957 e abril de 1960, acompanhando o cotidiano da construção da nova capital) e *Manchete* (que circulou de 1952 até muito recentemente, 2000, pela Bloch Editores), nos são acessível em alguns exemplares de posse e uso particular. Há que se ressaltar ainda que tenho em mãos um único exemplar da revista *Querida*, que remonta aos anos 70, suas páginas, entretanto, estão impregnadas de perspectivas sobre Brasília e de recordações de sua construção, elaboradas pelo menos dez anos após sua inauguração. Cf. *Manchete*. JK acorda o Gigante e Brasil de JK. Edição Separata. Rio de Janeiro: Bloch Editores S. A., 1959; *Manchete*. Brasília: Edição Histórica. Brasília: Bloch Editores S. A., 21 abr. 1960; *Revista Brasília*. Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil: abr. 1960 – Edição Especial, Ano IV, n°. 40; *Querida*. Brasília é um assunto que interessa a mulher. Rio de Janeiro: Rio Gráfica e Editora, n° 378, set. 1970.

qualidade, é oportuno mencionar que o *Correio Braziliense* lançou em abril de 2005, em parceria com o governo do Distrito Federal, uma revista, em edição especial, intitulada *Brasília em Três Tempos: Nossa cidade chega aos 45 anos. Conheça seu passado, visualize o seu futuro, descubra suas surpresas ...* e, afora outras muitas publicações que poderiam ser aqui aventadas, em setembro de 2005 a *Revista Nossa História* apresentou, aclamou e problematizou a imagem de Juscelino Kubitschek e a herança de sua *epopéia desenvolvimentista*, aí inclusa e enfatizada a criação da nova sede política brasileira²⁰,

JK foi um visionário que mostrou que o país podia dar certo, um administrador extremamente talentoso que fez o país crescer uma média de 8% ao ano e terminou o mandato mais popular do que quando começou? Ou um megalomaniaco, corrupto e entreguista, como acusava a oposição à esquerda e a direita?²¹

Aceno também com *Diário de Brasília*, este é o segundo conjunto de publicações da *Coleção Brasília* que, ao todo, é composta por quatro desses aglomerados documentais. Organizada sob a tutela do Serviço de Documentação da Presidência da República, a *Coleção* expressa o desejo do governo em se transformar na principal referência histórica sobre Brasília, anseio esse proveniente do próprio Juscelino Kubitschek. O *Diário de Brasília*, por sua vez, igualmente se subdivide em quatro tomos: 1956-1957, 1958, 1959 e 1960; cada um deles se arranja como um acompanhamento anual do dia-a-dia da construção da nova capital.

Utilizei obras de referência para abordar as relações mais gerais do cenário brasileiro do período, lê-se do *palco da criação*, bem como para *capturar* dados e informações acerca da *criatura*, Brasília, e de seu *criador*, JK, tais como *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*²², *História Geral da Civilização Brasileira*²³, *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*²⁴, *Anos JK: margens da modernidade*²⁵, *O governo Kubitschek:*

²⁰ BRASÍLIA, 45 anos. *Brasília em Três Tempos: Nossa cidade chega aos 45 anos. Conheça seu passado, visualize seu futuro, descubra suas surpresas...* Brasília: Correio Braziliense, 19 abr. 2005; *Revista Nossa História*. Os anos JK. Rio de Janeiro, nº 23, setembro de 2005, Ano 2.

²¹ COSTA, Cristiane. “Carta do editor”. *Revista Nossa História*. Os anos JK. Rio de Janeiro, nº 23, setembro de 2005, Ano 2, p. 3.

²² NOVAIS, Fernando A. (coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, vol. 4.

²³ FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

²⁴ MOTA, Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: SENAC, 2000.

²⁵ MIRANDA, Wander Melo (org.). *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.

*desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961*²⁶, *A República no Brasil*²⁷, *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*²⁸, *O Brasil de JK*²⁹, *Brasília Kubitschek de Oliveira*³⁰.

Também, oportuna e ocasionalmente, lancei mão de textos que discutem a atividade jornalística, entendendo que ela, assim como todas as outras, possui um discurso característico e que foi preciso entendê-lo mais profundamente para que o trabalho alcançasse os objetivos pretendidos. Tomando de empréstimo as considerações de Robert Darnton a respeito da *terminologia própria* usada pelo renomado sociólogo Pierre Bourdieu, acredito que é preciso considerar o jornalismo como “um campo com seu próprio capital simbólico”, todavia, sempre “vinculado a outras coisas”, como a política, o poder, a história³¹.

Nessa linha, mostraram-se de grande valia os livros de Clóvis Rossi e Pierre Bourdieu, são eles respectivamente, *O que é jornalismo* e *Sobre a Televisão: A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Posso mencionar ainda, dentro do viés considerado, a publicação organizada por Maria do Rosário Gregolin, *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*³².

O livro *A Imprensa em Transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*, dos autores-pesquisadores do CPDOC³³ da Fundação Getúlio Vargas, Alzira Alves de Abreu, Marieta de Moraes Ferreira, Fernando Lattman-Weltman e Plínio de Abreu Ramos é também ilustrativo.

²⁶ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

²⁷ GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

²⁸ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

²⁹ Gomes, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

³⁰ COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Cito mais algumas bibliografias: OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005; BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001; COHEN, Marleine. *Juscelino Kubitschek: o presidente bossa nova*. São Paulo: Globo, 2005; CONY, Carlos Heitor. *JK: como nasce uma estrela*. Rio de Janeiro: Record, 2006; HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília: a experiência da humildade*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974, v. I; KUBITSCHKEK, Juscelino. *A escala política: meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976, v. II; KUBITSCHKEK, Juscelino. *50 anos em 5: Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978, v. III; KUBITSCHKEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.

³¹ DARNTON, Robert. “Uma entrevista com Robert Darnton”. In: *Rev. Estudos Históricas*, vol. 2, n.º 4, Rio de Janeiro, 1989, p. 233-234.

³² ABREU, Alzira Alves de (org.). *A Imprensa em Transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996; ROSSI, Clóvis. *O que é Jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000; BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão: a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997; GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Paulo: Claraluz, 2003; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Ed. UnB, 2002 e NERY, Sebastião. *Grandes Pecados da Imprensa*. São Paulo: Geração Editorial, 2000.

³³ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

Esta obra é formada por ensaios históricos que alargam as descrições e análises críticas sobre a imprensa brasileira e suas peripécias na década de 50.

Nem todas essas obras, notarão os leitores, aparecem literalmente citadas nas laudas que se seguem, mas todas elas foram imprescindíveis para que eu chegasse ao resultado que apresento, seja como inspiração criativa, seja como apoio para afirmações teóricas e históricas lançadas ao longo da dissertação, embora seus aspectos óbvios, obscuros ou pouco convincentes sejam de minha inteira responsabilidade.

Diante do exposto, foi por estar totalmente atraída pela curiosidade de como os jornalistas traduziram percepções empíricas do mundo em imagens mentais e transformaram sensações em relação à construção de Brasília em idéias e em textos jornalísticos, e, também, por estar seduzida pela possibilidade de ver nessa *situação específica* como a experiência do passado é historicamente condicionada e depende, como intuiu Reinhart Koselleck, do modo como os homens de um dado presente relacionam passado e futuro³⁴ que, entre outros desdobramentos, projetou-se o Mestrado.

Trabalhando na Área de Concentração nomeada *História Cultural*, sob a orientação da professora Marcia de Melo Martins Kuyumijan, tive a oportunidade de cursar disciplinas que me apresentaram uma infinidade de textos que iam da teoria à prática de pesquisa. Por seu turno, os mesmos auxiliaram-me decisivamente no trato com os dados empíricos por mim anteriormente sinalizados.

Entre elas, a ministrada por minha orientadora, no segundo semestre de 2007, *Tópicos Especiais: História Cultural como espaço de trabalho*, pela qual travamos “Diálogos com Roger Chartier”, pois foi toda ela dedicada à leitura e interpretação de seus textos. Na *Apresentação* do programa de curso pode se ver que, “Diretor de estudos da *École des Hautes Études em Sciences Sociales* de Paris”, esse arguto historiador, é reconhecido internacionalmente. No âmbito do programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília é o pensador-chave da Área de Concentração História Cultural. Desse modo, ao me *apropriar* das leituras e discussões engendradas nesse e noutros momentos ao longo dos dois anos de Mestrado, mantive-me em interlocução com Chartier, o que me possibilitou enxergar as representações que, no meu caso, inscritas em textos, “revelam modos de ser e pensar” e apontam como “o ser humano se lê e

³⁴ Cf. KOSELLECK, Reinhart. Op. cit. O par “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” se verá alongadamente explorados no Capítulo Terceiro.

se vê no mundo”. Como tal autor, ao me debruçar sobre a *cultura escrita*, pergunto-me como se constrói o sentido de um texto e qual a relação entre as palavras e as coisas que o fundam. Nesse ponto é evidente a presença da obra de Michel Foucault nas preocupações de Roger Chartier e igualmente nas minhas.

O incentivo, a eficácia bem como o compromisso e a vivacidade intelectuais não foram, contudo, sentidos apenas “à distância” pelos “diálogos com Roger Chartier”, mas também com interlocutores da própria UnB, tais quais os apaixonados pela história (e, especialmente, pelas histórias feitas por esse autor), Eleonora Zicari, Thereza Negrão e Nancy Aléssio, com quem compartilho a crença de ser a *representação* uma categoria decisiva de uma nova forma de história social.

Montado todo esse arcabouço, posso, agora, incluir-me entre os muitos estudiosos de Brasília. E, como alguns deles, a minha relação com ela é intensa. Sou filha da cidade. Em Brasília, já quando este nome não mais soava estranho, delinieie meus caminhos afetivos, estudantis, profissionais, enfim, defini-me por uma estima muito grande pela cidade, seja a de pedra e cal, seja a de papel.

Contudo, sou da geração da década de 1980, portanto, não vivi a construção da nova capital, tampouco os primeiros anos difíceis, que conduziram a sua consolidação. Portanto, na feitura de minha narrativa, posso ter levantado questões, incomodado-me com aspectos que talvez tenham passado ao largo de outros autores, de outros lugares de enunciação, que trabalharam a transferência em perspectivas distintas, nas diferentes abordagens que o evento possibilita. Nesse sentido, recorrendo à expressão empregada por Marcel Mauss no desenvolvimento de sua “sociologia geral e moral”, posso falar que a construção de Brasília é um legítimo “fato social total”³⁵. Refiro-me a autores de outras gerações: 1950, 1960, 1970 (e até antes) e de outras territorialidades, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, etc. Essas páginas, portanto, são o resultado do meu olhar específico, do meu *espaço de experiência*, o que não impede, ao contrário, que as *minhas Brasília*s tenham sido feitas pelas *Brasília*s de outrem. Aliás, o trabalho acadêmico exige o diálogo com obras e autores que tratam do mesmo assunto, que têm interesses afins.

³⁵ Os fatos sociais totais, como a troca nas tribos do noroeste americano para Marcel Mauss e a construção de Brasília para mim, são ao mesmo tempo políticos, morais, econômicos, religiosos, são também fenômenos estéticos e morfológicos; enfim, neles toda a vida social se mistura e está presente. Em outros termos, é impensável que um único fator possa dar conta da complexidade dessa experiência. Cf. MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 309-314.

Falo dessa maneira, qual seja, *Brasílias minhas e de outrem*, porque penso que a *ordenação* e a *racionalidade* do passado aparecem apenas depois que o historiador organiza os vestígios em *sua* trama, em *seu* enredo histórico. Pois, pessoas vão e vêm todos os dias; outras cidades foram, são e provavelmente serão construídas (mesmo capitais); jornalistas se digladiam, cotidianamente, em torno de tantos e tão variados episódios, isto é, eventos ocorrem, é certo, mas quem atribui significados a eles e os transformam em *fatos históricos* são os historiadores, são aqueles que escrevem histórias, que podem fazer de *mais um acontecimento, o acontecimento, o episódio dramático* da trama narrativa que tece.

Quando se fala em organizar vestígios em uma trama, ou seja, quando se fala em método, em procedimentos e regras de pesquisa e elaboração do discurso histórico, tanto o levantamento bibliográfico sobre o tema (e suas adjacências) quanto do que se convencionou chamar *fontes primárias* são imprescindíveis, pois implicam na própria exeqüibilidade do projeto. São *os dados* a partir deles construídos que me permitiram narrar *em imagens e memórias* a criação de Brasília. Nesse sentido, estou em consonância com as concepções de Hayden White, filtradas por Sandra Jatahy Pesavento, pois tal como na criação literária, organizei um enredo na composição de uma narrativa, com a diferença de que o romancista inventa os fatos e nós, historiadores, os *achamos* nas crônicas e materiais de arquivo³⁶. Os achei, enfim, valendo-me das expressões empregadas por Brasília Machado Neto no *Diário Carioca*, em fins de julho de 1957, no *constante e apaixonado* debate entre *defensores entusiastas e adversários intransigentes* suscitado pelo empreendimento³⁷.

Agora, nos termos do próprio Hayden White:

Os acontecimentos são convertidos em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante - em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera encontrar na urdidura do enredo de um romance ou de uma peça³⁸.

Papéis impressos no passado buscavam, no momento de sua produção, dar coerência à experiência imediata do fundacionismo e da interiorização nacionais – como foi apresentada oficialmente – vivenciadas com as emoções, confusões e dissensões que a vivacidade da hora desperta. Estou a me debruçar, justamente, sobre esses *episódios jornalísticos*,

³⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Op. cit., p. 35.

³⁷ NETO, Brasília Machado. Brasília. *Diário Carioca*, 31 de jul. 1957.

³⁸ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 100.

transcorridas mais de cinco décadas de sua produção, que, habitualmente e grosso modo, tem seu interesse reconhecido quase tão somente no *tempo quente* pelo qual foram forjados e ganharam razão de ser, adquiriram materialidade em seu respectivo suporte, o jornal. Realizei, pois, a urdidura de um enredo, ciente de que parte do resultado e da eficácia explicativa da *História* deriva do efeito de criar *histórias* de simples crônicas, daquilo que está contido nelas.

E só me permito a esse esforço graças a partes ou frações de jornais que chegaram até nós, por acasos foscos e desejos hoje quase incalculáveis e que, desse modo, acabaram por escapar do destino descartável que usualmente se imputa aos diários do dia anterior³⁹. Uma frase popular explicita essa rotina: “O jornal de hoje é o embrulho de peixe de amanhã”. É a “lógica específica de um campo orientado para a produção desse bem altamente perecível que são as *notícias*”⁴⁰, no dizer de Pierre Bourdieu, a qual pode-se acrescentar uma das raras certezas que acompanham Roger Chartier, a de que os escritos “não são todos feitos para durar”, seja no mundo contemporâneo, seja no medievo ou nas sociedades modernas, onde, segundo ele, “diferentes objetos deram suporte a escritas destinadas a ser apagadas, assim que fossem transcritas ou se tornassem inúteis”⁴¹.

A essas *partes* ou *frações* sobreviventes, nós, historiadores, atribuímos o *status* de fonte. Afinal, o tempo de produção aí acresceu seus valores e passamos a enxergá-las como ricos veículos, como suportes de sensibilidades de um passado que forjou um contingente de Brasília escriturárias, imaginariamente animadas.

Afeiçoado ao mudancismo, Fernad Rivier, em sua segunda viagem às terras do Centro-Oeste, em 1958, afirma que nesse seu regresso por estradas movimentadas, revê esta paisagem maravilhosamente ondulada numa harmonia encantadora de linhas, *onde tudo é grandeza e poesia*. Deslumbrado pelo próprio entusiasmo e pelas próprias emoções, desembarca no grande canteiro de obras e reconhece que avista a cidade *como uma miragem*. E avança, avança até parecer tocá-la “com o olhar que lhe descobre e adivinha promessas e afirmações com as mãos a reconhecê-la humanamente...”.

³⁹ Não podemos perder de vista o fato de que, ao fim, minha Dissertação foi realizada sobre o *clipping* elaborado pela NOVACAP e abrigado no ArPDF. Avalio oportuno explicitar o significado do termo *clipping*: originário do verbo inglês *to clip*, que significa “cortar”, “reduzir”, aqui o emprego para indicar “o resumo” das principais notícias veiculadas na imprensa sobre esse assunto específico, a construção de Brasília, sob critérios e circunstâncias que desconheço.

⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão: a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Op. cit., p. 106.

⁴¹ CHARTIER, Roger. *Inscrever & Apagar: cultura escrita e Literatura*. Op. cit., p. 18.

O ano passado, eu tinha visto o Palácio Presidencial e o hotel, ou, melhor dizendo, os seus esqueletos. No entanto, o hotel já exibia com orgulho o seu “quarto-tipo”; as estradas já se achavam traçadas e abertas ao tráfego, e alguns carros surgiam nessa imensidão. **Líamos, então, sobre os planos, projetos e esperanças, e a nossa imaginação construía quarteirões ao efeito de impérios.**

Crônica recortada de *O Jornal*, “Segunda viagem de um estrangeiro a Brasília” é também e principalmente recorte de uma fé, recorte de um olhar que imagina e que vê porque crê na grandeza, alegria e maravilha erguidas junto a paisagem de uma cidade⁴².

É com esses *pedaços de notícias* que trabalho, e é por meio deles que proponho cumprir um percurso epistemológico, de sorte a constituir uma história da nova capital idealmente planejada e erigida. E, se a volta no tempo é impraticável, se é impossível resgatar o passado, de outro jeito e com outra disposição, é possível narrá-lo, não por acaso, mas justamente por esse vínculo legado, qual seja, o discurso de ontem, o vestígio de hoje. Esse conjunto documental, transfigurado aqui em fonte, me dá pistas sobre as *concepções de passado* e os *horizontes de expectativa* do período, sobre seus temores, sonhos, exemplos e espelhos. Neles, vejo como o *passado* e o *futuro* operam no presente, alicerçando ou até mesmo solapando a inserção dos sujeitos em seu próprio mundo. Noto também as íntimas relações entre essas duas dimensões, uma vez que a memória, ao se fazer prospectiva, ultrapassa seu sentido mais visível, aquele de apenas não esquecer o passado.

Ou seja, sobre esse mesmo passado, re-presentificado, dá-se um diálogo aberto para o futuro, daí Reinhart Koselleck falar, pertinentemente, de um “futuro passado”, de um “futuro do passado”⁴³. O passado foi reaberto, o futuro foi imaginado e suas potencialidades exploradas no intuito de bem agir no presente.

Nessa sorte, a permanência da palavra escrita me cedeu fôlego, segurança e distinção formal da fé que professo, menos livre e com mais regras que a arte literária, porém não menos imaginativa, intuitiva e atrativa. Michel De Certeau ponderou em *A Escrita da História* sobre essa “estranha situação de ilusão realista, ao mesmo tempo crítica e fictícia”⁴⁴. Paul Veyne, por seu turno, no mesmo timbre e também nos anos 70, bem definiu a história como “um romance real”⁴⁵, ou seja, a narração de tragédias, dramas e comédias humanas, circunscrita tanto pela

⁴² RIVIER, Fernand. Segunda viagem de um estrangeiro a Brasília. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1958 (grifos nossos).

⁴³ Cf. KOSELLECK, Reinhart. Op. cit.

⁴⁴ CERTEAU, Michel De. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 102.

⁴⁵ VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995, p. 8.

possibilidade de provas de falsidade quanto pela verificação; lê-se: o próprio teatro da política e do cotidiano, dos papéis sociais e das emoções econômicas dirigido por um evento novo, a construção de Brasília, encenado pela mídia impressa, e apresentado sob a minha pena. Refiro-me a história como ficção no sentido de que ela é *algo construído, algo modelado* – o sentido original de *fictio* – não que seja falsa, não-factual ou apenas experimento do pensamento⁴⁶.

Cientes de que práticas e vivências se traduzem em valores, idéias e conceitos sobre o mundo e que esses mesmos valores, idéias e conceitos são, num movimento de interdependência, matrizes geradoras de condutas e práticas sociais⁴⁷, tenho a possibilidade de arriscar (re)desenhar algumas articulações entre as elaborações mentais sobre Brasília e o mundo social no qual elas nasceram, pois um está contido no outro. Há a ocasião de ligar juízos, imagens e representações a uma situação singular, a contextos específicos.

Afinal de contas, a História Cultural está longe de ser, por definição, *despolitizada* ou mesmo *abstrata*, nem se prende ao dogma de que vivemos em um mundo de puro sentido (já ouvi muitas afirmações, insinuações e reflexões de tal estirpe). Quem é capaz de negar que existe um mundo fora da linguagem? Ou melhor, que existiu uma construção de Brasília fora do jornalismo impresso? Mas, ela só foi passível de ser lida, ela só se tornou comunicável ou mesmo dizível mediante representações, mediante articulações simbólicas, o que implica dizer, pela atribuição de sentidos.

Nesse esteio, para François Dosse, se os acontecimentos “só são detectáveis a partir dos vestígios que deixam”, por conseguinte, sua fixação, sua cristalização, ocorre somente a partir de sua denominação. O que não implica, sabe ele, “reduzir a realidade histórica à sua dimensão lingüística”, mas lidar com o fato de que, a partir da existência de tramas textuais plurais, que redundam num *conflito de interpretações*, infere-se a existência de “diversas modalidades de fabricação e percepção do acontecimento”⁴⁸. E ao historiador, creio, cabe interrogar-se justamente sobre esse painel diversificado, questionando-se sobre o papel do texto articulado ao contexto, do indivíduo articulado com a sociedade.

Antes de tudo, entendo o discurso como uma realidade. Como algo que constrange o indivíduo, interfere e condiciona sua vida, de uma forma tão eficaz quanto uma parede ou a

⁴⁶ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p. 26.

⁴⁷ Cf. CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*: Lisboa: Difel, 1990.

⁴⁸ DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001, p. 54, 56.

forma do meu próprio corpo. Há que se reconhecer o *pragmatismo* de cada configuração ou performance discursiva que *fez* Brasília nos jornais.

É assim que Roger Chartier irá falar de um *regresso ao social*, considerando as percepções e as intenções dos agentes do passado como a própria realidade social, e não como meras intermediárias da mesma, transparentes ou deformadoras; opções igualmente reducionistas. E é assim que busco explicar como a nova capital foi “construída, pensada e dada a ler”⁴⁹, poderia acrescentar aí, tranquilamente, como ela foi também *sentida*, deixando-me levar, tal qual Chartier se deixou, pelo espírito de Norbert Elias, que, tematizando aspectos emocionais em suas obras, destacadamente no *Processo Civilizador*, deixou-me o legado de como pode ser profunda uma *história dos sentimentos*, de como a emoção pesa no relacionamento entre os indivíduos no fluxo da vida cotidiana. Embora ressalte a variedade de significados que esta possui, para ele, no seu sentido mais amplo, “o termo emoção é aplicado ao padrão de reação que envolve o organismo todo em seus aspectos somático, sensível e comportamental”⁵⁰.

Embriagada de *emocionalismo*, a dimensão estética, claro, não poderia faltar no arsenal usado no *front* discursivo do jornalismo impresso. Assim se refere às terras cariocas, nas palavras do escritor e político cearense Augusto Meira⁵¹, o *Jornal do Brasil*, em “A oração presidencial”:

Tem um porto excelente, uma paisagem de esplendor. Do Rio de Janeiro dizia Siegfried: “Nesta natureza exótica, se modelando as anfratuosidades dos rochedos, uma esplendida capital. O tenor canta decididamente bem sua grande ária, de tal modo que se poderia crer efetivamente estar em um teatro.” E acrescenta: “que esta cidade tem um encanto que nem Buenos Aires nem Nova Iorque poderiam igualar”. Para ele, “o Rio de Janeiro é um decôro, atrás desse decôro está o Brasil”. Não se diga que é simples poesia, como se na grande poesia não existisse a grande realidade. Nietzsche chegou a dizer que o problema do universo é um problema de estética⁵².

A reflexão e o conseqüente afastamento do projeto de retirar a capital do Rio de Janeiro, por meio do apelo à manifestação do belo natural ou manufaturado da *Cidade*

⁴⁹ CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Op. cit., p. 16-17.

⁵⁰ Cf. ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, vol. 1; ELIAS, Norbert apud BARBOSA, Sergio Servulo Ribeiro. “Esporte e Emoção: contribuições da teoria de Norbert Elias para compreensão desses fenômenos”. In: http://www.fef.unicamp.br/sipc/anais7/Trabalhos%5CxEsporte%20e%20Emo%C3%A7%C3%A3o-contribui%C3%A7%C3%B5es%20da%20teoria%20de%20Norbert%20Elias_.pdf. Acessado em: 04/mai/2008.

⁵¹ Augusto Meira foi delegado de polícia no Rio de Janeiro. Desempenhou o cargo de promotor público na cidade de Santarém (no Pará). Foi ainda professor de Direito Criminal e jornalista. Cf. “Augusto Meira”. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Meira. Acessado em: 27/jul/2007.

⁵² MEIRA, Augusto. A oração presidencial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1957.

Maravilhosa são antigos. Ao final do século XIX, Machado de Assis reclamava “da idéia de transferir a capital da República para outra cidade e fez uma semiprofecia”:

Não levarão daqui a nossa vasta baía, as nossas grandezas naturais e industriais, a nossa rua do Ouvidor, com o seu autômato jogador de damas, nem as próprias damas. Cá ficará o gigante de pedra, a memória da quadra romântica, a bela Tijuca, descrita por Alencar em uma carta célebre, a lagoa Rodrigo de Freitas, a enseada de Botafogo, se até lá não estiver aterrada [...].

[...] Um dia, quem sabe?, lançaremos uma ponte entre esta cidade e Niterói, uma ponte política, entenda-se, nada impedindo que também se faça uma ponte de ferro. A ponte política ligará os dous estados, pois somos todos fluminenses, e esta cidade passará de capital de si mesma a capital de um grande estado único, a que se dará o nome de Guanabara⁵³.

O belo que instiga *emoções*, sentimentos e apegos acaba por influenciar, às vezes decisivamente, alguns aspectos de nossa vida. Ele tem a ver com o gozo, com a busca de prazer. Sentimos isso na pele, no dia-a-dia. Não quero aqui naturalizar os discursos acima, devido à opção neles registrada de um tom mais poético e leve, mas apenas mostrar que a noção de estética vincula-se a impressões e sensações de homens comuns – mesmo que aqui ele apareça como o consagrado Machado de Assis – em dias comuns e que, deste modo, não se circunscrevem às especulações teóricas dos cátedras e cânones da arte, como não raro é concebida. É isso. Trata-se de uma experiência plástica, de uma vivencialidade estética nas representações sobre a construção de Brasília.

Ora, tanto no *Jornal do Brasil* quanto na argumentação machadiana, subtende-se que o Rio deve ser capital porque é atraente, e sua atração reside em sua estética. De modo que a familiar e identitária Rua do Ouvidor, para o fluminense Machado de Assis, pode se apresentar como uma *razão* da permanência da capital nas terras cariocas. Desse modo, pela estetização há apreciação, há simbolização, há discurso, há trama.

E, nas *tramas de imagens e memórias* que dão luz à nova capital, a força social que os jornalistas desejaram desempenhar foi, sobretudo, a de sedução, que, por sua vez, é indissociável não apenas das emoções que provoca ou deseja provocar, mas também e fundamentalmente das relações de poder e dominação que vibraram, se fizeram e se refizeram naquela formação social específica, com seus próprios repertórios culturais e sistemas simbólicos (políticos, artísticos, religiosos, jurídicos....).

⁵³ PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005, p. 292-293.

Daí a *História Cultural do Social* desenvolvida por Roger Chartier ser tão lida e inspiradora em vários circuitos intelectuais fora da França, inclusive no Brasil, ao apontar a possibilidade de compreensão do poder político junto ao simbólico, da apreensão das formas de autoridade (governo, mídia...) informadas por representações. Nesse esteio, pesa sobre o autor, sem dúvida, a influência de Pierre Bourdieu, para quem, no entendimento da sociedade, as “relações de comunicação” não podem ser separadas das “relações de força” entre grupos com interesses divergentes⁵⁴.

Por seu envolvente potencial explicativo e sua destacada erudição, vejo que Chartier consegue associar num mesmo cadinho os aspectos simbólicos da cultura às relações práticas e efetivas de força na sociedade. Aliás, o discurso é ele mesmo uma *praxis*, uma forma específica de domínio e poderio social. Consoante a isso, me *apropriarei* do ponto de vista básico do autor de utilizar o *cultural* para apreender o *social*⁵⁵. Ou seja, de utilizar as *teias de significado*, como diria Clifford Geertz, para penetrar e explicar a situação sócio-histórica de criação e transferência da capital.

As diferentes formas de dizer Brasília, não perdem a nova capital como referente tal qual também não a perdi por meio das colunas de periódicos nos quais de variadas formas ela consta – confirmada, negada, ultrapassada. Enfim, estou diante da construção da cidade como texto, ele, é aqui considerado como uma marca ou como um registro no qual se inscrevem significados ao passo que está sempre sujeito à interpretação. Como todos terão chance de acompanhar mais a fundo, Brasília foi um texto escrito pelo governo JK para negar outras textualidades, como a de um Brasil exclusivamente litorâneo e a de um país atrasado. De fato, o seu desejo – e o de seus cúmplices do “mundo prosaico da imprensa, tinta e tipos”⁵⁶ – era ser um escritor moderno.

Diante de tudo isso, “em se tratando da escrita/produção”, o historiador deve lançar as perguntas sobre quem fala e de onde fala, e “ao focar o texto propriamente dito” – caso, na

⁵⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 13.

De fato, o autor fala de um percurso de análise que una, ou melhor, inter-relacione produção simbólica e interesses de classe.

⁵⁵ CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Op. cit., p. 19.

⁵⁶ Expressão usada por Roger Chartier num momento em sua obra na qual discute cultura impressa, literatura e mundo social, dialogando com Stephen Greenblatt e Cervantes. Cf. CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 60.

maioria das vezes, deste trabalho – ele precisa focar a análise sobre “o que se fala e como se fala”. Ora, “as representações dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam”⁵⁷.

A escolha do método não é tão aleatória e contingente assim. Ela está intimamente ligada à temática, ao âmbito de filiação teórica do trabalho e, claro, a problematização do objeto – como se relacionavam, naquela época, o imaginário mudancista e o imaginário antimudancista? Eles tinham algo em comum? Seus *caminhos representacionais* chegaram a se encontrar em alguns pontos? Ou só havia mesmo divergências entre eles? Como os jornalistas pensavam seu passado e seu futuro, tendo Brasília como mote? A partir de que estratégias eles queriam se resolver modernos? Quais eram os seus principais procedimentos argumentativos e suas estratégias de convencimento? No que se apegavam para escrever o presente, clamar passados e erguer futuros? –. Essas *bisbilhotices* em relação aos homens do passado foram suficientes para me fazer trabalhar, para me incomodar e preocupar de tal modo que me fizesse escrever uma história.

E a escrevi, julgando ser o itinerário metodológico apresentado e trabalhado por Roger Chartier em *História Cultural: entre práticas e representações*, o apropriado para encontrar respostas, qual seja, “a dupla tendência para analisar a realidade através das suas representações e para considerar as representações como realidade de múltiplos sentidos”⁵⁸. Ainda que se apresente válido considerar que, de certa forma, é cada historiador quem *dá forma* a sua metodologia a partir de *seu* objeto de estudo, defendendo que, embora a fonte e a maneira de usá-la sejam peculiares, sejam próprias a um problema, não obstante, podemos (e o fazemos!) ler um autor – historiador, filósofo, antropólogo, sociólogo – e usar seus conceitos, seus processos e artifícios de pesquisa para pensar nosso objeto de estudo particular, de tal sorte que é, sobremaneira, na forma que assume tal *adaptação* que reside a sua especificidade.

Assim, embora Roger Chartier se detenha a um campo específico, “que é o dos textos, dos livros e das leituras”, ele afirma que não deixam de lhe interessar os pensamentos e as

⁵⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Op. cit., p. 40-41, 70 (grifos nossos).

Muitas matérias não foram assinadas, outras, o são, mas, por escritores que não consegui informação alguma a respeito de sua formação, vinculação política, ou qualquer coisa do gênero. Defini-se, desse modo, o *jornal* como o *sujeito/emissor* dos discursos pró e anti-mudancistas.

⁵⁸ CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Op. cit., p. 11 (grifos nossos).

investigações paralelas⁵⁹, pois estas “ajudam a esclarecer o trabalho histórico”, permitem “esclarecimentos no curso da investigação”. Desse modo, como Chartier,

me parece importante esta dialética entre as investigações que cada um define à sua maneira, a partir de suas próprias fontes, dedicadas a tornar inteligível um objeto ou uma situação histórica, e a reflexão ao mesmo tempo teórica, metodológica e historiográfica⁶⁰.

Esse mesmo autor, junto a Bronislaw Baczko, Reinhart Koselleck, Pierre Nora, Michel Foucault, Zigmunt Bauman, Carlo Ginzburg e todos aqueles elencados ao longo desse esforço de pesquisa, me permitem fazer uma trama da construção de Brasília e foram utilizados e discutidos na medida em que me forneceram *caminhos, luzes e possibilidades* de lidar com ela, embora cada um de nós se debruce sobre problemas e questões diferenciadas.

Ainda em consonância com Roger Chartier, creio que no percurso da construção de narrativas do passado, ao privilegiar as atitudes mentais num trabalho já caracterizado de *regresso ao social*, estarei “localizando os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais”, ou seja, enfatizando as operações intelectuais de apreensão do mundo. Pois, não custa repetir o intelectual francês em frase já clássica, “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”⁶¹.

Também o percurso metodológico do historiador implica sempre a produção imaginária desse *outro*, o passado, pois ao estabelecer cruzamentos entre as *fontes primárias* e as *fontes secundárias* e ao se valer da intertextualidade⁶² ele, enfim, está a realizar operações imaginárias de sentido, ou seja, está construindo explicações e conexões sobre a realidade passada que são transmitidas pelo discurso historiográfico. No velho e bom jargão, representamos

⁵⁹ Que busca principalmente em Paul Ricoeur, Norbert Elias, Louis Marin, Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Michel De Certeau. Ver entre outras obras: CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002 e CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Op. cit.

⁶⁰ CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, Literatura e História: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED, 2001, p. 163.

⁶¹ Cf. CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Op. cit., p. 17, 27 e PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 15, nº 29, 1995, p. 20.

⁶² Nos termos empregados por Sandra Pesavento, “intertextualidade” consiste em “ver em um texto dado, a leitura, apropriação e ressignificação feita a partir de um outro”. Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Op. cit., p. 66.

o representado e, por conseguinte, estabelecemos relações de significado, ou seja, cunhamos analogias e contrastes entre os dados e intuimos combinações e discrepâncias em seus conteúdos.

No modo como considero o saber-fazer, todo historiador, como quer Carlo Ginzburg, busca decifrar enigmas do passado ao devotar grande atenção às evidências e aos traços não apenas da cena principal, mas também e enfaticamente de seus elementos secundários e dos detalhes, acercando-se de atitudes em grande parte dedutivas, caracterizando um trabalho mais próximo de um caçador ou um detive do que de outras buscas científicas. Ou ainda, acredito, todo historiador pode mergulhar numa *descrição densa*, tomando-a aqui na acepção do antropólogo Clifford Geertz, segundo a qual o pesquisador deve praticar interpretações da realidade observada, buscando dar inteligibilidades criativas às motivações e aos objetivos de seus atores, driblando o simplismo e a superficialidade. Não se trata apenas de uma descrição minuciosa, mas de uma leitura arguta e perspicaz⁶³.

Se as tramas de imagens e memórias prensadas sobre a nova capital compõem os universos simbólicos mudancista e antimudancista, por meio delas, posso perambular neles, ou seja, nessas duas *formas de pensamento* que se me apresentam *estranhas*. Pois há uma distância lingüística, temporal e espacial entre o sujeito e o seu objeto, fazendo dele um forçoso estrangeiro. Deste modo, o que significou fitar Brasília e escrever sobre ela nos anos de sua construção? Com essa questão, compartilho com Robert Darnton do gosto pela “ilusão de contato sólido com outras pessoas”. Pois, tal qual esse historiador, acredito ser possível entender “outras formas de pensamento, porque elas realmente existiram e deixaram traços de sua existência nos arquivos”⁶⁴.

Sendo assim, reconheço, *a priori*, que me debruço sobre um terreno arenoso, talvez enigmático, mas certamente complexo, entre práticas e representações que dizem respeito a um tempo já transcorrido. Tal qual os *escritores da nova capital* de outrora, eu, como agente histórico e em meu ofício, transito entre esses dois pólos. Ocupo esse entre-lugar, que me permitiu um acesso heurístico aos modos de ver e fazer Brasília, por meio de uma teoria e de uma metodologia da história, que, suponho, a esta altura, já estejam claras ao leitor. Ou seja, “através da mediação de atividades técnicas” mantenho uma “enigmática relação com a sociedade

⁶³ Cf. GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 e GEERTZ, Clifford. Op. cit.

⁶⁴ DARNTON, Robert. “Uma entrevista com Robert Darnton”. Op. cit., p. 232.

presente e com a morte”⁶⁵. Transito entre o dado (visível no presente) e o invisível (o acontecimento do passado).

Simultaneamente, estudo as representações e as atitudes em relação à nova capital entre os anos de 1956 e 1960 e desloco-me entre as minhas próprias noções, aflições e ações historiadoras (que são geralmente *consagradas* como *científicas*). Afinal, essa é a própria *essência da história*, ou da operação historiográfica, que envolve *um lugar social* bem como uma *práxis* e uma *teoria* – ou ainda, *o dizer e o fazer* – como instruiu Michel De Certeau.

Por meio dos imaginários da época tento captar o espírito e a carne desses anos, seus detalhes, suas contradições. Acredito que “a realidade da qual a história trata pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’”⁶⁶, no sentido de trazer para o centro da análise, o que François Dosse chama de *a parte explícita e refletida da ação*, enfatizando as intenções, as vontades, os desejos, os motivos e os sentimentos que são próprios do ato do jornalista de *escolher e escrever*, da *prática de definir a construção de Brasília ao bem dizê-la e ao praguejá-la*⁶⁷. Segundo Dosse, esse tipo de paradigma explicativo, que intitula de interpretativo, voltou ao primeiro plano nas Ciências Sociais por volta dos anos 80 do século XX, após longo período de hegemonia do modelo de explicação estruturalista (1950-1975).

Por tal paradigma, “as representações das ações pelos atores são portadoras de um conhecimento pertinente”. Tomo como especialmente estimulante e produtivo na exposição do supramencionado autor sobre o *paradigma interpretativo*, o fato de ele levar a sério “à transformação das ações em ‘enredo’”, levar a sério a própria narração, tal qual considerar o esforço de interpretação dos agentes sociais, sua lógica e seus argumentos, as provas que apresenta. “Pôr-se à escuta dos atores”! Nessa expressão, aparentemente simples de François Dosse, estão contidos os fundamentos e os propósitos desse estudo: levar a sério o dizer dos articulistas e cronistas, reconhecer neles uma competência própria para analisar sua situação⁶⁸.

O foco? Um mundo a flor da pele, vivo e colorido, carregado de maravilhas e de ultrajes, moldado por categorias, conceitos e mesmo preconceitos que, num primeiro olhar, parecem me escapar, parecem fugidios. Daí, julgo entender porque Robert Darnton afirma

⁶⁵ CERTEAU, Michel De. Op. cit., p. 65.

⁶⁶ Idem, Ibidem, p. 66.

⁶⁷ Não devemos perder as práticas de vista, pois podemos *chegar* nelas teorizando e ter *contato* com elas no plano das idéias.

⁶⁸ DOSSE, François. Op. cit., p. 39-47.

trabalhar “muito intimamente ligado a Roger Chartier”, trocando, inclusive, *papers* constantemente e travando “boas discussões”⁶⁹.

Daí também, de certo modo, François Dosse participar com Roger Chartier da *guinada crítica* em relação à história das mentalidades, triunfante na França na década de 70. Ao apontar que esta realçava demasiadamente as continuidades reprimindo as rupturas, confiava de forma um tanto quanto resoluto demais no número e na série, fazendo-os apenas funcionar na esfera mental (e não apenas na econômica e na demográfica). Para o primeiro, a *escapada* das mentalidades do segundo é personificada pela centralidade do conceito de representação e, em sua apreciação, ela pode ser fecunda desde que a história das representações “não seja considerada um compartimento suplementar que viesse somar-se a um plano compartimentado que partisse do econômico em direção ao domínio das sensibilidades”. A sua legitimidade estaria ainda atrelada ao reconhecimento, por parte do pesquisador, de que “o poder de produzir, o poder de impor e de denominar as representações é desigualmente repartido”. Somar-se-ai ainda a esse, outra espécie de pressuposto básico do estudioso das representações, o de ter sempre em mente que *inscrições sociais*, termo preferível a *injunções* para Dosse, “não obstante desconhecidas pelos agentes, agem neles tanto quanto eles agem nelas”⁷⁰.

Aqui, posso falar de uma *afinidade teórica* entre esses três historiadores – Roger Chartier, Robert Darnton e François Dosse – de tradições intelectuais diferentes e de grande importância na atualidade. Pois, por tudo o que foi acima explicitado e valendo-me das palavras desse último autor, “assim, poderia ser restituída a dinâmica da luta das representações, as implicações das estratégias simbólicas em confronto”. Tal tríade me ofereceu a alternativa de “reorientação da história social para consideração do paradigma subjetivista” que “leva a dar

⁶⁹ DARNTON, Robert. “Uma entrevista com Robert Darnton”. Op. cit., p. 237.

Aliás, ambos se sentem atraídos pelo estudo do mundo das letras, lê-se, dos editores e dos livreiros, da pirataria e da clandestinidade, do comércio, dos atravessadores e dos ambulantes, da produção e da circulação literária. É claro que considerando suas particularidades, Robert Darnton se devota à França do Antigo Regime, mas detidamente do século XVIII, enquanto Roger Chartier considera em suas análises uma porção mais dilatada da Europa Moderna (Espanha, Inglaterra) e, não raro, recua ainda mais no tempo – antiguidade, medievalidade – para explicar as práticas de leitura e as representações do escrito, em suas múltiplas temporalidades e materialidades, desde o papiro ao texto eletrônico do mundo digital contemporâneo. Buscar entre outras obras: DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 e DARNTON, Robert. *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. CHARTIER, Roger. *Formas e sentido*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2003; CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESCO/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999 e CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, Literatura e História: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Op. cit.

⁷⁰ DOSSE, François. Op. cit., p. 60-64.

atenção à intencionalidade e a levar em conta a vivência”. Pois que “toda a dimensão do sentimento torna-se objeto do historiador”⁷¹.

Ao fim, mais plausível seria então falar de metodologias, ou mesmo, de obrigações do historiador: ser minucioso na análise dos indícios do passado e revelar detalhes, descrever interpretando e, com sua erudição, criar inter-relações interessantes, pertinentes e explicativas, sujar as mãos com trabalho nos arquivos, “com o objetivo de descobrir sobre as vidas interiores, assim como sobre as vidas exteriores” de pessoas que viveram quase cinco décadas atrás, levando-se em conta que a criação de mundos simbólicos são como idiomas e embora sua estrutura básica de referência seja coletiva, é claro, que são também individuais⁷².

Acredito na condensação de atitudes convenientemente exposta por Sandra Jatahy Pesavento,

A figura do narrador – no caso, o historiador, que narra o acontecido – é a de alguém que mediatiza, que realiza uma seleção dos dados disponíveis, que tece relações entre eles, que os dispõe em uma seqüência dada e dá inteligibilidade ao texto. (...) é ainda aquele que se vale de provas – os indícios, cuidadosamente pesquisados, selecionados e dispostos em uma rede de analogias e combinações de modo a revelar significados – que, mais até do que explicar, operam como recurso de autoridade à fala do historiador. Além disso, o historiador-narrador cita. Suas citações não são apenas evidências de que ele andou pelos arquivos e, cumprindo o seu ofício, pesquisou as fontes documentais, mas também operam no sentido de atestar que esse historiador conhece e participa do diálogo científico e acadêmico de sua época⁷³.

Tudo isso “multiplica a capacidade de interpretação” e cede as “condições ao historiador para aplicar seu referencial teórico ao empírico das fontes”⁷⁴. Estas últimas constituem um rico e complexo conjunto de discursos e de debates e há que se colocar umas em diálogo com as outras, o que supõe pôr em relação representações favoráveis e contrárias, ou seja, *o imaginário mudancista* com o *antimudancista*, seus encontros, convergências e enfrentamentos.

Ao lembrar que os discursos não são inocentes e que não existem verdades ocultas atreladas ao texto, mas sim interpretações, também me foram úteis e me auxiliaram algumas considerações abonadas pela Análise do Discurso, visando entender como “um objeto simbólico

⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 62-63.

⁷² DARNTON, Robert. “Uma entrevista com Robert Darnton”. *Op. cit.*, p. 232.

⁷³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. *Op. cit.*, p. 50-51.

⁷⁴ Idem, *Ibidem*, p. 66.

produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”⁷⁵. Desta forma, a interpelação de construções discursivas embala o pesquisador a atribuir sentidos aos vínculos e não apenas expô-los. A partir dessas proposições, o mesmo pode observar e construir relações semânticas sabendo que “todo dizer é ideologicamente marcado”⁷⁶.

Em consonância com a historiadora Eleonora Zicari Costa, penso que o acontecimento existe enquanto ‘sentido’. Pois, o *evento em si* me escapará sempre, de tal modo que a construção de Brasília apareceu aos meus olhos, inescapavelmente, por meio de uma *barreira interpretativa*, as fontes que dela falam. São elas as minhas únicas ligações ou meu único canal com o que já aconteceu⁷⁷.

O recurso sistemático a esse vasto elenco de historiadores, que se esmeram em pensar teoricamente os domínios do fazer historiográfico, justifica-se considerado o meu vivo interesse em mais facilmente interagir com as nuances apresentadas pelo corte empírico desta pesquisa.

Mesmo e principalmente para os próprios cronistas e articulistas, ancorar-se em um imaginário e endossá-lo, representar, memorar e apostar certamente não foram *faculdades* facilmente separáveis, esses *campos* remetem-se uns aos outros a todo tempo. De modo que, pode-se priorizar um desses termos (ou noções) na abordagem histórica, mas não desvinculá-los.

Fazer histórias é tecer tramas, escolher caminhos. É enunciar sentidos, é criar fatos e hierarquizá-los numa intriga compreensível, envolvente, convincente. A História não possui uma articulação natural. Paul Veyne defende que “os acontecimentos não são totalidades, mas núcleos de relações”. “O fato nada é sem sua trama”⁷⁸. Fazer histórias é também pesquisar e imaginar, lembrar e esquecer. Enaltecer e ofuscar personagens e episódios.

Tal qual entre os jornalistas existem divergências de estilo entre os historiadores, ambos malabaristas de palavras, ou, como quer Balzac, “vendedores de frases”⁷⁹. Há os que se debruçam na feitura de tramas de humor, outros, no entanto, preferem buscar eficácia discursiva num enredo austero, sisudo, *acômico*. Há *atenções historiadoras* tão múltiplas quanto a própria vida, passada e presente, vida do objeto investigado e do sujeito que investiga: atenções políticas, econômicas, sociais, espirituais, culturais. O olhar do narrador sempre tem uma direção, um

⁷⁵ ORLANDI, Eni Puccinelli. *A Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999, p. 26.

⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p. 38

⁷⁷ BRITO, Eleonora Zicari Costa de. “Sobre o acontecimento discursivo”. In: SWAIN, Tânia Navarro (org.). *História no plural*. Brasília: Editora UnB, 1994, p. 189-191, 194.

⁷⁸ VEYNE, Paul. *Op. cit.*, p. 19, 28, 30, 32.

⁷⁹ BALZAC, Honoré de apud ROSSI, Clóvis. *Op. cit.*, p. 75.

enfoque, uma paixão. Ele não é absoluto, mas humano, *sublunar*; também não é miseravelmente específico, cego às interfaces que se abrem à direção que tomou. Este olhar é atento, tão devotado quanto o daqueles que se apaixonam.

Apaixonar-se, aproximar-se efetivamente do outro, do passado, é uma arte. Arte de compreender o que pensavam e faziam homens e mulheres que já se foram, que já passaram, deixando vestígios⁸⁰. Arte de vencer o estranhamento do que eram ou queriam ser, do que fizeram ou gostariam que acreditássemos que tivessem feito. Há que se demonstrar lealdade, comprometimento com o passado, caso contrário, tal *relação de alteridade* dissolve-se, restando o gosto amargo do simulacro, de promessas não cumpridas. História é arte, repito, controlada pelas fontes, *arte da pretensão de verdades no plural, arte da urdidura com apoio em métodos*. Para aqueles que se apaixonaram pelo cotidiano do soldado que congelou o nariz na campanha da Rússia de 1812 ou pela fantástica obra político-militar de Napoleão Bonaparte, pelo folclore popular dos camponeses franceses do século XVIII ou pela construção de Brasília no quinquênio juscelinista, enfim, pelo *ter sido*, intuição e inspiração dizem pouco sem dedicação e honestidade.

Diante do exposto, sou levada a concluir, retomando a epígrafe que consagra o filósofo francês Paul Ricoeur, que a minha interpretação não busca *a verdade*, pois, sei bem, ela estará sempre vinculada à visão de mundo do intérprete enquanto sujeito histórico e cultural, que, entretanto, é testemunhada e documentada. A interpretação deve se esforçar então na busca de sentidos verossímeis.

Paul Ricoeur estende a noção de texto para qualquer objetivação humana. Tenho então a cidade como texto no canteiro de obras, nos impressos jornalísticos e nas páginas que erigi a partir de toda essa produção textual anterior. E mesmo que a visão de mundo por mim forjada possa gradualmente aproximar-se da visão de mundo dos autores das reportagens escritas no passado, à medida que avancei na interpretação, minha subjetividade como intérprete não pôde ser superada.

Como afirmou JK: “a fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém”, e a sensação que mantenho, até aqui, é mesmo grandiloquente, a de estar diante de uma superabundância de espaços e estruturas de sentidos, que se superpõem, se interpõem, se impõem e se contrapõem. Vários textos de outros textos. Muitos atores sociais e diversos aspectos em jogo.

⁸⁰ Como afirma Paul Veyne, todo acontecimento só é conhecido mediante indícios, cf. VEYNE, Paul. Op. cit., p. 32.

Nós, historiadores, zelamos a memória. Escrevemos Histórias. Recreamos Brasília que se viram repetidas vezes criadas. Representamos *realidades de alguém* pela *arte comprometida e engajada* da leitura e interpretação *de* leituras e interpretações pretéritas.

INTRODUÇÃO. ESCRREVENDO UM ROTEIRO

Os jornais editados durante a construção de Brasília localizam essa situação histórica determinada (1956-1960), aludem sobre seus lugares de enunciação e são assim apossados por minha *pesquisa historiadora* como sintomas daquilo que os produziram⁸¹.

Assim, este trabalho também se propõe a compreender os modos de agir, viver, sentir e sonhar dos brasileiros, por meio das imagens de aceitação e de recusa que foram forjadas em torno do plano mudancista e veiculadas pelo jornalismo impresso, em outros termos, ele se volta aos impulsos do coração, aos amores, dissabores, ódios, floreios e gentilezas, cruezas e inelegâncias, lembranças e expectativas, que moveram e impulsionaram aqueles homens a tecer imagens apaixonadas, a jogar-se freneticamente em seus desejos e ânsias, visto que as classificações mentais da capital não-litorânea receberam instigante inspiração do passado e ofereceram perspectivas ao futuro. As retóricas em litígio, na busca de reconhecimento social, apegaram-se em alianças com o primeiro e em compromissos com o segundo.

Compreender os *malabarismos de palavras* que compuseram “o mundo da construção de Brasília” como um “mundo de representação”, abrindo-se para as possibilidades em jogo, avaliando os projetos alternativos e em conflito, sem privilegiar o vencedor, implica entrar no terreno do simbólico. Nessa medida, segundo Sandra Jatahy Pesavento, “quando o historiador penetra no terreno da linguagem, entendendo que as palavras sempre dizem além da sua função normativa, ele fatalmente se depara com o mundo dos significados verbais e com as figuras de linguagem”⁸².

De tal modo que, tomando de empréstimo a expressão de Arnold Hauser, historiador da arte e da literatura, “a cilada e a sedução para o entendimento humano que se ocultam em todo

⁸¹ CERTEAU, Michel De. Op. cit., p. 22-23.

⁸² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Op. cit., p. 110-111.

e qualquer fenômeno da realidade”⁸³, aqui apontaram na emergência interior de Brasília, com toda a sua densidade característica, no seu nascimento na alma dos brasileiros; o desafio é lidar com a cidade que habitou os homens⁸⁴, mas especificamente homens do jornalismo, articulistas e cronistas em sua maioria – colaboradores apenas, em certos casos –, ganhando o mundo público, na medida em que estes, cotidiana e diversamente, expressavam-na em páginas e páginas impressas, dando a elas, geralmente, uma personalização intelectual e uma característica de autoridade, que são caras a qualquer empresa de comunicação.

Logo, já assumi os riscos arreatadores de narrar vivências passadas criadas às voltas de uma *cidade embrionária*, entretanto de importância decisiva, por ser idealizada e inventada já com a responsabilidade de metrópole, com o *peso* de centro diretor da vida nacional.

Além disso, a pauta de transferência não se resumia, como já indicado, à construção de uma nova capital para o Brasil, mas, enfaticamente, incorporava a criação de representações do que seria o Brasil da nova capital. E, no centro de tudo isso, não há como ignorar, pairava uma forte e difusa atmosfera de insegurança. A encruzilhada de possibilidades do que seria o Brasil de Brasília – cada qual, claro, apresentando-se estrategicamente nos discursos sob a forma *certezas* – elaborada pelas forças opostas circulantes em diários do período, só vem a corroborar essa atmosfera de desconfiança, receio, dúvida e inquietação. Para o historiador polonês Bronislaw Baczko é característico que em situações de crise e de conflito, os agentes sociais procurem apagar as incertezas que suas escolhas necessariamente comportam. “É assim que estas escolhas são muitas vezes imaginadas como as únicas possíveis e mesmo como impostas por um destino inelutável”⁸⁵.

Por esse prisma e parafraseando Jacques Revel em sua fala sobre o livro do historiador italiano Giovanni Levi, *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, atribuindo-o uma *análise de tipo estratégica*, compreende-se que a personagem central dessa trama não seja talvez nem as argumentações das crônicas, nem os próprios cronistas, nem as sustentações dos artigos, nem os próprios articulistas e nem mesmo Brasília, “mas sim uma noção abstrata e no entanto onipresente por trás dos comportamentos e das

⁸³ HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 968.

⁸⁴ Cf. Os créditos dessa expressão devem ser dados ao texto que a mim serviu como inspiração: ROUNET, Sérgio Paulo; PEIXOTO, Nelson Brissac. “É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?” In: *Revista USP: Dossiê Walter Benjamin*, n°15. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992, p. 49-89.

⁸⁵ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 312.

escolhas: a incerteza”. Ela é a principal figura através da qual os agentes sociais, a favor ou contra a capital, apreenderam seu tempo. Estes mesmos agentes entraram em um acordo com ela e, na medida do possível, a reduziam. Posso encontrá-la em toda parte.⁸⁶ nas questões trazidas por Adirson Barros, repórter do *Jornal do Brasil*, “é oportuna a mudança da Capital? Interessa, economicamente, ao País, a construção de Brasília?”⁸⁷.

Para inculcar descrédito e mesmo desafeto ao empreendimento, dúvidas e dúvidas pululam no jornal paulista *A Hora*,

Como é possível realizar-se a mudança do Distrito Federal em três anos e meio, quando essa sobrehumana tarefa demandaria aproximadamente 50 anos? Quando muitas administrações seriam necessárias para consumá-la? Sabe lá o que é isso leitor?

Imagine que fantástico trabalho seria necessário para transferir do litoral para o centro do Brasil o gigantesco exército de funcionários públicos federais ora residentes no Rio de Janeiro. Toda essa gente, uma vez em Brasília, precisará de casas para morar, de água potável, de esgoto, de gás, de telefone, de telégrafo, de correio, de bonde, de ônibus e médicos, dentistas, de cinemas, de tudo, enfim, que lhe conforta a existência na atual sede político-administrativa do país. E o mobiliário e os arquivos dos ministérios? Onde serão alojados? E as comunicações entre a nova Capital Federal e os demais Estados, como se dariam? Não há necessidades de estradas de ferro e auto-estradas? E o Senado e a Câmara Federal, cada um com seu respectivo exército de funcionários, não teriam também que ser removidos? Será que os deputados federais, senadores, magistrados, políticos, todos, iriam morar nas malocas dos índios, beber água de poço e iluminar suas residências e casas legislativas e administrativas com luz de querosene?

Imagine, mais, leitor amigo, em que tremenda anarquia maior que a atual, permaneceria o Brasil!⁸⁸

Nesse momento, é válido atentar-se com Michel Foucault que, nos dias de hoje, quando “um jornal propõe uma pergunta aos seus leitores, é para pedir-lhes seus pontos de vista a respeito de um tema sobre o qual cada um já tem sua opinião”. De tal modo que “não nos arriscamos a aprender grande coisa”⁸⁹. O título do artigo é revelador nesse sentido: “JK no Palácio das Ilusões Perdidas: Faixa Negra – Belo “Abacaxi” Vai Passar o Presidente”.

Destarte, autores desses e de outros tantos discursos, responderam a seu modo as ameaças e incertezas vividas, que é a matéria da dissertação que almejo desenvolver⁹⁰. Afinal, indagavam eles, devia-se gestar ou abortar tal *cidade embrião*? E, de um ou de outro lado da

⁸⁶ REVEL, Jacques. “A História ao rés-do-chão”. In: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 26.

⁸⁷ BARROS, Adirson. O Pau de Arara e a cidade do Futuro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 set. 1957.

⁸⁸ JK no Palácio das Ilusões Perdidas: Faixa Negra – Belo “Abacaxi” Vai Passar o Presidente. *A Hora*, São Paulo, 26 fev. 1957.

⁸⁹ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 335.

⁹⁰ REVEL, Jacques. “A História ao rés-do-chão”. In: LEVI, Giovanni. Op. cit., p. 27.

trincheira, pergunto eu, que passado seria digno de revisão e que futuro seria digno de enunciação? E, ainda, como essa experiência tríplice da temporalidade, nos anos de 1956 a 1960, repercutiu nas representações de Brasília? Quais valores guiavam os passos daqueles homens quando optavam em defender ou atacar o mudancismo? O que acreditavam poder legitimar a sua escolha para si mesmos e para os outros? Sob esse prisma: o que foi recorrente naquela época? O que a emocionava e a escandalizava? Essas são questões que creio insuficientemente respondidas e que constituem meu ponto de partida.

São as palavras, melhor dizendo, as relações entre elas, no caso acima, contrárias, as compositoras e organizadoras dos *meus* – mas antes *deles!* – campos de tensão: progresso ou retrocesso, ganho ou perda, avanço ou recuo, queda ou salto? Dada às dúvidas, lacunas e controvérsias das questões expostas acerca do último dos 31 pontos que compunham o famoso Plano de Metas juscelinista, lê-se, erguer uma nova cidade no interior e fazer dela a capital, este polemizou rapidamente de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Objeto de incontáveis informações orais, escritas e visuais, a construção de Brasília tão logo figurou como espetáculo. “Construir e narrar, fazer e divulgar – no Brasil e também no exterior –, falar e mostrar; convidar ilustres visitantes, filmar, fotografar e historiar: dimensões inseparáveis dos anos de construção”⁹¹.

A *espetacularização propagandística* sobre a nova capital foi detalhada por Georgete Medleg Rodrigues, especialmente no Segundo Capítulo de sua dissertação: “A propaganda de Brasília”. Ali, ela busca reconhecer seus inúmeros mecanismos e métodos, a ampla utilização do rádio, de *matérias pagas em jornais* e revistas, o artifício de montar palestras, conferências, cinejornais, exposições e visitas de estrangeiros e brasileiros ao local das obras.⁹²

Certamente, um dos componentes da *lógica de mercado* invocada por Pierre Bourdieu, que recai sobre os jornais e os jornalistas, é a preocupação e mesmo a dependência – em certa medida – destes à pressão das exigências e das expectativas da maioria, exigências e expectativas manifestas aqui, numa *necessidade* de ver impressa notícias, explicações e imagens sobre a nova capital, de ler sobre ela, de se interar sobre algum *furo* (notícias mais novas) a seu respeito⁹³. E nessa espetacularização, nesse processo de destaque e de relevo midiático contribuíram tanto os que a bendiziam quanto os que a maldiziam. Tanto termos e expressões tais

⁹¹ Idem, *Ibidem*, p. 180.

⁹² Cf. RODRIGUES, Georgete Medleg. *Op. cit.*, p. 36-120.

⁹³ Cf. BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão: a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. *Op. cit.*, p. 106-107, 114.

quais “obra do século”⁹⁴ e “fantastic”⁹⁵ quanto “crime”⁹⁶, “loucura”⁹⁷, “piada”⁹⁸, “abacaxi”⁹⁹, “castigo”¹⁰⁰ e “presente de grego”¹⁰¹. Ou seja, de todo modo, o intrigante, como emaranhado de impressões e sensações produzidas, negociadas e (re)figuradas na imaginação social, são as diferentes idéias que foram formadas, a favor e contra sua edificação na imprensa escrita brasileira durante a segunda metade da década de 1950 e o ano de 1960.

Diante do exposto, ambiciono que a pesquisa a ser desenvolvida me permita abranger num mesmo centro de reflexão historiográfica dois imaginários sociais, um mudancista, outro, antimudancista, bem como as representações enunciadas neles e por eles, os fatos passados que foram merecedores de rememoração, as imagens de futuro desenhadas e por quais temáticas enveredaram as discussões acerca da criação e transferência da nova capital no jornalismo impresso.

Nessa sorte e no centro dos acontecimentos da aventura do deslocamento da Capital Federal para Brasília, em 26 de fevereiro de 1957, assim se expressou, novamente, o periódico *A Hora*,

É universalmente conhecida a vocação do brasileiro para “fazer piadas”. Os nossos amigos lusos que o digam. Ora criamos piadas, espírito preconcebido; ora improvisamos-las ao sabor dos fatos correntes; ora soltamos-las naturalmente, consciente ou inconscientemente, não importa. Somos mesmo um povo de pródiga verve piadística.

E como o exemplo, bom ou mal, geralmente “vem de cima”, nada há a estranhar o fato de hoje registrarmos uma “piada” de autoria do mais alto representante do Executivo federal: o Sr. Juscelino Kubitschek.

Queiramos ou não, sentimos hoje a imperiosa necessidade de expor ao olhar dos nossos leitores a mais “dramática” piada do ano. Embora paradoxal esta expressão, não obstante incoerente, pois o que é dramático não deve ser engraçado, em verdade adapta-se como uma luva ao realismo do fato em si. Ei-la a “piada”, nua e crua, tragicamente nua, dramaticamente engraçada:

“Dentro de três anos e meio passarei a faixa presidencial ao meu sucessor no Palácio da Alvorada, na cidade de Brasília”.

Pasmem, senhores. São palavras do Sr. Juscelino Kubitschek. Salvo se estivermos errados quanto ao verdadeiro sentido das palavras do nosso riquíssimo idioma português, então não se trata de piada presidencial.

⁹⁴ *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1960.

⁹⁵ Termo utilizado pela jornalista americana Inez Robb para louvar a futura capital do Brasil numa série de três reportagens. ROBB, Inez. BRASÍLIA: quando a cidade estiver pronta não se parecerá com nenhuma outra no mundo. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1959. Aventuras de uma repórter americana no Brasil.

⁹⁶ *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 04 out. 1957.

⁹⁷ A LOUCURA de Brasília. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 03 set. 1957.

⁹⁸ BRASÍLIA é uma piada. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 05 ago. 1957.

⁹⁹ JK no Palácio das Ilusões Perdidas. Faixa Negra: Belo “abacaxi” vai passar o presidente. *A Hora*, São Paulo, 26 fev. 1957.

¹⁰⁰ BRASÍLIA, castigo do Rio. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 26 set. 1957.

¹⁰¹ PRESENTE de grego. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1957.

Não é crível que um governo paupérrimo de iniciativas e realizações consiga em três anos dotar Brasília de todos os requisitos de uma Capital Federal. De uma Capital política, de uma Capital administrativa, de uma Capital urbanística, de uma Capital científica, social, cultural etc. Ora, será que bastaria fincar em Brasília uma estaca ostentando uma tobueta [sic.] com os dizeres: “Brasília – Capital do Brasil”?! Esssssa nnnããã.

Estamos realmente sendo dirigidos por um político carreirista que, ou é ilusionista (e por isso mantém-se no poder iludindo o povo brasileiro), ou vive, então, ele mesmo, de messiânicas quimeras, de sonhos, de evocações místicas e metafísicas, no mundo da auto-mistificação, qual beocio [sic.] embriagado de sublime mas inócua inspiração, tão freqüente nas lendas gregas e nas histórias que as vovós ainda hoje contam aos seus queridos netinhos ...¹⁰²

Vejam como discursos midiáticos veiculam fios de sensibilidades que percorrem o social nas experiências sensíveis do mundo expostas pelos seus autores, da feita de “É universalmente conhecida a vocação do brasileiro para ‘fazer piadas’”. Veiculam tanto o sujeito quanto seu lugar na sociedade; os laços, compromissos, interações que mantém com ela, portanto, junto à “expressividade e estilo” individuais, como salienta Robert Darnton, aparece, nos textos escritos de uma determinada época, qualquer que seja ela, também uma “dimensão social da significação” ou do pensamento¹⁰³.

Não há realidades exatas existentes fora dos textos, pois para o antropólogo interpretativista Clifford Geertz, para o historiador da cultura Robert Darnton que, por seu turno, se diz influenciado pelo primeiro, e para mim, entusiasta assumida das ponderações de ambos, eles são a própria realidade. As sociedades podem, assim, ser entendidas enquanto textos, estes passíveis de leitura¹⁰⁴. Consoante Darnton, enxergo como produtiva a soma de técnicas e compreensões antropológicas à narrativa do historiador, que consiste, tal qual a *descrição densa* etnográfica, na acepção geertziana, em “‘construir uma leitura de’ um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos”¹⁰⁵.

Daí considero com Lynn Hunt, que as palavras não são simples reflexos da realidade social e política, são mais, constituem-se como instrumentos de transformação da realidade. A

¹⁰² JK no Palácio das Ilusões Perdidas: Faixa Negra – Belo “Abacaxi” Vai Passar o Presidente. *A Hora*, São Paulo, 26 fev. 1957.

¹⁰³ DARNTON, Robert. *O Grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 11, 333.

¹⁰⁴ Idem, *Ibidem*, p. 152.

¹⁰⁵ GEERTZ, Clifford. *Op. cit.*, p. 20.

prática lingüística é um instrumento ativo de poder¹⁰⁶ e, ainda, fazendo coro com Roger Chartier, “são produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões”¹⁰⁷ no mundo social.

É a *realidade das idéias*, idéias que deram boas vindas ou mal-recepcionaram a nova capital, que forma o meu plano de observação. E, nesse ponto, como já disse, as polêmicas que os descrentes provocavam sobre Brasília são tão importantes para a compreensão daquele tempo vivido quanto as mais otimistas. Depois de três anos e seis meses, as apostas do segundo grupo triunfaram (estipulando, nesse caso, outubro de 1956 como ponto de referência cronológica, por nele se ter assinado a Lei que fixou a data da mudança para a nova capital¹⁰⁸). Podia ser diferente. O escritor e jornalista Gustavo Corção, conhecido pelo seu catolicismo fervoroso, assim acreditava. Tanto que em 1958 canalizou toda a sua fé na afirmativa de que “o governo se obstina em fingir ignorar o que todo mundo sabe, isto é, que em abril de 1960 não muda a capital”¹⁰⁹. O risco pelo menos existia.

É no rastro dessa sensibilidade de previsões de perda ou ganho, de decisão e de escolha, bem como de investimentos, que também se justifica essa empreitada epistemológica. Nessa feita, os ávidos apegos discursivos a imagens do passado e miragens do futuro podem ser lidos como formas de proteção dos riscos representados pela emergência de uma nova situação vivida pelo país, pela transferência da capital para um local ainda visto sobremaneira como inusitado.

Portanto, debruçar-me sobre a construção de Brasília pelo olhar da imprensa escrita que atuara sob o impulso e a pressão do calor da hora, da euforia dos acontecimentos “envolve a relação que se estabelece entre significantes (imagens, palavras) com seus significados (representações, significações), processo este que envolve uma dimensão simbólica”¹¹⁰, envolve o dito e o não-dito, o silêncio e a presença, torneios e lacunas, memórias e projeções. Sentidos e sujeitos imbricados em polêmicas de jornais me ajudam a remontar debates ascendidos, pois traduziram, em *manchetes*, aventuras e desventuras de brasileiros num dos momentos cruciais para a História do país.

¹⁰⁶ “Apresentação”. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 22-23.

¹⁰⁷ CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Op. cit., p. 27-28.

¹⁰⁸ Cf. BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Op. cit., p. 276.

¹⁰⁹ CORÇÃO, Gustavo. Terra de Disparates. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1958.

¹¹⁰ CASTORIADIS, Cornelius, 1982 apud PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário”. Op. cit., p.16.

Pode-se dizer, sem pesar, que

Desde sua inauguração, em 21 de abril de 1960, Brasília vem sendo estudada e monitorada por geógrafos, urbanistas, arquitetos, sociólogos. Há estudos sobre a primeira geração de moradores, sobre as falhas da cidade que não permitiram o convívio social dos habitantes, sobre as traições ao plano original. Brasília já foi chamada de “cidade sem gente”, “cidade sem esquina”, “cidade de burocratas”, “ilha da fantasia”¹¹¹.

Como constata a socióloga e estudiosa da cultura urbana Maria Salete Kern Machado¹¹², “existem vários trabalhos realizados sobre a cidade do ponto de vista sociológico, político, econômico e urbanístico”, que representam a importância de Brasília e de sua identidade espacial. A autora exemplifica, entre os vários estudos a respeito, as coletâneas organizadas por Aldo Paviani, Brasilmar Nunes e Cremilda Medina. Aponta ainda, com a observação de ser recente, a literatura sobre a vida cotidiana brasiliense, “cabendo destacar *Narrativas a céu aberto* (1998), nas quais as histórias de vida expressam formas de ver e sentir dos habitantes do Planalto”¹¹³.

Cabe ressaltar que há publicações em número considerável sobre o governo JK¹¹⁴, explorando seus mais variados setores e aspectos. Balanços de seus programas e planos são bastante numerosos e díspares tais quais as avaliações das relações internacionais durante seu mandato e as especulações sobre os custos daquela que é ainda considerada sua *grande obra*, Brasília. Também ela, como já pôde ser apreendido, foi exaustivamente estudada, porém as posições pró e contra dos jornais circulantes à época de sua criação ainda constituem um espaço relativamente omitido e principalmente secundarizado, e é sobre ele que esse trabalho propõe lançar luz.

São então dignos de uma observação mais atenta os discursos de periódicos produzidos no tempo em que a nova capital era gerada, que ganhava vida pelas mãos dos engenheiros Israel Pinheiro e Bernardo Sayão, do urbanista Lúcio Costa, do arquiteto Oscar

¹¹¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A construção de Brasília”. In: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/A_construcao_de_Brasilia.asp. Acessado em: 29/abr/2005.

¹¹² No momento em que inicia um tópico de discussão que versa sobre “os pioneiros” como “estrangeiros” na cidade modernista, isso nos anos 70, a partir do romance *O ventre da Baleia*, de Esdras do Nascimento. MACHADO, Maria Salete Kern. “O estrangeiro na cidade”. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Salete Kern (orgs.). *Imaginário e História*. Brasília: Paralelo 15, 1999, p. 54.

¹¹³ Idem, *Ibidem*, p. 59.

¹¹⁴ Algumas estão referenciadas na discussão metodológica dessa Pesquisa (ver Apresentação, especialmente).

Niemeyer, do mais humilde candango e de tantos outros no longínquo e demasiadamente fantasiado na imaginação popular sertão goiano.

E, se esta pesquisa vincula-se aos estudos histórico-culturais, “é, verdadeiramente, com o advento da História Cultural que o imaginário se torna um conceito central para análise da realidade, a traduzir a experiência do vivido e do não-vivido, ou seja, do suposto, do desconhecido, do desejado, do temido, do intuído”¹¹⁵, enfim, de como as pessoas pensavam Brasília e como gostariam que ela fosse.

Articulados entre si, esses dois conjuntos de representações, pró e contra a nova capital, circularam na sociedade, dando-lhe caracteres próprios, individualizando-a. Essa é a matéria que será tratada no Primeiro Capítulo, que é também um *Primeiro Ato: o Imaginário Mudancista e o Imaginário Antimudancista, seus cruzamentos e suas tensões*. Ele quer *descerrar* tais imaginários que, acredito, estão envoltos num complexo jogo dialético e aponta algumas representações que uma época alimenta a respeito de si própria, manifestas por ambos *universos de imaginação*. Nesse tino, arrisca alguns *insights* sobre o que chamo de consciência moderna. A maré montante de crítica que a constitui, notarão os leitores, funciona também como estímulo a criatividade.

Meu interesse, no Segundo Capítulo, intitulado *Entreato: em busca de justificativas e legitimidades, topos e complôs na construção jornalística de Brasília*, é o de ressaltar a recorrência dos discursos de um e de outro imaginário. Convencida que estou da admissão dessas duas categorias, *topos* e *complôs*, peço ao leitor que acompanhe as acepções em que foram tomadas e desenvolvidas – talvez, seria mais exata, se falasse em *suas encarnações* – ao longo das laudas que formaram esse entreato. Os *topoi*, plural de *topos*, me são úteis na medida em que podem expressar sentidos, intencionalidades e/ou reiterações discursivas e locais de fala. Já os *complôs*, servem-me porque é meu intento anunciar maquinações e *tramas* tanto mudancistas quanto antimudancistas. Tal é o que me objetiva a empregar expressões tão carregadas de significados, como essas de Carlo Ginzburg: *topos e complôs*¹¹⁶.

Como no *ato* que o antecede e no *ato* que o sucede, há no *entreato*, um trabalho sobre *as formas e os argumentos* pelos quais os textos jornalísticos tentaram persuadir o leitor da necessidade e da importância da criação de Brasília e da transferência da capital ou, do contrário,

¹¹⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*, Op. cit., p. 47.

¹¹⁶ Cf. GINZBURG, Carlo. “O extermínio dos judeus e o princípio da realidade”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 211.

convencê-lo de que tal empreendimento constituía um equívoco, um engodo. Esse é o eixo que transpassa todo o trabalho.

O Terceiro Capítulo é dedicado às *apostas* dos articulistas e dos cronistas no *prêmio* ou na *frustração da espera* e no que a experiência *diz* que dá certo ou não. Pois lembrar é também aprender e, como atenta Ecléa Bosi, “‘eu me lembro’ e ‘eu advirto’ são verbos parentes próximos”. Para aqueles jornalistas, era, com um sabor especial, “tempo de lembrar”¹¹⁷.

O Capítulo volta-se a maneira como o passado ganhou visibilidade nessas matérias e quer perscrutar os distintos “horizontes de expectativa” forjados de um e de outro lado. Visto que, esses opostos prenunciavam amanhã antagônicos e, assim, a sorte do futuro confabulou-se em migalhas.

De todo modo, sempre concebi a instituição imprensa como *lócus* tanto de criação quanto de acolhimento e divulgação de imaginários sociais, nomeadamente *mudancista* e *antimudancista*, e de representações que lhes dão vida, além, é claro, de experiências do passado – o que abarca a memória – e de projeções de futuro – o que implica angústias e esperanças.

Imaginário e representações; recordações, silêncios e expectativas são resultados de atos de criação lingüística, eles dependem da linguagem. Esta é o instrumento decisivamente socializador de todas elas. Nesse estudo sobre a construção de Brasília pela imprensa escrita, as categorias de análise – que são antes de tudo funções do sujeito cognoscente – se complementam, se apóiam e, assim, possibilitam minha interpretação.

Por último, mas não menos importante, tudo o que produzi até hoje está marcado por meu interesse em fazer a ligação entre preocupações teóricas e pesquisa empírica. Aqui não foi diferente. *Do descerrar ao cerrar das cortinas* o leitor irá encontrar muitas pautas sobre o que é, para mim, fazer história. Por ser terreno poroso e escorregadio, assumo os riscos das leituras que realizei.

Reconheço minha infinita curiosidade sobre *a oficina da história*¹¹⁸ e, sendo assim, que a força desse trabalho reside, consideravelmente, nas maneiras como se entrelaçam os modos de pensá-la e a forma de escrevê-la. Oportunizei a fala de minhas fontes junto a discussões de ordem teórica e insisto que uma interação dialógica e hermenêutica do sujeito da pesquisa para com seu objeto seja de bom tom, produtora.

¹¹⁷ BOSI, Ecléa. Op. cit., p. 71, 481.

¹¹⁸ Ou seja, sobre sua fabricação, sobre o ofício e a profissão de historiador. Cf. FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, s./d.

CAPÍTULO 1.

PRIMEIRO ATO: O IMAGINÁRIO MUDANCISTA E O IMAGINÁRIO ANTIMUDANCISTA, SEUS CRUZAMENTOS E SUAS TENSÕES

É aos *mass media* que se deve o reaparecimento do monopólio da história. De agora em diante esse monopólio lhes pertence. Nas nossas sociedades contemporâneas é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar.

Imprensa, rádio, imagens que não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência. A publicidade dá forma à sua própria produção. Para que haja acontecimento é necessário que seja conhecido.

Pois do jornal local ao diário nacional, do órgão de grande tiragem ao semanário de opinião, somente a imprensa dispõe de uma gama de virtualidades sem rival, um leque excepcionalmente rico de manipulação da realidade.

Os *media* transformam em atos aquilo que não teria sido senão palavras no ar, dão ao discurso, à declaração, à conferência de imprensa a solene eficácia do gesto irreversível.

Os *mass media*, dessa forma, fizeram, da história uma agressão e tornaram o acontecimento monstruoso.

(...)

Na medida em que efetivamente o acontecimento se tornou intimamente ligado à sua expressão, sua significação intelectual, próximo de uma primeira forma de elaboração histórica, esvaziou-se a favor de suas virtualidades emocionais. A realidade propõe, o[s] imaginário[s] dispõe[m]¹¹⁹.

Pierre Nora

Não ser o que deveria ser é o pecado original e irremediável do presente. O presente está sempre querendo, o que o torna feio, abominável e insuportável¹²⁰.

Zygmunt Bauman

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. (...). É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador. (...). Dir-se-ia que para ser inteiramente moderno é preciso ser anti-moderno: desde os tempos de Marx e Dostoievski até o nosso próprio tempo, tem sido impossível agarrar e envolver as potencialidades do mundo moderno sem abominação e luta contra algumas das suas realidades mais palpáveis¹²¹.

Marshall Berman

¹¹⁹ NORA, Pierre. "O retorno do fato". In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1995, p. 181-184.

¹²⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 19.

Bauman, é um sociólogo e teórico polonês, de proeminência e reconhecimento internacionais, que se dedicou ao tema da fluidez contemporânea, desenvolvido em muitas publicações, como *Modernidade líquida*, *Tempos líquidos*, *Medo líquido*, *Vida líquida*, *Amor líquido*.

¹²¹ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 21-22.

O fantasma do imaginário em si

À guisa das colocações de Bronislaw Baczko vejo que em épocas de crise ou em situações de conflito, como as que se deram em torno da decisão de transferência da capital, “se intensifica a produção de imaginários sociais concorrentes e antagonistas” e se estimula a invenção de “técnicas de combate no domínio do imaginário”¹²². Percebe-se, desse modo, que imaginários podem ser respostas da sociedade a situações, divisões e tensões postas em seu bojo. É assim que eles são elaborados e consolidados, produzidos e renovados como forças reguladoras da vida coletiva. Falamos de técnicas específicas, que dizem respeito à propaganda, a arte de conceber e de veicular mensagens convidativas e sedutoras sobre a construção de Brasília, sobre esse protótipo do *acontecimento-informação* ou, o que dá no mesmo, do *acontecimento sem historiador* de nos fala acima Pierre Nora, levadas a termo por defensores efusivos e adversários renhidos.

Assim, no coração da vida social daqueles anos, sob o impacto da decisão da criação de Brasília se instalaram imaginários opostos, de um lado, o *imaginário mudancista*, de outro, o *imaginário antimudancista*. Um e outro impregnaram os anos 1956-1960, fazendo com que sujeitos e grupos, pelas suas reivindicações, expectativas e interesses, ou, em outros termos, pelos modos que reagiram à transferência, pudessem moldar e expressar em artigos e crônicas jornalísticas esse antagonismo. Ambos, como um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens, no primeiro caso, adeptos, no segundo, desfavoráveis ao projeto de JK, construíram para si, dando sentido a esse mundo, a essa conjuntura particular.

O que estava em jogo era a formação e a mobilização da opinião pública que os jornalistas e os políticos sabiam que pesava na balança de forças. Eles buscavam obter resultados práticos desejados, canalizar energias e orientar esperanças, ou, em outros termos, assegurar “uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas”¹²³.

Já como produtos da reflexão do historiador, esses imaginários são construções teóricas arbitrarias. Poderíamos igualmente falar – como categorias de análise – em um *imaginário do litoral*, um *imaginário do interior*, um *imaginário econômico*, um *imaginário da*

¹²² Supomos que esses anos têm a especificidade dos períodos “quentes”, em que a produção dos imaginários é a acelerada e intensificada. Cf. BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi. V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 300, 308-310.

¹²³ BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 312, 314.

modernidade, um *imaginário carioca*, *paulista* ou *pernambucano*, ou em um aglutinante *imaginário da mídia impressa*. Mas optamos pelas designações *imaginário mudancista* e *imaginário antimudancista* por enxergá-las como noções tanto menos imprecisas e difusas que a de um *imaginário nacional*, por exemplo, quanto menos circunscritas e específicas que as acima mencionadas, mas que podem abarcá-las e dialogar com elas. Sem abstrações e generalizações é impossível fazer história, todavia, é fundamental que os historiadores estejam atentos para a sua arbitrariedade¹²⁴.

Os considero como imaginários *sociais* porque dizem respeito a uma orientação da atividade imaginativa nessa direção, isto é, na “produção de representações da ‘ordem social’, dos atores sociais e das suas relações recíprocas (hierarquia, dominação, obediência, conflito, etc.)”. Bronislaw Baczko, ao longo de todo o seu texto, aborda o imaginário como um sistema de representações produzidas por determinados grupos sociais, que “designa a participação da atividade imaginativa individual num fenômeno coletivo”, numa comunidade de sentidos. Um só e mesmo código permite, assim, “fazer concordar as expectativas individuais, exprimir as coincidências e as contradições entre as experiências e as esperanças, e ainda sustentar os indivíduos em ações comuns”¹²⁵. No nosso caso, as múltiplas correntes ou grupos sociais do período, expressaram, no interior dos dois imaginários, reações frente à construção de Brasília e aos perigos de seus respectivos oponentes.

O sociólogo Richard Sennett avalia que “poucas pessoas afirmariam atualmente que suas vidas psíquicas surgem por geração espontânea, independentes de condições sociais e influências ambientais”, mesmo considerando que as idéias modernas sobre a psicologia da vida privada sejam confusas¹²⁶. Por seu turno, José Neves Bittencourt comenta que “a sociedade vive em cada um de seus membros, ainda que eles [e nós historiadores] saibam disso apenas vagamente”¹²⁷. Mas é Edward Hallet Carr que, talvez, melhor expresse o *topos* da correspondência biunívoca, adiantando a linguagem utilizada no Capítulo seguinte, de que a atividade imaginativa não é exterior ao social. Estamos, pois, em pleno acordo com ele, “os

¹²⁴ GAY, Peter. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média (1815-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 27.

¹²⁵ BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 309, 311.

¹²⁶ SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.16.

¹²⁷ BITTENCOURT, José Neves. “Espelho da ‘nossa história’: imaginário, pintura histórica e reprodução no século XIX brasileiro”. In: *Revista Tempo Brasileiro* (Memória e História), v. 1, nº 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1962, p. 62.

Doutor em História, profissional de museus e pesquisador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

homens cujas ações os historiadores estudam não foram indivíduos isolados agindo no vácuo: eles agiram no contexto e sob o estímulo de uma sociedade passada”¹²⁸.

Diante do exposto, há que ficar claro: partimos dessa noção de imaginário social e lhe conferimos especificidade – com o imaginário mudancista designamos representações daqueles que queriam mudar a capital do Rio de Janeiro para Brasília, já com o imaginário antimudancista indicamos as representações dos que almejavam justamente o contrário disso, independentemente, por exemplo, se estas nutriam ou não simpatias ao presidente.

Vale dizer ainda, que trabalhar com esse par não implica criar mecanicismos do tipo: liberais *versus* conservadores; vanguardistas *versus* tradicionais; antigos *versus* modernos; nacionalistas *versus* entreguistas (ou internacionalistas); comunistas *versus* capitalistas; futuristas *versus* nostálgicos; românticos *versus* pragmáticos, ou qualquer coisa desse tipo. Nenhum binarismo é puro. Há zonas fluidas em que interagem claramente seus pólos. Além do que, as pessoas que desejavam mudar a capital não pensavam do mesmo jeito. As que não queriam, por sua vez, não armaram todas um mesmo contra-discurso. Seus projetos, críticas e expectativas, embora, às vezes, muito próximos, não se fizeram como equivalentes, não se reduziram a uma única lógica. E mais, o projeto de criação e transferência da capital do país pôde mobilizar indivíduos com formações políticas muito distintas, como o arquiteto Oscar Niemeyer (amigo íntimo do ícone do comunismo no Brasil, Luís Carlos Prestes, ele teve visto negado para os Estados Unidos duas vezes em função de sua proximidade com o PCB – Partido Comunista Brasileiro) e o dramaturgo Nelson Rodrigues (que rompeu sua tradição de votar na UDN, União Democrática Nacional, apenas na eleição de JK e apoiou o golpe militar em 1964)¹²⁹. Nelson Rodrigues, aliás, foi à inauguração da capital em 1960 e teve hospedagem garantida em troca de um artigo que ele mandaria de lá. Este intitulou-se, bem *rodrigualmente*, “A derrota dos cretinos” e teve chamada de primeira página na *Última Hora* do dia 22 de abril. Era uma venenosa provocação aos inimigos da cidade.

(...) elogiou a poeira cor-de-canela de Brasília e contestou o poeta Carlos Drummond, que escrevera contra aquela poeira no “Correio da Manhã”. Na argumentação de Nelson, o novo Brasil se construiria da poeira de Brasília, e não higienicamente instalado em Copacabana, como Drummond, a milhares de quilômetros. E disse mais

¹²⁸ CARR, Edward Hallet. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 71.

¹²⁹ Para Ruy Castro, Nelson Rodrigues, seu biografado, era fã de Juscelino e votara nele contra Juarez Távora, rompendo sua fidelidade à UDN, e não se arrependera. Cf. CASTRO, Ruy. *O Anjo Pornográfico: A vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 290-291.

que, um dia, haveria de ver o poeta “sujando-se limpa e nobremente no pó de Brasília (...)”¹³⁰.

A priori, seria importante *encerrá-los* – o imaginário mudancista (tanto de Oscar Niemeyer quanto de Nelson Rodrigues) e o imaginário antimudancista – em uma fronteira conceitual, de sorte a apresentá-los ao leitor em definições *mais sólidas*, contudo, esse Capítulo se faz importante justamente ao expor tal dificuldade. É com muito cuidado que separamos esse dois lados de uma mesma moeda, integrantes do mesmo todo.

Supomos que a diversidade e o choque de visões presentes na segunda metade dos anos 50 em relação à construção de Brasília mostram-se, em suas múltiplas formas e relações, complexas demais e, por isso mesmo, avessas a explicações globalizantes e taxações reducionistas.

Nesse esteio, segundo Maria Cecília Sanchez Teixeira, a alegação astuciosa e empolgada pelo *respeito do contraditório e da complexidade*, perenes às tramas sociais, e os embalos epistemológicos de uma *compreensão poético-científica da realidade*, presentes na obra de Michel Maffesoli, afiançam que **“o dado mundano é uma composição de elementos heterogêneos”**, uma vez que a **“vida corrente”**, sempre escorregadia e variada, **“se tece de mil fios entrecruzados”**¹³¹.

Portanto, se os oponentes dos antimudancistas tinham *um sistema*, e estes últimos foram compelidos a desenvolver seu próprio *contra-sistema*, isso não pode levar ao equívoco de crer que, agora, dois sistemas de pensamento precisamente distintos passam a se enfrentar. Daí, as representações da nova capital não devem ser lidas nas letras fixadas em tinta, nos recortes de jornais, como já dadas e imóveis, essenciais e intransitáveis, visto que o pensamento mudancista e o pensamento antimudancista tal como o *pensamento liberal-burguês* e o *pensamento conservador*, trabalhados por Karl Mannheim, “não são *sistemas* já prontos nesse sentido”, são sim “modos de pensar em contínuo processo de desenvolvimento”¹³². Entendemos que as

¹³⁰ CASTRO, Ruy. Op. cit., p. 310.

¹³¹ MAFFESOLI, Michel. *La connaissance ordinaire, précis de sociologie compréhensive*. Paris: Librairie de Méridiens, 1985, p. 32 apud TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. “Sócio-Antropologia do Cotidiano: a abordagem de Michel Maffesoli.” In: *Antropologia, Cotidiano e Educação*. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 98-99, 111 (grifos nossos). A autora possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação da USP (1975), mestrado e doutorado também em Educação pela mesma universidade, obtidos respectivamente em 1983 e 1988. E, atualmente é professora desta instituição. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Antropologia das Organizações e da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: imaginário, cultura, educação, práticas simbólicas.

¹³² MANNHEIM, Karl. “O pensamento conservador”. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1986, p. 128.

reflexões que tomaram a construção desta cidade como *objeto*, suas finalidades, projetos políticos e dizeres apreciativos ou depreciativos, instituíram-se “como fazer pensante ou **pensamento se fazendo**”¹³³.

O imaginário mudancista e o imaginário antimudancista não existiram isoladamente, como espaços exclusivistas, mas se tocavam, se comunicavam. O zelo e o desmazelo em relação ao empreendimento, as idéias e os ímpetos de estima e de desprezo lançados sobre a futura realidade, bem como os argumentos e justificativas que inflamavam os dois lados, transitaram por toda a sociedade, pois faziam parte de um mesmo mundo.

Não encontramos nenhum pensador antimudancista que faça um ataque sistemático ao pensamento dos mudancistas como um todo, cada um deles trata e critica apenas certos aspectos dele. “Assim é impossível justapor dois sistemas de pensamento estáticos e completamente desenvolvidos. Tudo que pode ser feito é demonstrar as duas formas de pensamento, as duas formas de manejar os problemas”¹³⁴.

Isso se torna patente na abordagem que se nos apresenta dos temas *nação em crise e com graves problemas* ou *Brasil incompleto*, mas também no que diz respeito ao *ethos crítico e inventivo de nosso tempo* e da *cultura contemporânea do acontecimento sensacional*, e ainda, no que concerne a *pauta da modernidade*. Nesse sentido, cronistas e articulistas que compartilhavam esses terrenos representacionais, compartilhavam também identidades culturais, ou seja, “valores, sentidos e símbolos”¹³⁵, *mas não por isso*, se entrincheiravam no mesmo imaginário – mudancista ou antimudancista. Pois, por esses temas, por essa cultura e por essa pauta, os dois imaginários se cruzaram intensamente. Nesse sentido, imaginações rivais lidavam com os mesmos tipos de questões.

De modo que, se tal momento histórico é informado por uma dualidade, por um binarismo, há zonas de fronteiras onde esse dois contrários constroem um diálogo, existem interstícios plurais onde interagem claramente. E esses legítimos espaços de comunicação estão longe de se instituírem como meros sítios de neutralidade, nos quais representações antípodas se encontram e se confrontam, são eles, antes de tudo, autênticos e dinâmicos *campos de voltagem*. Há tensão nesses cruzamentos.

¹³³ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982, p. 14 (grifos nossos).

¹³⁴ MANNHEIM, Karl. Op. cit., p. 131.

¹³⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 11.

Roger Chartier, debruçando-se sobre a história da leitura e dos leitores na França do Antigo Regime, nos chama a atenção para a circulação, o compartilhar de idéias entre uma ampla e estratificada coletividade, para o trânsito de energias e para a fluidez de expectativas e preocupações que, aprioristicamente, tendem a ser consideradas típicas de um determinado grupo social, no seu caso, *popular* ou *erudito*, no nosso, *mudancista* ou *antimudancista*. No seu próprio verbo, “com efeito, onde se acreditava descobrir correspondências estritas entre clivagens culturais e oposições sociais existem antes circulações fluidas”. Percorrendo largamente pela sociedade – embora de forma desigual –, os mesmos *motivos* ou *formas* culturais sofrem apropriações variadas. Dizendo de outro modo, conceitos, imagens, crenças, juízos e ações podem ser compartilhados, sem que seus usos sejam idênticos, pois “semelhante perspectiva não renuncia a identificar diferenças (e diferenças socialmente arraigadas)”¹³⁶.

E, como ápice das *influências recíprocas*, é fundamental o fato de que filiados a um imaginário ou ao outro, os jornalistas tiveram a certeza de estarem vivendo um momento crucial para o país, e sentiram-se atores e testemunhas privilegiadas, na pretensão de serem *historiadores do presente*. Experimentavam a sensação de estar vivendo um momento histórico, no sentido mais intenso e carregado da palavra, no sentido mais enfadonho. Em consonância com o que enunciamos, no ano de 1972 foi publicado um artigo bastante provocador de Pierre Nora, denominado “O retorno do fato”, ocasião em que ele atesta que “a história contemporânea poderia simbolicamente iniciar-se com as palavras de Goethe a Valmy: ‘E vós podereis dizer: Eu aí estava!’”¹³⁷.

Encontramos, assim, entre várias matérias, um ponto em comum, a sua filiação ou inscrição a uma *figura epistemológica*: a de que nossa época é mais importante que todas as

¹³⁶ CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 8, 12-13. Somos devedores, só para citar três entusiastas defensores da circularidade de energias sociais distintas, de Robert Darnton, de Carlo Ginzburg e de Roger Chartier, pelo sereno alerta de que os homens e as mulheres, os idosos e os jovens, o populacho e a elite, o pouco instruído e o intelectual consagrado, e, finalmente, os mudancistas e os antimudancistas, em suas variadas cores e estratificações político-econômicas e sócio-mentais não se aprisionam em redomas incomunicáveis, por suas diferenças e discordâncias; ao contrário, dividem e participam, na identidade e na diferença, de questões em comum, são as “influências recíprocas”. GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Op. cit., p. 13. Ver entre outras obras: DARNTON, Robert. *O Grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986; GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 1987; GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das letras, 2001; CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990; CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002; CHARTIER, Roger. *Do Palco à Página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

¹³⁷ NORA, Pierre. “O retorno do fato”. Op. cit., p. 185, 188.

outras – lembrando que na acepção foucaultiana, as figuras epistemológicas não são todas forçosamente ciências. Trata-se então, fundamentalmente, de um *saber sobre a vida*¹³⁸.

No rastro dessa *ontologia do presente* – e para o que nos interessa aqui –, “podemos encarar a modernidade mais como uma atitude do que como um período da história”, ou seja, sobretudo, como “uma maneira de pensar e de sentir”, mas também “de agir e de se conduzir”. Em *O que são as Luzes?*, texto produzido em 1984 e do qual tiramos essas idéias, Michel Foucault, no rastro de uma *história do pensamento* volta sua atenção a resposta de Kant a essa questão, que foi publicada no periódico alemão *Berlinische Monatsschrift* em 1784. Nela, o filósofo francês se surpreende com a maneira como Kant cunhou uma **“análise particular do momento singular em que ele escreve”** e com a forma que este expôs sua **“reflexão sobre ‘a atualidade’ como diferença na história”**, reconhecendo aí um “esboço do que se poderia chamar de **atitude de modernidade**”¹³⁹.

Na contemporaneidade sobre a qual nos debruçamos, Fernand Rivier, no momento em que aproveita sua segunda, curiosa e inspirada visita a Brasília, observa, como num espelho, a *atitude de modernidade* dos candangos, e nos relata,

Chego ao Congresso, onde três andares já estão terminados, e sento-me no hemicíclio, onde em breve ecoará o ruído dos homens e dos seus discursos. Labutam aqui 1.200 operários, como formigas de um imenso formigueiro. Não se fala e trabalha-se num ritmo febril, tanto mais que o clima ajuda, e **sobretudo porque todos** – trabalhadores do Nordeste, do Sul, ou de qualquer outra parte – **têm consciência da grande tarefa que executam**¹⁴⁰.

E por falar em candangos¹⁴¹, Israel Pinheiro, no dia da inauguração, fez referência ao sacrifício deles e falou do espírito de Brasília como **“uma nova força propulsora, de**

¹³⁸ Michel Foucault, indubitavelmente um dos maiores pensadores do século XX, nasceu em 1926 e morreu em 1984, e sua trajetória intelectual, política e filosófica foi profundamente assinalada por questões e inquietações de “nossa época”. Seus estudos sobre a sexualidade, a penalidade e a loucura bem como suas ponderações sobre *o saber e o poder modernos* acabaram por se desdobrar em reflexões densas e interdisciplinares sobre a consciência que temos de nós mesmos e de nosso passado. De modo que seja válido falar em uma *ontologia do presente*. Cf. MOTTA, Manoel Barros da. “Apresentação”. In: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. V-XXIII.

¹³⁹ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 (grifos nossos). De agora em diante, nas páginas que se seguem e esta, todas as citações que dizem respeito a Michel Foucault, encontram-se na referida obra, **ver páginas 341-345, 347, 351**.

¹⁴⁰ RIVIER, Fernand. Segunda viagem de um estrangeiro a Brasília. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1958 (grifos nossos).

¹⁴¹ Sobre esse assunto, entre outros, ver: SOUSA, Nair H. Bicalho. *Os construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis: Vozes, 1983; RIBEIRO, Gustavo S. Lins. *O capital da esperança*. Brasília: estudo sobre uma grande obra da construção civil. Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB, 1980; TEIXEIRA,

imponderável significação¹⁴². Está então formado o par *ritmo Brasília* (“Não se fala e trabalha-se num ritmo febril”)/*espírito Brasília*, que o imaginário mudancista ambicionava estabelecer em busca da modernidade.

E, quando desta feita, a maneira contemporânea de pensar e de sentir de que falamos, encontrou sua expressão homônima na *cidade contemporânea*, fazendo uso da denominação da nova capital por Roland Corbisier, que na época ocupava o posto de diretor-executivo do ISEB¹⁴³, foi porque via nela a possibilidade de propiciar “a convivência humana fundada na justiça, abrindo a todos as mesmas possibilidades de desenvolvimento e realização”, ao invés de consagrar a iniquidade e refletir em sua estrutura – em seu plano arquitetônico e urbanístico – os desequilíbrios e privilégios das cidades construídas.

Talvez a modernidade tenha sido erigida como um tempo de ilusões, que, no Brasil de JK, se deu, em grande parte, com a ilusão do progresso fulminante, da participação igualitária na riqueza, na cultura e na política. Ilusão de que por meio da construção de Brasília uma nova forma de vida estava sendo instaurada¹⁴⁴. Ilusão de que muita coisa seria, a partir de então, diferente e, vale dizer, melhor. Talvez ainda tenha contribuído para esse tipo de atitude de fé, a percepção de que se vivia, nesse momento, uma era de expansão de formas de energia e de transporte, de industrialização, desenvolvimento urbano, arquitetônico e urbanístico; o encantamento e a sedução provocados por novas possibilidades que surgiram *naquele hoje*: Brasília seria filha da razão, da técnica e do planejamento.

Pela imaginação mudancista, *a cidade contemporânea* abrigara não só o signo de coração do país, por ser projetada para ser o centro administrativo do poder público do mesmo, mas também o significado do pulsar de uma nova vida, da sensibilidade comum entre as gentes do país, expressa nas palavras de Nelson Rodrigues, “poderia falar em Furnas, Três Marias, estradas, Brasília, indústria automobilística, mas não é isso que importa. Amigos, o que importa é o que Juscelino fez do homem brasileiro”. A partir de JK, na representação do dramaturgo recifense, surge um *novo homem nacional* e é “aí que está o importante, o monumental, o eterno

Hermes Aquino. *Brasília: o outro lado da utopia*. Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB, 1982; BEÚ, Edson. *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos*. Brasília: LGE, 2006.

¹⁴² PINHEIRO, Israel. “Discurso” apud BRASIL. Presidência da República. *Diário de Brasília*. Rio de Janeiro, 1960, volume 4, p. 358 (grifos nossos).

¹⁴³ Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

¹⁴⁴ Ver a análise de Maria Sylvia Carvalho Franco e de Roland Corbisier exposta por Georgete Medleg. Destaque ao Segundo Capítulo: “A propaganda de Brasília”. RODRIGUES, Georgete Medleg. *Ideologia, Propaganda e Imaginário Social na Construção de Brasília*. Dissertação de Mestrado em História. Brasília, UnB, 1990, p. 17-18.

na obra do ex-presidente”. Em tal perspectiva, o criador da cidade modernista “teria conseguido em cinco anos o que não se conseguiria em quatro séculos e uns quebrados: salvar o homem brasileiro”, despertando nele “insuspeitadas potencialidades” e conferindo “ao brasileiro vencido, liquidado, pobre diabo, uma nova e violenta dimensão interior”¹⁴⁵.

Quem sabe Juscelino, Nelson Rodrigues e os que endossavam e ampliavam positivamente seu discurso no jornalismo impresso habitassem mesmo um “Palácio das Ilusões Perdidas”, como afirma o diário *A Hora* de São Paulo, em 26 de fevereiro de 1957¹⁴⁶? De todo modo, não se pode dizer sobre tais *figuras epistemológicas* se são falsas ou verdadeiras, exatas ou não, aproximativas ou definidas, contraditórias ou coerentes. O melhor seria apenas dizer, influenciados pelas concepções de Foucault, que se tratam de formulações e de escolhas do que esses homens eram e conheciam¹⁴⁷. Essas são formas que a atitude de modernidade assumiu nesse contexto específico.

Quem também agiu como um moderno e assinou o artigo “Brasília e a grande tentação” do *Correio da Manhã*, no dia 7 de dezembro de 1958, foi um escritor chamado Santos Vahlis. Ele fala em favor de debates políticos livres sobre a construção da nova capital bem como da sanidade de uma franca e aberta *vigilância construtiva* por parte da oposição, pois eles são um exercício sadio de democracia, **“o que se não se pode negar”, em absoluto, “é a importância da mudança da sede do Governo para o planalto central”**. A que opina ser de ordem econômica, social, geográfica e, principalmente, política¹⁴⁸.

A “análise particular do momento singular em que se escreve” também foi levada a efeito pelos detratores da construção de Brasília. “Eu aí estava!”, reclamavam e exclamavam antimudancistas de todas as ordens e escolas, os mais e os menos ortodoxos. Exultantes ao revés, tinham também introjetado a imagem de que viviam uma época extraordinária, a do “Império do Cinismo” como a vê Tenório Cavalcanti, no jornal *Luta Democrática*¹⁴⁹. *O momento singular da*

¹⁴⁵ RODRIGUES, Nelson. *Remador de Ben-Hur*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 apud ANASTASIA, Carla Maria Junho. “De Drummond a Rodrigues: venturas e desventuras dos brasileiros no governo JK”. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). MIRANDA, Wander Melo (org.). *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002, p. 18-19.

¹⁴⁶ JK no Palácio das Ilusões Perdidas: Faixa Negra – Belo “Abacaxi” Vai Passar o Presidente. *A Hora*, São Paulo, 26 fev. 1957.

¹⁴⁷ FOUCAULT, Michel. Op. cit.

¹⁴⁸ VAHLIS, Santos. Brasília e a grande tentação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07 dez. 1958 (grifos nossos).

¹⁴⁹ CAVALCANTI, Tenório. Império do Cinismo. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 20 ago. 1957.

Tenório Cavalcanti foi um político polêmico das décadas de 50 e 60, nascido em Alagoas, mas que formou base política e eleitoral no Rio de Janeiro, cidade que mudou quando criança e pela qual foi eleito deputado estadual e federal, pela UDN. Ficou conhecido como “o Homem da Capa Preta” e habitava uma fortaleza no centro do

construção de Brasília, aqui, é um momento de especial *loucura*, de incrível *precipitação* ou de *barbaridade* única.

J. C. de Oliveira Torres é o escritor que assina o artigo “Sobre a mudança da capital”, propalado em Belo Horizonte, por vias de *O Diário*. Nele, o autor afirma que Davi Nasser, “que não é economista nem urbanista, mas jornalista (e pessoa em bons termos com o mundo oficial)”, coloca a boca no trombone e apresenta a mudança da capital como a verdadeira calamidade nacional¹⁵⁰.

Vista catastroficamente, Brasília fora anunciada até mesmo como “destruidora de lares”. Num artigo do *Correio da Manhã*, denominado “Apelo”, em janeiro de 1960, lemos o seguinte:

Mesmo os adeptos mais apaixonados da mudança imediata da Capital não podem deixar de admitir o mérito principal do projeto do deputado Oton Mader: esse projeto coloca as coisas na base dos fatos. Pois um desses fatos que o deputado paranaense, no seu projeto, admite e reconhece, é o fato consumado de já ter sido construída, embora só esqueleticamente, a nova Capital. Reconhecendo isso, também se tem de admitir o outro fato incontestável: que a transferência dos Poderes e das pessoas dependentes deles, em 21 de abril deste ano, não é possível nem aconselhável.

Quanto ao fato consumado da construção de uma nova e suntuosa cidade em região deserta, longe dos centros povoados do país, foi um grande e funesto erro. Mas, tratando-se de um fato já irreversível, não queremos perder tempo em discuti-lo. Queremos, sim, que se perca tempo em completá-lo.

Pois as condições atualmente reinantes em Brasília não permitem a transferência imediata. O alto preço dos víveres, a falta de número bastante de habitações, a falta de transportes coletivos, de telefones, de esgotos e de outros serviços indispensáveis torna impossível a transferência e a permanência de um grupo maior de pessoas civilizadas em Brasília; para não falar dos casos em que o trabalho da esposa do transferido e a falta de escola para seus filhos transformaria a mudança em dissolução da família¹⁵¹.

Na matéria do *Correio da Manhã*, o que pesa, especialmente, é a inauguração junto à Brasília de uma *época de infelicidade*,

O ministro Candido Lobo foi a Brasília, em missão idêntica a do ministro Nelson Hungria. Este foi verificar as condições de habitabilidade e funcionamento dos Juizes e

município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. “Com gerador de energia próprio, 12 telefones, 16 alto-falantes, 14 salas e quartos, nove banheiros, dois calabouços, tanques de oxigênio e depósito de alimentos, a casa fornecia a segurança perfeita para um político cheio de inimigos, que dizia ter 47 furos de bala no corpo e andava com uma submetralhadora batizada de Lurdinha - presente do então ministro da Guerra, o general Góis Monteiro - debaixo de uma inseparável capa preta.” Cf. MENDONÇA, Martha. “A fortaleza de Tenório: A casa de segurança máxima do deputado Tenório Cavalcanti, o Homem da Capa Preta, será aberta em Caxias após 20 anos”. In: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG64432-6014,00-A+FORTALEZA+DE+TENORIO.html>. Acessado em: 25/jul/2008.

¹⁵⁰ TORRES, J. C. de Oliveira. Sobre a mudança da capital. *O Diário*, Belo Horizonte, 22 jul. 1957.

¹⁵¹ APELO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1960.

funcionários do Supremo Tribunal Federal; aquele, as mesmas condições para o Tribunal Superior Eleitoral.

Ambos, nas apreciações sobre Brasília, embora sob influências diversas, mostraram-se sensíveis as situações domésticas, para o ministro Lobo “situação tormentosa”. Diz ele que “o problema se complica e assume proporções verdadeiramente assustadoras”. Encurtando história: “uma série de contrariedades que nos levam a sentir qualquer coisa assim parecida com a infelicidade”. Os juizes se mudam, separam-se dos filhos e netos, dos amigos, do médico de confiança (“pelo conhecimento que se tem do nosso organismo, resolvem o problema pelo telefone”), e ainda por cima ficam sujeitos a multa por rescisão dos contratos de alugueres, “cuja força maior, muitas vezes, será resolvida pelos Tribunais”. Sem falar nos funcionários federais casados com funcionárias principais...

Infelicidade – teu nome é Brasília¹⁵².

Cidade esqueleto, que repele pessoas civilizadas, ela as tornaria, irremediavelmente, infelizes. Pelos discursos jornalísticos, foram dados a nova capital poderes enormes. Brasília, sozinha, solaparia famílias, aniquilaria alegrias e fortunas, faria a justiça ser injusta¹⁵³, ocasionaria o colapso das instituições e, por conseguinte, iria conduzir o país para uma ditadura¹⁵⁴. Brasília provocaria também *doença imaginária*:

Para o médico Renault Ribeiro, cardiologista e chefe da Clínica Médica do ambulatório da Câmara dos Deputados em Brasília, a nova capital, entre muitos doentes reais, está ocasionando o aparecimento de doentes imaginários.

Em sua opinião, a altitude de Brasília, por exemplo, que muitos responsabilizam pela aparição de vários sintomas alarmantes, não faz ninguém ficar doente.

O que há, disse o médico, são casos de astenia neuro-circulatória (depressão nervosa), muito comuns, e os ligados a pressão arterial, mas nada tendo a ver com a altitude. Por outro lado, muitas pessoas que vieram do Rio, sem doença alguma, traduzem sua insatisfação em queixas às mais diversas¹⁵⁵.

O mesmo artigo do há pouco referido periódico *A Hora*, também é sintomático do que estamos a dizer, e o fato de escolher o *tropos* do deboche, em nada tira a sua insígnia de ator da consciência contemporânea.

Assoberba o espírito demagogo do sr. Juscelino a preocupação de transferir a Capital Federal para Brasília. O mundo inteiro será obrigado a conhecer o fato. Todos os mapas geográficos, nos cinco continentes, registrarão “a grandiosa obra” do sr. Juscelino Kubitschek. Seu nome ficará ligado à eternidade, através da história do Brasil. As gerações presentes levarão para o túmulo a notícia. As futuras consagrarão o “histórico acontecimento” na memória, por séculos e séculos... amém. Os milhões de brasileiros, crianças de hoje e homens e mulheres de amanhã, olhos marejados de patrióticas

¹⁵² INFELICIDADE, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1960.

¹⁵³ ADVOGADOS: justiça em Brasília será injusta. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1960.

¹⁵⁴ GOVERNO só para o futuro que esquece o presente. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1959.

¹⁵⁵ BRASÍLIA provoca doença imaginária. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1960.

lágrimas, fitarão no futuro o auri-verde pendão da esperança e coração a ruflar no peito, sangue a ferver nas veias, evocação, silentemente, este memorável, este imorredouro, este épico-apoteótico ato de heroísmo e bravura, de tamanho valor moral, de tão vital importância política, administrativa e bélica para o Brasil: “Juscelino transferiu a capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília”¹⁵⁶.

Não importa para onde lancemos nosso olhar no painel de recortes jornalísticos sobre a criação da nova capital, o que acabamos encontrando é uma “reflexão sobre ‘a atualidade’ como diferença na história”.

Mas, não há como falarmos de atitude, consciência, cultura ou história *contemporânea* sem tratarmos dos eventos. Com isso, nossa época devolveu sentido ao simples fato, ao acontecimento antes tido em má conta, rebaixado, desprezado. Pois, os *Annales*¹⁵⁷, desde os anos 30, cansaram de denunciar a *história acontecimental*, que se destinava apenas a narrar eventos vazios. A ela, estes contrapuseram uma *história-problema*, que foi claramente definida por François Furet, em 1975, em um texto já clássico sobre o assunto, *Da história-narrativa à história problema*. Segundo ele, com o advento desta última, o historiador passa a colocar ao passado *questões seletivas*, que não podem ter mais como *material tradicional* o *acontecimento singular* e que não buscam mais o objetivo de *descrever um vivido único*, mas precisarão *explicar um problema*. “Tem de conceitualizar os objetos da sua investigação, integrá-los numa rede de significações”¹⁵⁸.

Aliás, o desenvolvimento da historiografia moderna foi muito bem demarcado por Hannah Arendt como a ascensão dos processos, que trataram de esvaziar a importância, a autoridade e o apego aos acontecimentos individuais¹⁵⁹. Mas, isso é tão crível como a constatação de Pierre Nora de que o presente é “dominado pela tirania do acontecimento”¹⁶⁰. As duas

¹⁵⁶ JK no Palácio das Ilusões Perdidas: Faixa Negra – Belo “Abacaxi” Vai Passar o Presidente. *A Hora*, São Paulo, 26 fev. 1957.

¹⁵⁷ A hoje notabilizada e afamada revista *Annales d'histoire économique et sociale* foi fundada em 1929, dirigida pelos professores Marc Bloch e Lucien Febvre, da Universidade de Estrasburgo. Endereçando sérias críticas aos positivistas, os historiadores dos *Annales* afastaram-se de seus “antecessores” e seus corolários: centralização exacerbada na história política e nos acontecimentos individuais, ingenuidade e certa inocência epistemológica, estreiteza e acanhamento de visão, mas continuaram a sustentar e aprovar o *status* de ciência social.

Contudo, a expressão “ciência da história” parece ter sido grandemente abalada – alguns certamente preferem o termo “sacrificada” – pela “virada lingüística” e pela história cultural, nas últimas décadas do século XX. Isso, claro, considerando-se a existência de uma arqueologia desta última, como fez questão de nos advertir Sandra Jatahy Pesavento. Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Op. cit., p. 19.

¹⁵⁸ FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, s./d, p. 84.

¹⁵⁹ Cf. O conceito de história – antigo e moderno. ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

¹⁶⁰ NORA, Pierre. Op. cit., p. 180.

afirmações não se contradizem. Pois, agora, em um único fato se vislumbra toda uma longa história. E uma das coisas mais interessantes nesse âmbito é a percepção de que nossa contemporaneidade, de modo inédito, enxerga seu presente com um sentido já *histórico*. Talvez desde o fim do século retrasado, século XIX, a história se desenrola e se desdobra diante de nossos olhos¹⁶¹.

Insistimos que quase todos os contemporâneos se deram conta que a construção de Brasília era um acontecimento essencial na história do Brasil, quiçá da humanidade. Em “Segunda viagem de um estrangeiro a Brasília”, Fernand Rivier, afirma com convicção que

A batalha pacífica de Brasília – da qual toda a humanidade se pode orgulhar – está ganha. Eu disse “toda a humanidade”, pois numa época em que a vida se vai esfumando em esperanças, esta obra é das que melhor as podem fazer renascer. Que o homem readquirira confiança em si próprio, diante do exemplo criador, e não destruidor, da vida¹⁶².

Ainda enquanto as imagens da nova capital se apresentavam nos jornais – mas também no rádio e na TV – os significados históricos daquele evento eram proclamados, fossem qual fossem.

Esse tipo de percepção é semelhante a que tiveram os combatentes e os civis da Grande Guerra de 1914-1918. Os homens que a viveram, dentro ou fora do *front*, apreenderam-na como um fato fundamental na história e as cidades devastadas foram vistas por alguns como um memorial mais importante que as ruínas de Pompéia¹⁶³. Um outro grande exemplo dessa mesma atitude foi, provavelmente, o 11 de setembro de 2001. A televisão e a imprensa escrita nos apresentaram esse acontecimento como algo essencial, um momento a partir do qual a história

¹⁶¹ Para Pierre Nora é razoável entender o caso Dreyfus, pelo menos na França, como sendo “a primeira irrupção de um acontecimento moderno”, uma vez que pôde vislumbrar nele “grandes princípios abstratos afrontados em torno de uma só cabeça, dicotomia do mundo em bons e maus, suspense alimentado por falsos documentos e confidências em cadeias, apelo à opinião por meio de carta aberta e manifestos”. Em torno da construção de Brasília, como “uma só cabeça”, foram também tramados “grandes princípios abstratos”, “dicotomia do mundo em bons e maus” e suspenses alimentados por “confidências em cadeia”. Um e outro, o caso Dreyfus e o caso Brasília, “teve tudo da imprensa e tudo lhe forneceu”. Idem, *Ibidem*, p. 180-182.

¹⁶² RIVIER, Fernand. Segunda viagem de um estrangeiro a Brasília. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1958.

¹⁶³ Cf. EKSTEINS, Modris. *A Sagração da Primavera: a grande guerra e o nascimento do ocidente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 275. Modris Eksteins é professor de história na Universidade de Toronto e autor de inúmeros livros sobre a Alemanha, como *Theodor Heuss um die Weimarer Republik* e *The limits of reason: the German democratic press and the collapse of Weimar democracy*. A obra a que faço alusão é o resultado de suas pesquisas e de seus estudos sobre o primeiro grande conflito mundial e o advento da era moderna (de novos padrões de intelectualidade e de comportamento), que teve como elemento norteador um marco do Modernismo: a *première* do balé A Sagração da Primavera, de Igor Stravinsky.

jamais seria a mesma novamente. Foi assim que os mudancistas e os antimudancistas viram a construção da nova capital, e, é desse modo, que almejamos entender suas falas a respeito de tal evento.

A edificação de Brasília foi produzida como acontecimento pelo “sentimento de participação das massas no destino nacional”, por se abrir para muitas e mesmo contraditórias informações, conjecturas, explicações, críticas e comentários, mas, antes de tudo, por se tornar conhecido e se fazer conhecer. É o que Pierre Nora, pertinentemente, chama de “acontecimento sem historiador”, enxertado do drama, da magia e do mistério cotidianos, da estranheza, da poesia e da tragicomicidade ordinários¹⁶⁴.

Em abril de 1958, o periódico *SINGRA*, pela voz mudancista de Veriano de Mattos, afirma que

Brasília é tema do momento, a mudança da capital o será até 1960, e Brasília continuará a ser tema por muitos anos em razão de seu crescimento, da transferência de novas repartições e, mais que tudo, por ser a capital do Brasil¹⁶⁵.

Ao ler esse corpo de documentos, nos deparamos com essa *forma moderna de viver a história contemporânea*, construída sobre o acontecimento sensacional. *O evento* fascina e assusta, extasia e amedronta. É lugar tanto de projeções sociais, quanto de conflitos aflorados. Por isso, “assinala em algum lugar dentro do sistema social uma crise”¹⁶⁶.

Mas, *de qualquer maneira*, a construção de Brasília é o fato espetaculoso de todas as reportagens estudadas: como coloca a *Tribuna da Imprensa* em dezembro de 1956, após miniblocos de censuras e deboches sobre o empreendimento numa mesma página da edição, “*De qualquer maneira*, entretanto, Brasília foi, sem dúvida, a mentira de 1956”¹⁶⁷. Estamos diante do grande nome, do grande projeto, do grande ocorrido e, de acordo a preferência dada acima, do grande embuste do ano, ou dessa fabulosa “idéia irrealizável”, segundo o *Estado de São Paulo*, em “A nova aventura”, título editado dois meses antes, outubro de 1956, quando, transpira indignação,

Se lhe fosse possível concentrar o pensamento, por alguns instantes, sobre as linhas gerais **desse imenso projeto**, s. exa. [JK] chegaria finalmente a conclusão de que

¹⁶⁴ NORA, Pierre. Op. cit., p. 180, 184-185.

¹⁶⁵ MATTOS, Veriano de. Última visita de J.K. a Brasília: 21 de abril de 1960. *SINGRA*, 25 abr. 1958.

¹⁶⁶ Idem, *Ibidem*, p. 190-191.

¹⁶⁷ MUDANÇA para Brasília – a mentira carioca de 1956. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1956.

construir uma capital é algo mais difícil que criar uma aldeia, e de que mesmo uma aldeia não se pode, às vezes, edificar num decênio¹⁶⁸.

Assinado pelo Professor Pedro Valadares, o artigo “Enquanto Brasília não vem...”, que foi ao prelo em agosto de 1957, na *Folha de Luziânia*, fez-se como uma réplica ao artigo do sr. David Nasser, autor de “A Revolução dos Covardes” – “uma série de comentários condenando a construção de Brasília”, levado ao público pelas páginas do jornal “O Cruzeiro”¹⁶⁹. A réplica foi executada na forma de diálogo, “seguindo o conselho dos atualíssimos filósofos gregos”. Nela, a fala atribuída a David Nasser, veiculada antes da resposta oferecida pelo referido professor, reforça, se ainda se fizer necessário, o que foi dito até aqui,

D. N.) – Mas há muita coisa pra se fazer enquanto BRASÍLIA não vem; há muita coisa que não se faz por causa de BRASÍLIA; por culpa de BRASÍLIA, a vedeta; todas essas razões não impedem que BRASÍLIA SEJA UMA REALIDADE¹⁷⁰.

Em 31/10/1958 *O Globo* publicou uma pequena entrevista com o Sr. Nilo Sevalho, cujo tema intercalava a construção de Brasília e o “Programa de Estabilização Monetária”, que fora divulgado pelo Ministério da Fazenda. Na época, o referido senhor, ocupava os cargos de presidente do Centro de Materiais de Construção e de diretor da Associação Comercial, ambos no Rio de Janeiro e, quando indagado sobre os preços da madeira, do ferro e do cimento, não hesitou,

Existem duas etapas: antes e depois de Brasília. Até maio e junho deste ano, por exemplo, a madeira vinha-se mantendo com preços estáveis. Assinalo mesmo que em maio a crise interna (superprodução) era tal, que uma missão especial foi a Europa vender madeira, aliás com ótimos resultados. De julho a esta parte [de 1958], a demanda de madeira para Brasília foi tão forte, que a alta no mercado interno é da ordem de 100%.

O entrevistado, inebriado pelo *retorno do fato*, prende-se, em sua resposta apenas à madeira, mas o repórter insiste: E “sobre cimento e ferro, o que há de concreto?”¹⁷¹

Brasília podia ser uma coisa horrível, mas era, apesar disso, algo de monumental. Já os mais excitados não hesitaram, e chegaram a falar em “obra do século”¹⁷². “A lei do espetáculo é mais totalitária do mundo livre”¹⁷³.

¹⁶⁸ A NOVA aventura. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 05 out. 1956. Notas e Informações (grifos nossos).

¹⁶⁹ Não dispomos dessa fonte.

¹⁷⁰ VALADARES, Pedro. Enquanto Brasília não vem... *Folha de Luziânia*, Luziânia, ago. 1957.

¹⁷¹ BRASÍLIA Choca-se Com o Plano de Estabilização. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 out. 1958 (grifos nossos).

Não foi sem motivos que, antes mesmo de inaugurada, a nova capital já figurava “em novos compêndios de história pátria”:

Com capa dividida em quatro partes, contendo flagrantes da Cidade Maravilhosa, da capital baiana, um índio e a fase do trabalho com café, acaba de ser lançada na Europa, a primeira edição do livro “Brésil – Pages D’Histoires” de autoria do diplomata e historiador Renato Mendonça, que até há pouco exercia as funções de nosso encarregado de Negócios no Chile e foi agora designado cônsul-geral do Brasil em Amsterdão, Holanda. O trabalho do prof. Renato de Mendonça é a primeira história do Brasil que contém um capítulo dedicado a nova capital e uma fotografia do Palácio da Alvorada. Dividido em cinco partes, o trabalho contém dados sobre: 1) história de uma colônia; 2) a Independência e o Império; 3) a República; 4) o Brasil contemporâneo, sua economia e sua indústria; 5) **Brasília e o futuro do interior brasileiro. Este trabalho já foi traduzido para o espanhol, tendo várias edições e será agora vertido para o holandês.** A tradução francesa foi feita na Bélgica, por “Lês Editions ET Ateliers Graphiques Elsevier”, de Bruxelas, contendo cento e vinte e oito páginas.

O capítulo referente à nova capital brasileira tem seis páginas e tem o título geral de “Brasília et l’avenir de l’hinterland brésilien” compreendendo duas partes assim intituladas: “As transformações do após-guerra” e uma notícia do plano-piloto de Brasília feito por Lúcio Costa, aliada a explicações minuciosas sobre a participação do arquiteto Oscar Niemeyer na obra que se caracteriza como a “obra do século”. A edição se acha esgotada – anunciou o ministro Renato de Mendonça à imprensa – tendo sido feitos apenas oito mil exemplares. O prefácio foi escrito pelo sr. Edmond Vandercammen, da Academia Real belga de Língua e Literatura Francesa, no qual ele afirma que o objetivo do autor foi o de apresentar uma síntese completa de quatro séculos da História do Brasil. Com a ida do ministro Renato de Mendonça para a Holanda espera-se para breve o lançamento da obra na língua nacional desse país¹⁷⁴.

O *Diário Carioca*, no mês de outubro de 1960, informa aos seus leitores sobre o Recenseamento realizado no referido ano, sob a direção-geral do sr. Antônio Vieira de Melo. As informações, até ali recolhidas, demonstraram que na nova capital existia “uma média de cem rapazes para 15 moças”, o que fazia dela um *paraíso* para as mulheres que desejavam contrair matrimônio. Além disso, a própria população crescia em ritmo célere, célebre e efervescente, a cidade “já conta com mais de cento e cinquenta mil habitantes tendo apenas, menos de um ano de inaugurada, fato talvez nunca registrado na história de qualquer outra cidade do país e do estrangeiro”¹⁷⁵.

Brasília permaneceu, ano a ano, a *grande notícia* do governo JK, fora o paraíso das moças solteiras e fora também o espaço de um crescimento populacional em marcha

¹⁷² *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1960.

¹⁷³ NORA, Pierre. Op. cit., p. 183, 186.

¹⁷⁴ BRASÍLIA já figura em novos compêndios de história pátria. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jan, 1960 (grifos nossos).

¹⁷⁵ BRASÍLIA é paraíso para moça solteira. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 22 out. 1960.

estranhecedora e inigualável. Os *mass media* tornaram-na *monstruosa*, um *vulcão da atualidade*, a semelhança da candidatura de Jânio Quadros e das eleições de 1960, das missões de exploração a lua e da alta vertiginosa dos preços.

No *Jornal do Brasil*,

Jânio Quadros, a vassoura, a mudança da Capital para Brasília, viagens a lua e o custo de vida, são os temas preferidos dos compositores e cantores, para o carnaval de 1960 e que se destacam entre cerca de 500 gravações, que ainda falam de Colombina e Pierrol, queixas de amor, saudade e mulher¹⁷⁶.

Para que a construção de Brasília se tornasse um acontecimento foi necessário e suficiente que milhões de homens e mulheres pudessem ver nela a força e a veemência de uma novidade, levada até os limites da redundância; a promoção de um sucesso ou a projeção de um pânico social¹⁷⁷.

Um e outro imaginário, o mudancista e o antimudancista, funcionaram como palco, palco onde atuou livremente *o retorno do fato*. Foi para sua encenação que nós suspendemos, ainda há pouco, nossas cortinas...

Até aqui falamos muito de representação, e gostaríamos de esclarecer que ao trabalhar como essa noção, julgamos que a riqueza de seu sentido está justamente na perversão que se alastra pelo teatro da vida social nas *distinções fundamentais* entre o que representa e o que é representado, entre signo e significado, a fazer com que algo “não tenha existência senão na imagem que exhibe”¹⁷⁸. Assim, fez-se Brasília, com todo o seu frenesi, escândalo e aura de fascínio. Na benignidade ou malignidade que lhe foram atribuídas, estivera presente o desejo de que a “identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação”¹⁷⁹.

¹⁷⁶ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 jan. 1960

¹⁷⁷ NORA, Pierre. Op. cit., p. 184, 187.

¹⁷⁸ A propósito, Roger Chartier desmistifica a imagem de uma História Cultural desencarnada do reconhecimento e da leitura das relações de poder que oportunizam e definem a intervenção dos sujeitos na cena social. Cf. CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Op. cit., p. 75.

¹⁷⁹ CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Op. cit., p. 21.

Conseqüentemente, cremos que é justamente na linguagem jornalística, um reduto da pretensa neutralidade e serenidade ética¹⁸⁰, que os fantasmas, desejos e ilusões do ser humano e das sociedades vêm habitar, como um complexo entre o dito e o não dito. Ali, onde a intenção manifesta não raro é expressar com rigor a realidade tal como ela é, sem utopias, sem fantasias nem invenções, a presença do imaginário converte subversivamente o discurso instrumentalmente racional em seu contrário. Estaria *A Noite* ou *O Jornal* noticiando “o real bem real”¹⁸¹? Editados no ano de 1957 têm, entretanto, visões potencialmente opostas sobre a construção da *nova capital geocêntrica* e, simultaneamente, ilustram a existência de diferentes experiências do tempo. É necessário então reformular a pergunta, qual teria mais imaginação?

Em julho,

Negar a esta altura dos trabalhos desenvolvidos pela NOVACAP para a construção da nova capital do Brasil, em Brasília, a realidade desse empreendimento já não é possível nem aos cépticos nem aos derrotistas. O que foi dado à reportagem observar e verificar nesta região, que há seis meses era densa mata-virgem e campos despovoados, entusiasmo e revela o quanto pode ser feito pela determinação dos homens de boa-vontade que trabalham pelo Brasil¹⁸².

Em agosto,

Por enquanto, o que se sabe é que Brasília continua um acampamento com algumas casas de madeira e muito mato¹⁸³.

Pois, como pode alguém colocar no papel “a verdadeira idéia de uma cidade”, especialmente quando alguém gosta da cidade, como no primeiro caso, e o suprimento de papel é interminável?¹⁸⁴ Embora “o suprimento de papel” para uma matéria seja bem delimitado, em tudo mais, vemos aqui que Robert Darnton tem plena razão, pois como afirma Gilbert Durand, “o imaginário constitui o conector obrigatório pelo qual forma-se qualquer representação humana”,

¹⁸⁰ Há o jornalismo factual, que se arvora dotado de neutralidade (não a possui!), mas, por outro lado, há, igualmente, um jornalismo editorial, que, ostensiva e confessadamente, constrói-se pelo investimento opinativo e o posicionamento aferrado diante de questões controversas e de interesse da opinião pública. Todavia, este trabalho está, no mais das vezes, assim avaliamos, diante de artigos e crônicas, com os próprios jornalistas denominam seus textos.

¹⁸¹ CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Op. cit., p. 27.

¹⁸² APENAS Ferro e Cimento são transportados, em Caminhões, de fora para Brasília. *A Noite*, Rio de Janeiro, 29 jul. 1957. NOVACAP: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

¹⁸³ PRECIPITAÇÃO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1957.

¹⁸⁴ DARNTON, Robert. Op. cit., p. 142.

assim “todo pensamento humano é uma re-presentação, isto é, passa por articulações simbólicas”¹⁸⁵.

De sorte que, quando um jornalista nos deixa entrever representações de sua geração, formação ou comunidade, elas devem ser tomadas como fatos, e não como *construções* sem relação com a realidade. Os imaginários não são o inverso do vivido. *Eles são o vivido*. São uma realidade, embora “de natureza distinta daquilo que por hábito chamamos de real”¹⁸⁶. Cada texto impresso *torna a criação de Brasília visível* em sua própria maneira, transmite sua visão de realidade.

Falando em Robert Darnton, em seus estudos sobre mentalidade, na perspectiva de uma antropologia histórica, destaca-se *O Grande massacre de Gatos: e outros episódios da História Cultural Francesa*, da onde extraímos a citação utilizada poucas linhas atrás. Publicado originalmente em 1984, o livro nos traz seis ensaios, cujo título já chama a atenção para um deles: “Os trabalhadores se revoltam: O Grande massacre de gatos na Rua Saint-Severin”, com o fito de compreender a graça por traz de uma matança de gatos, ocorrida em Paris às voltas da Revolução Francesa, Darnton se debruça sobre o relato de um *operário* da época, com a mestria de *ler* o documento e interpretar e entender todo um código social inscrito naquelas palavras, para, enfim, *alcançar* a piada que até então era ininteligível. Esse é um autêntico exercício de alteridade, um legítimo esforço de *compreensão do outro*, que assinala um programa teórico muito mais amplo, o de que o ambiente ou contexto intelectual e mental não pode ser visto separadamente do ambiente/contexto sócio-político e econômico.

Em outro capítulo, nomeado “Um burguês organiza seu mundo: a cidade como texto”, no qual o autor conta o desejo de um *bourgeois* anônimo do século XVIII de “capturar toda a sua cidade, cada pedacinho dela”, vemos que a Montpellier que *aparece como fonte histórica atualmente* é a que este anônimo criou em sua mente, “enquadrou numa estrutura mental e coloriu de emoção”. É também assim, acreditamos nós, que *podemos encontrar Brasília* a época de sua construção, traduzida em palavras, “em toda uma torrente de palavras” e tingida com cores emocionais destoantes.

Tal como para Robert Darnton são os modos de escrever e ordenar a construção da cidade que nos interessa como *expressões* de uma consciência estranha. E, trabalhando dentro de

¹⁸⁵ DURAND, Gilbert. *O Imaginário: ensaios acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004, p. 41.

¹⁸⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário”. Op. cit., p. 16.

cada artigo e de cada crônica talvez nos tornamos sim capazes de flunar pela construção de Brasília que esses mesmos autores fizeram com suas respectivas alocuções, jamais esquecendo que em *cada pedacinho dela* há o exagero de certos elementos e a negligência de outros. Do mesmo modo que na *Description* analisada por Darnton, pelos nossos indícios vemos que “a exclusão e a inclusão pertenciam ao mesmo processo de estabelecimento de fronteiras, um processo que ocorria nas mentes dos homens, tanto quanto nas ruas”¹⁸⁷.

Portanto, as idéias e a cultura não são desligadas do mundo. Os imaginários não funcionam independentemente da sociedade que os produziu. Negar isso seria desconhecer, por exemplo, que o urbanismo, a arquitetura e o paisagismo de Brasília imprimiram valores que não eram puramente artísticos. Qualquer manifestação cultural, da pintura à literatura, da música ao jornalismo, da escrita à leitura, possui significados que ultrapassam o *mundo cultural*, digamos assim, e se relacionam com a sociedade, a política e a economia de uma comunidade.

É inócua a tentativa de se empenhar em discutir as representações jornalísticas presentes ao longo dessas páginas e *esquecer* que havia um Programa de Metas e uma Guerra Fria enquanto elas eram escritas; uma eleição extremamente conturbada (1955) e um cenário emocional e político bastante marcado e comprometido pelo suicídio de Getúlio Vargas e pela *crise dos três presidentes*¹⁸⁸ antes dos jornalistas se debruçarem sobre *a questão da transferência da capital*. Difícil *não lembrar* que estamos falando de um tempo de oposição barulhenta e majoritária da UDN ao governo, de uma aliança complexa de Juscelino com o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que encarnava justamente a herança varguista – polêmica e polarizadora; complicado ignorar que discorremos sobre um momento histórico personificado pela ingerência

¹⁸⁷ DARNTON, Robert. Op. cit., p. 141, 143, 144, 149, 162.

¹⁸⁸ Com a morte de Getúlio, assume o vice-presidente Café Filho, como este último adoece, novamente faz-se necessária uma substituição: o presidente da Câmara dos Deputados, próximo ao esquema udenista, Carlos Luz, assume então a cadeira do Executivo. Mas, diante de uma ameaça de golpe, contando com sua participação, no intuito de impedir a posse dos eleitos JK e Jango, se dá o esquisito episódio do “retorno aos quadros constitucionais vigentes”, sob a liderança do general Henrique Teixeira Lott, futuro Ministro da Guerra no governo de Juscelino, apreciado por este último pelo seu *legalismo incondicional*. Tudo isso resulta na destituição de Carlos Luz e, por fim, quem acaba tomando a posse na chefia da nação e passando a “faixa presidencial” para Kubitschek foi o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos – em “estado de sítio”. Na maneira como apreendeu a situação, que teve seu clímax no dia 11 de novembro de 1955, o jornalista e advogado gaúcho Flávio Tavares: “Estavam concluídas as operações do Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes [também conhecido como Contra-golpe ou Golpe Preventivo]. Num continente onde os golpes militares brotam como cogumelos na relva após a chuva, um general de sessenta anos de idade tinha invertido a ordem dos fatores, colocando o poder civil antes das armas e fazendo das armas apenas um suporte formal de poder. Pela primeira vez, um golpe de estado em favor da democracia – algo insólito, contraditório e paradoxal, mas **inteiramente verdadeiro** [excesso retórico, apenas]”. Cf. TAVARES, Flávio. O dia em que Getúlio matou Allende: E outras novelas do poder. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 115 (grifos nossos).

dos militares no âmbito da administração civil¹⁸⁹; pelo planejamento, investimento e intervencionismo estatais como valores que estavam em alta (e não só no Brasil) e que eram incitados por instituições internacionais, como a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e nacionais, como o ISEB; por movimentos e expressões culturais precursoras e efervescentes. O Brasil vivia o que se chamava então de um processo de modernização política e econômica, mais um de nossa história, dentro de regras democráticas¹⁹⁰, e sofria todos os impactos, positivos e negativos, daí decorrentes.

Assim, sem dúvida alguma há laços sociais nas idéias-imagens sobre a edificação de Brasília que foram propaladas no jornalismo impresso. Há fios e amarrações entre o dizer figurado num diário e o mundo que o produziu. O espetáculo de discurso e mídia ao qual nos direcionamos é um local da subjetividade, que acolheu questões, inquietações e problemas próprios da ocasião em que foram levantados. Desse modo, embates de representações, em que atuaram vigorosamente vetores favoráveis e contrários à nova capital, nos consentiram construir um diálogo possível com o passado. Passado de um homem, uma cidade, uma nação e várias matérias jornalísticas – que os multiplicaram.

“Juscelino se apresentou em sua campanha eleitoral, como é usual, com ousadas promessas de governo. Queria edificar a imagem de um líder moderno, corajoso e otimista quanto ao futuro do Brasil”¹⁹¹. Para tanto, definiu construir Brasília, meta-síntese e meta-símbolo dessa bandeira transformadora. Almejava, nas palavras e segundo a impressão de contraste veiculada num jornal sulista em dezembro de 1957 “erigir em meio à mata uma cidade moderna”¹⁹². Imaginem só a força dessa representação: um oásis de vidro e concreto em formas curvas e modernistas cravado bem no meio de um grande mato.

¹⁸⁹ Ainda segundo Flávio Tavares, o difícil é saber quem começou a conspirar primeiro: se os militares pró-UDN ou se a UDN pró-militar. TAVARES, Flávio. Op. cit., p. 103.

¹⁹⁰ Naquele momento, supomos, a autoridade racional-legal, com base na democracia, e o modelo urbano-industrial eram os grandes signos de uma sociedade política e economicamente moderna.

¹⁹¹ ALBERTI, Verena. “O século do moderno: modos de vida e consumo na república”. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, p. 248.

¹⁹² *A Hora*, Porto Alegre, 02 dez. 1957.

Tal representação de contraste é poética e encantadora e, por isso mesmo, bastante persuasiva. Todavia, a idéia de *tabula rasa* em relação à porção do planalto goiano reservada à criação de Brasília é sem grandes dificuldades quebrada, entre outros fatores, pelos próprios recursos públicos destinados à desapropriação de terras na área demarcada. Desdenhosamente, Darcy Ribeiro “afirmava que na região indicada para a instalação da nova capital não se iria ‘desbravar nada, pois no local escolhido havia uma cidadezinha meio morta, de 1720, e muitos latifúndios criando um gadinho chifrudo e mofino’”. “A região não era vazia, terra de ninguém, abandonada”.

O mandato de JK como momento dos grandes saltos fez e faz morada na imaginação e na memória do brasileiro. É ele personificado pelo já mencionado *ritmo Brasília*, expresso na declaração de Israel Pinheiro, presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, na paulista *Folha da Manhã* e neste mesmo ano de 57, sobre o andamento das obras no Planalto Central: “Brasília vai a jato” e “no tapa” e “caminha à frente dos projetos”¹⁹³ e pelas lembranças de uma personagem não consagrada pela historiografia da construção da cidade, mas nem por isso menos emblemática, Antônio Luiz Souza Mello, que fora transferido “num repente” – a trabalho – justamente pela NOVACAP, do Rio de Janeiro para a futura capital,

– Um grande problema da época é que, quando a gente acordava, tudo na rua já tinha mudado. Era trabalho em tempo integral. Uma vez saí depois do almoço de volta ao trabalho. Na saída, umas quatro horas depois, me perdi, pois o retorno já tinha mudado de lugar. Era uma loucura maravilhosa¹⁹⁴.

Ora, é no rastro destas performances imagéticas que se impôs uma difusa e vigorosa idéia de velocidade, ruptura e futurismo magnificentes na geração que se consagrara historicamente por dourar alguns anos de nossa história republicana. Neles, a ala mudancista era, pode-se dizer, a ala *bossa-nova*, pois o rótulo passou “então a designar um novo comportamento, uma nova moda, um novo som, uma nova maneira de cantar, ou tudo aquilo que representava uma novidade, o que causava certo estranhamento em relação ao previsível e estabelecido pelos códigos estéticos, morais e políticos da época”¹⁹⁵.

A história do território do Planalto Central onde foi instalada a nova capital não começou com a mudança desta. Desde meados do século XVIII, consoante o historiador Paulo Bertan, entroncavam-se no atual Distrito Federal “duas das mais importantes estradas da história da colonização brasileira, que ligavam a região a Salvador e ao Rio de Janeiro. Tropeiros, mercadores, viajantes e cientistas como o francês Auguste de Saint-Hilare e dois governadores da Capitania de Goiás fizeram uso dos trechos”. De qualquer sorte, a imagem fundacionista da “terra onde vai ser”, ideologicamente difundida dentro e fora de nossas casas do Executivo e do Legislativo gozaram, naqueles anos, de grande acolhida e encantamento sociais. Cf. “Antecedentes Históricos”. In: *Brasília 40 Anos: uma história que continua sendo escrita*. Correio Braziliense/TV Brasília. Edição Única Comemorativa. Brasília: impressão e fotolito Foco Divisão Gráfica, 21 abr. 2000, p. 24-25 e ANASTASIA, Carla Maria Junho. “De Drummond a Rodrigues: venturas e desventuras dos brasileiros no governo JK”. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). Op. cit., p. 24.

¹⁹³ PROSEGUE em ritmo acelerado a edificação da nova capital. *Folha da Manhã*, São Paulo, 18 dez. 1957.

¹⁹⁴ “Eles viram Brasília nascer. O começo, sempre difícil”. In: *Querida*. Brasília é um assunto que interessa a mulher. Rio de Janeiro: Rio Gráfica e Editora, nº 378, set. 1970, p. 64.

¹⁹⁵ *O presidente tem bossa*, dizia uma gíria da época. Todavia, Juca Chaves, compositor e humorista, criou uma sátira ao popular Juscelino. A música, que chegou a ser proibida oficialmente tornou-se muito conhecida na época:

Bossa nova mesmo é ser presidente/
desta terra descoberta por Cabral/
Para tanto, basta ser tão simplesmente/
simpático, risonho, original/
Depois desfrutar da maravilha/
De ser o presidente do Brasil/
Voar da Velhacap pra Brasília/
Ver o Alvorada e voar de volta ao Rio...”

GOMES, Renato Cordeiro. “Bossa nova: uma nova afinação”. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). Op. cit., p. 120.

Os discursos governistas, aliados, simpatizantes e afins buscaram, comumente, conceber Brasília como o cúmulo da inovação, como a alta modernidade em convicta execução, caso do *Correio Radical* no mês de setembro de 1957, em “Enquanto Isto, Brasília Cresce”,

O presidente Juscelino Kubitschek está escrevendo uma epopéia, conduzindo o Brasil na sua invencível “marcha para o Oeste”, reconquistando novas áreas, criando novas riquezas (sic), abrindo culturas novas no solo, edificando cidades, indústrias, manufaturando um Brasil inteiramente novo¹⁹⁶.

Em manchete, no ano anterior, exibida no *Diário da Noite*, também podemos ler uma convicção semelhante: “Neste momento, a nova capital brasileira é um símbolo: símbolo de modernidade e de esperança em novos rumos para a vida nacional”¹⁹⁷.

Aliás, os mudancistas, como já tivemos oportunidades de perceber, não raro, faziam uma leitura do Brasil marcada pela ênfase nos descompassos regionais, diante disso, nada melhor que uma cidade e sede política no interior, a irradiar *o moderno e o desenvolvimento* em todas as direções. Em *O Jornal*, num texto chamado “Revolução econômica com a fundação de Brasília”,

A transferência da sede do governo federal para Brasília equivalerá ao deslocamento, para o centro geográfico do país, de um foco de civilização, de progresso, de riqueza. Com isto, o Brasil inteiro só tem a lucrar (...) ¹⁹⁸.

Ora, há acima, pelas linhas citadas do *Correio Radical*, do *Diário da Noite* e de *O Jornal*, idéias de uma inovada nação levantada simbolicamente pela criação de uma cidade modernista, na medida em que ela se desenhava em projetos e idéias-imagens e se edificava no solo bruto do cerrado em cimento armado.

A modernidade surge na cidade. Ela é o espaço por excelência de formação da vida hodierna, acelerada, feita em contraposição ao mundo, na melhor das hipóteses, de mudanças lentas do campo, e na pior, estático, representado como obsoleto; talvez tão obsoleto quanto à velha capital, o Rio de Janeiro, nos olhares inquietos favoráveis a nova capital, que, aliás, a enxergavam como a própria representação estética do que é a modernidade – foi criada para substituir uma *capital colonial*, seu projeto arquitetônico almejou romper tanto com a superposição de estilos vigente quanto com o apego ao estilo clássico.

¹⁹⁶ ENQUANTO Isto, Brasília Cresce. *Correio Radical*, Rio de Janeiro, 03 set. 1957.

¹⁹⁷ TAREFA para esta geração. *Diário da Noite*, Pernambuco, 28 out. 1956.

¹⁹⁸ REVOLUÇÃO econômica com a fundação de Brasília. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 04 dez. 1957.

Para Lúcia Lippi Oliveira “é nos anos de 1950 que pela primeira vez na história do Brasil o mundo urbano sobrepuja o rural em termos de imaginário da sociedade brasileira”. Em oposição ao passado, ao atrasado e ao antigo as imagens do urbano coincidem com as idéias do avançado e do moderno. “Como meta síntese do governo, Brasília seria a concretização da utopia de uma cidade modernista, símbolo do novo e da nova sociedade”¹⁹⁹. A reboque dessa sensibilidade, “as colunas dos palácios da Alvorada e do Planalto, assim como as duplas torres e as abóbadas do Congresso, tornaram-se signos do Estado, do país e do próprio desejo de modernidade brasileira”²⁰⁰.

Assim, os sentidos de conquista, de progresso e revolução se organizaram e se processaram no imaginário mudancista e, pelas suas propriedades associativas e combinatórias, codificaram largamente a experiência da construção da nova capital como interrupção do antigo – ou seja, de tudo aquilo que não se queria mais –, reinventando o tempo e o espaço nacionais e projetando na precursora Brasília a problemática da cultura brasileira de inventar sua modernidade. Deste modo, na *antropologia da modernidade* de James Holston, a cidade pôde aparecer “como exemplo de um processo moderno de construção nacional e do próprio modernismo”, como “um paradigma da modernidade particularmente importante: a idéia de que governos nacionais podem mudar a sociedade e manobrar o social através do imaginário de um futuro alternativo”²⁰¹.

Enfim, com Brasília e por ela, a vida urbana – e moderna – deveria tomar conta do país. Citando Octavio Ianni, em *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)* e o extraordinário depoimento de Jaime Zettel²⁰², Georgete Medleg assim trabalha a questão:

A um programa de desenvolvimento correspondia também novas concepções de cultura e, por conseguinte, do homem brasileiro. O modelo agora é o do homem cidadão. Na avaliação de Octávio Ianni, por exemplo, no governo JK “avançava a hegemonia da cidade, enquanto universo cultural singular, sobre a cultura de tipo agrária...”.

“... a gente ia descer, fazendo cidades pelo Brasil inteiro, descendo pro sul, saindo de Brasília, fazendo não sei quantas cidades”²⁰³.

¹⁹⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Tempos JK: a construção do futuro e a preservação do passado”. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). Op. cit., p. 31-32.

²⁰⁰ CAVALCANTI, Lauro. “Brasília: a construção de um exemplo”. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). Op. cit., p. 98.

²⁰¹ HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 3-4.

²⁰² Na época, arquiteto da equipe de Lúcia Costa; no trecho que se segue, Jaime Zettel fez referência a uma vontade de JK em sua provável volta à presidência, em 1965.

As cidades modernas, centros da indústria, do comércio e da burocracia, forjaram um modo de ser urbano, de forma que as imagens de civilização e inovação foram a elas associadas. É a *nova urbanidade*, o *colorido burguês* que, em ascensão, tingiu, segundo Robert Darnton, a tela francesa desde o século XVIII. O cavalheiro da cidade, como um novo tipo ideal, forjou um também novo estilo de vida. “Rico, bem alimentado, corretamente vestido, cercado por objetos de bom gosto, certo de sua utilidade e firme em sua filosofia, ele **se regalava com a vida urbana**”. Como afirmou o anônimo *burguês* de Montpellier, em sua *Description*: “Felizes são os que moram nas grandes cidades”²⁰⁴.

Peter Gay no instigante livro em que tenta identificar a formação, os estilos e as atitudes que criaram uma cultura de classe média no século XIX, tendo como guia Arthur Schnitzler, “o escritor mais interessante de seu tempo”, faz soar a voz de Marx e Engels por meio de trechos do *Manifesto Comunista*, originalmente publicado em 1848. Em tom irônico afirma que “como moradores de cidades”, os inventores do socialismo científico comentaram com aprovação que “a burguesia sujeitou o campo ao governo das urbes. Criou enormes cidades, aumentou grandemente a população urbana em comparação com a rural e assim resgatou, da estupidez da vida rural, grande parte da população”. Em que pese as ferozes críticas dos principais comunistas do século à *Bürgertum* estamos agora diante de um elogio rasgado de sua urbanidade e modernidade²⁰⁵.

Eis a tradição, que associa essas duas dimensões e valores sociais, a qual a criação de Brasília se inscreve. Esse *vínculo mental* recorre a tempos um tanto quanto longos, mesmo que descontínuos, tal qual a idéia do Brasil como uma nação em crise e como uma nação inacabada.

No interior do *paradigma do país em crise*, parte do *Diário de Notícias*, pela crônica “Futuro e Presente”, a seguinte declaração,

Até o momento, apesar da enorme publicidade oficial, ainda não houve argumento capaz de demonstrar que a mudança da capital constitui a solução para os problemas nacionais.

Evidentemente, e como parece claro, joga-se sobre o futuro a desculpa para o drama que estamos vivendo²⁰⁶.

²⁰³ IANNI, Octávio e Depoimento a Georgete Medleg Rodrigues e Luis Carlos Lopes em 28/04/90, para o PMCB – ArPDF apud RODRIGUES, Georgete Medleg. Op. cit., p. 29, 34.

²⁰⁴ DARNTON, Robert. Op. cit., p. 182 (grifos nossos).

²⁰⁵ GAY, Peter. Op. cit., p. 52-53.

²⁰⁶ FUTURO e Presente. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 08 jan. 1959.

Diante do painel que montamos, sem surpresas, a opção do jornalista é concluir pelo drama do país e lamentar por suas sentidas deficiências. Aliás, de ordem política, inflacionária ou moral, o drama foi sempre, de um lado e de outro, muito bem encenado. Palavras como *atraso*, *problemas*, *decadência* circulavam no vocabulário da imprensa de forma intensa. Explicações sobre suas causas levavam a idéias sobre a modernização possível.

Encolerizado com a fantasia que povoou a imaginação presidencial de edificar ainda em seu mandato, num prazo de 4 anos, a nova capital no Planalto Central, o artigo “A nova aventura” veicula que,

Realmente, a construção de um só edifício exige, às vezes, tempo superior ao fixado pelo sr. Juscelino Kubitschek para que nasça nas selvas uma grande cidade! E bem sabemos que a situação do Erário não suportará uma aventura dessas proporções. São agudas as aperturas financeiras da União, submersa em “deficits” e em dívidas e perturbada por uma crise generalizada cuja gravidade sobressalta o País²⁰⁷.

Para a *Tribuna da Imprensa*, em julho de 1957, o governo teima em construir Brasília, “gastando milhões, quando a pobre população brasileira está a morrer de fome sofrendo a pior crise de sua história”²⁰⁸.

“O Homem da Capa Preta”, afirma em seu artigo “Onde falta autoridade moral”, mais uma vez pelo periódico *Luta Democrática*, que

A crise brasileira em acelerado, afetando toda a vida da nação, é mais caracterizada pelas cutiladas vibradas contra a moral pública, pelos detentores do poder, do que provocada pelos desacertos econômico-financeiros, pelos entraves sofridos pelas fontes de produção, pelos erros que se vêem acumulando através dos últimos governos e notadamente do atual, erigido pela fraude e pela corrupção, com as garantias de uma quartelada que subverteu a ordem constitucional do país.²⁰⁹

No início de 1957, o político e jornalista potiguar Augusto Meira, alude em seu artigo “A oração presidencial” – que se coloca a favor do governo JK, mas contra Brasília – no *Jornal do Brasil*:

²⁰⁷ A NOVA aventura. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 05 out. 1956. Notas e Informações.

²⁰⁸ BRASÍLIA. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 9 jul. 1958.

²⁰⁹ CAVALCANTI, Tenório. Onde falta autoridade moral. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 29 set. 1957.

Sente-se que o País deseja caminhar, deseja sair da situação difícil em que temos vivido, para melhores dias de progresso e paz. A consciência nacional precisa entrar em ordem e livrar-se do pesadelo que longos anos de ditadura arruinaram, pervertendo em todos os sentidos a consciência nacional²¹⁰.

Em consonância com as formulações de Ângela de Castro Gomes, vemos que Augusto Meira está em sintonia com “um novo debate sobre as características e o futuro da política brasileira”, pois, a década de 50, vai recolocar, e de forma enfática, projetos de invenção de um Estado moderno no Brasil.

Se, durante as décadas anteriores, os arranjos corporativos e o presidencialismo forte e personalizado foram definidos e implementados como uma “fórmula” capaz de modernizar nossa política, superando organizacional e simbolicamente a dicotomia entre público e privado e promovendo sua interlocução [o Estado encarnado na personalidade do presidente], eles passarão a ser identificados e culpabilizados como a nova e real síntese dos males do país. Ou seja, as análises que irão ocupar o centro do debate intelectual e político, até praticamente meados dos anos 70, retomarão a temática dualista que seria a marca de nossa sociedade, mas considerarão que as “soluções” postuladas em nosso recente passado autoritário na verdade aprofundaram nosso “atraso”, lançando-nos novos e mais graves desafios²¹¹.

O imperativo da modernização e a face que deve tomar a modernidade política e econômica são, assim, por definição, inacabadas e insaciáveis, pois a realidade social se modifica e, com ela, os paradigmas intelectuais e políticos do que é “ser moderno”. Eles estão, por conseguinte, a mercê de reinvenções periódicas, que se erguem e se ampliam, sobremaneira, à custa de desqualificações do presente. Desse modo é que se dá a plausibilidade das interpretações formuladas e que constatamos que toda história, vivida e escrita, se faz como contemporânea e revisionista.

Com a construção de Brasília, agora para um mudancista, João Freire Medeiros, virão não só o crescimento econômico e os créditos financeiros que o acompanham, mas principalmente “novas forças a esta nação” que, constata, se debate numa depressão, “numa luta inflacionária sem precedentes na sua história”²¹².

Embora o autor de “Por que Brasília?”, Pedro G. Alcofarado, diga que aprova a iniciativa, deixa transparecer certo escárnio quando toca na questão,

²¹⁰ MEIRA, Augusto. A oração presidencial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1957.

²¹¹ GOMES, Ângela de Castro. “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, vol. 4, p. 339-340.

²¹² MEDEIROS, João Freire. Mudança da Capital. *Jornal do Dia*, Maranhão, 20 out. 1956. Economia e Finanças.

Muita gente anda por aí a censurar o presidente por ter se metido nesta empreitada numa época de crise como esta. Eu não. Acho que se tem mesmo de mudar a capital do Brasil, que se faça logo. No final de contas, é melhor tomar o bonde errado do que ficar no poste, esperando toda a vida²¹³.

Nas declarações do próprio JK, com respeito a sua realização, no *Diário da Noite*,

Sei que não são pequenos os investimentos, mas sei também que são os mais mutáveis e certos que este país já fez até aqui a favor da unidade nacional e que libertarão o Brasil de muitas limitações. O país, forte e rico de amanhã, pagará, facilmente, o empréstimo que o país necessitado de hoje lhe faz. Chegou o momento de realizar-se a operação em benefício da saúde do Brasil. As pequenas soluções não passam de paliativos que permitem, apenas, enfrentar as dificuldades de todo dia. A mudança a que estamos procedendo, a que já procedemos, corresponde, pelos seus efeitos, a uma mudança do Brasil. É singular que se inquiria de inoportuna a rentabilíssima operação que nos dará a posse de nos mesmos, que nos trará possibilidades reais e a curto prazo, se medirmos os dias ao ritmo próprio das nações²¹⁴.

Danton Jobim, por sua vez, critica àqueles argumentos, débeis, em sua opinião, que preconizam “adiar a mudança para tempos melhores, quando o Brasil conseguisse sair, afinal, da clássica beira do abismo”²¹⁵, pois as condições que levavam a sua realização agravavam-se dia-a-dia.

Se, como é sabido, Brasília foi apresentada pelos mudancistas como uma solução para muitos problemas, de abundantes dimensões, foi porque, antes, eles concluíram por uma crise, que também é bem ilustrada pela coluna “A nossa opinião”, do *Diário Carioca*, no artigo “Brasília, em dois anos”,

Ninguém de bom-senso ignora ou, conhecendo-as, refuta hoje apropriadamente as razões que impõem a construção de Brasília, para onde se transferirá, dentro de prazo breve, a capital do Brasil. Empreendimento do qual depende em larga escala a posse econômica de uma vasta região territorial, não há dificuldades financeiras que não devam ser enfrentadas para sua efetivação. Num país como o nosso, notadamente na fase que atravessamos, dificilmente haverá disponibilidades financeiras para a solução do complexo de problemas que estão a exigir a dedicação otimista dos líderes nacionais. Temos que forçar no terreno das dificuldades para torná-las em largas facilidades de desenvolvimento que garantirão ao Brasil, num futuro que já não é nem uma miragem

²¹³ ALCOFORADO, Pedro G. Por que Brasília? *Diário do Povo*, Niterói/Estado do Rio, 6 fev. 1957.

²¹⁴ BRASÍLIA agiganta-se no planalto como a futura capital do Brasil. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1958.

²¹⁵ JOBIM, Danton. A LIÇÃO de Brasília. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 09 jan. 1959.

nem um acontecimento tão remoto, uma fase de prosperidade econômica, política e cultural que será a consequência lógica de uma evolução social e histórica²¹⁶.

Já quando nos referimos a uma *nação inacabada*, temos a intenção de apontar a reiterada e reeditada análise do país como *em formação* e *na expectativa de se ajustar a uma identidade*. Na sua busca se lançaram, comumente, ao longo da nossa história contemporânea várias gerações de políticos e intelectuais. Se argumentos e discursos variaram bastante na forma em que foram apresentados, na quase totalidade das oportunidades, a noção de nação não acabada encontra um certo desdobramento na pretensão de um Brasil moderno, ainda que a esta não tenha se mantido a mesma durante todo esse período – como apontou o cientista social Márcio de Oliveira, sedimentado pela leitura, mais uma vez, de Octávio Ianni, agora em *A idéia de Brasil moderno*²¹⁷. Ou seja, JK trouxe, a seu modo, para os seus discursos e políticas, as angustiantes questões: “Quem somos nós brasileiros?”, “Que tipo de país queremos ter?” “Qual é o melhor ou o mais ágil caminho para a modernização?” “Como atingir ou trazer a modernidade?”

E, entre as distintas formas que ela pôde assumir nos séculos XIX e XX salta aos olhos de Foucault – e também aos nossos – a reativação permanente de uma atitude, já nossa conhecida, qual seja, a crítica, uma apreciação e uma insatisfação constantes de nós mesmos, de nossa incompletude, de nossas ausências (nação sem formação, sem identidade...). Nosso autor começa e termina seu texto falando do século XVIII, das Luzes, cremos que com isso ele queira nos apontar, ao longo das páginas que o constitui, os fios que nos atam ao setecentos iluminado bem como o que, como sua herança, se tornou dispensável para nós. Como é característico de seu pensamento ele pretende escapar “da chantagem intelectual e política de ‘ser a favor ou contra a *Aufklärung* [Ilustração]’”. Mas, para nós, o principal é reter dessa discussão, a idéia de que a crítica do que pensamos, dizemos e fazemos era um princípio que residia no centro da consciência histórica da Ilustração e revela a faceta de nossa “dependência” em relação a ela.

O trabalho crítico realizado pelo imaginário mudancista (do Brasil presente, que força e instiga a construção de Brasília) e levado a efeito pelo imaginário antimudancista (do Brasil presente, que impede e obstaculariza a construção de Brasília) implicou *a análise e o trabalho sobre os limites*, estes foram colocados, ao mesmo passo que tal trabalho crítico foi visto

²¹⁶ BRASÍLIA, em dois anos. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1957. A nossa opinião.

²¹⁷ OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005, pp. 24-26.

como prova de sua ultrapassagem possível. Dito de outro modo, nos referimos a *um exame* e a *uma condenação práticas*, que ganham forma na concepção de *um ultrapassar*, de *um ir além*.

E, tanto pelo que já lemos até aqui, quanto pelo que iremos ler adiante, foi por essa maneira de agir e de se conduzir, usando os termos empregados por Foucault, que a luta pela afirmação de uma determinada inteligibilidade, que a batalha das versões, tornou-se muito significativa naquela atualidade²¹⁸.

Como foi possível aferir da epígrafe de Zygmunt Bauman, *o Brasil atual* foi sempre desqualificado em nome de um *Brasil novo*, e isso, nos dois imaginários, que adotaram posturas extremamente *censurosas* em relação ao presente.

Afinal, a modernidade de que falamos é líquida

A modernidade pode ser apreendida como líquida e ambivalente, a partir das acepções de Zygmunt Bauman. Ou seja, como uma realidade multiforme e ambígua. Embora sua reflexão se dirija sobre o que chama de *nova e imediata modernidade* ou ainda de *estágio presente da era moderna*, elas acabaram nos ajudando a entender como o mundo da construção de Brasília funcionou, ao ressaltar as condições cambiantes da vida social e política e os estímulos constantemente renovados e díspares que atuam na fabricação da modernidade (talvez, seríamos mais precisos, se disséssemos modernidades), características que podemos reconhecer nesse mesmo mundo.

É justamente por ganhar várias e ambivalentes formas, que a modernidade provoca não só sentimentos e atitudes de entusiasmo, mas também de crítica, incerteza, inquietação, receio e medo. O conflito entre o imaginário mudancista e o imaginário antimudancista em torno da modernidade é um conflito que se concentrou justamente no *molde* que ela deveria tomar. Todavia, qualquer que seja a forma empregada, esta foi revestida de uma aura, uma imagem e uma mensagem ambígua, próprias, aliás, da prática lingüística. A ambivalência, definida como “possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria”²¹⁹, auxilia-nos a compreender porque a construção de Brasília pôde ser representada tanto como a concretização da modernidade quanto como a personificação da contra-modernidade; supomos então, que

²¹⁸ FOUCAULT, Michel. Op. cit.

²¹⁹ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Op. cit., p. 9.

liquidez é a metáfora adequada, uma vez que “os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la”²²⁰.

Sem embargo, para o mesmo autor, uma das características dos tempos modernos é sua guerra contra a ambivalência, ou seja, “um esforço para definir com precisão – e suprimir ou eliminar tudo que não poderia ser ou não fosse precisamente definido”, mas

(...) as palavras tornam-se polissêmicas por causa da fragmentação dos significados. A opacidade surge na outra ponta da batalha pela transparência. A confusão nasce da luta pela clareza. A contingência é descoberta no ponto em que muitos trabalhos fragmentários de determinação se encontram, se chocam e se emaranham²²¹.

Assim, defensores de Brasília se apresentaram publicamente afirmando uma auto-imagem de homens modernos, compromissados com o progresso e com a nação e, com isso, se esforçavam, concomitantemente, para representar os antimudancistas como não-modernos, no intuito de desautorizá-los – explícita ou implicitamente. Buscavam fórum de verdade na idéia de que a única forma de ser moderno e também patriota era resolver-se favorável à construção e transferência da capital. Membro da Academia Maranhense de Letras, João Freire Medeiros diz que

Aqueles que estão contra a mudança da Capital da República para o planalto goiano, ainda não despertaram do sono letárgico a que mergulharam, e ainda não enxergaram a luz do dia, se não, não estariam a fazer campanhas contrárias à mudança do Distrito Federal, para lugar mais central, onde o governo possa melhor voltar suas vistas para a grandeza do país.

Ao taxar os antimudancistas de *derrotistas*, solicita: “vamos aguardar” as iniciativas de Israel Pinheiro à frente da Comissão da Mudança da Capital, “para depois criticá-las ou louvá-las, em crônicas que se seguirão a esta”. E continua o convite,

Vamos dar um crédito à Comissão e ficar na expectativa do seu trabalho patriótico, para que a mudança se opere dentro do prazo previsto pelo sr. Presidente da República, que espera transmitir o cargo ao seu sucessor, no planalto goiano, com os aplausos de todos os brasileiros interessados na grandeza de sua pátria²²².

²²⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 8.

²²¹ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Op. cit., p. 21.

²²² MEDEIROS, João Freire. Mudança da Capital. *Jornal do Dia*, Maranhão, 20 out. 1956. Economia e Finanças.

No entanto, Carlos Lacerda reage, com seu poder de oratória e sua acidez inteligente, a essa campanha desfraldada pela imaginação mudancista,

O interrogatório, apenas iniciado, do coronel Janari Gentil Nunes, a propósito da orientação da Petrobrás, constitui um exemplo espantoso dessa política de charlatanismo e de falso patriotismo que se vai fixando como uma fatalidade diante da qual ninguém reage pelo medo de parecer conformista. Chega-se, assim, à perfeição de silenciar sobre os erros da Petrobrás para... ser nacionalista. A seu tempo nós veremos a que se reduzem os fogos-de-vista do sr. Janari, que fala muito e diz pouco, e a todo propósito fala de confiança no Brasil mas tão pouco faz para que tenhamos confiança nele próprio, em favor do mesmíssimo Brasil.

No entender de Lacerda, para o coronel paraense Janari Gentil Nunes, presidente da Petrobrás entre 1956 e 1958, e demais *sócios* do governo JK, “confiar no Brasil é fácil, quando se está saqueando o Brasil”. O difícil “é confiar nele quando se está tentando libertá-lo”. Esta, completa, “é a confiança que nós temos” e este é “o nosso otimismo”²²³.

De fato, JK decidiu responder aos não poucos desafios, obstáculos e dificuldades enfrentados ao longo do seu mandato, criando e estimulando confiança, empreendendo obras e ascendendo otimismo na sociedade. Optou pelo *discurso progressista* e pelas imagens e estratégias de cooptação e conciliação. È claro que nem sempre deu certo, mas ele realmente se esforçou nisso. Como percebeu o próprio Lacerda,

Desde que pretendeu ser presidente, o sr. Juscelino Kubitschek apropriou-se do otimismo. Assim como um dos seus antecessores [quase certamente, Getúlio Vargas] fazia datar o Brasil da sua chagada ao Poder, o sr. Kubitschek faz datar a confiança no Brasil da sua ascensão, **pelas armas e pela fraude**²²⁴, à presidência da República. Ainda agora, nesses discursos nefelibatas que substituem uma torrencial oratória, o trabalho autêntico, a que não se dedica esse agitado, o sr. Kubitschek repete o tema do otimismo.

²²³ LACERDA, Carlos. Otimismo: o Nosso e o da Gamorra. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 29 dez. 1958.

²²⁴ Augusto Meira, em seu artigo “A oração presidencial”, que foi ao prelo em janeiro de 1957 no *Jornal do Brasil* nos traz que “Ao inaugurar-se o novo ano de 1957, o Sr. Presidente da República achou por bem dirigir-se à Nação. O seu discurso teve por fim expor alguma coisa do que já havia realizado no primeiro ano de seu governo, como também indicar, em largos traços, os seus planos de realização futura. Fez, também, um apelo ao sentimento nacional, no sentido de todos convergirem com S. Exa. na efetivação e êxito de propósitos. **Neste primeiro ano, os seus adversários chegaram até a lhe negar legitimidade da situação que ocupa.**” Cf. MEIRA, Augusto. A oração presidencial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1957 (grifos nossos).

A eleição e posse de Juscelino, enfim, a sua legitimidade como presidente, foi desqualificada em muitos aspectos. Ele teria sido eleito com “vergonhosos” e “ilícitos” votos comunistas (o Partido Comunista estava na ilegalidade); não havia recebido maioria absoluta (embora não se constituísse em exigência da legislação eleitoral da época), etc.

E como se não quisesse ficar atrás, o “restrito mental, o Baby Face do Ministério da guerra vem a público denunciar – os gatunos? Não, os pessimistas, as cassandras, como ele diz, contente de haver descoberto essa palavra²²⁵”.

Diante do exposto, Brasília, construída no discurso da contra-modernidade, é a manifestação da resistência, é o lembrete teimoso do fluxo que a ordem queria em vão conter²²⁶.

Esses são alguns sentidos que incorporamos de Zygmunt Bauman e, certamente, adaptamos as nossas alterações específicas. Mas o essencial em sua concepção de modernidade é tomá-la como podendo significar muitas coisas, “e sua chegada e avanço podem ser aferidos utilizando-se muitos marcadores diferentes”²²⁷.

Um deles, sem dúvida, são as mudanças rápidas. Elas podem, inclusive, ser reconhecidas como uma das características fundantes da modernidade. Desse modo, o próprio ritmo de construção da cidade modernista, edificada em pouco mais de 3 anos e meio – já apresentado parágrafos antes pela expressão “ritmo Brasília” – impôs-se, orgulhosamente, como moderno nas imagens pró-transferência. Dona Celeste, entusiasta e pioneira da nova capital, sentindo-se ensoberbecida e privilegiada com a oportunidade de acompanhar os primeiros passos da cidade, afirmou anos depois de sua inauguração que “- Foi lindo ver Brasília nascer. O lema era: **Começaremos hoje; terminaremos ontem.** (...) eu acompanhei tudo, corria para ver as obras, vibrei”²²⁸.

“Erguem-se vertiginosamente os edifícios”, afirma *O Jornal* em 28 de dezembro de 1958, sob o título “Acelerado o ritmo de todas as construções de Brasília”²²⁹. Transmitindo, com exclusividade, para os brasileiros, “uma série de pequenas Reportagens” da jornalista norte-americana Iñez Robb, pode-se ler em página do jornal *Última Hora*, impresso no primeiro mês do ano de 1959, “OPERÁRIOS trabalham dia e noite para realizar, dentro dos planos do Presidente Kubitschek, a nova Capital do Brasil. É uma movimentação constante, em todos os setores de atividade da cidade que surge em pleno planalto de Goiás”²³⁰.

²²⁵ LACERDA, Carlos. Otimismo: o Nosso e o da Gamorra. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1958 (grifos nossos).

²²⁶ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Op. cit., p. 11, 15, 16.

²²⁷ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Op. cit., p. 15.

²²⁸ A mesma é autora de “Brasília Poesia” e “Brasília Amanheceu”, que reúnem impressões suas sobre a cidade. “Eles viram Brasília nascer. No princípio, um cenário de fita de mocinho”. In: *Querida*. Brasília é um assunto que interessa a mulher. Rio de Janeiro: Rio Gráfica e Editora, nº 378, setembro de 1970, p. 56.

²²⁹ ACELERADO o ritmo de todas as construções de Brasília. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 dez. 1958.

²³⁰ ROBB, Iñez. BRASÍLIA: quando a cidade estiver pronta não se parecerá com nenhuma outra no mundo. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1959. Aventuras de uma repórter americana no Brasil.

Nesse sentido, a aceleração do tempo se superpunha a objetivos políticos que, por sua vez, se entremesclava com os arquitetônicos. “A construção de uma nova estética simbolizaria a autonomia técnica brasileira, a sua gestão e um caminho exemplar para o desenvolvimento posterior do país”. Daí, a correlação, no imaginário mudancista, da “‘griffe’ arquitetônico-urbanística” moderna ao projeto político provou-se eficaz, pois apoiar a construção de Brasília seria considerado um gesto progressista, “abraçado por fração significativa dos intelectuais e classe estudantil – e os oponentes da empreitada ganhavam a pecha de conservadores”²³¹, embora, não necessariamente, se reconhecessem como tais, seja pela própria carga pejorativa, politicamente falando, que pode ser reconhecida no termo *conservador*, seja porque também expunham, como vimos, um desejo de *mudar* a realidade presente, numa atitude crítica.

“Brasília, em dois anos”, artigo do *Diário Carioca*, não deixa qualquer imprecisão a esse respeito, assim os mudancistas reconhecem seus rivais,

As realizações pioneiras encontram sempre resistências excepcionais, oriundas da incompreensão, do espírito de rotina e do horror ao novo que caracterizam certo tipo de mentalidade tão encontradiça na vida pública. As nações que vivem a sua fase decisiva de progresso, que se lançam à aventura da grandeza, não podem, entretanto, se deixar enleiar na timidez dos burocratas, nem no cálculo mesquinho que inspira o pior conservantismo.

(...).

Os êxitos do trabalho de construção estão aí para verificação de qualquer um, do Governo ou da Oposição, conservadores e progressistas, e não há hoje mais força capaz de deter a marcha do empreendimento²³².

Ainda que tais – e *específicos* – conservadores, como todos os outros, também anacrônica e freqüentemente recebam “um olhar maniqueísta, mais preocupado em denunciar e anatemizar que compreender”²³³, buscamos reconstruir suas expressões de resistência e suas expectativas de temor e aversão a Brasília, em sua historicidade, ou seja, os sentidos dessas mesmas “expressões” foram compreendidos *dentro* das lógicas e congruências do imaginário antimudancista – pelo qual se informavam acerca da realidade e por intermédio do qual exprimiram os seus valores e reforçaram suas formas de solidariedade.

Quem nos ofereceu uma perspectiva aprazível para olhar essa questão foi o historiador inglês Edward Palmer Thompson, ao nos alertar, em seu estudo sobre a resistência de

²³¹ CAVALCANTI, Lauro. “Brasília: a construção de um exemplo”. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). Op. cit., p. 92, 99.

²³² BRASÍLIA, em dois anos. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1957. A nossa opinião.

²³³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Uma outra face dos anos JK: mobilizações de direita”. In: Idem, *Ibidem*, p. 45.

costumes – magia, feitiçaria, superstições, etc. – na cultura plebéia ao progresso inglês dos séculos XVIII e XIX, que mudanças e anseios por reformas de práticas culturais esbarram, no dia a dia, em resistências teimosas. Daí pode-se concluir pelo encadeamento argumentativo do mesmo autor, a existência de duas vontades que se professam conflitivas em arenas culturais datadas, as costumeiras e as inovadoras²³⁴. Assim, a distribuição ideológica dos desejos e dos protestos sobre a construção de Brasília poderia se dar, em grande parte, entre essas duas matrizes. E, de fato, se deu.

Adeptos do antimudancismo, plasmados na idéia de irrevogabilidade da sede política carioca, advogaram sua proeminência pela *tradição costumeira*. Ou seja, reivindicaram rabiscar com a *força de lei* do costume a tela em branco da nova capital em construção²³⁵.

Trata-se de uma engenhosa *retórica da permanência e do usual*, que acabou por delimitar fronteiras, por se constituir em vibrante elemento de identidade expresso num sentimento comum de *rebeldia* contra a inovação, representada aqui, vivamente, pela construção e transferência da capital. Contudo, de outro lado, forças rebeldes se fizeram justamente em nome de tal novidade e contra esse costume, encarado como obstáculo ao progresso.

Rebela-se pela inovação o *Correio do Povo*, em Porto Alegre, em outubro de 56,

A futura sede do Governo da República não só oferecerá, como há dias afirmamos, ambiente propício e tranqüilo aos trabalhadores administrativos, como será um núcleo pioneiro e impulsionador do progresso e civilização de regiões ainda virgens, imensas e ubérrimas²³⁶.

De outra ponta, o texto de Augusto Meira, “A oração presidencial”, merece novamente espaço nessa discussão. Há nas linhas que se seguem abaixo, uma inexorável rebeldia em nome da *clássica* localização da sede política brasileira. Vejamos como o *hábito* se manifesta no imaginário antimudancista,

²³⁴ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-17.

²³⁵ A nova capital pode ser vista como representando um “Novo Mundo”, que foi utilizado como uma página em branco para nele escrever múltiplos e híbridos sentidos. No prefácio a 2ª edição, em *A Escrita da História*, de Michel de Certeau, há o construto de que a América ainda inexistente nos mapas, ou seja, a América anterior a Américo Vespúcio, funcionara como um recipiente vazio (ou página em branco) o qual fora preenchido pelo querer ocidental. Cf. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 8-11.

²³⁶ EM TORNO do despacho de Brasília. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 out. 1956.

Se percorrermos todas as capitais do Brasil, somente três poderiam servir de base à sede do governo: Belém, Recife e São Salvador. As outras, por bem situadas que sejam todas, não oferecem as mesmas condições. Entretanto, é fora de dúvida que o Rio de Janeiro supera a todas. Está a meia distância dos extremo sul e norte do País. (...). **A cabeça deve estar sobre os ombros, e não nas nádegas**, e o Rio de Janeiro é, pela própria natureza das coisas e por imperativo geo-político, o posto de comando da Nação. (...). Mas nos parece um erro palpável pretender transportá-la para o planalto de Goiás, afastando-se eternamente do mar, esse poderoso e insubstituível auxiliar da cultura e da civilização. E' sobre as águas que voga o espírito, o verbo de Deus²³⁷.

O Rio de Janeiro, dessa maneira, adquiriu um estado de direito consuetudinário: “Por força de secular trabalho de unificação, todos os caminhos vão ao Rio. E agora?”²³⁸

Marca-se então a diferença entre a defesa do *status quo* e o questionamento do mesmo, ou seja, a busca por suplantá-lo, o mudancismo. A rebeldia a favor do costume e a rebeldia a favor da inovação colocaram-se frente à frente. Este aferro bicéfalo lançou âncora nos mares revoltos do jornalismo impresso seja em nome da fragilidade do moderno/do inovador, seja em nome da morte do antigo/do costume.

Contudo, o historiador canadense Modris Eksteins – e o próprio Thompson – nos fizeram entender, pela leitura de seus respectivos textos, que o importante é a gente ultrapassar a visão tradicional e simplista que divide tudo em dois campos: o antigo e o moderno; os conservadores e os progressistas; os que se apegam aos costumes e os que se apegam a inovação. É possível ser conservador e progressista ao mesmo tempo, por mais estranho que isso possa parecer.

Ao almejam efeitos de adesão entre os leitores, os antimudancistas alegaram a sanção do precedente, mas não esvaziaram de fluidez e plasticidade a noção de costume – qualidades que Thompson também não nega a ela –, ora, o Rio de Janeiro poderia se conservar, como capital, em condições novas e até mesmo servir de modelo para novos fins. O que quer dizer que defendiam a ordem estabelecida, mas, não raro, fizeram dela um veículo para as aspirações modernas, de inovação do país; o progresso poderia perfeitamente ser regido pelo respeito ao costume.

O artigo “A razão de Brasília” apresentou, em 1958, a certeza de que o próprio JK pensava assim até ser derrotado pelo eleitorado carioca nas urnas, só então foi que “o dispositivo constitucional tão velho e tão esquecido” impôs-se. Uma vez que,

²³⁷ MEIRA, Augusto. A oração presidencial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1957 (grifos nossos).

²³⁸ SOBRE a mudança da capital. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 1 nov. 1956.

Nunca, nas difusas, profundas e confusas declarações que fez durante a campanha da sucessão, o sr. Juscelino Kubitschek aludiu ao problema da mudança da capital do país para o planalto goiano.

Quando prometia dar ao progresso do Brasil, em cinco anos, impulso correspondente a meio século, fazia-o com o pensamento de continuar no Rio de Janeiro a sede do governo federal. Daqui mesmo se expandiria a sua capacidade realizadora. Aliás, gabando-se, já agora, de haver em apenas dois anos ultrapassado várias de suas prodigiosas “metas”, o ex-menino pobre de Diamantina implicitamente confessa a desnecessidade daquela mudança e, principalmente, dos fabulosos desvios, para ali, de dinheiros públicos²³⁹.

O senador Alencastro Guimarães, por seu turno, disse à *Tribuna da Imprensa*, em entrevista anunciada em 30 de abril de 1958, “não vejo, nunca vi dificuldades de monta na solução de certos problemas capitais do Rio”. Em relação ao que angustia a vida da cidade, ele argumenta,

Falta dinheiro não é. Se a União pode despender bilhões na construção da nova capital onde não há praticamente habitantes, poderia com muita mais razão e propriedade aplicar esses bilhões na velha capital.

Se lá o dinheiro rende, recompensa o capital empregado, aqui com muito mais sucesso seria a rentabilidade maior e mais rápida. É verdade que aqui o emprego desse dinheiro não teria os efeitos publicitários que produz em Brasília. Essa talvez a razão porque para nós cariocas falta tudo, exceção da abundância de uma paciência infinita²⁴⁰.

No imaginário antimudancista lutava-se pela permanência, contudo, sem abdicar de uma *visão*. Em seu seio, abriu-se espaço à inovação no intuito de manter um mundo ordenado – o Rio de Janeiro como capital definitiva da República brasileira.

Já os mudancistas, foram levados a apelar à tradição, para quebrar esse mundo. Sentiram ser necessário buscar no antigo legitimidade para o seu projeto moderno. Ao mesmo tempo desejavam mudar a ordem atual (inovadores) e *retornar* ao passado (conservadores). Olhavam para o futuro, mas sem abdicar de um *legado*. Esse assunto será abordado, mais detidamente, no Terceiro Capítulo. Por hora, cremos, nos bastará, a fala de Pedro Avelino na crônica “Brasília num ‘flash’ emocional”, do *Diário Carioca*, em 1957. O orador fala-nos apaixonadamente que na nova capital

²³⁹ A RAZÃO de Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1958.

²⁴⁰ BRASÍLIA financia publicidade oficial: Fala à TRIBUNA o senador Alencastro Guimarães. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1958 (grifos nossos).

Tudo é novo, recentíssimo. A madeira ainda verde, estala os caxilhos (sic) das janelas, empena o revestimento dos barracões e casas de moradia. Na residência de um engenheiro, o verniz das paredes ainda agarra no pano das camisas.

Tudo o que se ergue cheira a resina fresca; desde os quatro dos dez bancos já autorizados a funcionar às churrascarias, farmácias, abatedouros, mercadinho, restaurantes, hotéis, hospitais (já existe um bem aparelhado), escolas, ambulatórios, tudo cheira a pinho, a tinta fresca, a cedro e a bálsamo, madeira olorosa que aqui se encontra.

Mas apesar de seu tom inaugural, de sua sensibilidade inovadora e pró-inovação, nosso autor, no ímpeto “de um legado”, não se conteve, apesar de seus esforços,

O pioneirismo é o único sentimento antigo, a nota romântica que salta quatrocentos anos de história e vem repercutir com intensidade nesse ensolarado arraial onde a gasolina e o óleo Diesel propulsionam tudo e onde foi visto, “avis rara”, um único cavalo com seu cavaleiro de chapelão desabado²⁴¹.

Como todas as guerras, a da mídia impressa em torno de Brasília foi considerada, ao irromper, uma oportunidade não só de mudança, mas também de confirmação²⁴².

Por tudo o que foi dito, também a título de ilustração da profícua circularidade entre o imaginário mudancista e o antimudancista, temos o ideário de um país moderno, que aparece, não raro, como substrato ou meta de ambos, como um ponto de confluência entre eles. Dessa maneira, insistimos no fato de que os mesmos não funcionaram isoladamente, e sim “em relações diferenciadas e variáveis”²⁴³. Como traz o título desse Capítulo, os imaginários sociais sobre os quais nos debruçamos, são constituídos de cruzamentos e tensões.

Neste esteio, o sociólogo e antropólogo Renato Ortiz, em seus esforços para marcar as diferenças entre as situações de modernização do Brasil dos últimos anos, assinalada pela consolidação da indústria cultural entre as décadas de 1960 e 1970, em relação aos anos quarenta

²⁴¹ AVELINO, Pedro. Brasília num ‘flash’ emocional. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1957.

²⁴² Nessa ocasião, Eksteins se refere em seu texto não à construção de Brasília, mas a guerra de 1914, seu objeto de estudo. Cf. EKSTEINS, Modris. Op. cit., p. 13.

²⁴³ BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 312.

e cinquenta do mesmo século, argumenta que aí, nesses últimos, ela se apresentava ainda, marcadamente, como um projeto de construção nacional²⁴⁴.

Em seu estudo da sociedade brasileira, vale-se Ortiz da produção teórica e historiográfica referente à Europa e é justamente sedimentado no exame de Marshall Berman sobre São Petersburgo, onde nos aponta o modernismo de países periféricos como “forçado a se construir sobre fantasmas e sonhos de modernidade”. Assim, diz ele – válido ao período aqui estudado – que o “Modernismo ocorre no Brasil sem modernização”, uma vez que por essas terras subdesenvolvidas, o desejo de modernização, de dar brilho à *dura* realidade, se antecipa a ela na forma de *sonho* e de *fantasia*²⁴⁵.

Contudo, se a *vontade de modernidade* pôde mesmo, em alguns casos, ser maior e mais eloqüente que a *realidade em si*, os êxitos do Programa de Metas²⁴⁶, os números de crescimento do país no período²⁴⁷, para quem se regozija com eles, indicam que não é desprezível, ao contrário, pensar também em *idéias dentro do lugar*, em imagens do novo e da

²⁴⁴ Na análise histórico-comparativa que desenvolve, balizada em dois momentos da vida nacional, o precário mercado de bens simbólicos bem como a incipiente sociedade de consumo persistentes nas últimas duas décadas da primeira metade do século XX cedem lugar, em meados dos anos 60, a uma indústria cultural capitalista avançada e hodierna. A partir daí, a moderna sociedade brasileira, seria muito mais presente que futuro. Em tal abordagem e, desta forma, o país transformou-se e o novo tão visado se instalou, tornando-se uma “realidade”, claro, com tudo o que isso representa, novas possibilidades, mas também outros limites e problemas, ainda assim, uma “realidade”. Menos uma utopia que uma norma, a modernidade já faria parte da tradição brasileira.

Ainda assim, vale observarmos junto a Gabriel Cohn, sociólogo e professor no departamento de Ciência Política da USP, ao dar a conhecer a edição de 2006 da obra em pauta, “nisso tudo fica como problema não resolvido pela sociedade brasileira a dimensão de ruptura que se associa ao novo, ao moderno. O tema da ruptura nunca plenamente realizada mas também não inteiramente frustrada”. Como projeto, o novo insiste, permanece. É tradicional. Cf. ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 7-9.

²⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 32-34.

²⁴⁶ Elaborado sob a orientação de Lucas Lopes e de Roberto Campos, por meio de trabalho conjunto do BNDE e de um Conselho Nacional de Desenvolvimento, o Programa de Metas destinava-se, sobretudo, a promover o desenvolvimento acelerando o processo de industrialização. Embora as avaliações de seus resultados sejam bastante divergentes, fora ele bem sucedido em muitos aspectos - energia, transportes e indústria de base - não simplesmente por condições já dadas ao governo, mas também e principalmente pelas condições por ele criadas. A esse respeito ver principalmente: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Nesse sentido, acrescentamos ainda que a partir dos anos 50, para Ângela de Castro Gomes, o Brasil transformou características seculares de sua economia e das relações de trabalho de sua população. Neles, “a mão-de-obra urbana se expandiu muito em tamanho, tendo como empregadoras principalmente empresas privadas de grande porte e empresas estatais” e foi ainda “efetivamente na década de 1950 que a produção industrial no país começou a ultrapassar a agropecuária, que entrou num processo de declínio não mais interrompido até o fim do século XX”. Cf. GOMES, Ângela de Castro. “Economia e trabalho no Brasil republicano”. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). *Op. cit.*, p. 252.

²⁴⁷ “Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes)” e “para a década de 1950, o crescimento *per capita* efetivo do Brasil foi de aproximadamente três vezes maior que o resto da América Latina”. Cf. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1979, p. 204.

ruptura não simplesmente inadequadas ou descompassadas em relação à *totalidade da sociedade*, como defende Ortiz²⁴⁸, mas sim, podemos dizer, na falta de um termo melhor, *sintonizadas* a ela. Igualmente, se nenhuma época é consensual, nos é lícito inverter a fórmula acima, pois existiram certamente aqueles para quem o “Modernismo ocorreu no Brasil com modernização”.

Aliás, o século XX, para Verena Alberti, foi geral e definitivamente o século do moderno. Ora, na sua primeira metade, diz ela, “por telefone já se podia falar com a Europa de ‘viva voz’, pelo rádio se podia ouvir músicas tocadas ao vivo em diferentes cidades do mundo, por orquestras chamadas ‘jazz’, que tinha um repertório bastante variado, e o automóvel já adquiria velocidades incríveis”²⁴⁹.

Ângela de Castro Gomes, sua companheira em pesquisas no CPDOC, demonstra que à medida que o século avançava não só o automóvel, mas os eletrodomésticos, os novos produtos de consumo passaram a representar a própria modernidade dos anos dourados: “comodidade, rapidez, eficiência” e, acrescenta a mesma autora, impulsionada por essas energias e novidades da época que estuda, “por que não, sucesso e felicidade”²⁵⁰. Arno, Walita, General Motors, Ford, causaram grande impacto junto ao imaginário social e, além disso, incitavam cotidianamente a conclusão sensível de que “o moderno *made in Brasil*”²⁵¹.

Ainda segundo Verena Alberti, ressalva há que ser dada a “duas grandes novidades da década de 1950, que mudaram decisivamente os hábitos dos brasileiros nos anos seguintes”, a televisão e o supermercado²⁵². “Os anos de 1950 também foram marcados por posturas estéticas inovadoras, seja na literatura, seja na música, seja no cinema”, acrescenta Lúcia Lippi de

²⁴⁸ Para percorrer as considerações de Renato Ortiz sobre Roberto Schwarz, pelas quais o primeiro, embora considere “que de um determinado ponto de vista as idéias estão ‘sempre no lugar’, isto é, elas pressupõem a existência de grupos concretos que as carregam e as utilizam”, compra do segundo a ênfase, o incômodo e a preocupação excessivos no “**hiato entre intenção e realização**”, chegando mesmo a afirmar cinco páginas a frente, quando trata do movimento modernista brasileiro da década de 1920 e do estabelecimento de uma ponte “entre uma vontade de modernidade e a construção da identidade nacional”, que “**o Modernismo é uma idéia fora do lugar que se expressa como projeto**”. Cf. ORTIZ, Renato. Op. cit., p. 29-35 (grifos nossos).

Aqui, somos novamente incitados a nos apegar as assertivas de Bronislaw Baczko, para quem o defasamento comum entre “os percursos imaginados pelos agentes sociais para si próprios e para os seus adversários” e “os resultados das suas ações” nada tira “às funções *reais*” desses mesmos percursos imaginários, mas sim, “apenas as põe em realce”. BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 298.

²⁴⁹ ALBERTI, Verena. “O século do moderno: modos de vida e consumo na República”. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). Op. cit., p. 261-273.

²⁵⁰ GOMES, Ângela de Castro. “Economia e trabalho no Brasil republicano”. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). Op. cit., p. 251 (grifos nossos).

²⁵¹ ALBERTI, Verena. “O século do moderno: modos de vida e consumo na República”. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). Op. cit., p. 301.

²⁵² Idem, *Ibidem*, p. 302.

Oliveira²⁵³. São neles também, que nos termos de Ângela de Castro Gomes, “o Brasil vai a Brasília”. Pois, desde o início, concordamos com ela, “o plano de Brasília, com suas amplas avenidas projetadas para a circulação de muitos automóveis, indicava de maneira inequívoca que, em meados dos anos 1950, o Brasil queria tornar-se um país urbano-industrial”²⁵⁴.

Assim, um turbilhão de mudanças influenciou decisivamente a rotina, as visões de mundo e o consumo dos brasileiros. Falamos de indústrias pulsantes e de crescente substituição de importações (não à toa JK virou nome de automóvel), de novas formas e relações de trabalho.

Não obstante, o consumo dessas novidades ser ainda privilégio de poucos e, embora, especialmente no início, elas tivessem um alcance restrito, a alteração nos modos de vida da população e os novos gestos que acarretou nos anos 50 não são desconhecidos da historiografia.

No entender de Verena Alberti, num país como esse, com disparidades econômicas e sociais enormes, “é claro que o ‘moderno’ não podia chegar ao mesmo tempo e da mesma forma para todos”²⁵⁵. E, a construção de Brasília, apresentada pelo governo e adeptos mudancistas como a sua petrificação, de fato não chegou. As esperanças e os grandes sonhos nela *meta-sintetizados* foram apropriados pela imprensa escrita de modo a compor um emaranhado de imagens por vezes próximas e corroboradoras desse espírito, por outras, antagônicas e conflitantes.

O louvor da modernidade e da mudança, *invocada via construção de Brasília*, foi se esbarrando, como estivemos lendo, antes do primeiro ronco de trator no planalto goiano, em hábeis perspectivas críticas, em insinuações de repúdio.

Enquanto alguns jornais apoiavam a idéia – sobretudo os jornais dos estados do interior do Brasil e outros interessados em enfraquecer a importância da cidade do Rio de Janeiro –, outros, sobretudo os sediados na própria cidade do Rio de Janeiro, fizeram ironias e criticaram a mudança desde o anúncio da proposta até a inauguração.

(...)

Os principais jornais oposicionistas situados no Rio de Janeiro eram: *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Tribuna da Imprensa*²⁵⁶.

Nesse sentido, o recifense *Jornal do Comércio*, no artigo nomeado “A mudança da Capital”, assim se pronuncia, em 31 de janeiro de 1957,

²⁵³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Cultura e identidade nacional no Brasil do século XX”. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). Op. cit., p. 360.

²⁵⁴ GOMES, Ângela de Castro. “Economia e trabalho no Brasil republicano”. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). Op. cit., p. 247-248.

²⁵⁵ ALBERTI, Verena. “O século do moderno: modos de vida e consumo na República”. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). Op. cit., p. 269.

²⁵⁶ OLIVEIRA, Márcio de. Op. cit., p. 166-167.

Já era de esperar, mas estava tardando a deflagração duma campanha, pela imprensa do Sul, contra a mudança da capital do país para o planalto central. Certo é que essa campanha não se apresenta com esse caráter, e sim insinuada através de debates públicos durante os quais são ouvidos, alternadamente, os que são contra e os que são a favor. A verdade, porém, é que sobra calor da parte dos que condenam a futura Brasília, de sorte que as vozes de apoio somem-se quase no enorme alarido dos protestos. Sempre pareceu muito difícil que se chegasse a um desfecho positivo nessa matéria. Não há dúvida de que, quando a questão é bem considerada, a soma de vantagens a esperar da mudança da capital é bastante avultada. Mas também acontece que os próprios vícios e as mesmas mazelas que se pretende dirimir com essa mudança nada têm de passivos. Por natureza e por definição acham-se arraigados no estado de coisas atual, e articulam-se portanto bem depressa em forças negativas ou impeditivas da façanha²⁵⁷.

Isto, porque esperanças políticas e de crescimento econômico caminhavam junto a propostas conflitantes para obtê-los. O afamado espírito desenvolvimentista dos anos dourados conhecia outras opções, que não a criação de uma *capital modernista*. Enfim, nesse mote, *pela transferência da capital*, o moderno também foi lido como equívoco, a mudança também foi reapropriada como danosa.

Por aquela época, vozes opostas, alcunhadas de *vozes perdidas* por JK, alçaram também seus vôos num horizonte de censuras à criação de Brasília como “obra adiável, suntuária e inflacionária”²⁵⁸, como o próprio estorvo, a própria condensação dos malefícios do país. Como afirmado, a nova cidade-capital, por essas lentes, era a própria contra-modernidade. Sinônimo de tudo aquilo que o Brasil não precisava (e dispensava) para se modernizar. Responsável pelos maiores obstáculos a sua marcha para frente.

“Pois vejam como se passam as coisas”, diz Cyro Siqueira, que fez carreira nos Diários Associados de Assis Chateaubriand, pelo *Diário da Tarde*, em 1956: “o Brasil cresce, toma pé, ameaça industrializar-se – e o governo cisma de fazer uma cidade em Goiás”, completando com escárnio, “coração no meio do corpo, donde todos nos socorramos e sejamos governados”. Na opinião do jornalista mineiro, que é bastante comum e difundida por esses tempos, “o governo resolve construir uma cidade, a Nova Capital”, preterindo necessidades maiores e mais urgentes. “Com tanta coisa para fazer” investe esforços em Brasília, “que é antes de mais nada nome de casa de armarinho”²⁵⁹.

²⁵⁷ A MUDANÇA da capital. *Jornal do Comércio*, Recife/Pernambuco, 31 jan. 1957.

²⁵⁸ TAVARES, Marcelo Coimbra. “JK Presta Contas”. In: *Manchete*. JK acorda o Gigante e Brasil de JK. Edição Separata. Rio de Janeiro: Bloch Editores S. A., 1959, p. 41.

²⁵⁹ SIQUEIRA, Cyro. A nova capital. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 1956.

Se para muitos, com a criação da *Nova Capital*, o Brasil tinha jeito e futuro, para outros tantos, um país melhor, com maiores possibilidades de crescimento se daria sem ela, ou seja, dependia da defesa da capital no Rio de Janeiro – e é apenas nesse sentido que falamos acima de *conservadores* ou falaremos de *conservacionistas* –, era imprescindível se evitar a loucura da transferência.

A ânsia premente pela modernização e inovação, embora muito presente, bem como a condescendência com as transformações e o mudancismo não constituem a única via de acesso para entender o modo de ser deste *outro*, o passado, palco de atuação não só de Juscelino Kubitschek mas também de Carlos Lacerda, que asseverava implacavelmente,

Ser otimista diante de um quadro como esse [onde obras monumentais prosseguem arrancando a carne do particular, do cidadão, do contribuinte, em suma (...)], que não é somente de descalabro financeiro, mas de insistência e até de apologia desse descalabro, de cínica negação da gravidade da situação, não é manifestar um otimismo sadio, um otimismo nascido da confiança no esforço, no trabalho e na inteligência dos brasileiros. É ser leviano – ou cretino²⁶⁰.

Pretendemos falar assim, contrabandeando a expressão cunhada por Wander Melo Miranda, de uma “modernidade à margem”, “fora dos centros hegemônicos”, “outra nas suas possibilidades de realização”²⁶¹. Há muitas formas de ser moderno. Muitas são as modernidades consideradas desejáveis e plausíveis.

A modernidade é uma aventura, como a definiu Marshall Berman, “na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz”; é fluida e escorregadia²⁶²; e não apresenta um lugar exclusivo, fixo e estável. Ela escapa a *visões chapadas* e é sempre muito intrincada. “Como disse o gato a Alice (aquela do país das Maravilhas), a saída depende sempre do

²⁶⁰ LACERDA, Carlos. Otimismo: o Nosso e o da Gamorra. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1958.

²⁶¹ “Apresentação”. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). Op. cit., p. 12.

Wander Melo Miranda organizou seis artigos num livro que se propôs a dialogar com os anos JK, tendo clara a renúncia a uma abordagem totalizante, em suas palavras, “a rigor impossível”, e na consideração de ‘núcleos’ e ‘periferias’ do moderno, dimensões estas, aliás, tidas como não estanques, ao contrário, conectas e relacionadas. A leitura da obra permite ainda que se entenda “o moderno” em seus inusitados ângulos de apropriação do passado, de diálogo com a tradição (ou seja, aponta a dificuldade em se falar num *puritanismo* da modernidade brasileira daqueles anos). Do presente, os sujeitos escolhem diferentes referências de agir e de pensar que lhe foram legadas do passado, escolhas essas que pautam, em graus variados, as formas pelas quais percebem e vivem seu mundo.

²⁶² BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 21-23.

lugar aonde se deseja chegar”²⁶³. É polifônica, está saturada de contradição e luta – nela, como estamos vendo, tudo está impregnado de seu contrário.

E é assim, que podemos identificar nesses recortes de jornais, diferenças, indiferenças e distanciamentos não só da cidade, mas também da arquitetura em construção. Isto, levando-se em conta a informação dada por Antônio Bento, ao *Diário de Notícias*, no dia 6 de janeiro de 1960. Ele desempenhava, na ocasião, o posto de presidente da Associação Brasileira de Críticos de Arte e, no discurso em que traçou as linhas gerais de seu programa, à frente da Associação, deixou claro que a arte moderna ainda era, no conjunto, “uma arte de elite ou de uma minoria”²⁶⁴.

Em entrevista realizada pelo jornal *Última Hora*, Oscar Niemeyer disse que não lia as críticas lançadas contra a construção de Brasília e sua arquitetura, por falta de tempo, por ser absorvente o trabalho nas obras. Em todo caso, o repórter levou consigo recortes de jornais

onde aparecem objeções de setores mais responsáveis. Algumas delas: os plenários da Câmara e do Senado são fechados e iluminados com luz artificial, as salas das comissões ficam no subsolo, são “tocas de tatu” (como diz o senador Men de Sá, esse fino humorista, aparentemente em emulação com o outro que descobriu o “caminho das onças”; as dependências do Palácio da Justiça são acanhadas etc²⁶⁵.

De certa forma, exemplo disso, também nos dá Mário Pedrosa em “Adequação de forma e função”, texto exposto em maio de 1958, na coluna “Artes Visuais”, do *Jornal do Brasil*. Crítico de arte²⁶⁶, com visão vanguardista, ele arvorou que “a Igreja Católica se vem mostrando cada vez mais compreensiva em face das realizações mais audaciosas da arte moderna” e disse ainda ser forçosa sua colaboração com “os artistas mais originais e mais profundos de nossos dias”, para que ela possa “ter uma arte digna de seu passado”.

As capelas e igrejas, construídas por arquitetos e artistas modernos, vão sendo consagradas um pouco por toda parte, desde a de Matisse, em Vances, sul de França, a

²⁶³ GOMES, Ângela de Castro. “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. Op. cit., p. 503.

²⁶⁴ BARATA, Mário. Associação Brasileira de Críticos de Arte em 1960. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1960. Artes e Museus.

²⁶⁵ NIEMEYER responde às críticas: sobre arquitetura de Brasília. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1960.

²⁶⁶ Foi ainda professor e jornalista, assinou artigos sobre artes para a *Tribuna da Imprensa*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Folha de S. Paulo*.

Ativista político de postura marcadamente esquerdista (chegou a ser militante da Oposição de Esquerda Internacional no Brasil, marxista- trotskista), foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) – é o primeiro a assinar seu manifesto de criação, no Colégio Sion, em São Paulo, em 1980. Cf. “Pedrosa, Mário (1900 - 1981): Biografia”. In: http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=2733&cd_item=1&cd_idioma=28555. Acessado em: 15/ago/2008.

de Manessier, que acaba de ser consagrada, na França, e a de Rondchamp que se deve ao gênio revolucionário, por excelência, de Le Corbusier (...).

Todavia, se Mário Pedrosa se alegrou com a admiração que o Núncio Apostólico, D. Armando Lombaridi descreveu, após visita a capelinha Nossa Senhora de Fátima, quando “logo compreendeu a qualidade dos afrescos de Alfredo Volpi”²⁶⁷, noticiada no mesmo *Jornal do Brasil*, logo se viu na constatação de que

Quanto à outra capela, a do Palácio Alvorada, de um belíssimo partido arquitetônico, de audaciosa concepção, na sua forma de caracol, é obra inteira do arquiteto [Oscar Niemeyer]. O insólito da concepção parece ter chocado algumas autoridades eclesiásticas, mas, conforme também foi noticiado, o Núncio como que serviu de árbitro na divergência surgida entre o Bispo de Goiânia e Oscar Niemeyer.

Oferece-nos então, o crítico de arte, um desfecho:

Respeitando-se a integridade do partido do projeto Nieméier (sic), fizeram-se as acomodações necessárias para respeitar as exigências litúrgicas. E era lógico que se devia atender aquelas exigências. Do contrário, haveria discrepância entre o partido, a forma, e o programa, a função. Uma igreja é feita para funcionar, para o culto e não para admirar-se gratuitamente, como uma jóia. A adequação da forma e da função, ideal de toda boa arquitetura, só pode realizar-se, no caso, quando liturgia e arte se casem numa bela obra harmoniosa e viva²⁶⁸.

É válido atentar-nos ao fato de que, antes, em março de 1958, na mesma coluna do mesmo periódico, o mesmíssimo Mário Pedrosa fez a afirmação de que a Igreja da Pampulha, projetada pelo mesmo arquiteto, Oscar Niemeyer, não foi consagrada, devido, argumenta ele, a “incompreensão das autoridades eclesiásticas de então”²⁶⁹.

Bem compreendido ou mal compreendido, o fato é que o Bispo de Goiânia e “algumas autoridades eclesiásticas”, não aceitaram de pronto o modernismo de Oscar Niemeyer, de Alfredo Volpi – e Mário Pedrosa.

Aliás, “a arte e a arquitetura de nossos criadores mais livres e audaciosos”, “os artistas mais originais e mais profundos de nossos dias”, “o que há de mais profundo e melhor na

²⁶⁷ Pintor ítalo-brasileiro da segunda geração do modernismo.

²⁶⁸ PEDROSA, Mário. Adequação de forma e função. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1958. Artes Visuais.

²⁶⁹ PEDROSA, Mário. Integração das artes e Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1958. Artes Visuais.

sensibilidade de nossa época”²⁷⁰, teve como reação condenações incisivas. Muitos *homens e mulheres modernos* país afora, não se embalaram e se reconheceram *nessa modernidade*.

Como noticia o *Jornal do Brasil*, em 10 de janeiro de 1960, fazendo uso da “voz autorizada” de “um penetrante crítico de arquitetura” americano:

O crítico de arquitetura Sibul Moholy-Nagy, que esteve recentemente em Brasília com um grupo de críticos de arte e arquitetos, afirma que será difícil viver nos edifícios da nova Capital porque suas paredes elevam a temperatura interior a mais de 40 graus. Moholy-Nagy, em artigo divulgado no último número da revista especializada **Progresso Architecture**, entre outras críticas disse ser melancólico ver em Brasília o clichê superado de Le Corbusier, que estrangula a arquitetura como espaço²⁷¹.

Haveria assim, na capital do planalto, calor carioca (sem mar, mas com “poeira vermelha que tudo envolve”). Já Le Corbusier, aparece como ultrapassado, o que revela a polissemia do símbolo arquitetônico, uma vez que o mesmo planejamento e o mesmo *designer* da nova cidade, inspirados no “mestre modernista”, foram lidos como o mais rico e o mais belo do mundo por alguns e, por outros, como o mais empobrecedor.

Para a *Tribuna da Imprensa*, aliás, as idéias e as formas arquitetônicas magistrais, pareciam invisíveis, transparentes, o que saltava aos olhos do diário, em 1º de julho de 1958, era o fato do recém-inaugurado Palácio da Alvorada ter custado ao Tesouro “cerca de Cr\$ 1 bilhão, tendo um dos banheiros mais luxuosos da América do Sul, orçado, há tempos, em Cr\$” 15 milhões”²⁷².

Assim, o fato de que a incipiente capital brasiliense estava na grande imprensa diariamente levou o restante do país a ter contato com a sua arquitetura arrojada e original. Criava-se desse modo, laços de identificação e diferenciação. O Palácio da Alvorada, a Catedral, o Congresso Nacional, a Esplanada dos Ministérios se pretendiam e se monumentalizavam já como novos símbolos supremos da República brasileira, mas tinham uma missão difícil, suplantar – ou mais humildemente, disputar espaço – no imaginário nacional, com o Pão de Açúcar, o Corcovado e o Jardim Botânico.

O certo é que a promessa de edificação da felicidade nacional concomitante a edificação de Brasília, festejando ou não sua arquitetura, teve detratores ousados, competentes. E

²⁷⁰ PEDROSA, Mário. Adequação de forma e função. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1958. Artes Visuais.

²⁷¹ CRÍTICO americano adverte: calor nos edifícios fará a vida difícil em Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jan. 1960.

²⁷² INAUGURADO em Brasília o palácio de Kubitschek. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1958.

não se trata de sobrevalorizar as controvérsias, pois por ser um projeto grandioso e pelo tamanho de suas ambições é facilmente presumível que mobilizasse pessoas e opiniões distintas, mas de nos apoiar nelas, como temos feito, para compreender melhor os estados de ânimo, os estados d'alma daqueles homens e mulheres engajados em apontar nos jornais a força ou as fraquezas de tal decisão política, para compreender melhor *de que forma e para que* hastearam a bandeira do sim ou do não a Brasília; levando-se em conta que, àquela época, sujeitos se dividiam entre o sentimento de pertença, de serem agentes contributivos e constitutivos da *modernidade juscelinista* – ou governista –, situando-se ao seu centro, e entre a sensação de serem colocados ou mesmo de se colocarem e se vislumbrarem em suas margens, em suas bordas.

É posicionando-se dentro do “que já se convencionou denominar a realidade brasileira”, desprezada quase em alucinação pelo governo, que a crônica “Futuro e Presente” do *Diário de Notícias*, elaborada no quarto ano do mandato presidencial, tem amplas dificuldades de imaginar um destino promissor, pois não vê formas de inspiração para tal no presente,

Perceberão os mais realistas que, se as realizações expostas oferecem rodovias e a problemática Brasília, seu custo se traduz no índice maior de analfabetismo. Se o governo não pode instruir e educar o homem, se não pode permitir que a agricultura se renove com a eliminação do confisco cambial, se não pode realizar sem ampliar a pobreza de todos, se não pode construir sem onerar o destino nacional com empréstimos sucessivos – como pode, então, prometer o futuro?

Às margens, às bordas da modernização proposta pelo imaginário mudancista, a crônica sente e percebe “o estado presente” sem entusiasmo e euforia. Ela estampa um velho Brasil, um estado geral de pobreza, agravado por um presidente com mania de grandeza, que diz não ter “vocaçào para obras pequenas”. Diante das dívidas da nação e de um povo faminto “o sr. Juscelino Kubitschek” e sua trupe se apegaram a Brasília, se apegaram apenas ao futuro, a “esperança do milagre remoto que sempre sustenta os fracassados”²⁷³.

Se não lemos nos textos jornalísticos a que tivemos acesso críticas à modernidade, ao que de danoso ela por ventura produza, a sua distribuição desigual, é porque ela foi assumida como um valor em si, sem ser questionada, seja em sua aparição na forma de expectativa ou de experiência. Há sim, vemos entre os discursos inibidores da transferência da capital, que se tomar – ou prosseguir – o rumo do progresso, do crescimento, da modernização, de melhores condições

²⁷³ FUTURO e Presente. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 08 jan. 1959.

de vida, seja em relação à *gente do interior*, especificamente²⁷⁴, seja em relação ao Brasil tomado como um todo, mas, definitivamente, por outro caminho, que não Brasília. Pois, como argumentou no *Jornal do Brasil*, em 1957, Augusto Meira, que se posicionou favorável a Juscelino, a sua *firmeza de propósito* e a seu *vitorioso otimismo*, embora considerasse a mudança da capital um erro,

Certo S. Exa. tem razão em querer que o País se desenvolva para o oeste. Mas pensamos que o oeste precisa de escolas, precisa de arado, do avião, das estradas, da eletrificação, do trabalho agrícola, pecuário e industrial. Isso não se consegue levando para ali a Capital²⁷⁵.

Líder da UDN, partido fundamentado no antivarguismo e de orientação liberal e moralista, o incendiário jornalista Carlos Lacerda, por sua vez, fundamentava-se na descrença e exorcização ativa em relação à Brasília e se orientava na convicção de que “a confiança no Brasil não é privilégio de quem o rouba nem pode constituir pretexto para que o deixemos ser roubado”, porque “não é sinônimo de otimismo a justificação dos crimes e a consagração dos erros”. Para ele, é fato que “o Brasil está imensamente atrasado em relação ao seu futuro”. E, para ficar tudo muito bem explicado, retrocede:

Ao tempo do segundo império, este país era uma grande e iminente esperança do mundo. A escravidão tolheu-lhe, porém, de tal modo o desenvolvimento que o Brasil, em vez de adiantar-se atrasou-se em relação às demais nações. E hoje, faz um pouco o papel de um menino enorme, no meio dos rapazes, de calças curtas a mostrar as canelas cabeludas, o buço e a voz a engroçar, mas tratado como criança; e já agora, a fazer más-criações e ameaçar pirraças nas assembléias internacionais, pela voz de um talentoso débil moral, o sr. Augusto Frederico Schmidt.

Não somente a escravidão, que retardou a imigração e o trabalho livre, contribuiu para procrastinar o futuro do Brasil. Também a educação, tardonha, rotineira, livresca, treinando o homem para o desprezo ao trabalho e para considerar a inteligência como um privilégio que isenta os que a possuem de qualquer esforço, formando falsas elites, parasitárias, colaborou para frustrar o esplêndido futuro do nosso país.

Neste mo momento, o que ameaça atrasar a marcha do Brasil é precisamente a ânsia inconsiderada de fazer “cinquenta anos em cinco”²⁷⁶.

Augusto Frederico Schmidt era um poeta, editor e empresário, além de colaborador de vários jornais, como *O Beira-Mar*, *Correio da Manhã* e *O Globo*, com poemas e crônicas. Em

²⁷⁴ No intuito de que a mesma acompanhe a ‘gente do litoral’.

²⁷⁵ MEIRA, Augusto. A oração presidencial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1957.

Cf. “Augusto Meira”. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Meira. Acessado em: 27/jul/2007.

²⁷⁶ LACERDA, Carlos. Otimismo: o Nosso e o da Gamorra. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1958 (grifos nossos).

São Paulo, *ligou-se aos escritores modernistas* Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Ribeiro Couto; tornou-se também grande amigo de Plínio Salgado, apesar de muitas diferenças ideológicas. Já a proximidade com Juscelino Kubitschek, na década de 1950, deu a ele a oportunidade de exercer diversas funções públicas em seu governo e fez dele um consultor/redator de pronunciamentos do presidente, emprestando seu brilhantismo literário a voz e atuação cênica de JK. Inclusive, foi Schmidt que criou o slogan “50 anos em cinco”.

Schmidt foi ghost-writer [literalmente, escritor fantasma] do ex-presidente Juscelino Kubitschek, ainda durante sua campanha para presidente. Eleito Juscelino, Schmidt ajudou a elaborar a Operação Pan-Americana, um primeiro plano de ajuda ao desenvolvimento da América Latina. Da OPA nasceria o BIRD (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e, algumas décadas depois, o Mercosul²⁷⁷.

Criticando a atuação do governo nos setores econômico e militar, prossegue Lacerda em seu ataque que, claro, passa por Brasília, numa aguerrida auto-suficiência e numa autoconfiança arrogante, mostrando o que, supostamente, impedia o grande futuro do Brasil,

Pretende-se industrializar o país sem as condições desumanas que garantiram essa industrialização na Inglaterra do século XVIII nem as outras, ainda mais ferozes, verdadeiramente inumanas, sob as quais a Rússia do século XX realiza a sua revolução industrial. O resultado é uma espécie de *pot pourri* de dirigismo estatal e de voracidade privatista, que se completam **numa obra nefasta**. A iniciativa privada autêntica é perseguida ou, quando menos, menosprezada. A iniciativa privada que se estimula é precisamente a que não convém: são os grupos privilegiados que se criam e prosperam à sombra de favores cambiais, com endereço certo, são os sócios políticos do sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira – os que ele trouxe de Belo Horizonte e os que adicionou à farândola no triunfo que o Exército garantiu à corrupção. O estatismo que se expande é o do crédito, que se tranca à iniciativa privada e se derrama sobre as despesas governamentais, como a **loucura de Brasília** e as despesas justas, se isoladamente consideráveis, mas desatinadas, se analisadas dentro do quadro financeiro do país, das obras monumentais que prosseguem arrancando a carne do particular, do cidadão, do contribuinte, em suma.

(...) Se o general Lott soubesse o que quer dizer, tomaria a frente dos acontecimentos para recomendar, imediatamente, uma redução drástica das despesas militares, em favor da própria segurança nacional. O volume das despesas militares, neste país, põe em risco a própria segurança nacional, porque desguarnece setores essenciais da produção agrícola e industrial, e o setor fundamental, que é a educação. O mais urgente problema econômico do Brasil é o do financiamento da educação, dessa metade dos brasileiros que tem menos de 18 anos de idade. Isto, sem falar na outra metade²⁷⁸.

²⁷⁷ “Biografia”. In: <http://www.fundacaoschmidt.com.br/>. Acessado em: 27/abr/2008.

²⁷⁸ LACERDA, Carlos. Otimismo: o Nosso e o da Gamorra. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1958 (grifos nossos).

Lendo as impressões de Lacerda sobre a política econômica do governo, vemos que as suas eram acentuadamente liberais e supomos que seja útil dizer que as características econômicas enfadonhas do período 1956-1961 consistiam no fenômeno da industrialização e no empenho em aglutinar capital e tecnologia da iniciativa privada e do capital externo com o intervencionismo, planejamento e orientação do Estado. A ideologia desenvolvimentista kubitschekiana foi claramente privilegiada em detrimento do nacionalismo de tipo getulista, pois correspondia ao comprometimento prioritário do governo. Os esforços por ele empregados na canalização de recursos financeiros, sejam eles nacionais ou internacionais, particulares ou públicos à construção de Brasília, meta-síntese e meta-símbolo, são elucidativos. O que não o impediu de colher os louros de um discurso apaixonadamente nacionalista, em circunstâncias convenientes, como na ocasião em que rompeu com o Fundo Monetário Internacional, em 1959. Apesar da decisão não possuir uma conotação fundamentalmente ideológica, como alguns setores de esquerda assim a transformaram, e sim decorrer “basicamente das exigências ‘irrealistas’ do Fundo, que propunha um programa antiinflacionário de choque (o que levaria ao impedimento ‘orgânico’ do ritmo de obras) e da recusa dos Estados Unidos em responder às solicitações da OPA (Organização Pan-Americana)”²⁷⁹. Maria Victória de Mesquita Benevides conta que

No clube militar, por exemplo, Kubitschek afirmou o propósito de não ceder, “a determinação de caminharmos isolados se necessário for”, e acusou o FMI e os “inimigos do Brasil independente de tentarem uma capitulação nacional, a fim de que a indústria caísse em mãos forasteiras”²⁸⁰.

Inclusive, o aludido Lott permaneceu na mesma linha do *discurso ideológico* do desenvolvimentismo de JK, ao declarar que “na prática e a rigor não há capital estrangeiro e capital nacional. Há simplesmente o capital, que, ao lado do trabalho, é uma mola do progresso”. Diante disso concluiu que “o dinheiro que vier de fora, com o objetivo real de incrementar nosso desenvolvimento, só pode ser bem recebido. O que se faz mister é que a maior parte dos lucros obtidos seja aplicada na expansão e aprimoramento do investimento”²⁸¹.

Se, como vimos, a voga é ser crítico, um grade foco da ira denunciante de Carlos Lacerda foi a tutela estatal, “os excessos de público”. Julgava ultrapassada a “tecnoburocracia”

²⁷⁹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. cit., p. 222.

²⁸⁰ Este discurso já havia sido proferido no Catete, em cujos jardins se concentraram cerca de 1.500 pessoas para aplaudi-lo. Cf. BANDEIRA, Moniz apud Idem, *Ibidem*, p. 174-175.

²⁸¹ COSTA, Major J. apud Idem, *Ibidem*, p. 183.

do governo JK. E, se o presente é mesmo um problema, para ele, se fazia urgente resolver aquele de como garantir aos indivíduos autonomia, já que a iniciativa de ação era reconhecida quase exclusivamente ao Estado e, mais exatamente, ao Poder Executivo. Faz ainda questão de frisar que a ação privada de que fala não é esta limitada aos *sócios políticos* de JK, dando, assim, curso ao diagnóstico, há muito compartilhado, de que, nesse sentido, “‘sobra poder privado e falta poder público’ no Brasil, uma sociedade dominada por arranjos clientelistas e personalistas que datariam do ‘período colonial’”. Lacerda tem um caminho inequívoco para a modernização do Brasil, a eliminação do *capitalismo burocrático*, do *capitalismo politicamente orientado*²⁸².

Sobre os levantados *gastos militares*, nos anos dourados, o debate e as articulações entre legalistas e golpistas interferiam na governabilidade, tornando o apoio do *Partido Fardado*, o único indispensável. Em todas as comissões executivas ligadas ao desenvolvimento e a segurança lá estavam os militares. A participação deles, ocupando “cargos civis” no Grupo de Trabalho de Brasília, era uma condição e uma realidade no que diz respeito a sua criação.

Se fazia necessário contentá-los, agradá-los, atentando-se para suas reivindicações (aumento salarial, equipamentos em geral, treinamento de pessoal). Era uma espécie de pagamento pelo poder que políticos “casacas”, como Juscelino, fazia as Forças Armadas. É o que Maria Victória Benevides chama de cooptação dos militares ao poder²⁸³.

A política orçamentária do governo previa uma alta porcentagem de recursos aplicados ao setor militar: no período 56/60 o nível de despesas militares atinge 23% da despesa federal total e o orçamento dos ministérios militares cresceu proporcionalmente com o PNB²⁸⁴.

Estripulia de um palhaço, crime e engano imperdoável, a edificação de Brasília não era, para Carlos Lacerda, nem de longe, o sinônimo do desenvolvimento e da modernização certamente necessárias ao país, mas de um otimismo vazio, demagógico e monótono. No tom cáustico que lhe era peculiar e com talento fascinante, Lacerda há algum tempo já empolgava a

²⁸² Cf. GOMES, Ângela de Castro. “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. Op. cit., p. 540-543.

²⁸³ A autora defende ser essa prática adotada pelo governo de Juscelino um ponto fundamental para sua manutenção no poder e para sua estabilidade política, associada ao desenvolvimento econômico. Cf. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. cit, p.154.

²⁸⁴ Os dados são de Nathaniel LEFF. “... the military had a position of special influence. Their attitude was important in deciding the large allocations for steel and petroleum ... *Economic Policy-Making and Development in Brazil, 1947-1964*, John Wiley & Sons, N. Y., 1968, p. 53. A pesquisa de A. PASSOS E V. FARIA indica a média 23, 2% como percentual do orçamento nacional alocado na defesa para o período 58/62. No mesmo período a média da Argentina foi de 15, 7% e a do México 8,3%. In: Idem, *Ibidem*, p. 171.

cena política e jornalística brasileira na solidariedade e na dissidência, e é discordando do governo que denunciou suas iniquidades e garantiu,

Nós também confiamos no Brasil. Direi mesmo que nós verdadeiramente confiamos no futuro do país, pois queremos desembaraçá-lo, no presente, de tudo o que atrasa, de tudo o que o compromete, **de tudo o que desvia o Brasil do futuro que em condições normais, lhe está reservado.**

Desde logo, há que distinguir. Existe um otimismo essencial, que consiste em ter fé, em trabalhar com confiança e com perseverança, em não descreer e não ser desanimador. Este é o nosso otimismo.

Outro, bem diverso, é o dos que pretendem que, por ter o Brasil um futuro grandioso à sua disposição, podem bilhá-lo, podem errar à vontade, podem desviá-lo dos seus rumos porque tudo virá certamente, fatalmente, a dar na mesma.

Não. O futuro do Brasil é muito promissor, mas não é absolutamente certo que o alcançaremos em tempo útil. Um país devastado pela inflação, desmoralizado pela indignidade de seus dirigentes, entregue a levianos e a incompetentes, retarda por tal modo o desenvolvimento que se arrisca a não atingir o futuro como uma nação poderosa e sim como um vasto território dilacerado, tumultuado, ocupado por mil influências e tendências bem diversas daquelas com que sonharam seus fundadores²⁸⁵.

Raias simbólicas estão lançadas, de um lado, o otimismo “leviano ou cretino”, marcado pela “ânsia inconsiderada de fazer ‘cinquenta anos em cinco’”, que, claro, tem como pedra angular a nova capital, de outro, o “otimismo sadio”, que tenta libertar o Brasil dos saqueadores, aos quais ele se acharia entregue – *claro, num momento de crise* –, para que, enfim, “livre dessa Gamorra”, se possa trabalhar por ele, contra seu atraso atual, contra a insensatez e a favor de seu futuro, avanço e modernidade, sem Brasília²⁸⁶.

A insistência no discurso de Carlos Lacerda se justifica por vários fatores. O primeiro deles, é a importância dessa personagem na oposição realizada não só ao governo JK, mas antes dele, e destacadamente, ao governo de Getúlio Vargas – moldando o *fenômeno histórico* conhecido por lacerdismo, uma espécie de corrente política marcada pela histeria denunciata bem como pela condenação, reprovação e dissuasão violentas e sem limites, não é à toa que Lacerda ficou conhecido como o “demolidor de presidentes”²⁸⁷. O segundo fator, que deriva do primeiro,

²⁸⁵ A conclusão dessa fala, no entanto, nos inquieta demasiadamente, quem ao certo Lacerda considerara como os “fundadores” do Brasil (missão difícil: os portugueses e os colonizadores de variadas cores, origens e credos; os bandeirantes e os que empreenderam as entradas; os missionários de todos os matizes; D. João VI; os mártires de nossa independência, José Bonifácio, D. Pedro I; ou mesmo seu filho, Pedro II...)? Teriam eles alimentado mesmo grandes sonhos em relação ao país? Missão mais complicada ainda.

²⁸⁶ LACERDA, Carlos. Otimismo: o Nosso e o da Gamorra. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1958 (grifos nossos).

²⁸⁷ Cf. MOTTA, Marly Silva da. “Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estados”. In: BOM MEIHY, José Carlos Sebe (org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

é a admiração que temos de sua verve e crítica prodigiosas, de suas análises da realidade brasileira, extrema e cuidadosamente investidas.

Alcunhados de derrotistas, comodistas, pessimistas, descrentes, antipatrióticos e mais epítetos dessa natureza, Lacerda e muitos antimudancistas tinham, isto sim, outro projeto de modernidade, de crescimento e de avanço para o país. Tinham também a convicção de que a construção de uma nova capital no interior não traria nenhum deles.

O *Correio da Manhã*, em 24 de maio de 1957, cita Eugênio Gudín, figura importante da vida política e econômica do país, num artigo que expõe Brasília como uma “fantasia perniciosa” e que parece fazer coro com o já citado político udenista:

Haverá alguém que acredite, por acaso, que aos males de que sofre o nosso país, resultantes da anarquia política, da incapacidade econômica e de outras graves deficiências responsáveis pelo nosso atraso, desaparecerão com o fato de se mudar a sede do governo de um para outro ponto do país?²⁸⁸

Dias depois, o mesmo Gudín volta a debochar da magia e das esperanças de otimismo e transformação do país que cercaram a transferência da capital, para ele meras quimeras – alastradas por dirigentes indignos, levianos e incompetentes, como certamente complementaria Carlos Lacerda –,

Como se a mudança de sede para Goiás, libertasse o governo das injunções que lhe cria o Congresso Nacional, dos compromissos políticos gerados nas eleições, das pressões inflacionárias, do nacionalismo botocudo, das influências dos militares e sobretudo da incapacidade e da fraqueza dos próprios governantes!

Então, conclui desdenhosamente o ex-ministro da Fazenda, que ocupou a cadeira no breve governo de Café Filho, não seria apenas a “Mágica de Brasília” e sim o “Milagre de Brasília”²⁸⁹.

Como coloca a questão, de modo tão contrariado como caricato, o *Diário de Notícias* no já citado texto “Convite à paciência”,

Aos “pouco imaginosos”, que não compreendem essa “obra de alguns homens de gênio”, é feita uma revelação que, de fato, se dirige a toda Nação brasileira: a nova capital é uma “síntese” de todas as outras “metas” da atual administração federal. Quer

²⁸⁸ EUGÊNIO Gudín reafirma: Brasília – Fantasia Perniciosa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 mai. 1957.

²⁸⁹ GUDÍN, Eugênio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 03 jun. 1957.

dizer: sem Brasília, nada feito; sem Brasília, o fracasso das outras “metas”, isto é, do programa de meio-século em cinco anos. Não só, portanto, os “pouco imaginosos” são convidados a esperar por Brasília: também o é a Nação inteira.

Com ar de desprezo e desdém a nova capital e ao governo, que lhe é característica, prossegue a intriga dizendo que “do palácio da Alvorada vão irradiar-se, como raios de um sol fecundo, todas as medidas salvadoras”, pois, agora, o Catete não pode dar combate às aflições nacionais²⁹⁰.

Essas áreas de dissensos expandidas no imaginário antimudancista podem ser mais bem compreendidas se pegarmos de empréstimo algumas questões colocadas por Márcio de Oliveira na “Introdução” de seu livro,

Seria correto afirmar que o Brasil desta primeira metade dos anos 1950 era uma nação assim tão subdesenvolvida, tão inexistente a ponto que fosse possível ao governo falar na construção de um novo Brasil”? Imaginando que sim, não haveria outras maneiras de desenvolver o país? O destino daquele Brasil estava realmente ligado à transferência da sede do poder da república? Teria sido realmente necessária construir toda uma cidade para transferir a capital? Não teria sido mais sensato, econômica e politicamente mais viável aproveitar alguma cidade já existente?²⁹¹

Creemos, que dúvidas como essas zuniram trepidante e inquietantemente ante os contemporâneos da criação de Brasília e da transferência da capital.

Assim, esse outro grupo, olhava Brasília como um absurdo, uma futilidade, um delírio, uma incoerência, uma levianidade, enfim, um equívoco. Se para os mudancistas, somente com a construção de Brasília seria possível alavancar e fazer progredir o país, para os contrários a transferência, mesmo para aqueles que compartilhavam com os primeiros o compromisso com a modernidade e com a necessidade de modernização do país, ela era dispensável e inútil.

E mesmo que o texto “Brasília, a cidade menina”, de Amaury Mercadante em *O Semanário* se mostre contundente,

O presidente Juscelino Kubitschek tem sido alvo dos mais injustos ataques e críticas em relação às iniciativas tomadas no caso. Entretanto, confiante e senhor do que está fazendo, não se deixa quebrantar ante o descrédito que seus inimigos semeiam no povo.

²⁹⁰ CONVITE à paciência. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 03 jan. 1959.

²⁹¹ OLIVEIRA, Márcio de. Op. cit., p. 22.

Brasília não é uma vaidade. **Brasília é uma necessidade premente**²⁹².

De acordo com Castoriadis, nenhuma necessidade definida é “a” necessidade da humanidade. O homem a faz fazendo e se fazendo. Ela nasce sempre de um lugar social, “e nenhuma definição racional, natural ou histórica permite fixá-la em definitivo”²⁹³.

Por conseguinte, maior plausibilidade se assenta na consideração plural – pois ainda que dual, fora sempre multifacetada – de perspectivas sobre a construção do futuro, sobre a invenção ou reinvenção do moderno, sobre a criação da nova *urbe* no centro do país. O interior dos dois campos é fracionado, compondo um arco que vai de extremistas a moderados, das considerações e críticas dosadas e de bom humor às violentas, da leveza e charme à agressividade.

Se falas impressas sobre a nova cidade-capital, mesmo as que rezavam a cartilha do contra, como explicitado anteriormente, não chegaram a afrontar o discurso da modernização em si, mas sim o de sua consubstanciação e conquista pela criação de uma capital no cerrado, deve-se ressaltar que, por vezes, elas nem tocam nos termos moderno, modernidade ou similares, mas denunciam a penúria, o baixo padrão de vida, as adversidades e infortúnios reinantes, em suma, os problemas sociais e econômicos por que passavam grande parte dos brasileiros, homens e mulheres, empregando novamente os termos que se prestaram a usos múltiplos, às margens e às bordas do otimismo futurista e das transformações dos *novos tempos*.

Nem *ato heróico*, nem *grandiosa obra*, nem *novo Brasil*, nem *modernização*, o que mais uma vez nos sentencia, em 1957, o jornal *A Hora*, em seu discurso que ostenta um enorme título: “JK no Palácio das Ilusões Perdidas: Faixa Negra – Belo Abacaxi Vai Passar o Presidente”, são mazelas e seqüelas cruéis da nova capital (mais uma vez também, estamos diante do recurso a imagem da *gravidade da situação*),

Os brasileiros, embora mais pacientes que as pedras, já estão cansados de passar a sanduíche de mortadela e cochinhas (sic) de galinha requentadas de há três dias nas estufas dos freges-moscas, de ter filhos analfabetos, condenados a futuramente ganhar o pão entre os varais de uma carroça, de viajar dependurados em “paus de arara” da Central, de sustentar funcionários públicos e ainda ser por eles mal servidos, de ouvir promessas mirabolantes em temporadas pré-eleitorais, de sofrer aumentos sucessivos de produtos essenciais à subsistência, de ser iludido.

²⁹² MERCADANTE, Amaury. Brasília, a Cidade Menina. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 08 ago. 1957 (grifos nossos).

²⁹³ CASTORIADIS, Cornelius. Op. cit., p. 164.

Ninguém deve duvidar que, de fato, daqui a três anos e meio JK vai passar a faixa ao seu sucessor legal. Mas, ninguém tenha dúvida também de que não será essa a faixa simbólica do primeiro magistrado da nação e sim uma faixa negra como a miséria do povo, de campeão de “judô”, de mestre useiro e vezeiro na aplicação de “golpes” contra a fé e o estômago vazio do povo brasileiro, cansado de suar, e cansado de chorar, cansado, enfim, de... ver triunfar as nulidades²⁹⁴.

Nesse ponto, pode-se dizer ainda, que os brasileiros de um e de outro lado do campo dessa batalha simbólica, viviam um momento de oscilação entre *sentir-se no moderno e querer ser moderno*. Adalgisa Nery, jornalista carioca do *Última Hora*, assim se pronuncia em janeiro de 1957,

Sobre o problema das estradas de ferro, da nossa Marinha Mercante, da energia elétrica, da produção e da indústria, infelizmente sabemos que o presidente Juscelino não poderá no tempo marcado por ele, realizar nem metade daquilo que sinceramente prometeu na televisão. É com desgosto que assim falamos. Gostaríamos de ter certeza que o desejo presidencial depende unicamente dos seus patrióticos propósitos, mas não é aconselhável afastar dados e experiências para ficar em sonhos de um progresso fabuloso de quatro anos apenas.

Em sua leitura, interesses vários, como os partidários, com as suas conveniências pessoais ou com os seus ressentimentos, bem como os de grupos econômicos internacionais, põem pedras no caminho e dificuldades independentes do desejo realizador e modernizador de JK, que pesam sobre o intento do mesmo de “transformar seu mandato em página gloriosa do progresso do Brasil”. Apenas o “louvável desejo de trabalhar” para o país, acrescenta ela, não basta para solucionar “problemas tão importantes para a coletividade”, a exemplo da própria mudança da capital, a qual se diz inteiramente favorável. Tais interesses, escusos, bloqueariam às iniciativas e políticas públicas modernizadoras do Executivo. Parece-nos então, que “levar o País as alturas que merece”, para Adalgisa Nery, é muito mais um *querer* do que um *ser*²⁹⁵.

Conclui-se, então, que a recente modernidade e o atraso persistente, o novo Brasil e o velho país, o centro e as margens do moderno, a vida com grandes esperanças ou sem elas, bem como o *querer* e o *ser* da modernização política, econômica e cotidiana, compartilharam espaços no imaginário mudancista e no imaginário antimudancista. São eles dois complexos tecidos simbólicos a um só tempo modernistas e antimodernistas, pois como enfatizamos, em epígrafe,

²⁹⁴ JK no Palácio das Ilusões Perdidas: Faixa Negra – Belo “Abacaxi” Vai Passar o Presidente. *A Hora*, São Paulo, 26 fev. 1957.

²⁹⁵ NERY, Adalgisa. As pedras no caminho. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1957. Retrato sem Retorno.

na constatação de Marshall Berman, é impossível “agarrar e envolver as potencialidades do mundo moderno sem abominação e luta contra algumas das suas realidades mais palpáveis”.

Creemos, com Alzira Alves de Abreu, que “o historiador não pode mais ignorar que a mídia é parte integrante do jogo político e da própria construção do acontecimento histórico²⁹⁶”. Os jornalistas e escritores de periódicos são tanto testemunhas quanto atores sociais. Daí, partindo da premissa básica de que não existe objetividade em jornalismo, Clóvis Rossi afirmar com propriedade e sem causar grande espanto, o fato de que “ao redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções”²⁹⁷. Afinal, prossegue ele na fala sobre seu *métier*,

entre o fato e a versão que dele publica qualquer veículo de comunicação de massa há a mediação de um jornalista (não raro, de vários jornalistas), que carregam consigo toda uma formação cultural, todo um ‘background’ pessoal, eventualmente opiniões muito firmes a respeito do próprio fato que está testemunhando o que leva a ver o fato de maneira distinta de outro companheiro com formação, ‘background’ e opiniões diversas. É realmente inviável exigir dos jornalistas que deixem em casa todos esses condicionamentos e se comportem, diante da notícia, como profissionais assépticos, ou como a objetiva de uma máquina fotográfica, registrando o que acontece sem imprimir, ao fazer o seu relato, as emoções e as impressões puramente pessoais que o fato neles provocou²⁹⁸.

Afora a ressalva de que mesmo a objetiva de uma máquina só se presta a captar a imagem mediante o investimento subjetivo daquele que a anima, daquele que se soma a ela e lhe confere existência, tem mesmo razão Clóvis Rossi: fazer jornalismo envolve as subjetividades e suas correspondentes sensibilidades. Na prática, não há distinção entre notícia e opinião. A mistura de ambas nos permite a compreensão ampliada do texto jornalístico.

Contudo, dissemos *envolve*, e não se *resume unicamente*, ao menos para uma parte considerável dos jornalistas, que se somam – ainda hoje! – a clarificação de Clifford Geertz sobre a prática antropológica,

²⁹⁶ “Introdução”. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *A Imprensa em Transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 9.

²⁹⁷ Manual de Redação do jornal *Folha de São Paulo*. Verbete “Objetividade”, p. 34 apud ROSSI, Clóvis. *O que é Jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p 12-13.

²⁹⁸ Idem, *Ibidem*, p 10.

Nunca me impressionei com o argumento de que, como é impossível uma objetividade completa nesses assuntos (o que de fato ocorre), é melhor permitir que os sentimentos levem a melhor. Conforme observou Robert Solow, isso é o mesmo que dizer que, como é impossível um ambiente perfeitamente asséptico, é válido fazer uma cirurgia num esgoto²⁹⁹.

É muito tentador cair no fantasma do imaginário em si... Isso quando se está diante de trabalhos de jornalistas, antropólogos, historiadores ou qualquer outra atividade no/do mundo real, que é também, nem acima, nem ao lado, nem abaixo, mas no *interior*, um mundo de representações.

Assim, a História de um povo é constituída por um intrigante enredo tecido por condições materiais tangíveis e por um arsenal de representações elaboradas sobre o que se vê, o que se sente e o que se imagina que exista no outro extremo do que não se pode experimentar, testar ou dominar. A realidade se materializa como manifestação de diversas formas de perceber e vivenciar o familiar e o desconhecido³⁰⁰.

A *realidade materializada* em matérias e reportagens de periódicos impressos estava, deste modo, *cravada no social-histórico*, com suas matizes, seus *topoi* e seus complôs. Foi ela *habitat* de um passado, mas também região de um futuro.

²⁹⁹ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p. 40.

³⁰⁰ KUYUMIJAN, Márcia de Melo Martins. “Elaboração idílica do garimpeiro construindo sujeitos sociais”. In: COSTA, Cléria Botelho da; ALÉSSIO, Nancy (orgs.). *Contar história, fazer História: História, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, p. 207.

CAPÍTULO 2.

ENTRETO: EM BUSCA DE JUSTIFICATIVAS E LEGITIMIDADES, TOPOS E COMPLÔS NA CONSTRUÇÃO JORNALÍSTICA DE BRASÍLIA

(...) Se por um lado, enquanto contemplamos as mudanças, o melhor é o silêncio atento-intenso, por outro, quando somos atores, isto é, sujeito e vítimas das mudanças, o melhor é procurar dizê-las, compreendê-las, enquanto é tempo para agir e reagir, ou seja, interferir de algum modo, adequando-se, negociando, circulando, resistindo, apropriando-se, cada um em sua escala individual ou de grupo.³⁰¹

José Carlos Reis

O título de nosso segundo Capítulo tem uma *fonte* clara, o texto de Carlo Ginzburg chamado “O extermínio dos judeus e o princípio de realidade”, no qual o historiador italiano, valendo-se do primeiro tópico (o extermínio dos judeus), discute e se pronuncia sobre o segundo (o princípio de realidade) numa estimulante e sempre atual discussão historiográfica sobre o falso e o verdadeiro, sobre os critérios e princípios da prova histórica. Em tal discussão, a primeira parte tem por título *Topos e complôs*. *Topos*, no sentido de tema recorrente na historiografia – um *topos historiográfico* – e *complôs*, referindo-se à idéia de urdidura desses por judeus contra “cristãos sadios”, com o intuito de envenená-los na França do século XIV “e em algumas zonas circundantes (Suíça ocidental, Espanha setentrional)” durante a explosão da Peste Negra³⁰².

No *Dicionário de análise do discurso*, de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, assim é definida a palavra *tópos*,

(plural, *topoi*) foi emprestada do grego. Ela corresponde ao latim *locus communis*, de que resultou *lugar comum*. (1) Fundamentalmente, um *tópos* é um *elemento de uma tópica, sendo uma tópica uma heurística, uma arte de coletar informações e fazer emergirem argumentos*. (2) Um *tópos* é um esquema discursivo característico de um tipo de argumento.

Pode-se ler ainda no mesmo léxico, que os *topoi*

³⁰¹ Quando constrói essa reflexão, José Carlos Reis está a enfrentar uma discussão acerca “das mudanças pós-modernas atuais”. Cf. REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 57-58.

³⁰² GINZBURG, Carlo. “O extermínio dos judeus e o princípio da realidade”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 211-213.

são sempre caracterizados por sua **plausibilidade inerente**, que se comunicam com discursos nos quais eles entram, quer os *topoi* sejam expressamente **citados**, quer deles seja feita alusão ou quer eles constituam o **esquema** que atribui coerência ao discurso³⁰³.

Na definição do dicionarista e filólogo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *complô* pode significar: 1. Conspiração contra o Estado ou o poder constituído. 2. Conluio contra uma instituição ou indivíduo(s)³⁰⁴.

Sem delongas nas discussões conceituais desses dois termos, tomamos de empréstimo as conotações deles em Carlo Ginzburg, bem próximas das definições formais dadas acima, para trabalhar as temáticas, referências, pautas e questões (*topoi*) que embasaram matérias acerca da construção de Brasília. Já o *complô* de que falamos, é absolutamente relacional. Antimudancistas julgavam que estavam sendo vítimas de um conluio dos mudancistas, enquanto os últimos sentiam que estavam a sofrer uma perigosa conspiração dos primeiros.

Experiências coletivas por excelência, tais *complôs* foram vividos *com uns e contra os outros* e, no seio deles, o indivíduo pôde sentir-se apoiado por emoções e forças que o ultrapassavam, que eram coletivas³⁰⁵.

O que queremos nesse Segundo Capítulo, enfim, é realçar alguns *cortes argumentativos* dos quais os jornalistas lançaram mão. Recheados de *topoi* e de *complôs*, quadros de representações articuladas, deram aos indivíduos um sistema de *orientações expressivas e afetivas*, como, por exemplo, em seu trabalho por oposições binárias do tipo “legitimar/invalidar; justificar/acusar; tranqüilizar/perturbar; mobilizar/desencorajar; incluir/excluir”, realizando várias funções em relação aos agentes sociais, como “designar o inimigo no plano simbólico; mobilizar as energias e representar as solidariedades; cristalizar e ampliar os temores e esperanças difusos”³⁰⁶.

Se pelo exame de matérias sobre Brasília escritas no período, pretendemos *alcançar* esses imaginários, devassados ao longo do Primeiro Capítulo, a todo instante tivemos que levar

³⁰³ CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 474, 477 (grifos nossos em negrito).

³⁰⁴ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 441.

³⁰⁵ Aqui a discussão de Bronislaw Baczko sobre o dia da tomada da Bastilha, o 14 de julho de 1789, como mito, nos serviu como exemplo. BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi. V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 322.

³⁰⁶ Em seu texto, Bronislaw Baczko atribui essas funções aos imaginários sociais nas revoltas camponesas no decorrer do século XVII e durante o “Grande Medo” de 1789, um dos estudos de caso que desenvolve. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 311-312, 316.

em conta as *condições de produção* que permitiram que determinados discursos aparecessem naquele *momento específico*. “Escrever a História, ou construir um discurso sobre o passado, é sempre um ir ao encontro das questões de uma época”³⁰⁷, de suas formas próprias de classificar e valorizar a construção dessa cidade, veiculadas nas representações que os sujeitos forjaram sobre ela, para torná-la inteligível e comunicável.

Definitivamente *esse evento* possuiu grande impacto simbólico e a sua capacidade de mobilização social foi considerável. Os jornais acompanhavam o seu dia-a-dia e “os melhores cronistas brasileiros da época dedicavam-se ao tema”³⁰⁸. Ele fora mesmo oferecido em espetáculo pela imprensa. Sua linguagem recorrentemente dramática e a riqueza do repertório de representações veiculadas por suas campanhas insuflam de coerência o fato sensível de que o mundo vivo só aparece no plural. Este, impulsionado pelas tramas sociais, figurado pelas trocas e pelos deslocamentos cotidianos, animado pelas discussões interculturais faz-se bastante arritmico, descompassado.

O intervalo de tempo entre 1956 e 1960 instituiu-se imaginariamente como um período abrasador, marcado por emoções intensas, já que, uma vez desencadeada a edificação de Brasília, foi dado ímpeto a criações, recriações e ordenações da vida de todo o país. Falamos isso porque observamos com Brasilmar Ferreira Nunes em *Brasília: a fantasia corporificada* que “cidades planejadas trazem uma carga enorme de responsabilidade, pois a decisão de construí-las, inserida num contexto de sociedade, é geradora de expectativas, e podemos dizer que em alguns casos”, realça o mesmo sociólogo, “como o de cidades capitais, interferem no próprio simbolismo da nação, do povo, da cultura do país”.

Brasília foi um destes casos. A decisão de construí-la, sua consolidação como capital política de uma nação do porte do Brasil, envolveu o conjunto da sociedade e gerou impacto em todos os níveis. Seja para certos grupos econômicos, seja para as populações desfavorecidas, seja para a própria burocracia estatal, a transferência da sede do governo interfere numa rotina que tinha suas regras, sua lógica e que funcionava segundo certos códigos³⁰⁹.

A mudança da sede política para o Centro-Oeste é em si mesma uma decisão que se pode dizer radical, que mobilizou e abrigou diferentes dimensões socioculturais e políticas, todas

³⁰⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 59.

³⁰⁸ “A Imprensa no centro dos debates: contra e a favor”. In: *Brasília 40 Anos: uma história que continua sendo escrita*. Correio Braziliense/TV Brasília. Edição Única Comemorativa. Brasília: impressão e fotolito Foco Divisão Gráfica, 21 abr. 2000, p.40.

³⁰⁹ NUNES, Brasilmar Ferreira. *Brasília: a fantasia corporificada*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 45.

essas jogando papel importante para acelerá-la ou freá-la. Assim, as estratégias de manipulação, persuasão, publicação e os interesses de estirpes variadas têm fortes ligações com o poder, mas este “não é uma coisa”. Para Jacques Revel,

a definição de poder não pode ser separada da organização de um campo onde agem forças instáveis e que estão sempre sendo reclassificadas. (...) **o poder (ou certas formas de poder) é a recompensa daqueles que sabem explorar os recursos de uma situação, tirar partidos das ambigüidades e das tensões que caracterizam o jogo social**³¹⁰.

É no centro dos imaginários mudancista e antimudancista que se encontram o problema e os esforços de validação do poder. Pois, *os escritores* empenhados em conquistar o público leitor por suas matérias, precisaram inventar e imaginar a legalidade e a validade que atribuíram seja à pertinência, seja à impertinência da construção de uma nova capital para o país. Nesse caso, o poder tem de se impor não só como poderoso, mas também como legítimo. Portanto, “às relações de força e poder” acrescentam-se “as relações de sentido”³¹¹.

Assim, enquanto sistema simbólico, as visões da nova capital presentes nos jornais contam histórias, delineiam as fronteiras do bom e do ruim, do feio e do bonito, do justo e do injusto. Elas têm plasmadas em si, em uma expressão tomada de empréstimo de Peter Burke, uma “camada de significado cultural”³¹², própria das circunstâncias, e nelas, dos diferentes modos de ser e de pensar pelos quais foram engendradas. Como afirma o pensador jamaicano Stuart Hall, em passagem clássica, “o sujeito fala, sempre, a partir de uma posição histórica e cultural específica”³¹³.

Nesse fito, faço uso da formulação de Pedro Luis Navarro Barbosa³¹⁴, para quem “os textos da mídia apresentam-se como uma fonte privilegiada da percepção quente dos eventos do

³¹⁰ REVEL, Jacques. “A História ao rés-do-chão”. In: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 31, 33 (grifos nossos).

³¹¹ BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 310.

³¹² BURKE, Peter. *Varietades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 48.

³¹³ Isso é muito mais antigo do que o Stuart Hall; é um dos grandes “clichês” do historicismo. É bom que estejamos cientes que essa é uma idéia que vem do século XIX. Cf. STUART, Hall apud WOODWARD, Katryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 27.

³¹⁴ Pesquisador das práticas discursivas dos meios de comunicação social, vinculado teórica e metodologicamente a nomes da “Escola Francesa” da Análise de Discurso, como Michel Pêcheux, e ancorado nas obras de Michel Foucault e Michel De Certeau.

dia, com toda a sua agitação e dispersão características”³¹⁵. Estes, como traços de um outro tempo, embora mantenham irremediavelmente o sabor de fantasma, podem novamente ganhar o movimento da vida pela erudição historiadora e, por conseguinte, mostrar-nos vários mundos do *ter sido* na constituição contínua de intrigas, no confronto ininterrupto de idéias erigidas em torno da transferência da capital para o interior. Mas, os fragmentos de outrora só são construídos como indícios de uma época já transcorrida pelo nosso olhar, pela nossa escolha e pela nossa escrita, pois “não têm caráter mimético em si próprios, como evidências do passado”³¹⁶.

A aproximação epistemológica, intuitiva e sensitiva desse mundo que é linguagem, faz-nos divagar entre muitos *eus* e muitos *outros*, em meio a significados tanto partilhados quanto contestados, elementos esses partícipes do abastado *script* ocasionado pela criação da cidade modernista³¹⁷, tema que não teve (e não tem) um fator determinante, mas circunstâncias, encenações e explicações díspares e não excludentes. Percebendo isso, um dos textos jornalísticos examinados, assinado por Alfredo Augusto Amaral, em 1957, veicula no *Guia Aeronáutico* a seguinte questão: “não é complexo o problema da mudança da capital para o Planalto Central?” E responde, ele mesmo, sem hesitar, “certamente que é”.

O mesmo discurso clama por reflexões mais concisas do problema, “sem se deixar influenciar pelas opiniões dos outros, mesmo que pareçam abalizadas”. De tal modo que o leitor deve se dar ao trabalho de sondar as afirmações que são feitas sobre Brasília. Todavia, Augusto Amaral não se pronuncia em nome da imparcialidade, pois ao longo do seu texto exalta as riquezas do Centro-Oeste e fala até de dar as costas para o litoral. Teme o poder de sedução das críticas diárias “que lemos nos periódicos oposicionistas e em algumas revistas técnicas”, que, por sua vez, e para o seu alívio, são “sempre contestadas pela direção da NOVACAP”. Daí sua preocupação com a filtragem das informações³¹⁸.

Em dezembro de 1958, embora assuma ser favorável à decisão de JK de criar uma nova capital no *coração do país*, o que automaticamente irá incorporar “à vida nacional uma imensa região que sabemos nos pertencer apenas porque isto vem dito nos mapas,” Santos Vahlis

³¹⁵ BARBOSA, Pedro Luis Navarro. “O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente”. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Paulo: Claraluz, 2003, p. 115-116.

³¹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 36.

³¹⁷ Ao redor desse início, aparentemente modesto, são tecidas tramas que inserem as representações sobre a construção de Brasília em uma “realidade” muito maior.

³¹⁸ AMARAL, Alfredo Augusto. Brasília. *Guia Aeronáutico*, jul. e ago. 1957.

afirma que dentro da mídia impressa, por sua atualidade e sociabilidade, como também em outros meios de comunicação,

Brasília é hoje um tema nacional e mesmo continental. Entre nós, é ainda mais: é **um tema de debate político**. Não vemos inconveniente nisso. A discussão livre é um dos fundamentos da democracia. Obra de magnitude sem par, para a qual se voltam os olhos do mundo inteiro, Brasília deve ser debatida, discutida, esmiuçada. A seu respeito, cabe à oposição fazer todas as perguntas, como é dever do governo dar todas as respostas. Ninguém sairá perdendo com esse debate, por mais caloroso que ele se apresente. A oposição não perderá o seu tempo, pois estará desempenhando a sua função precípua, que é o da vigilância construtiva. Por outro lado, escutando atentamente a crítica de seus opositores, o Governo também lucra, pois é certo que em meio àquelas críticas venha também alguma sugestão sábia ou algum conselho sensato³¹⁹.

Afinal, como traz a matéria “Reação contra os antimudancistas” do *Diário de Minas*, “é evidente que cada um tem o direito de pensar como quiser nesta matéria como em outras”. Apesar disso, entretanto, por julgar Brasília “uma convicção sensata”, o mesmo artigo diz que “merece apoio a atitude assumida pela Associação Comercial de Minas, ao reagir contra um nascente movimento de oposição à mudança da Capital Federal”. E prossegue, explicando que “a idéia ou esboço de idéia surgiu na cabeça de um diretor da Associação Comercial do Rio que, com vistas à sua entidade, pretende naturalmente erigir o pensamento em campanha”³²⁰. Para muitos mudancistas, a mais perigosa barreira a ser enfrentada por eles e pelo governo, dentro e fora das páginas de jornais, era o complô carioca.

Este, podia se manifestar perigosamente, ao que parece, até em samba. É o que nos informa o *Correio da Manhã*, em 31 de outubro de 1957, quando expõe a seus leitores que o diretor da Rádio Nacional, Moacyr Arêas, teria proibido que o sambinha “Não vou para Brasília” fosse ao ar, sob fortes protestos do autor (Billy Blanco) e dos intérpretes (a letra foi gravada pelos *Cariocas*). Na versão de Arêas, ele não proibiu nada, apenas fez um apelo, haja vista que “é muito desagradável que numa estação de rádio, que defende determinado assunto, sejam executados por funcionário seus, músicas que se oponham a essa orientação”. O motivo de tal desavença, que aparenta ter gerado grande confusão e polêmica, tem poucas linhas,

NÃO VOU PARA BRASÍLIA
Eu não sou índio nem nada,
Não tenho minha orelha furada,
Não uso argola pendurada no nariz,

³¹⁹ VAHLIS, Santos. Brasília e a grande tentação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07 dez. 1958 (grifos nossos).

³²⁰ REAÇÃO contra os antimudancistas. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 1956.

Não uso tanga de pena,
E a minha pele é morena,
Do sol da praia onde nasci e me criei feliz.
Não vou, não vou p'ra Brasília,
Nem eu nem minha família,
Mesmo que seja p'ra ficar cheio da grana;
A vida não se compara
Mesmo difícil e tão cara
Quero ser pobre, sem deixar Copacabana.

Billy Blanco disse *não* a atitude discricionária do diretor daquela emissora, disse *não* à nova capital, e retrucou, falando à reportagem que “a música é meramente sentimental, e foi feita inspirada nos desejos daqueles que não querem, nem por sombra, trocar Copacabana por Brasília”³²¹.

Diante do exposto, o *sim* e o *não* dirigido à nova capital recorrentemente se apresentaram como pano de fundo de riquíssimas temáticas em que figuraram as argumentações e as justificativas tanto em relação à primeira quanto à segunda alternativa. A afirmação ou negação da criação de Brasília pôde, desse modo, constituir a paisagem dessa experiência ímpar do mudancismo kubitschekiano. Há, assim, redes de significação soerguidas em *topos* político, econômico, militar, regional; erigidas sobre pautas estéticas e arquitetônicas e, ainda, sobre o *simbolismo da nação, do povo e da cultura*, na expressão de Brasilmar Ferreira Nunes. Na sucessão dos dias, valendo-se destas e de outras referências e perpassadas por relações de força, realizaram-se tessituras de notícias na luta por validade social, umas mais outras menos sutis.

Em relação à nação, como um conjunto soberano de interesses, temos as considerações e preocupações do literato paraibano José Lins do Rego, em seus aplausos impressos ao mudancismo. Para ele, no até então Distrito Federal, ou seja, no Rio de Janeiro, “os problemas locais abafam os problemas nacionais”. E, ironiza, “por causa do preço do ‘cafezinho’, terminaremos chegando a uma reunião ministerial”. Concluiu, diante disso, que “é para isolar o governo nacional desta pressão perniciosa que se procura localizá-lo bem longe de atritos miúdos que parecem um fim de mundo. Quer o governo a paz para dominar os verdadeiros grandes acontecimentos”³²².

A inauguração do Palácio da Alvorada, em 30 de junho de 1958, teve a cobertura de jornais do país inteiro em primeiro de julho; *O Globo* imprimiu um vivo recorro de JK, durante a

³²¹ EM emissora oficial ninguém toca “Não vou para Brasília”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 out. 1957.

³²² RÊGO, José Lins do. A Capital. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1957. Conversa de Lotação.

solenidade, a *concordia* e a *coesão* dos brasileiros: “o meu apelo é no sentido da paz e da união, não em torno do meu governo e da minha pessoa, que somos passageiros, mas em torno do Brasil, que desejamos eterno”³²³.

Já as vaias discursivas ficaram por conta do *Correio da Manhã*, que no mês de outubro de 1956 denunciou a insensatez do criador, Juscelino, pela sua criatura, a cidade modernista: “um pouco de espírito aventureiro não faz mal a um presidente. Mas em grau tão elevado contraria os interesses do país”³²⁴. Sem abandonar o tom de apontamento e acusação, o mesmo periódico mostrou-se curto e grosso, numa chamada colocada de destaque, agora em setembro de 57: “O Brasil parou em benefício de Brasília”³²⁵. A cidade é representada aqui como expressão máxima da vaidade e da megalomania presidencial, como gesto insensato e autoritário; mais dois *topoi* preenchem a nossa lista.

Nesse sentido, em “A razão de Brasília”, artigo espalhado pelo Rio de Janeiro por meio do *Diário de Notícias*, em 7 de março de 1958, alguns cariocas se deleitaram no conforto de ler as seguintes palavras,

a construção de Brasília, que, conforme análise já feita em editorial, nestas colunas, não decorre de imposições de ordem econômica ou política ou militar, só pode ser fruto de um capricho pessoal do sr. Juscelino Kubitschek, espicaçado pelo repúdio do seu nome por parte do eleitorado carioca.

Investigue-se profundamente a origem desse ato de megalomania: mágua (sic) do candidato derrotado e, a esta hora, mais inconformado, à vista da votação “rainha” do carnaval...

Julgamos que a menção da votação para a rainha do carnaval, merece uma explicação, e a oferecemos pelo punho hábil e satírico do nosso articulista anônimo,

Como ocorre todos os anos, realizou-se, nas vésperas do último Carnaval, a eleição de uma “rainha” da grande festa popular. Pois bem: a mais votada recebeu 457.610 sufrágios. No entanto, a 3 de outubro de 1955, apenas 199.520 votantes sufragaram o nome do sr. Juscelino Kubitschek, no Distrito Federal, enquanto 476.588 o impugnam. Ora, o fato de merecer da população em cujo seio teria de governar o país, menos 258.090 votos do que os conquistados pela rainha do Carnaval (apesar de todos os compromissos com os srs. Jango e Prestes), teria de provocar um compreensível desejo de “revanche”³²⁶.

³²³ APELO à união em torno do Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1958.

³²⁴ MOTIVOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 out. 1956.

³²⁵ PSICOSE mudancista. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 01 set. 1957.

³²⁶ A RAZÃO de Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1958.

Voltando a versão de Lins do Rego, ela incluiria também uma alusão a um outro *topos*, a urgência em se colocar o governo distante dos problemas, vícios, picuinhas políticas e atritos miúdos do Rio de Janeiro – o *topos* da ingovernabilidade dessa cidade de vícios, impregnada pela corrupção e maus modos administrativos, regida por pressões políticas perniciosas e arraigadas. Inadequada para cumprir o papel de centro diretor da vida nacional, ela fora situada, pelos favoráveis ao projeto, como sinônimo de excesso e transgressão e antônimo de seriedade e austeridade. À *Velhacap*, com sua também velha devassidão, o imaginário mudancista contrapunha o *novo*, o inaugural, uma lousa em branco, sem inscrições corrompidas e decrépitas e por isso mesmo com melhores condições para o desenvolvimento das funções públicas. Era necessário que a nova capital se construísse distante das agitações que consumiam o Rio de Janeiro. Ainda no cálculo desse escritor e importante expoente da literatura regionalista brasileira,

As grandes cidades tropicais são febris núcleos de agitação. O Rio de Janeiro dos nossos dias se transformou numa cidade perigosa, onde os ventos das paixões acendem verdadeiras fogueiras. Não há entre nós a calma necessária para o governo de uma nação³²⁷.

E, como sabemos, o imaginário mudancista ajuizou a construção da nova capital no Planalto Central como a mais perfeita, se não a única forma, de retirar o Brasil do subdesenvolvimento. Por esta feita, o Rio de Janeiro passou a representar um arcaísmo e sua permanência como capital do Brasil marcaria o atraso do país em relação ao *tempo em que vivemos*, sua exclusão da marcha civilizatória. Nestes termos, a construção de Brasília fora representada como fruto do rumo inevitável da história, da melhoria e avanço nacionais.

A inadequação política das *terras cariocas* é explorada por Pedro Valadares, em discurso intitulado “Enquanto Brasília não vem...”, na edição da *Folha de Luziânia* de agosto de 1957:

O Rio saturou-se.
Os esgotos... arreventados.
As ruas... atravancadas.
As repartições públicas... superlotadas.
O trânsito... engarrafado.
A cidade propriamente dita... sitiada pelos morros.
Os morros... encurralados pelo mar.

³²⁷ RÊGO, José Lins do. A Capital. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1957. Conversa de Lotação.

Os edifícios... carcomidos... impenados (sic).
Os ricos... cada vez mais ricos... empedernidos.
Os pobres... cada vez mais pobres.. revoltados.
A noção do que seja o Brasil... desfigurada.
As idéias... encocacoladas.

Seria preciso mudar a capital “para libertar o presidente da República do círculo vicioso de idéias enlatadas na Cinelândia e rotuladas em Copacabana”. E para mais, muito mais,

Para que as leis sejam feitas a fim atenderem a todo o país e não somente aos interesses de restrita orla marítima; para que o presidente da República tenha tempo suficiente de governar o Brasil e esse tempo preciosos não seja tomado com simples greves de estudantes... no Rio.
Com favelados... do Rio;
Com a falta d'água... no Rio;
Com os transportes... no Rio;
Com as baianas vendedoras de doce... no Rio;
Tais problemas são de âmbito local e o Brasil é grande³²⁸.

Por tudo isso é que a nova capital precisaria ser construída, na apreciação do professor Pedro Valadares, que é também, não se pode negar, uma longa aula de como ser mudancista.

A imaginação contra a mudança também se mostrou criativa e respondeu ao “*topos* da ingovernabilidade do Rio de Janeiro” em pé de igualdade, afirmando os efeitos perversos do isolamento da capital numa terra sem grandes tradições políticas e com baixa densidade populacional. Na “loucura” de Brasília, segundo o deputado federal Mário Guimarães, em artigo de sua autoria, veiculado no periódico *Luta Democrática*, “o governo está gastando bilhões de cruzeiros na construção de uma cidade, praticamente isolada do resto do Brasil, eis que o único meio de transporte atual com os grandes centros é o avião”³²⁹.

Brasília favoreceria, nessa ótica, aos ditadores e a iniquidades políticas piores que as confabuladas no litoral. O problema não estava propriamente no lugar em que até então se localizava o poder, mas nas pessoas que o exerciam – vindas de todos os recantos do país.

As pautas econômica e militar (ou geopolítica) ecoaram, respectivamente, em *O Globo* e na já conhecida construção discursiva de Lins do Rego, na mesma edição do *Diário da Noite*, em janeiro de 1957:

³²⁸ VALADARES, Pedro. Enquanto Brasília não vem... *Folha de Luziânia*, Luziânia, ago. 1957.

³²⁹ GUIMARÃES, Mário. A loucura de Brasília. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 3 set. 1957.

- Falta ao Governo autoridade moral para tomar qualquer iniciativa, no que diz respeito à preconizada política de desestímulo aos investimentos imobiliários privados, quando paralelamente incentiva Brasília numa velocidade vertiginosa, provocando a alta absurda e dramática dos materiais de construção, inflacionando dessa forma a economia interna – declarou a O GLOBO o Sr. Nilo Sevalho, presidente do Centro de Materiais de Construção do Rio de Janeiro e diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro³³⁰.

Para muita gente a mudança será um desastre. E argumentam com a transformação operadas no mundo em matéria da técnica das operações militares. O Planalto Central de Goiás não será mais um refúgio no caso de guerra, em vista dos progressos das novas armas. Logo poderá ficar mesmo no Rio de Janeiro a sede do nosso governo civil. Não se justifica a transferência obrigatória pelo texto constitucional, desde que os perigos não se atenuam pelas distâncias.

Ora, não é somente pela estratégia militar que nos conduzimos a tentar uma nova capital para o Brasil. Há positivas razões econômicas que nos levam a iniciativa arrojada³³¹.

Vale dizer que a inflação e a entrada de capital estrangeiro no país figuraram, indiscutivelmente, entre as queixas mais comuns sobre o governo e entre os principais motivos de oposição realizada pelos antimudancistas – aliás, Brasília foi tida como um fator inflacionário por excelência.

Mas, “ainda bem que todo fato econômico tem dois lados”³³², o que torna crível tanto os discursos que criticavam a alta da inflação, quanto às orações que mostravam a necessidade dela ter estado naquele patamar. Ou seja, apesar de ter sido taxada, naqueles anos, de insustentável, intolerável e abusiva, o governo e seus consultores econômicos alegavam que ela não era incompatível com o nível de desenvolvimento e com o crescimento econômico que o país conseguia.

De qualquer modo, o palhaço Carequinha, ídolo da garotada, fez sucesso, em 1959, com “Dá um jeito nele, Nonô”, batucada de Miguel Gustavo:

Dá um jeito nele, Nonô.
Meu dinheiro não tem mais valô.
Meu cruzeiro não vale nada.
Já não dá nem pra cocada.
Já não compra nem banana.
Já não bebe mais café.
Já não pode andar de bonde
Nem comprar um picolé.
Afim esse cruzeiro

³³⁰ BRASÍLIA Choca-se Com o Plano de Estabilização. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 out. 1958.

³³¹ RÉGO, José Lins do. A Capital. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1957. Conversa de Lotação.

³³² Frase de autoria de João Ricardo Motta, redator de discursos para políticos da Câmara dos Deputados, expressa em entrevista dada ao *Correio Braziliense*, que fora divulgada em 29 de junho de 2003. Cf. LAMBACH, Fernanda. “Bastidores do poder: os fantasmas escrevem”. In: http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20030629/sup_rvd_290603_27.htm. Acessado em: 20/fev/2008.

É dinheiro ou não é?³³³

No que tange a questão militar, o artigo “Motivos”, do *Correio da Manhã*, fala, em outubro de 1956, da *preponderância política* alcançada pelos militares naquele século (XX), e insinua que o uso do motivo de defesa nacional para criação de Brasília está atrelado à ascensão da referida corporação e de seus conseqüentes interesses³³⁴. Dessa forma, logo se vê que os envoltos naquela climatologia épica, sabiam que as perdas e os ganhos decorrentes de tal empreendimento não eram apenas simbólicos, mas também materiais.

As picuinhas, diferenças e provocações regionais também endossaram largamente o amparo ou desamparo ao inovado centro urbano a ser estabelecido. A decisão do poder central de interiorizar a capital abrigou e incitou essas tensões, todas elas jogando papel importante na tentativa de persuadir ou dissuadir a opinião pública sobre tal evento.

No *Diário Carioca*, uma *fala mineira* ecoa no almoço oferecido no Ginásio do Minas Tênis Clube, pela Sociedade de Amigos de Belo Horizonte e pelas classes produtoras, na comemoração do 60º aniversário de fundação da capital de Minas Gerais, é ela de ninguém menos que o chefe da Nação, Juscelino Kubitschek, que marcou presença no evento: “Ufano-me de que tenha cabido a um homem desta região a oportunidade de concretizar esta velha aspiração pioneira, da mudança da Capital para seu lugar exato, que significa uma acertada medida de defesa do Brasil”³³⁵.

As alegações positivas dos mineiros e goianos para a transferência da capital para o interior preencheram várias folhas e passagens de periódicos da época e impulsionaram a impressão de uma outra quantia considerável que execrava tais posturas, recebidas como evidentemente particularizadas e por isso mesmo agressoras da dita *vontade nacional*. Exemplo disso é mais uma vez o artigo “Motivos”, veiculado no *Correio da Manhã*, em 14 de outubro de 1956,

A maneira leve e, digamos, alegre como as mais altas autoridades se manifestam sobre a mudança da Capital da República inspira, voluntariamente ou não, a mesma leveza aos comentários sobre o assunto. São quase sempre, irônicos. O próprio povo já aderiu a esse tratamento da matéria, desprezando o nome de *Brasília* e preferindo falar em *Cidade de Israel*.

³³³ Cf. COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 243.

³³⁴ MOTIVOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 out. 1956.

³³⁵ JK em Belo Horizonte: Como a vossa lição se há de fazer em Brasília. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1957.

Mas brincar-se-á tanto tempo até a brincadeira se realizar, com todos os prejuízos decorrentes da resolução insensata? Já está na hora de enterrar definitivamente os argumentos *sérios* que esses **Gatos-Pretos de cidades interiores** costumam alegar³³⁶.

O termo *sérios*, destacado pelo autor do artigo, é inteiramente jocoso, portanto faz parte de um painel oferecido por ele próprio, um painel de comentários predominantemente irônicos quando o assunto é a *Cidade de Israel*. Porém, discursos que se colocavam como portavozes de *todo o povo* o faziam em busca de *toda* aceitabilidade e endosso possíveis na sociedade, ou seja, deliberada ou impulsivamente, com maior ou menor intensidade, representavam também *interesses privados, particulares e localistas*, ainda que esses interesses se ligassem a um conjunto, grupo social, político ou regional (majoritário ou minoritário).

No universo da oposição, abriu-se um grande espaço para os *topoi jocosos*, para os gracejos, para o tom satírico e, como a matéria do *Correio da Manhã* mesmo aponta, irônico, mas que, nem por isso, deixaram de escrever com tintas ácidas idéias nem sempre *leves* de Brasília. São habilidosos traços zombeteiros que conduziram representações extremamente corrosivas. Assim, logo abaixo de um desenho que estampava um casal de cachorros, foi impresso um suposto diálogo entre os mesmos, “Ele – Esse JUSCELINO é de amargar! Em Brasília, bem, não haverá postes! Ela – Esse governo dificulta até a vida dos cachorros!”³³⁷. Já pela coluna “Flagrante” do jornal *Correio da Manhã* deparamo-nos com o seguinte texto, assinado pelo codinome “J. J. & J”,

A ofensiva publicitária pró-Brasília é muito engraçadinha, com dezenas de convidados viajando semanalmente para a terra do Israel e deitando falação, deslumbrados com as brenhas onde irá surgir a futura Capital. Os Jotas querem ver a cobra fumar é quando as viagens começarem a ser apenas de ida, sem direito a passagem de volta, na hora da marcha burocrática parta o oeste. Vamos ter choro e ranger de dentes com barnabés, candelárias e ós de penacho repetindo o estribilho popularizado por Billy Blanco: “Eu não sou índio nem nada, não tenho orelha furada”...³³⁸

A *Tribuna da Imprensa*, sempre esbravejando contra JK e Brasília, não abriu mão da ironia e, em dezembro de 1956, “garantiu” que

³³⁶ MOTIVOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 out. 1956. Aqui, há que se reparar nos grifos em itálico originais da fonte; os mesmos contribuem, pela forma, à deliberação avessa a “Cidade de Israel” presente no texto (grifos nossos em negrito).

³³⁷ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1957.

³³⁸ J. J. & J. A Despedida vem aí. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1957. Flagrante.

O permanente turista que é o Sr. Juscelino Kubitschek cuidou, antes de mais nada, de mandar construir na futura capital, uma casa destinada aos veraneios presidenciais. **Assim, durante os dias de calor, JK não mais se evadiria para Petrópolis, mas, instalar-se-ia no refrigerado planalto goiano**, no palácio provisório, cuja construção, o Sr. Israel Pinheiro anunciou, simultaneamente, com a edificação de uma residência para o presidente da República³³⁹.

Já no início de janeiro de 1959, optou pela comicidade, um funcionário “barnabé”, explicando a seu filho a ausência de Papai Noel: “meu filho, Juscelino transferiu o homem para Brasília”³⁴⁰.

Ainda sobre o *super-engajamento* dos dois Estados, Minas e Goiás, o *Diário* – e não poderia ser mais conveniente - *de Minas*, estampa, em destaque, no título de um artigo sobre a criação da *cidade kubitschekiana*, impresso em janeiro de 1959,

Prefeitos mineiros e goianos vão se reunir em Unai para aplaudir construção de Brasília. “Não há dúvida que a transferência da Capital Federal para Brasília está empolgando tanto Goiás como Minas. Assim foi que numerosos prefeitos eleitos (goianos e mineiros) assinaram um manifesto favorável à construção da nova Capital Federal”³⁴¹.

Existiu, inclusive, certa disputa entre Minas Gerais e Goiás para abrigar geograficamente a nova sede do poder público brasileiro, embora sem grandes traumas e repercussões, uma vez que fixada no Triângulo Mineiro ou no seio de Goiás, os dois vizinhos e irmanados pela posição interiorana no mapa nacional, guardariam poucos ressentimentos e alcançariam larga vantagem, pela visibilidade e dinâmica econômico-demográfica que viriam com a nova capital. Daí a ocorrência de posturas sincronizadas, depois de acertado e definido o sítio em solo goiano, como as noticiadas pelo *Jornal do Comércio* e pelo *Diário da Noite*, respectivamente, em 1958 e 1959: “a Assembléia Legislativa de Minas Gerais aprovou, por unanimidade – inclusive com votos da bancada da UDN –, uma monção de aplausos ao presidente Juscelino Kubitschek pela construção de Brasília”³⁴² e “os políticos goianos mostraram-se interessados na defesa, a todo preço, de Brasília e da mudança da Capital Federal para o planalto (...)”³⁴³.

³³⁹ MUDANÇA para Brasília – a mentira carioca de 1956. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1956 (grifos nossos).

³⁴⁰ RIO, José do. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 09 jan. 1959. Vozes da Cidade.

³⁴¹ *Diário de Minas*, Minas Gerais, 28 jan. 1959.

³⁴² ASSEMBLÉIA mineira a favor de Brasília. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1958.

³⁴³ DEFESA de Brasília. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 06 jan. 1959.

Se existiu um grande *anseio popular* e uma *campanha a nível nacional pela mudança* da capital para o interior antes do projeto de construção de Brasília no governo JK, para Georgete Medleg, eles ficaram mesmo, fundamentalmente, por conta dos “Gatos-Pretos de cidades interiores”. Credita ela que

Desde o lançamento da Pedra Fundamental em Planaltina, em 1922, que iniciou-se um movimento na região pela mudança. Mas, mesmo assim, a nível governamental. Em 1927, a Prefeitura Municipal de Planaltina criou a “Seção de Propaganda do Planalto Central de Goyaz”, com o objetivo de “incentivar a mudança da Capital Federal”³⁴⁴.

Da outra margem do bairrismo, no dia 18 de dezembro de 57, a *Tribuna da Imprensa*, no Rio de Janeiro, empenhava-se em alertar sobre o desprestígio da cidade naqueles tempos. Advertia sobre seu escanteamento pelo Executivo – *exercido por um mineiro*, como foi dito acima –, decorrente da máxima atenção a Brasília,

(...). 2 – Os Orçamentos dos Institutos de Previdência têm nova rubrica: “Empreendimentos Brasília”. E já ontem foram liberados nada menos de 180 milhões de cruzeiros para inversão na nova capital. Enquanto isso, os prédios dos Institutos na velha capital – o Rio – estão caindo aos pedaços³⁴⁵.

O ciúme carioca é aqui evidente e compreensível. Novamente, Georgete Medleg torna-se esclarecedora, quando sedimentada em depoimento, atribuído a um indivíduo chamado Cláudio Santana, em 12 e 19/04/89, resguardado pelo ArPDF, confirma que

Os Institutos de Aposentadoria e Pensão de diversas categorias de trabalhadores já construíam habitação para os seus associados em várias cidades do País, **especialmente no Rio de Janeiro**. Com a construção de Brasília, os Institutos foram intimados a construir na nova cidade, o que era feito com a contratação de empreiteiras³⁴⁶.

Também não é difícil especular que *agentes do contra* se valessem e, antes disso, mesmo propagassem a onda de rumores sobre um suspeito e duplo desvio causado pela criação da nova capital não-litorânea, o primeiro deles seria o desvirtuamento do zelo e da atenção à antiga e, por conseguinte, discriminada capital, o segundo consistiria em escancarar um

³⁴⁴ CODEPLAN – *Planaltina 1859-1973*. Brasília: Editora Gráfica Uberaba, 1973 apud RODRIGUES, Georgete Medleg. *Ideologia, Propaganda e Imaginário Social na Construção de Brasília*. Dissertação de Mestrado em História. Brasília, UnB, 1990, p. 20, 33, 110.

³⁴⁵ *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 18 dez. 1957. Vozes da Cidade

³⁴⁶ RODRIGUES, Georgete Medleg. Op. cit., p. 115 (grifos nossos).

desavergonhado desencaminhamento dos recursos públicos, neste caso, da previdência, almejando, muitas vezes, desmoralizar o governo, a administração da NOVACAP e a própria construção de Brasília. Diante disso, não há como esquecer que estamos na era dos complôs.

O descrédito em relação a este último tipo de deslocamento pernicioso, por sua vez, veio nas palavras de um *representante da oposição*, o paulista e udenista “Sr. Íris Meinberg”, veiculadas no *Diário de Notícias*, porém, é necessário frisar que no momento da sua declaração, em dezembro de 1957, ele ocupava o cargo de Diretor Financeiro da NOVACAP. Pela primeira vez de público, concluiu enfaticamente: “essas denúncias não visam a resguardar a moralidade dos serviços, mas simplesmente a prejudicar o ritmo da mudança da capital”³⁴⁷.

O jogo entre os níveis e as formas locais de poder político da nossa nação repercutiu mais uma vez pela *Tribuna da Imprensa*, “criticou o líder udenista [Carlos Lacerda] a construção de Brasília: ‘pelo governo voador, que quer se vingar do carioca porque não lhe mereceu o voto’³⁴⁸. Vista desse modo, como indicamos anteriormente, a nova sede do poder público representaria uma desforra ao Rio de Janeiro, Estado este que, no viés discursivo considerado, não teria dado apoio a JK em sua escalada à cadeira presidencial. Seria então merecedor de retaliação, na forma de esvaziamento da sua autoridade de centro político. O que hoje, à primeira vista, pode ser tida como uma argumentação exagerada, um tanto quanto abusada ou mesmo risível foi bastante razoável a um punhado de brasileiros daqueles anos (e que neles formularam maneiras de pensar), destacadamente, como bem se pode pressupor, para os fluminenses.

Há que se ressaltar o ressentimento de parte dos moradores do Rio de Janeiro com a transferência da capital para Brasília, devido à imagem de recuo do prestígio da cidade que a partir dela ganhou força, em virtude também de um sentimento de rebaixamento, de perda de importância. Por isso, Tenório Cavalcanti, em dezembro de 57, defendeu que “o carioca nato ou de coração, por amor próprio, deve negar todo e qualquer apoio a essa insânia governamental”³⁴⁹.

Podemos ler em recortes de jornais do referido período uma clara *nostalgia antecipada*. A sofrida imaginação daquilo que não mais regressaria, o esgotamento que invadiu os que discordaram de uma decisão tomada e que repudiaram um fato que, fatalmente, havia

³⁴⁷ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 dez. 1957. Notas Políticas.

³⁴⁸ “AINDA está por nascer quem nos faça calar”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 20 set. 1957.

³⁴⁹ CAVALCANTI, Tenório. De pé atrás, cariocas! *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1957.

chances de se consumir. Lembrando ainda, que parte fundamental dessa disputa, aliás, é composta por falas do Rio de Janeiro.

O jornalista, teatrólogo e escritor Josué Montello, na coluna “Areia do tempo” do *Jornal de Brasil*, anunciou, em dezembro de 1958, que experimentava uma ternura maior pelo Rio de Janeiro à medida que o *sonho* de Brasília se convertia em *realidade*, isso porque obedecia a um impulso sentimental de seu espírito

num afeto mais profundo pela Capital que irá perder dentro de breve tempo a sua condição tradicional de primeira cidade brasileira.

Bem sei que o Rio continuará a ser o Rio. Não tenho dúvida de que as belezas naturais que o adornam permanecerão em seus lugares. Estou certo de que, ao abrir minha janela, Copacabana sempre rasgará diante de meus olhos a curva macia e colorida de sua praia. Lá adiante, o Pão-de-Açúcar mostrará o fio de aço por onde sobe e desce lentamente a aranha de seu bondinho.

Mas só a certeza de que daqui a três anos, com a inauguração oficial de Brasília, o Corcovado, o Pão-de-Açúcar, a enseada de Botafogo, em suma: todos os ornamentos da natureza que deram fama universal ao Rio, hão de figurar, não mais como decoração da Capital da República e sim como adorno de uma das principais cidades do País é suficiente para insinuar uma névoa de tristeza aos que se habituaram à afeição da velha cidade.

Se Brasília não arrebatou ao Rio nenhuma de suas belezas naturais, levará deste cenário opulento as grandes figuras que se ajustavam à importância de seu relevo: o Presidente da República, os Ministros de Estado, os altos chefes da vida civil e, da vida militar, os Senadores, os Deputados, os altos magistrados, o corpo diplomático. E ainda mais: esse imponderável do prestígio urbano, que é privativo das sedes do governo.

O autor – maranhense, mas morador da Cidade Maravilhosa – sentia, então, que até a inauguração oficial da nova capital brasileira por JK, era momento de conclamar todos os cariocas a “dar ao Rio de Janeiro um pouco mais de nossa ternura”, cientes que devem se encontrar, de que a velha capital “está por pouco, no seu prestígio de foco principal da vida brasileira”³⁵⁰.

A *ternura pela cidade* dispensada por Josué Montello, revela uma melancolia e um pesar que são também tão pressupostos quanto subtendidos na crônica “À Espera”, do poeta

³⁵⁰ MONTELLO, Josué. Ternura pela cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 dez. 1958. Areia do Tempo. Desde 1954, Josué Montello foi colunista permanente do *Jornal do Brasil*, para quem escreveu até 1990. Em 1956, preencheu o cargo de subchefe da Casa Civil do Presidente da República. Em 1957, convidado pelo Itamaraty, regeu a cátedra de Estudos Brasileiros, na Universidade de Lisboa e, em 1958, conduziu a mesma cátedra na Universidade de Madri. A convite do Instituto de Cultura Hispânica, ministrou um curso sobre literatura brasileira na Cátedra Ramiro de Maeztu. Cf. <http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/josuemontello.htm>. Acessado em: 29/ago/2008.

mineiro Carlos Drummond de Andrade, em 24 de março de 1957, publicada no periódico *Correio da Manhã*, no qual ele trabalhava como cronista.

Nesse seu registro de fatos cotidianos, livre e pessoal, Drummond dirige sua fala a *Maria*, e explica a ela alguns fenômenos que estão tomando conta do Rio de Janeiro: o abatimento de sua confiança; a decepção e a desilusão com o escapismo e o imobilismo daqueles que deveriam atentar-se a sua *sobrevivência*; um susto igualmente generalizado e imaginado, porém sempre acompanhado de um mal-estar e de uma disposição que levava os habitantes da cidade a encarar tudo pelo lado negativo, a esperar de tudo o pior, enfim, a inundação do *espírito carioca* pelo desânimo e pela depressão. Por isso,

Não, Maria, não venhas agora ao Rio. Os edifícios estão caindo, e é possível que ao chegares já não encontres aquele onde costumavas pousar, nem os rostos amigos que nele te acolhiam. Já não se tem muita certeza em matéria de argamassa, resistência de materiais e importância da vida humana. Antigamente, casa era sinônimo de porto, fortaleza, segurança. Hoje, de perigo. Os edifícios não estão caindo o que se chama propriamente cair, não, até agora só um ou dois, este ano, fizeram essa falseta, porém muitos (há uma lista oficial) ameaçam virar aterro, e isso é terrível. A tal suplício chama-se: Espera.

Encontro na calçada de Presidente Vargas e na da avenida Rio Branco, pessoas de nariz para o alto, esperando longamente que desabe a sede do I.A.P.C., interdito pela Prefeitura. Os espectadores se renovam, a expectativa é constante. Cai hoje? Cai amanhã? Quando uma cidade vive à espera de que desabem suas orgulhosas construções de concreto, velhas de dez ou quinze anos – a idade de um gato –, a época não é propícia para visitá-la, Maria. No caso do I.A.P.C., dizem os entendidos que a previdência social, máquina tão cara, que a política desvirtuou desde o início, já estava no chão há muito tempo, e agora é apenas a embalagem, que ameaça dissolver-se. Desconfio que alguma coisa a mais esteja desmoronando, ou prestes a. Talvez um mínimo de confiança no próximo e nós mesmos, esse cimento sem o qual não há casa interior que resista.

O clima físico e humano do Rio, bem como o tom dos diálogos pela cidade não eram, terminantemente, nada convidativos à Maria, o escritor tinha toda razão,

Oficialmente Maria, o verão disse adeus ao Rio, e entrou o aveludado outono, mas só oficialmente. A realidade é um calor úmido, pastoso, sem as alegrias da praia, porque o céu não convida. E à tarde, à hora da saída dos escritórios, cai pontualmente sobre o Rio – e sobre as nossas almas! – uma chuva antipática, que molha um pouco, suja outro pouco – e despede-se, quando não prefere aborrecer pela noite a dentro. As lojas entraram a liquidar artigos da estação, mas a estação não se convence de que já acabou, e persiste nos seus lados negativos, inclusive esse suor unânime, que retira dos corpos a satisfação da roupa fresquinha.

(...)

Quer saber de uma conversa comum, esses últimos dias? Um amigo telefona para outro, em bairro distante: “É você, Chico? A coisa aqui está me assustando. Vou levar os meus

tarecos para sua casa, ta?” E o outro: “Não venha não, querido. Apareceram hoje aqui umas fendas, e também estou tratando de raspar-me”.

Por certo, a imaginação é a grande fabricante desse susto generalizado, que também se desafoga em pilhéria, ou seja, em aceitação suicida. Mas a imaginação opera à base de alguns casos positivos, que os técnicos não previram ou as autoridades não souberam evitar – e esse desencanto do homem da rua com relação aos responsáveis pela sobrevivência da cidade é que transforma as edificações mais sólidas em brinquedos de cartolina.

Carlos Drummond de Andrade chamou ainda a atenção de Maria, para que ela não ousasse visitar nunca Brasília, caso a cidade fosse construída com a mesma *ciência e consciência* com que se fizeram *certos edifícios no Rio*.

Simultaneamente provocadora e esperançosa, desafiadora e auspiciosa, a crônica alega que

Há contudo a esperança – e a felicidade – de um partido de Lúcio Costa, que a tornará humana, sadia, melodiosa, boa de morar. E qualquer que seja a sorte do projeto da nova Capital, tão dependente das variações políticas e do preço do café, que paga tudo, ficará pelo menos a lição de como fazer uma cidade, que mestre Lúcio nos deu.

Maria, até outro dia³⁵¹.

Já “O que se diz...” segundo coluna desse título no *Diário Carioca*, em outubro de 1958, é “... Que o deputado Emival Caiado (UDN-Goías) advertiu os srs. Carlos Lacerda e Adauto Cardoso de que está disposto a defender Brasília ‘até no tiro’”. Estamos diante da sempre reatualizada imagem “de matar ou morrer”, metaforicamente ou não, em nome de idéias e de opiniões. Como nos traz a mesma edição desse periódico, em artigo diferente, estamos diante da *Batalha de Brasília*, que teria atingindo em cheio a UDN que, naquele momento, enfrentava *sua fase aguda*, “tendo o partido se reunido duas vezes para decidir se mantém ou não seus representantes na NOVACAP e se deve apoiar ou combater a mudança da capital”. Emival Caiado, cremos, mais goiano que udenista, se desdobrava em meio a esse *debate interno* para articular *os seus correligionários favoráveis a Brasília* e “para enfrentar a campanha encetada pelos srs. Carlos Lacerda e Adauto Cardoso”. (O primeiro, tão *carioca* quanto *udenista* de coração; o segundo, tão *carioca* quanto *udenista* por escolha que *mineiro*, por fatalidade de nascimento, pois elegeu-se sempre pela legenda do até então Distrito Federal, o Rio de Janeiro).

³⁵¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. À ESPERA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1957. Imagens Cariocas.

Especialmente no ano de 1958, em meio a repetidas e inúmeras reclamações, denúncias e lamúrias em relação aos gastos astronômicos, aos avanços das obras às custas da inflação galopante e de soluções mais prementes, apareceram nos recortes de jornais muitas referências a uma campanha oposicionista, direcionada a adiar a data de transferência da capital que, votada pelo Congresso Nacional em 1957, foi estabelecida em lei, nº. 3273, para o dia 21 de abril de 1960. Contudo, como nos mostra *O Jornal*, em 31/10/1958, Juscelino estava disposto a lutar contra o complô de adiamento da mudança da capital. Tal diário carioca nos esclarece que,

Caso setores da oposição levem adiante o propósito de conseguir do Congresso nova lei modificando a data da transferência da Capital da República, o presidente Juscelino Kubitschek está disposto a despertar a opinião pública contra a iniciativa. Para tanto, o chefe do governo se disporia mesmo a percorrer todo o país, mostrando os prejuízos do adiamento da data da mudança, de modo a criar uma consciência nacional mudancista.

Embora não se acreditasse “que a ofensiva da oposição venha ter êxito, não apenas pelas dificuldades regimentais para a aprovação da matéria como ainda pelas resistências que a idéia encontra dentro da própria UDN”³⁵², o presidente já esboçava sua contra-ofensiva, lutar em praça pública por Brasília, pelo que ela, para ele, significava. “Não preciso insistir em que a transplantação da capital para o seu sítio próprio é o marco de uma nova era...”, disse ele no início do mesmo ano. Uma era de aproximação dos brasileiros, de distribuição de fontes de riquezas. “O ideal da mudança da capital”, reafirma, quer “criar no país um sistema em que as condições, o acesso ao trabalho, à produção e ao bem-estar deixassem de conhecer (...) disparidades e os paradoxos infelizmente ainda comuns existente em nosso território (...)”³⁵³.

Escudado pelos argumentos de que estava ao lado de Brasília por ser *esforço de salvação nacional* e que buscava evitar que seu partido, ao adotar uma posição contra esta empreitada “seja alvo de uma tremenda onda de impopularidade em torno do país”, Emival Caiado apegou-se também à certeza de que os udenistas que como ele são favoráveis a construção da nova capital, como os deputados Pereira Lima, Gabriel Passos e Magalhães Pinto, “não se submeterão jamais” a uma linha que almeja impedir esse grande salto brasileiro³⁵⁴.

³⁵² BRASÍLIA: povo será convocado em sua defesa. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 out. 1958.

³⁵³ JK, *Revista Brasília*, n. 14, fev. 1958, p. 2 e JK, Coleção Brasília, Diário 1958, p. 14-15 apud OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005, p. 202-203.

³⁵⁴ *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 30 out. 1958. O que se diz...

‘BATALHA de Brasília’ atinge a fase aguda. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 30 out. 1958.

Ainda no interior do partido, o deputado baiano Aliomar Baleeiro declarou, segundo o *Jornal do Comércio*, “que os méritos da transferência cabem à bancada de Goiás, que por ela lutou bravamente” e que o “Sr. Emival Caiado”, por exemplo, seu correligionário e amigo, só falta agredi-lo para convencê-lo da conveniência da mudança para Brasília, “o que não é brincado, pois o Sr. Emival Caiado é um dos deputados mais atléticos desta Casa...”³⁵⁵. À preocupação com a grandeza do país e com o esfacelamento da UDN, Baleeiro nos indica mais uma nota da partitura ideológica de seu companheiro, os interesses regionais, que se ligam aos pessoais e que, nessa sorte, podem ser lidos como de ordem político-eleitora e econômica. Crescimento de Brasília, crescimento de Goiás, crescimento de Emival Caiado, do “autor da lei que fixa a transferência da capital para 21 de abril de 1960”³⁵⁶, de sua figura, de seu prestígio, *de sua terra natal*, de seu ego, de sua glória. O sucesso dessa empreitada, sabia ele, seria decisivo para o futuro de sua carreira política.

Posicionando-se pela transferência, embora bastante preocupado com o ritmo acelerado da mesma numa conjuntura inflacionária e de, segundo sua avaliação, grandes dificuldades econômicas, Aliomar Baleeiro representa a própria contradição da UDN, “que combate a nova capital e ao mesmo tempo a elogia”, denunciada pelo deputado Último de Carvalho do PSD (Partido Social Democrático) mineiro e veiculada em *O Jornal*³⁵⁷. Duas posições, um só partido. Duas ideologias, dois imaginários, uma única agremiação política. Um todo fragmentado, uma mistura heterogênea. Um partido de cunho conservador, em parte mudancista.

Se nos permitem o uso de um estereótipo regional, a UDN optou, diante dessa situação no mínimo desconfortável, por uma saída à mineira, expressa no *Correio da Manhã*, no qual seu Diretório Nacional se colocou ao mesmo tempo favorável a Brasília e contra “o atual ritmo e orientação dos trabalhos como evidente agravamento da crise que se debate a nação”³⁵⁸. Mas o ritmo de construção da cidade e a própria cidade se confundiam por esses tempos, poderia então o maior partido opositor do governo estar dizendo *não* pelo *sim* ou apostando realmente a favor de Brasília, mesmo negando *a forma, a hora e o tempo* em que estava sendo realizada? A resposta acima pôde tanto contentar seus dois lados, quanto descontentar o conjunto.

³⁵⁵ BALEEIRO a favor de Brasília. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1952.

³⁵⁶ ‘BATALHA de Brasília’ atinge a fase aguda. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 30 out. 1958.

³⁵⁷ PARA acreditar em Brasília e elogia-la basta visitá-la. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 dez. 1958. Câmara Federal.

³⁵⁸ NO mundo político. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 out. 1958.

Questão delicada, *ao falar pelo todo*, o Diretório preferiu não se firmar claramente em lugar nenhum. Nesse caso, tanto o *não* pode ser lido no *sim*, quanto no *sim* pode se ler o *não*. No tocante a Brasília, a União Democrática Nacional permaneceu até a sua inauguração dividida, como o próprio Brasil.

E é assim que o nosso já conhecido Baleeiro, ao divagar pelas representações do imaginário mudancista, embora com reservas, ou ressalvas, como ele prefere, afirma

- Ressalvadas, repito, minhas convicções quanto aos efeitos econômicos da construção da Nova Capital, em marcha acelerada, numa fase inflacionária, declaro que a execução de Brasília, a julgar pelo que vi e ouvi, infunde uma impressão favorável e otimista (...).

(...)

- O esforço em prol da construção de Brasília constitui realmente algo de admirável, nos quadros da vida brasileira, e o que aqui se faz é obra de entusiasmo de jovens, que trabalham visando um ideal, difícil de ser combatido³⁵⁹.

Ideal este sintetizado no dizer de outro prócer udenista, Íris Meinberg, na *Tribuna da Imprensa* em janeiro de 1959: “Brasília não é uma obra nossa, da NOVACAP, é obra de todo o povo brasileiro, que vê na mudança da capital para o interior, o caminho de sua salvação”³⁶⁰. Pasmem leitores! Vocês realmente estão lendo um trecho retirado da *Tribuna da Imprensa*...

Uma trama tecida por cada um deles: Emival Caiado, Aliomar Baleeiro, Íris Meinberg e o próprio JK, e, uma trama, é uma versão de um acontecimento. É um tecido construído para explicar os fatos. E cada uma tem por base um recorte diferente. Nessa sorte, aos olhos de cada um deles, certos aspectos, certas faces do *acontecimento-Brasília* foram ignorados e outros, em contrapartida, engrandecidos. O *brilho merecido* depende de quem o narra, é resultado de seus interesses e de suas preferências pessoais. Não há uma única trama porque não há somente um ponto de vista parcial desse acontecimento. Ele foi disperso em várias imagens. O *narrador* pode excluir algo que seja importante para um outro olhar e enaltecer aquilo que, no seu, faz muito sentido. Ele tem a sua versão como verdadeira, apesar de ser diferente e, muitas vezes, incompatível com todas as outras.

Ou seja, não se tem a construção da nova capital como *uma totalidade* em nenhuma de suas tramas, mas apenas *alguns ângulos dela*. Aquilo que é digno de ser contado depende da *intriga* escolhida³⁶¹. Está sujeito, em alguns casos, ao que *o escritor* à distância quis ver e está

³⁵⁹ AGÊNCIA Nacional informa: Deputado Aliomar Baleeiro converteu-se a Brasília. *Jornal do Brasil*, 19 dez. 1958.

³⁶⁰ DIRETOR da NOVACAP diz que Brasília é obra do povo. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 07 jan. 1959.

³⁶¹ Cf. VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

ligado também, em outros, aquilo que ele viu, buscando escapar apenas de premissas e de experiências prévias de outrem. Por vezes, articulistas e cronistas foram de fato ao *interior empoeirado* para, como fez Adirson Barros, “relatar para os leitores do *Jornal do Brasil* o que já existe e o que ainda vai ser feito em Brasília”.

Embora o jornalista enviado por tal periódico carioca sustentasse em sua reportagem que seu objetivo não era discutir ou mesmo persuadir sobre a viabilidade e a importância da futura capital, nem se a mudança deveria ou não ser efetivada, escorrega em alguns trechos, dando-nos indícios fortes de que é no mínimo simpático à primeira opção, ao destacar, por exemplo, que “os moradores de Brasília contam com transporte – e isto inveja os cariocas” e ainda que “o que mais agrada em Brasília é o clima ameno, nem calor, nem frio, temperatura agradabilíssima. E, completa, “um céu muito azul”. Seu otimismo é patente, “o crescimento da cidade, o trabalho que operários e técnicos realizam, e tudo faz crer que Brasília será, mesmo, construída no tempo previsto”. Isto, definitivamente, não é a realidade *sem mais nem menos* que Adirson Barros quer fazer acreditar os “leitores do *Jornal do Brasil*”³⁶². Ele deslocou-se, foi até lá e tanto quis ver quanto viu o sucesso da obra.

Como afirma Brasilmar Ferreira Nunes *para o restante do país*, fora da área de *baixíssima densidade demográfica*, onde a nova capital estava sendo implantada, “ela estava tão distante que só se tinha acesso por notícias de jornais ou discursos políticos”, notícias estas, como dito, com fundamentações variadas, produzidas seja pela atividade investigativa *in loco*, de observar diretamente e lá fazer entrevistas ou mesmo apenas de ouvir falar, de ler ou se atrever a refletir sobre o assunto. Assim, acredita ele, “a situação para deixar florescer a fantasia era ideal”³⁶³, num ou noutro imaginário, acreditamos nós, seja nas imagens favoráveis, seja nas imagens contrárias à nova capital.

A questão de se experimentar diretamente Brasília, para melhor opinar sobre ela, é um *topos* que ganhou relevância em alguns recortes de jornais do período aqui trabalhado. Como colocou o cronista Fernand Rivier, apegado à fórmula de *ver para crer*, em pequena narrativa intitulada “Segunda viagem de um estrangeiro a Brasília”,

Estava com curiosidade de verificar a exatidão do parecer que emiti após a minha visita a Brasília, faz exatamente um ano.

³⁶² BARROS, Adirson. O Pau de Arara e a Cidade do Futuro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 set. 1957.

³⁶³ NUNES, Brasilmar Ferreira. “Prefácio”. In: OLIVEIRA, Márcio de. Op. cit., p. 12.

Tomei, pois, o avião. Primeira surpresa: verifiquei que dois lugares apenas estavam vagos. Iria eu ver algo de novo, ou ter-se-ia Brasília deixado adormecer no caminho da aventura, como é comum ouvir-se dizer aqui? Teria a aventura terminado, devido à oposição daqueles que são contrários por sistema, sem saber e sem ver?³⁶⁴

Esse fragmento, contudo, manifesta mais que inocentes perguntas, ele representa o que nós podemos chamar de um *saber interrogativo*. Expõe um sentido ao insinuar uma resposta negativa as suas próprias questões, mesmo sem oferecê-las literalmente ao leitor.

É de Inez Robb, em suas peripécias de reportagens no Brasil, a afirmação de que “estar em Brasília, apreender a magnitude do projeto, a grandeza do sonho e as dificuldades de sua execução, é uma das experiências mais palpitantes que se possa ter na vida”³⁶⁵. Menos exultante, mas nem por isso menos sintomática foi a confissão do parlamentar nordestino, nosso conhecido, Aliomar Baleeiro, de que foi utilíssimo, durante a sua visita, tudo que ouviu de especialistas e jovens que constroem Brasília, acerca, por exemplo, “dos numerosos problemas de urbanização, que estão sendo estudados e solucionados na Nova Capital”. Acrescentou, ainda, que levaria uma agradável impressão da visita às obras de Brasília, *entregues à energia e ao entusiasmo* de seu ex-colega e *prezado amigo Israel Pinheiro*. Daí a razão de ser da expressão: “converteu-se a Brasília”, sustentado no título da reportagem. Pois, após visitar as obras da nova capital, Baleeiro, membro da oposição e, como vimos, crítico do modo como se estava conduzindo o empreendimento, em sua percepção, malevolamente e a toque de caixa, teria se deixado contagiar “pelo espírito de adesão e motivação” dos que lá estavam, empenhados na obra, demonstrando segundo suas palavras – que parecem mesmo convertidas – “um esforço admirável, num espaço mínimo de tempo”³⁶⁶.

Oscar Niemeyer tinha completa convicção que a

todos, mesmo àqueles que combatem intransigentemente a idéia de Brasília, seria útil uma visita à cidade, onde milhares de brasileiros trabalham e lutam convictos de que ela iniciará nova e progressiva etapa no desenvolvimento do país³⁶⁷.

Já o trecho citado abaixo, de 1958, faz parte da primeira reportagem de um conjunto composto por seis, encomendado pela Agência Nacional e chamado *A Verdade sobre Brasília*:

³⁶⁴ RIVIER, Fernand. Segunda viagem de um estrangeiro a Brasília. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1958.

³⁶⁵ ROBB, Inez. BRASÍLIA: céu de nuvens barrocas e capital de 500 mil burocratas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1959. Aventuras de uma repórter americana no Brasil.

³⁶⁶ AGÊNCIA Nacional informa: Deputado Aliomar Baleeiro converteu-se a Brasília. *Jornal do Brasil*, 19 dez. 1958.

³⁶⁷ Entrevista à imprensa, 29/11/58 apud BRASIL. Presidência da República. *Diário de Brasília*. Rio de Janeiro, 1958, volume 2, p. 143.

Para conhecer Brasília é indispensável vir a Brasília. Impossível qualquer conceito à distância. Com o propósito de focalizar a verdade – somente a verdade sobre a situação atual das obras em curso na Nova Capital, ali estivemos durante alguns dias, fazendo observações e colhendo dados que passados a reproduzir nesta série de reportagens³⁶⁸.

Somente a verdade? Em ambas as imagens, partidárias e avessas, próximas e distantes das obras, o lúdico e os sonhos foram regiões exploradas do território imaginal. Como afirma Gilbert Durand, pela voz dos esforços de esclarecimento de *muitos discípulos de Freud*, a imagem não tem como única virtude a sublimação de um recalçamento neurótico, pois o psiquismo normal contém uma função construtiva e poética (*poiesis*: ‘criação’)³⁶⁹.

Nesse espírito de *poiesis*, segundo o respeitado e importante periódico *O Globo*, em 1958, João Daniel da Silva, mineiro, mas morador do Rio de Janeiro, empolgou-se com a construção de Brasília e por ganhar pouco na *Velhacap* resolveu, segundo disse à Redação do mesmo jornal, tentar uma melhor situação na futura capital, pedalando uma bicicleta. Teria ele contado, “- Foram onze dias de viagem e a minha velha máquina estourou os pneus 58 vezes”. Próximo a Araxá, contudo, o viajante otimista e confiante em seu destino “teve de enfrentar um ‘lobo’ a pau”. “Pedalei”, diz ele, “mais de 1780 quilômetros, tudo, infelizmente, em vão, pois, chegando a Brasília, fui logo desesperançado de obter colocação pelo presidente da Novacap e, além do mais, iria perceber (sic) muito menos do que na firma em que trabalhava como tintureiro”.

O texto de *O Globo* prossegue pela imaginação de João Daniel, “sem dinheiro, desiludido e quase devorado pelos pernilongos, tive que me desfazer da bicicleta, que ficará, pelas emoções a mim proporcionadas, gravada em minha memória”. Ao fim, conseguiu ele “felizmente” retornar as terras cariocas pela FAB (Força Aérea Brasileira).

O *nosso Ulisses* parece demasiado empolgado nos relatos que fez de sua *Odisséia*, pois para o *Jornal do Brasil* que circulou dois dias antes da reportagem de *O Globo*, ele aparece, em sua própria história, matando um lobo a faca e não a pancadas, valendo-se de um pau. Além disso, aqui ele foi apresentado como *ex-entregador de tinturaria* e não como *ex-tintureiro*. De

³⁶⁸ BRASIL. Presidência da República. *Diário de Brasília*. Rio de Janeiro, 1958, volume 2, p. 207.

Aqui se torna útil uma rápida consideração: a Agência Nacional, criada no governo de Getúlio, continuou sendo uma peça fundamental na engrenagem da propaganda e da imprensa no mandato de Juscelino.

³⁶⁹ DURAND, Gilbert. *O Imaginário: ensaios acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004, p. 36-37.

toda forma, com fôlego e força de um rapaz de 23 anos, saiu da Praça Mauá, como já foi dito, pedalando, no dia 7 de novembro, para chegar a Brasília no dia 28 – o que, na somatória, corresponde a 21 e não a 11 dias. Mas antes: “quase foi atropelado por um ‘maluco’ na subida de Petrópoles” e “lá para os lados de Ibiá” – não mais Araxá – “foi atacado por um lobo. Saltou da bicicleta e enfiou o facão no bicho”.

E não acaba por aí. “Daquela cidade em diante ficou sem dinheiro e só comia de favor” além do mais “quase chegando a Brasília, a temperatura era tão forte” que várias vezes foi jogado para fora da estrada, “com bicicleta e tudo”.

Há lobos no caminho para a nova capital, chama a atenção tais reportagens. O maior entusiasmo pode transformar-se rapidamente na maior frustração. Ir a Brasília, no imaginário antimudancista, definitivamente, não daria certo. Como João Daniel da Silva, cada crédulo e otimista em relação à bonança da cidade modernista hoje, terá, em breve, que *começar tudo de novo*. No caso, tudo de novo no *Rio de Janeiro*. Com todos os defeitos que possam ser nele apontados é mais seguro, literalmente, lá permanecer.

A veiculação dos dois textos foi mordaz, pois instigam seus potenciais leitores a enxergarem a *grande obra de JK* como uma anedota, um gracejo, um ultraje, uma excentricidade administrativa. A propaganda é: Brasília, um lugar onde se tem a perder. “Desempregado e sem bicicleta”, João foi a *O Globo* contar sua malograda aventura e “pedir ajuda para encontrar um novo emprego”, pois afirma o *Jornal do Brasil* que ao chegar na nova capital, “com fome, sem dinheiro, num lugar ‘onde já havia muita gente com fome e sem dinheiro’, vendeu a bicicleta” e “veio para o Rio”³⁷⁰.

É reducionismo enxergar as *questões* ou as *estimas* levantadas pela mídia impressa pelo binômio verdade/falsidade, pois o fundamental é mesmo compreender como, de que modo e sob que condições elas criaram as duas *comunidades de imaginação* aqui em análise. O importante é apreender de que forma, histórias como essa, colaboraram para criar *discursos sociais* que ao modelar a construção de Brasília, responderam a demandas de orientação de tudo aquilo que dizia respeito a tal evento. Pois que “a verdade das coisas se liga a uma verdade do

³⁷⁰ FOI a Brasília de bicicleta e agora quer um emprego no Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1958.
HAVIA um lobo no caminho para Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 dez. 1958.

discurso que logo a obscurece e a perde”, como sentença uma vez mais no que recebemos como uma lucidez epistemológica desconcertante Michel Foucault³⁷¹.

Assim, mesmo que tomem a forma de complô, o que se nos apresenta são os fatos de sentimentos, de idéias, de medos, de sonhos, de desejos, enfim, das representações lidas nos vocábulos que dão vida a cidade, *a coisa*, mesmo que suas *razões* ou *motivações* não tenham consistência propriamente *real*³⁷². Portanto, a realidade pode ser entendida tanto como o que aconteceu e o que se pensou do acontecido quanto o que se pensava que poderia acontecer. E, ainda nesse tino e direção, Paul Ricoeur se coloca categoricamente, ao argumentar que o discurso é um ato, “um acontecimento, onde os sujeitos se comunicam”³⁷³.

As sensibilidades forjadas no período correspondem “ao núcleo primário de percepção e tradução da experiência” de criação de uma nova capital e, aqui, assinalam a preocupação devotada à subjetividade pelo historiador³⁷⁴. Ora, “a realidade é produzida por jogos de linguagem – nada a toca de modo substancial”. Por conseguinte, também “o conhecimento histórico é múltiplo e não definitivo: são interpretações de interpretações”³⁷⁵.

Dando prosseguimento a nossa trama... Temos uma missão. Uma cidade. A criação. A capital do Brasil. Para alguns ela seria a estampa e força motriz do progresso e do futuro, para outros, a catalisadora do declínio e do anacronismo nacionais. Entre os segundos, na página da pernambucana *Folha da Manhã*, “e viva a capital mais cara do mundo, num país de povo faminto!”³⁷⁶.

Já entre os primeiros, *O Popular* traz nas palavras do cronista José Maria da Silva,

O chefe do governo viu as condições essenciais para o grande empreendimento, os recursos excepcionais desta terra privilegiada, dotada de exuberantes riquezas naturais, a oportunidade de transformar aquela região adormecida do planalto Central, num imenso

³⁷¹ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 263.

³⁷² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 56-58 (grifos nossos).

³⁷³ RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1978, p. 75.

³⁷⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p. 56.

³⁷⁵ Ferry, 1998; Dosse, 1993; Descombes, 1989 apud REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 170.

³⁷⁶ O PREÇO da capital. *Folha da Manhã*, Pernambuco, 31 de outubro de 1956.

potencial de energias criadoras que deverão conduzir o nosso Brasil no mais elevado conceito entre as nações do mundo³⁷⁷.

Juscelino, sabemos, quando falava da decisão da mudança fazia sempre dela uma palavra de ordem sobre o projeto de um *novo Brasil*, que seria obra de todos os brasileiros. Queria confundi-la com a construção de um Estado-nacional outro, forte, pungente, invocando imagens de uma nação incompleta, incompleta pelos imensos vazios que comportava no interior, incompleta pela fragilidade e vulnerabilidade de possuir ainda uma *capital costeira* que, por sua vez, contribuía para as disparidades entre o litoral e o interior, para os desequilíbrios do povoamento e desenvolvimento do país, vistos desse ângulo, como não mais toleráveis.

Pode-se dizer assim, e com maior segurança, que o Brasil só se tornou adulto depois da construção de Brasília. Durante toda a sua história – do Descobrimento até o meu governo – vivemos, para aproveitar aqui um observação do nosso primeiro historiador, Frei Vicente do Salvador, “arranhando a areia das praias, como caranguejos”. O litoral foi, de fato, uma monovidência nacional. Vivia-se por ele. Agia-se em função dele. E o que ocorria em relação o resto do Brasil?

A resposta é simples: o deserto sem fim, desdobrado nas suas características regionais – a caatinga, no Nordeste; o cerrado no Planalto Central; o pantanal nas regiões alagadiças de Mato Grosso; as pastagens, nas zonas de pecuária do Triângulo Mineiro e das coxilhas rio-grandenses; e a tenebrosa, indevassável e misteriosa floresta amazônica, no Extremo Norte do País.

Civilização? Núcleos populacionais? Quistos de densidade demográfica? Todos esses sintomas de progresso existiam, igualmente, e eram constatados ao longo da extensa fita litorânea, cuja profundidade não ultrapassava uma faixa de duzentos quilômetros. O Brasil, como se sabe, é um dos maiores países do mundo, superado apenas, em terras contínuas, pela União Soviética, a China e o Canadá. Seu território é cortado pelo Equador e pelo trópico de Capricórnio e se prolonga até os contrafortes da Cordilheira dos Andes.

Bronislaw Baczko, ao refletir sobre o calendário republicano francês, dá relevo à imagem de ruptura do tempo como sendo uma das forças propulsoras do imaginário revolucionário. A divisão em tempo antigo e tempo novo, por sua vez, tem amparo e apoio em um fecundo sistema de símbolos que age interligadamente, desde cidade e tempo novos a povo regenerado. Tudo isso fortalece a promessa de um outro devir e converge na expectativa de uma vida inovada, de virtudes e de felicidades, isenta dos muitos males do passado³⁷⁸. Na ponderação dos mudancistas brasileiros, o período decorrido entre 1956 e 1960 é um tempo regenerador, decididamente revolucionário. E o leitor dos impressos defensores da transferência da capital

³⁷⁷ SILVA, José Maria da. O Brasil Marcha para frente. *O Popular*, Goiânia, 1957.

³⁷⁸ BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 320-325.

deveria mesmo sentir que estava vivendo um momento histórico fundante. É indicador disso a ponderação subsequente de Juscelino:

(...). O Brasil, voltado até então para o mar teria de assumir uma atitude diametralmente inversa, isto é, voltar as costas para o oceano, e empenhar-se em tomar posse efetiva do seu território, de cuja existência só tinha conhecimento através dos mapas. Mas, para que esse objetivo pudesse ser atingido, uma revolução deveria ser feita. Revolução, não de sangue, mas de métodos administrativos. Em primeiro lugar, o Brasil deveria extinguir seus espaços vazios. Para que esse escopo fosse atingido, diversos tabus teriam de ser quebrados; processar-se a exploração dos seus imensos recursos naturais; proceder-se à extinção dos seus clamorosos desníveis sociais, através de uma disseminação uniforme do progresso; fazer-se a aproximação dos núcleos populacionais pela abertura de estradas em todas as direções; dar-se energia abundante e barata aos Estados, providenciando-se a construção de usinas hidrelétricas onde elas se fizessem necessárias e sem qualquer preocupação regional; atrair capitais externos, de forma a possibilitar a ereção de siderúrgicas, tendo em vista uma industrialização nacional; irrigar-se, através de uma intensiva política de açudagem, a terra seca do Nordeste, para estimular sua agricultura; devassar-se a floresta amazônica, de modo a incorporá-la ao território nacional e, por fim, mudar-se a sede das decisões governamentais, construindo-se a nova capital no centro geográfico do país³⁷⁹.

Agregava-se no imaginário mudancista o *topos* de transformar e elevar o papel da região Centro-Oeste no tablado nacional e, por tabela, o desejo de amortizar os históricos descompassos macrorregionais do país. Pelo menos é nisso que acredita o *Diário Carioca*, em 14 de março de 1958, na certeza de que Brasília “funcionará, no planato goiano, como o centro de um poderoso impacto, capaz de alterar profundamente, e afinal equilibrar, as condições econômicas do país”³⁸⁰. A nova capital é aqui, mais uma vez, símbolo de uma realidade nova.

Esses *topoi* são partícipes eminentes do universo simbólico mudancista, que os envolvem e constituem o seu quadro de funcionamento. Ora, é sabido que a implementação do projeto-Brasília foi marcada pela elaboração de uma utopia coletiva, que abarcava governo e parte da sociedade civil, que alimentaram, entusiasmaticamente, sonhos de juntamente com uma nova capital se fundar um novo país. Pois, se “há um lado do imaginário que se reporta à vida”, há “outro que se remete ao sonho, e ambos os lados são construtores do que chamamos de real”. Assim sendo, se voltar para esse “conjunto dotado de relativa coerência e articulação” elimina do campo de análise a tradicional clivagem entre real e não-real, uma vez que a representação, que

³⁷⁹ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975, p. 11-13.

³⁸⁰ BRASÍLIA. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1958.

lhe dá forma, “tem a capacidade de se substituir à realidade que representa, construindo o mundo paralelo de sinais no qual as pessoas vivem”³⁸¹.

O imaginário mudancista aqui trabalhado é repleto dessas imagens dotadas do poder mágico de fazer crer. E, de fato, a imagem, como uma rerepresentação do mundo, mostra o que é oportuno ser mostrado, travesti a realidade e não revela, disfarça e dissimula o que é possível ser encoberto.

“O ideal histórico dos bandeirantes” de “fundar uma civilização no coração do Brasil, no coração da nacionalidade”, “a vinculação Brasília-Brasil” e a convicção em uma revolução político-econômica pelo centro, “o sentido histórico da obra, o sentimento de viver-se numa nação inacabada, a força dos ideais fundacionistas e arquitetônicos, a reinvenção e sacralização das origens, a representação passada, mas ainda muito presente, do colonizador civilizado triunfando sobre a natureza e a selvageria são associações imaginárias que acabaram se manifestando tão naturais nesse momento”, “a ponto de se tornar impossível proculhar-lhes a paternidade”. E “à medida que a cidade ia sendo realmente construída, aquelas imagens soariam cada vez mais naturais”. Brotariam quase que espontaneamente nos discursos do presidente e de seus partidários e cúmplices em todos os recantos do país³⁸².

Por tudo isso, o sonho da cidade moderna cresceu a partir do desejo de *construir o Brasil*, ou seja, de *fazer do país uma verdadeira nação*; Brasília seria o berço de uma nova civilização nacional. E foi deste modo que para Márcio de Oliveira se deu um uso mítico da nova capital inserida numa mitologia desenvolvimentista,

Sintomático foi observar que JK não havia sido o primeiro, nem tampouco teria sido o único a desejar construir um “novo Brasil”. Ao contrário, dizer que o Brasil não era uma verdadeira nação, desejar e trabalhar para construí-la, era uma análise bastante corrente na trajetória do pensamento social e político brasileiro. Tratava-se de um tipo de análise que considerava o Brasil, visto sempre de uma maneira geral, como uma nação em formação, sem povo, sem identidade, inacabada e incompleta.

Tratava-se, ainda, de ir do “não ser da nação” ao “ser da nação a condição que...”, completamos, a cidade modernista fosse construída. As representações que impunham à necessidade da nova capital organizaram-se, ainda segundo o mesmo autor, em torno de dois núcleos, “O Brasil (ainda) não é uma nação, pois é um país subdesenvolvido, não integrado etc” e

³⁸¹ PESAVENTO, Sandra Jatthy. Op. cit., p. 41,43, 47.

³⁸² OLIVEIRA, Márcio de. Op. cit., p. 172-173.

“O Brasil será uma nação graças ao progresso e ao desenvolvimento que serão provocados pela construção de Brasília”³⁸³.

Um artigo assinado por R. Magalhães Júnior, que fixa o título “A mudança da capital”, em 19 de janeiro de 1957, inscreve-se, nitidamente, na perspectiva indicada por Márcio de Oliveira. Pois, afirma seu autor, no lastro de sua imaginação mudancista, que não será com uma “mentalidade de beira-de-praia que conseguiremos construir uma nação”. Para que ela seja “verdadeiramente digna desse nome” há que se mudar a capital,

que levar o nosso governo para o interior, a fim de deslocar o eixo do progresso nacional e obrigar o homem público a olhar para o interior, conhecer dos seus problemas, tratar de resolvê-los. Em suma, é necessário que o Brasil se aposses do próprio Brasil³⁸⁴.

A obra aqui aventada, *Brasília: o mito na trajetória da nação*³⁸⁵, expõe, pois, o desejo transformador que povoou nossa trajetória de edificar o país a partir do cimento, simultaneamente concreto e simbólico, de uma nova cidade-capital; desejo este sustentado e difundido por discursos, inclusive jornalísticos, moldados durante o mesmo momento histórico que nos preocupa, 1956-1960. Como Márcio de Oliveira – e com ele – descortinamos a repercussão dessa dimensão mítica na imaginação do período e podemos reafirmar a superestimação em relação aos resultados da transferência nela presente e por ela manifesta: ruptura com o passado, soberania, desenvolvimento e progresso, todos eles impregnados de muita brasilidade. Apreendido como uma narrativa de significação simbólica, esse mito que fomentou o imaginário mudancista perpassava a política, as ideologias nacionalista e de modernização e as vanguardas estéticas.

Por sua vez, James Holston, como se sabe, não foi ator social ativo durante o período da construção de Brasília, no entanto, ao redigir seu livro *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*, originalmente publicado em 1989, nos passa a forte impressão de estar embebido em um espírito de censura e complô bem próximo daquele forjado pelo imaginário antimudancista no passado. Seus *visionários*, que sonharam com a mudança da capital desde a metade do século XVIII, diz ele, “deixaram a Brasília o legado de uma mitologia do Novo Mundo em que a construção de uma capital no Planalto Central seria o meio de desencadear o

³⁸³ Idem, *Ibidem*, p. 24-25, 27.

³⁸⁴ JUNIOR, R. Magalhães. A mudança da capital. *A Tribuna*, Santos/Estado de São Paulo, 19 jan. 1957.

³⁸⁵ Originada de sua tese de doutorado defendida em 1993 na Universidade de Paris V.

florescimento de uma grande civilização num paraíso de abundância”. Brasília, para o mesmo antropólogo, seria então, filha de uma utopia modernista, expressa no axioma segundo o qual o espaço urbano teria a propriedade de moldar os destinos da sociedade, regenerando fulminantemente os brasileiros e todo o país.

Assim, “a escolha dos pressupostos arquitetônicos modernistas fez com que o projeto de Brasília sobrepujasse os interesses político-econômicos desenvolvimentistas, transformando-os em variável da dimensão arquitetônica”. E, nesse sentido, Brasília não seria “apenas um projeto urbano, mas, sobretudo, um projeto de desenvolvimento e um modelo a ser seguido pela sociedade brasileira”. Contudo, para Holston, “esta utopia modernista” estava “miticamente deslocada” da realidade brasileira, pois “a necessidade de usar o que existia para realizar o que havia sido imaginado aboliu a diferença entre os dois, que era a premissa do projeto”. Inclusive, *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia* traz, inicialmente, uma discussão sobre as premissas e paradoxos do plano de construção da cidade, pela qual se pode ler logo no primeiro parágrafo que a viagem rumo a nova capital, “através do Planalto Central, é uma jornada de separação”; ela “faz o viajante confrontar-se com a separação entre a Brasília modernista e o Brasil de todos os dias (...); entre o subdesenvolvimento e o incoerentemente moderno”³⁸⁶.

Aqui, entretanto, o que julgamos essencial é a constatação de que os imaginários empregam as linguagens mais diversas. Facilmente valem-se da religião, da filosofia, da arquitetura, etc. Por isso, Bronislaw Baczkó entende que

todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização social atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas (...). A arquitetura traduz eficazmente, na sua linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder, utilizando para isso a escala monumental³⁸⁷.

Ao falar de uma autocrítica iniciada com o projeto do Museu de Caracas, Oscar Niemeyer declarou a revista *Módulo*, em entrevista que teve trechos publicados no *Jornal do Brasil*, em 12 de julho de 1958, sua crença de que

Sem uma justa distribuição da riqueza – capaz de atingir a todos os setores da população – o objetivo básico da arquitetura, ou seja, o seu lastro social, estaria sacrificado, e a nossa atuação de arquitetos relegada apenas a atender os caprichos das classes abastadas.

³⁸⁶ HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 11, 23, 289. OLIVEIRA, Márcio de. Op. cit., p. 19-20.

³⁸⁷ BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 312-313.

As contradições sociais brasileiras o faziam encarar a arquitetura “como exercício que se deve praticar com espírito esportivo, e nada mais”. Com isso, ele fora levado, algumas vezes, “a descuidar de certos problemas e adotar uma tendência excessiva para a originalidade, no que era incentivado pelos próprios interessados, desejosos de dar a seus prédios maior repercussão e realce”. Só que, agora, algo havia mudado em suas concepções arquitetônicas, e ele falava numa espécie de correção, que seria assinalada primeiro pela

redução de trabalhos no escritório e pela recusa sistemática daqueles que visem apenas a interesses comerciais, a fim de melhor me dedicar aos restantes, dando-lhes assistência contínua e adequada; depois: estabelecendo para os novos projetos uma série de normas que buscam a simplificação da forma plástica e o seu equilíbrio com os problemas funcionais e construtivos.

Em sua nova fase, Niemeyer buscava não cair em um *falso purismo*, em um *formulário monótono de tendência industrial*. Passou a se interessar pelas “soluções compactas, simples e geométricas”, pelo uso livre e inovador das “imensas possibilidades do concreto armado”.

Com relação aos trabalhos de Brasília, que espero sejam as minhas obras definitivas, encontrei três problemas diferentes a resolver: o do prédio isolado, livre a toda imaginação, conquanto exigindo características próprias; o do edifício monumental, onde o pormenor plástico cede o lugar à grande composição; e, finalmente, a solução de conjunto, que reclama, antes de tudo, unidade e harmonia. No Palácio da Alvorada, meu objetivo foi encontrar um partido que se não limitasse a caracterizar uma grande residência, mas um verdadeiro palácio, com o espírito de monumentalidade e nobreza que deve marcá-lo³⁸⁸.

Sobre esse projeto assim se colocou o arquiteto modernista, agora no *Diário de Notícias*:

“Na solução do Palácio da Alvorada procuramos adotar os princípios da simplicidade e pureza que, no passado, caracterizaram grandes obras da arquitetura. Para isso, evitamos as soluções recortadas, ricas de formas e elementos construtivos (marquises, balcões, elementos de proteção, cores, materiais, etc.), adotando um partido compacto e simples, onde a beleza decorre apenas de suas proporções e da própria estrutura. Dedicamos as colunas, em virtude disso, a maior atenção, estudando-as cuidadosamente nos seus espaçamentos, forma e proporção, dentro das conveniências da técnica e dos efeitos plásticos que desejávamos obter. Estes nos levaram a uma solução de ritmo

³⁸⁸ OSCAR Niemeyer em primeira autocrítica fala de erros e de “novas providências”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1958.

contínuo e ondulado, que confere a construção leveza e elegância, situando-a como que simplesmente pausada no solo”.

O artigo que veiculou tais palavras, do inventor da obra, garantiu que ela “está fadada, inegavelmente, a construir novo marco na evolução da arquitetura brasileira”³⁸⁹. De fato, não só o Palácio do Planalto, mas todo o conjunto arquitetônico de Brasília³⁹⁰, fez dela uma das maiores encarnações do modernismo no mundo. E, de Oscar Niemeyer, um dos grandes nomes da renovação da arquitetura no século XX, no âmbito internacional.

Quando da inauguração do Hotel de Turismo, da estrada para Anápolis, do Palácio da Alvorada e de outras obras mais, o *Diário da Noite* veicula, um dia depois, em 1 de julho de 1958, que a “futura residência dos chefes de Estado brasileiros”

afigura-se como uma obra prima da moderna geração de arquitetos brasileiros. Suas linhas são sóbrias e nobres. Sente-se a imponência simples da obra, desde a entrada principal com os seus dois lados e um jardim gramado³⁹¹.

Em sua reportagem, a jornalista Gilda Marinho, também não quis abrir mão de anunciar suas impressões sobre os traços revolucionários de Niemeyer e, pelo *Diário de Notícias*, manifesta que cumpriu um desejo,

Conhecer Brasília, a nova Capital tão caluniada por muitos e elogiada por outros. Levei a surpresa da minha vida: encontra-se ali um Palácio Governamental, onde o firmamento se reflete em todas as paredes da arquitetura.

O PALÁCIO DA ALVORADA, Sede do governo da união, é uma arrojada arquitetura saída da imaginação prodigiosa de Mestre Niemeyer para a realidade da vida.

Rompe com qualquer lugar comum da tradição. De palácio não tem austeridade, nem sequer a ostentação, que nos são familiares em qualquer sede de governo. Em compensação, sobram-lhe beleza, proporção e originalidade.

Colocado no centro de uma grande área ajardinada, sua estrutura alada tem pela frente um repuxo, onde duas médias brincam com as grossas tranças, e ao fundo uma bela e azulada piscina. É todo circundado por um largo terraço que corre em volta de suas

³⁸⁹ INAUGURADO o Palácio da Alvorada, em Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 jul. 1958.

³⁹⁰ “Niemeyer projetou os edifícios públicos que incluem o Palácio da Alvorada (residência presidencial) e a capela anexa, o Palácio do Planalto (sede do Poder Executivo), o edifício do Supremo Tribunal Federal (Poder Judiciário), o do Congresso Nacional (Poder Legislativo), a Catedral e o Teatro Nacional, bem como prédios comerciais e residenciais”. Inclua-se a essa lista a Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola e o Museu Nacional Honestino Guimarães, recentemente inaugurados (15 de dezembro de 2006), fechando o Complexo Cultural da República João Herculino, do qual já faz parte o Teatro Nacional. Cf. LASSANCE, Adalberto; LOPES, Cleusa Neves da Silva (et al.). *Brasília: capital do Brasil*. Brasília: Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal/Pórfiro, 2003, p. 79.

³⁹¹ BRASÍLIA agiganta-se no planalto como a futura capital do Brasil. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1958.

quatro paredes externas, de desenho acentuadamente retangular. Pode-se resumir-se: vidros, espelhos, e colunas que são asas.

Ainda para Gilda Marinho, as paredes do Palácio, em vez de terem ouvidos, tinham olhos que, “quando não são de vidro, são de espelhos e refletem, onde quer que se olhe, o belo céu de Brasília”³⁹².

As freqüentes e impressionadas imagens do firmamento da nova capital, do onírico e da *coragem, audácia e rebelião futuristas* envolvidas nas obras, tiveram um encontro feliz nas reportagens de Innez Robb.

No seu texto de 29 de janeiro de 1959,

Aqui, nessas grandes extensões, até então intocadas pela civilização, o Brasil está construindo, desde a primeira pedra, a sua nova capital. Onde ontem não havia senão uma vista interminável de solitárias colinas verdes, encimadas por um céu de um azul ofuscante, percorrido por nuvens barrocas, amanhã, ou depois, se erguerá uma capital de 500 mil burocratas. Só este pensamento é de aturdir.

Em abril de 1960, o Presidente Juscelino Kubitschek pretende mudar literalmente o Governo Federal brasileiro, de sua presente capital, Rio de Janeiro, para Brasília, a uns mil quilômetros de distância. Isso significará que se realizou um milagre, pois, agora, a nova capital é ainda parte sonho, fronteira, na melhor tradição do antigo Oeste parte arquitetura de “avant-garde” e parte cidade americano³⁹³.

Já em outra matéria da jornalista norte-americana, também publicada no *Última Hora*, em 31/01/1959, podemos ler uma persuasão similar:

“Um turista é um vagabundo com dinheiro”, costuma-se dizer. Alguns turistas-vagabundos deixam-se até levar pela curiosidade. Um punhado desses, atraídos por rumores às extraordinárias fantasias arquitetônicas que estão surgindo aqui, já iniciaram a sua peregrinação para esta comunidade.
(...).

Uma coisa é certa, todavia: quando esta capital estiver pronta, não se parecerá com nenhuma outra no mundo. Não haverá o menor vestígio de Gótico, Renascença ou Colonial reconicionados. De ponta a ponta, Brasília estará marcada “New Look”.

As capitais do mundo, em sua maioria, são o resultado de um lento acúmulo arquitetônico das épocas. Brasília será inteiriça em seu conjunto. Os seus principais edifícios foram planejados por Oscar Niemeyer, o mais famoso arquiteto do Brasil, um herói da prancheta, e, juntamente com Corbusier e Frank Lloyd Wright, um pioneiro da arquitetura ultra moderna³⁹⁴.

³⁹² BRASÍLIA, esperança das zonas mais esquecidas do país, capital dinâmica onde as pontes surgem em 23 dias e estradas em 45. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 8 jul. 1958.

³⁹³ ROBB, Inez. BRASÍLIA: céu de nuvens barrocas e capital de 500 mil burocratas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1959. Aventuras de uma repórter americana no Brasil.

³⁹⁴ ROBB, Inez. BRASÍLIA: quando a cidade estiver pronta não se parecerá com nenhuma outra no mundo. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1959. Aventuras de uma repórter americana no Brasil.

Denominamos Modernismo os estimulantes movimentos nas artes, literatura e pensamento que são, grosso modo, associados ao século XX. Século este, perpassado pelo fio de pensamentos subversivos que alteraram drasticamente a ciência, a arte e o cotidiano, pela linha do desprezo das *armaduras de chaves*, a reboque da penetração em domínios inexplorados³⁹⁵. Brasília foi desenvolvida a partir desses princípios, dessa noção de modernismo, que abarca a rebelião contra as academias estabelecidas, os impulsos intelectuais da busca de libertação e do ato de rebeldia³⁹⁶. E, por meio dos jornais, vemos como as pretensões do modernismo se tornaram forças do mundo social, pautando representações e práticas sociais.

Nessa inflexão, tanto a forma quanto a organização de Brasília derivariam das cidades ideais modernistas do arquiteto franco-suíço Le Corbusier e dos manifestos dos CIAM (Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna), levados a efeito pela originalidade – ou seja, pelo molde final dessas idéias, dado pelos arquitetos brasileiros. Os CIAM, entre os anos 20 e 60 do século passado, preconizavam a arquitetura e o urbanismo como veículos para a criação de novos hábitos pessoais e de vida cotidiana através de novos desenhos de associação coletiva³⁹⁷.

Brasília tornou-se, então, o grande laboratório de duas ambições vanguardistas desmesuradas:

a do governo Kubitschek que, realizando “cinquenta anos em cinco”, queria consolidar a marcha para o oeste deixada incompleta pela colonização portuguesa, e a de Niemeyer que, além de praticar uma arquitetura de formas revolucionárias, queria que a forma fosse, em si mesma, a fachada de outras revoluções³⁹⁸.

O Concurso Nacional do Plano da Nova Capital do Brasil foi realizado em 1956 e, como se sabe, Lúcio Costa foi o vencedor, desbancando outros 25 candidatos, “com um projeto que, de início, constrangeu o júri, pela apresentação simples – desenhado a lápis de cor e tinta nanquim – mas que era o único a apresentar uma concepção de cidade com atributos de capital,

³⁹⁵ GAY, Peter. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média (1815-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 12-13.

³⁹⁶ EKSTEINS, Modris. *A Sagração da Primavera: a grande guerra e o nascimento do ocidente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 14.

³⁹⁷ HOLSTON, James. Op. cit., p. 37-47.

³⁹⁸ CORRÊA, Marcos Sá. “Gênio em ação”. *Revista Nossa História*. Oscar Niemeyer: aos 96 anos ele projeta o futuro. Rio de Janeiro, nº 12, outubro 2004, Ano 1, p. 19.

diferente de tudo o que se fizera e se vira até então em matéria de urbanismo³⁹⁹. Queria-se uma cidade tão aprazível quanto viva, para o trabalho ordenado e eficiente.

Cidade funcional, o plano piloto foi construído dentro de uma ordem previamente elaborada para todas as atividades urbanas, organizando-as em zonas exclusivas e homogêneas: o espaço dos três poderes – legislativo, executivo, judiciário –, o espaço bancário, o espaço comercial, o espaço residencial, o espaço hoteleiro, o espaço escolar, o espaço industrial, o espaço gráfico, entre outros, sugerindo um traçado urbano ímpar para Brasília⁴⁰⁰.

Daí a opinião negativa do jornalista José Álvaro, publicada em 14 de março de 1960, pela *Tribuna da Imprensa*. O texto que assina, intitulado “Brasília vai ser capital, mas bom mesmo é o Rio”, informou aos leitores da *Tribuna*, que no dia da inauguração da cidade, “apesar do ritmo incrível de trabalho”, ela seria ainda arremedo. Porém, para seu gosto, a nova capital modernista jamais conseguiria ser cidade de sua vivência.

Mesmo quando estiver, em futuro não muito próximo, funcionando realmente como cidade. Brasília é certinha demais. Todo mundo morando em prédio igual, em lugares previamente designados, todo mundo trabalhando em escritórios igualzinhos. Tudo muito exato, como se os habitantes nada mais fossem do que peças minúsculas e obedientes de um gigantesco, mirabolante e inédito brinquedo. A esta altura, ninguém mais duvida de que Brasília, vai ser mesmo a capital do Brasil. Que seja, mas daqui não saio, que bom mesmo, é o Rio⁴⁰¹.

Essa trinca – JK, Niemeyer e Lúcio Costa - queria mudar não só a capital, mas principalmente, a sociedade, seja enfatizando a associação do *design* modernista com um projeto de modernização, lê-se, as inovações arquitetônicas com as governamentais, seja destacando o rumo do coletivismo, de uma vida mais igualitária⁴⁰². Deste ou daquele modo, nesta ou naquela direção do salto para o futuro, na organização do espaço, se entremesclaram o político e o estético.

Em Brasília, capital do futuro e da esperança, como ficou conhecida na época, “**a grande tradição do urbanismo latino**, em que a vida urbana se organiza em torno de uma

³⁹⁹ A Esplanada dos Ministérios, a Praça dos Três Poderes, a Estação Rodoviária, as asas Sul e Norte, as vias públicas e até mesmo a Torre de Televisão foram concebidas por Lúcio Costa. Cf. LASSANCE, Adalberto; LOPES, Cleusa Neves da Silva (et al.). Op. cit., p. 61, 75-76 (grifos nossos).

⁴⁰⁰ MACHADO, Maria Salete Kern. “O estrangeiro na cidade”. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Salete Kern (orgs.). *Imaginário e História*. Brasília: Paralelo 15, 1999, p. 55.

⁴⁰¹ ÁLVARO, José. Brasília vai ser capital, mas bom mesmo é o Rio. *Tribuna da Imprensa*, 14 mar. 1960. Giro em Sociedade.

⁴⁰² HOLSTON, James. Op. cit., p. 101.

grande praça, é rejeitada de modo explícito”⁴⁰³, pois foi por ela que foram canalizadas as *aspirações futuristas e os desejos de modernidade* de muitos brasileiros nos anos 1950 e no início dos anos 60, regidos pelo “mudador-mor da Capital da República”⁴⁰⁴ e presidente, Juscelino Kubitschek, e por seu séquito de artistas modernistas, colaboradores de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa: Alfredo Ceschiatti⁴⁰⁵, Athos Bulcão⁴⁰⁶, Bruno Giorgi⁴⁰⁷, Burle Marx⁴⁰⁸, Marianne Peretti⁴⁰⁹.

A cidade modernista pode ser tida, a partir do *topos* arquitetônico presente no imaginário mudancista, como a expressão máxima da sensibilidade humana referida a aptidão em se experimentar o fenômeno da sublevação política em termos de *desenhos do espaço*, de exploração, pelo poder, da carga simbólica das formas. Pois, elas, certamente, foram a face mais visível do desejo de destruição moderna das estruturas tradicionais.

⁴⁰³ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 12-13 (grifos nossos).

⁴⁰⁴ MOTIVOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 out. 1956.

⁴⁰⁵ Artista mineiro que se consagrou à escultura. Fez várias delas para Brasília: *As Iaras*, em bronze, da série *As Banhistas*, no espelho d’água do Palácio da Arvorada; *A Justiça*, em granito, em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal; *Os Anjos* e *Os Evangelistas*, na entrada da Catedral e do grupo *As Gêmeas*, em bronze, na cobertura do Palácio do Itamaray.

Tal qual essa, as notas que se seguem, da 90 à 93, contém informações que foram consultadas em uma única fonte: LASSANCE, Adalberto; LOPES, Cleusa Neves da Silva (et al.). Op. cit., p. 83-93.

⁴⁰⁶ Pintor nascido no Rio de Janeiro, Athos Bulcão também se tornou conhecido por ter desenhado capas e realizado ilustrações para livros, revistas, catálogos, discos. Além disso, desenhou figurinos para teatros e produziu fotomontagens, sendo pioneiro desta técnica no Brasil. Está representado em Brasília nos principais edifícios públicos, nos relevos da fachada do Teatro Nacional, nos painéis de azulejo do Congresso Nacional, do Brasília Palace Hotel e da Igreja Nossa Senhora de Fátima, nos painéis do Palácio do Itamaraty, do Panteão da Pátria e do Hospital Sarah Kubitschek e na capela do Palácio da Alvorada, por exemplo.

⁴⁰⁷ Polivalente escultor paulista, fez uso, ao longo de sua carreira, do realismo, das formas mais estilizadas e de definição simples e das formas geométricas (*Meteoro*, que é a peça mais destacada dessa fase, está instalado no lago do Palácio do Itamaraty). Em 1959, fundiu em bronze *Os Guerreiros*, para a Praça dos Três Poderes. As obras *Dinamismo Olímpico* e *Monumento à Cultura* também são de sua autoria.

⁴⁰⁸ Estudou pintura na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, cidade para qual mudou de São Paulo ainda criança. Dedicando-se ao paisagismo, realizou importantes projetos entre as décadas de 1940 e 1960, como os jardins do conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte, do parque Araxá, em Minas Gerais. Fez ainda os jardins da praia de Botafogo no Rio de Janeiro, do parque Ibirapuera, em São Paulo, do aeroporto de Guararapes, em Recife, e do Eixo Monumental de Brasília – na “nova capital”, são também de sua autoria os jardins do terceiro andar do palácio do Itamaraty. Não podemos esquecer de mencionar outras mais obras de peso e relevância que ficaram sob a responsabilidade do paisagista: os parques Del Este e Del Oeste, em Caracas, Venezuela; os parques do Flamengo, no Rio de Janeiro e os jardins da sede da UNESCO, em Paris. Um marca importante de suas obras foi a opção por espécies tropicais nativas do Brasil.

⁴⁰⁹ Artista plástica francesa, Marianne Peretti é a autora do vitral da Catedral de Brasília, “composta por 16 peças em fibra de vidro em tons de azul, verde e branco, inseridas entre os pilares de concreto que formam a estrutura do edifício”. Fez muitos trabalhos por encomenda para os prédios de Brasília, exemplo disso é a fachada do Tribunal Superior de Justiça, um gigantesco painel de concreto suspenso. De sua autoria é também o vitral que se encontra acima da urna funerária do Memorial JK. Em relação a produção de vitrais, em suas próprias palavras: “Percebi que era possível inventar a modernidade no vidro e criar uma linguagem que pudesse ser incorporada à nova arquitetura de então”.

Ao falar em modernismo, futuro e vanguardismo, nos é útil lembrar, nesse momento, que na primeira década do século XX, ou seja, nos anos que antecederam a Primeira Grande Guerra Mundial, os futuristas italianos se apresentaram como passionais amantes da modernidade, das máquinas, das novas formas e possibilidades ofertadas pela tecnologia,

Camaradas, nós afirmamos que o triunfante progresso da ciência torna inevitáveis as transformações da humanidade, transformações que estão cavando um abismo entre aqueles dóceis escravos da tradição e nós, livres modernos, que acreditamos no radiante esplendor de nosso futuro⁴¹⁰.

Em “Fundação e manifesto do futurismo”, de 1908, assinado por Filippo Tommaso Marinetti, há uma exorbitante exultação, numa prosa em alta intensidade que, aliás, marcou o movimento:

A coragem, a audácia e a rebelião serão elementos essenciais da nossa poesia.

(...).

Afirmamos que a magnificência do mundo se enriqueceu de uma beleza nova: a beleza da velocidade.

(...).

Estamos no promontório extremo dos séculos!... Por que haveremos de olhar para trás, se queremos arrombar as misteriosas portas do Impossível?

(...).

Cantaremos as grandes multidões agitadas pelo trabalho, pelo prazer ou pela sublevação; cantaremos a maré multicolor e polifônica das revoluções nas capitais modernas; cataremos o vibrante fervor noturno dos arsenais e dos estaleiros incendiados por violentas luas elétricas; as estações insaciáveis, devoradoras de serpentes fumegantes; as fábricas suspensas das nuvens pelos contorcidos fios de suas fumaças; as pontes semelhantes a ginastas gigantes que transpõem as fumaças, cintilantes ao sol com um fulgor de facas; os navios a vapor aventureiros que farejam o horizonte, as locomotivas de amplo peito que se empertigam sobre os trilhos como enormes cavalos de aço refreados por tubos e o vôo deslizante dos aeroplanos, cujas hélices se agitam ao vento como bandeiras e parecem aplaudir como uma multidão entusiasta.

(...). Admirar um quadro antigo equivale a verter a nossa sensibilidade numa urna funerária, em vez de projetá-la para longe, em violentos arremessos de criação e ação.

Quereis, pois, desperdiçar todas as voças melhores forças nessa eterna e inútil admiração do passado, da qual saís fatalmente exaustos, diminuídos e espezinhadados?

Em verdade eu vos digo que a frequência cotidiana dos museus, das bibliotecas e das academias (cemitérios de esforços vãos, calvários de sonhos crucificados, registros de lances truncados!...) é, para os artistas, tão ruínoza quanto a tutela prolongada dos pais para certos jovens embriagados por seu engenho e vontade ambiciosa. Para os moribundos, para os doentes, para os prisioneiros, vá lá: o admirável passado é talvez um bálsamo para os seus males, já que para eles o futuro está barrado... Mas nós não queremos saber deles, do passado, nós, jovens e fortes *futuristas*!

Bem-vindo, pois, os alegres incendiários com seus dedos carbonizados! Ei-los! Ei-los!... Aqui! Ponham fogo nas estantes das bibliotecas!... Desviem o curso dos canais para inundar os museus!... Oh, a alegria de ver flutuar à deriva, rasgadas e descoradas sobre as

⁴¹⁰ Umberto Boccioni et alii, “Manifesto of the futurist painters, 1910” apud BERMAN, Marshall. Op. cit., p. 35-36.

águas, as velhas telas gloriosas!... Empunhem as picaretas, os machados, os martelos e destruam sem piedade as cidades veneradas!⁴¹¹

Mais de quarenta anos depois, nos parece que o “séquito de artistas modernos” citados acima, tal qual seus admiradores e simpatizantes espalhados pelo país, ainda se sentiam tocados pelo discurso e pelo entusiasmo juvenil dos futuristas, “pelo seu desejo de fundir suas energias com a tecnologia moderna e criar um mundo novo”⁴¹².

A nova arquitetura atacou os estilos do passado – a arquitetura ibérica e neoclássica, um dos símbolos mais visíveis da herança que o governo procurava afastar. Em vez disso, exigia materiais de construção próprios da era industrial e uma estética industrial apropriada para os “novos tempos”. No urbanismo, privilegiou o automóvel e a estética da velocidade, em um período em que o Brasil (especialmente sob o governo Kubitschek) empenhava-se em um programa de industrialização baseado sobretudo na indústria automobilística⁴¹³.

A nova capital foi o ressurgimento – mais refinado e humanista, menos extremado, violento e autodestrutivo – da celebração da tecnologia moderna e do desejo de purificação e higiene futuristas. No caso, era preciso limpar e sanar o Brasil de seu atraso e de suas dilacerantes desigualdades, promover a integração regional e social, o que, fatalmente, traria o advento e o reconhecimento de um governo bom, de uma gestão ímpar. Foi assim que no infinito descampado do Planalto Central se colocou em prática, concomitantemente, um projeto arquitetônico e um projeto de desenvolvimento nacional que, esperava-se, daria certo e elevaria seus principais atores ao posto merecido de *gingantes revolucionários*, heróis do modernismo vanguardista. E, se a salvação dependia da vontade do Estado, de seus investimentos e esforços, JK estava tranqüilo. Havia feito sua parte, sustentando com júbilo, cruzeiros e dólares o projeto e, claro, com isso, esperava colher bons frutos políticos. Por tudo que dissemos, vemos que Bronislaw Baczko tem mesmo razão: “a arquitetura traduz eficazmente, na sua linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder, utilizando para isso a escala monumental”.

Essa mesma Brasília, cidade de muita esculturas, marcos, monumentos e promessas, foi identificada, na crítica de Marshall Berman, como o Palácio de Cristal, imaginado por Dostoievski: ambos não deixaram aos seus cidadãos *nada mais a fazer*,

⁴¹¹ CHIPP, Herschel B. *Teorias da arte moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 288-293.

⁴¹² BERMAN, Marshall. Op. cit., p. 35-38.

⁴¹³ HOLSTON, James. Op. cit., p. 102.

para homens modernos, pode ser uma aventura criativa construir um palácio, e no entanto ter de morar nele pode virar um pesadelo.

De modo que, *vista do ar* a nova capital era dinâmica e fascinante, todavia, *vista do nível do chão* a sensação predominante “é a de enormes espaços vazios em que o indivíduo se sente perdido, tão sozinho quanto um homem na Lua”. Assim, se tudo que é sólido se desmancha no ar e em críticas (como trabalhamos ao longo do Primeiro Capítulo), “nenhuma modalidade de modernismo jamais poderá ser definitiva”. Mais tarde, ao longo da década de 60 e dos anos de 1970,

depois que a geração responsável pela construção de proto-Brasílias em todo o mundo – inclusive nas cidades e subúrbios do meu país – teve oportunidade de morar em tais lugares, que ficaram claras as deficiências do mundo criado por esses modernistas. Então, tal como o homem subterrâneo no Palácio de Cristal, essas pessoas (e seus filhos) começaram a fazer caretas e gestos ofensivos, e a criar um modernismo alternativo que afirmasse a presença e a dignidade de todas as pessoas que haviam sido excluídas.

Para Berman, a capital *ex nihilo* dos *discípulos esquerdistas de Le Corbusier*, fora uma obra modernista, sem dúvida, mas, não obstante, acabou por negar prerrogativas modernas básicas dos cidadãos, falar, discutir, manifestar suas necessidades, reunir-se⁴¹⁴.

No passado ou no presente, contudo, como disse Oscar Niemeyer, quem vai a Brasília pode gostar ou não dos palácios, “mas não pode dizer que viu coisa parecida”. E, isso, é o principal⁴¹⁵.

Se o tema agora é o espanto que a cidade inventada provoca, damos a palavra a Clarice Lispector, na crônica “Nos primeiros começos de Brasília”, de 1962:

Brasília é construída da linha do horizonte. Brasília é artificial. Tão artificial como deveria ter sido o mundo quando foi criado. Quando o mundo foi criado, foi preciso criar um homem especialmente para aquele mundo. Nós somos todos deformados pela adaptação à liberdade de Deus. Não sabemos como seríamos se tivéssemos sido criados em primeiro lugar e depois o mundo deformado às nossas necessidades. (...). Se eu dissesse que Brasília é bonita veriam imediatamente que gostei da cidade. Mas se digo que Brasília é a imagem de minha insônia vêem nisso uma acusação. Mas a minha insônia não é bonita nem feia, minha insônia sou eu, é vívida, é o meu espanto. É o ponto

⁴¹⁴ BERMAN, Marshall. Op. cit., p. 12-15.

⁴¹⁵ Palavra de honra: Niemeyer. Depoimento de Oscar Niemeyer ao autor, em 29 de dezembro de 1999 apud COUTO, Ronaldo Costa. Op. cit., p. 16.

e vírgula. Os dois arquitetos não pensaram em construir beleza, seria fácil: eles ergueram o espanto inexplicado. A criação não é uma compreensão, é um novo mistério⁴¹⁶.

JK se empenhou em explicar essa artificialidade característica da cidade que fez erguer nos rincões goianos,

O que distinguia Brasília de outras cidades, do tipo “artificial”, segundo a conceituação dos geógrafos franceses Brunhes e Vallaux, é que ela foi construída sem qualquer motivação de natureza pessoal. Surgiu como um impulso de dandeirismo, tendo como objetivo o deslocamento da fronteira demográfica para a complementação da posse do território que só existia no mapa⁴¹⁷.

No mundo existem algumas cidades artificiais, isto é, não nascidas por imposições sociopolíticas, mas, erigidas, por uma iniciativa de reis e de governantes. A construção de todas elas arrastou-se através dos anos, e algumas, apesar do tempo passado, ainda não estão de todo concluídas. Por outro lado, nenhuma delas, possui uma história própria – uma história de heroísmo, audácia, determinação e espírito de pioneirismo épico, que representou sua construção, exibe uma insígnia que lhe empresta importância ímpar, quando posta em comparação com suas congêneres. A nova capital, descontada sua grandiosidade arquitetônica, permitiu que dois terços do nosso território – que eram desalentadores “espaços vazios” – fossem conquistados⁴¹⁸.

A nova capital até podia ser antinatural como muitas cidades, mas, ainda assim, acreditava o presidente, era *diferente* de todas elas. Foi concebida a partir da instituição de um lastro histórico, embora fosse uma capital para o futuro.

Contudo, se os críticos de Brasília se contrapunham ao projeto de modernização de JK, que tinha como proposta fundamental a construção de uma nova capital no Centro-Oeste do país, isso não significou, no entanto, como já nos esforçamos em mostrar, a apresentação de uma mesma estratégia de dissuasão e uma mesma razão para a objeção da transferência. O imaginário antimudancista oferecia, isto sim, possibilidades alternativas a concepção de Brasília que se diferenciavam entre si – ainda que a macro-representação desta como um mal fosse, digamos, a reguladora de todas as demais. Como afirma Amaury Mercadante, em um emaranhado revelador

⁴¹⁶ LISPECTOR, Clarice. *Para não esquecer*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

⁴¹⁷ KUBITSCHKEK, Juscelino. *50 anos em 5: Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978, v. III, p. 359.

⁴¹⁸ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975, p. 11.

de *topos* e *complôs*, em “Brasília, a Cidade Menina”, texto publicado em *O Semanário*, periódico conhecido por sua vertente e atuação nacionalista⁴¹⁹, em agosto de 1957,

Brasília tem sido um ponto de discórdia para o povo brasileiro. Dois grupos distintos opinam contrariamente. O primeiro, composto pelos que combatem a obra de Juscelino Kubitschek, é formado por vários tipos. Há, entre eles, os que são contra Brasília, porque acham que se está onerando muito o Erário para construir uma coisa que não tem lá sua razão de ser. Outros são contra a obra porque consideram um absurdo empregar-lhe ali tanto dinheiro, quando nós, aqui mesmo no Rio, estamos precisando de tanta coisa. Há ainda aqueles que são contra, porque são contra pura e simplesmente, como o renitente espanhol da anedota⁴²⁰.

No exemplar do *Diário Carioca*, de 14 de março de 1958, o qual já aludimos, há a exposição, por parte do autor, que é mudancista, do *projeto alternativo* do sr. Prestes Maia, ex-prefeito de São Paulo. Propunha o mesmo projeto, “que em lugar de construir Brasília, o Governo Federal deveria criar 30 ou 40 pequenas cidades no interior do país”. Na aula inaugural que ministrou na Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, o sr. Prestes Maia teria dito ainda contra “a marcha vigorosa da construção da nova capital do Brasil”. Nosso autor entende que o ex-prefeito é mais um da legião dos que não conseguem abarcar o sentido da obra *em suas autênticas dimensões* e acabam caindo no buraco negro da incompreensão, taxando-a como uma extravagância. E combate veementemente esse *complô de idéias pouco felizes*, uma vez que a futura capital não se define somente em termos de cidade e muito menos “se esgota nesse limites meramente urbanísticos”.

Portanto, as 30 pequenas cidades do sr. Prestes Maia não teriam qualquer sentido. Seriam apenas mais 30 pequenas cidades, com 30 pequenos prefeitos, 30 pequenas Câmaras de Vereadores e 30 mil problemas miúdos e insolúveis, que este é o quadro geral do nosso municipalismo mambembe. Vê-se que o sr. Prestes Maia continua prefeito até hoje. Não consegue raciocinar, sem embargo das suas reconhecidas qualidades de inteligência e competência, num plano de dimensões nacionais⁴²¹.

⁴¹⁹ Cf. RAMOS, Plínio de Abreu. “A imprensa nacionalista no Brasil”. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). Op. cit., p. 123-129.

⁴²⁰ MERCADANTE, Amaury. Brasília, a Cidade Menina. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 08 ago. 1957.

⁴²¹ BRASÍLIA. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1958.

O paulista Francisco Prestes Maia foi um engenheiro civil, arquiteto e político brasileiro. Na interventoria de Adhemar de Barros foi nomeado prefeito da Capital Paulista de maio de 1938 a novembro de 1945. Encetou então um plano de urbanismo, em cuja execução prosseguiu na interventoria de Fernando Costa. Em 1961 assumiu outra vez o cargo de prefeito municipal de São Paulo, com mandato de 4 anos. Cf. “Prestes Maia”. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Prestes_Maia. Acessado em: 15/nov/2007.

Enfim, a luta pelo desenvolvimento e a demanda do grande Brasil fizeram da construção de Brasília um ponto básico para aquele ou aquela que escreveu essa matéria para o *Diário Carioca*.

“Para melhores dias de progresso e paz” – tal qual para o sr. Prestes Maia, sem Brasília – Augusto Meira, em sua “Oração presidencial”, afirma que o país precisa enfrentar a necessidade de valorizar sua moeda, pois “no meio da turbamulta de negações e afirmações, só o cruzeiro grita e fala a verdade”. A evolução pelo qual anseia o país é de ordem material e moral, e os *melhoramentos indispensáveis* para tal fim, certamente, exigem do governo um *esforço titânico*. Se, espiritualmente, “a restauração da confiança é a primeira coisa a atender e a mais difícil”, outra também se faz mister, “a restauração democrática da livre iniciativa”. País “espoliado por uma rede infernal de contribuições” a que vem se somar “uma porção de Institutos estéreis”, que são responsáveis por entravar o trabalho e sugar de forma impiedosa “o esforço particular de quem trabalha”, entende o autor “que a eliminação desses entraves é uma necessidade coletiva imperiosa e importa em um desafio ao esforço nacional”.

O trabalho no campo, de modo geral, foi visto por Augusto Meira como deficiente e atrasado, o mundo dos transportes como *um mundo de preocupações* e em matéria de instrução, *por muito que se tenha feito*, muito mais há a fazer.

Vejam que para Augusto Meira *há um mundo de coisas a realizar* para o bem-estar e equilíbrio nacional. Nesse sentido, de que adiantaria a construção de uma capital moderna se o país “tem menos estradas asfaltadas do que a Ilha de Trindade” e se “quanto ao comércio marítimo a defecção é quase completa”? Para que dispensar uma fortuna construindo Brasília no interior, quando “o analfabetismo importa em uma mancha negra e calamitosa, enervando as possibilidades do País”? E, se “daí resulta a grande miséria que pesa sobre as populações”, de que valerá tirar a sede administrativa do país do Rio de Janeiro? Parêntese: o índice de analfabetismo na época realmente não era nada entusiasmante. O Brasil entrou na década de 50 com 57,3% de analfabetos⁴²².

Sem embargo, descendente de duas famílias rurais grandiosas, proeminentes e influentes do Nordeste⁴²³, Augusto Meira tem tradições políticas um tanto quanto elitistas, tanto

⁴²² *Retrato do Brasil*. São Paulo: Política Editora, vol. 3, p. 186.

⁴²³ “Nasceu à margem do rio Ceará-Mirim, no Engenho Diamante, propriedade de canaviais e que há mais de duzentos anos pertencia à sua família. Descendia de duas grandes famílias rurais nordestinas: os Meira de

que enxerga e denuncia nesse mesmo texto uma “sinistra e vilíssima campanha” que avança contra o proprietário do campo, além de pedir resguardo “às classes que dão trabalho às classes desajustadas” e promovem a prosperidade brasileira. Formado em Direito, gostava também de escrever, visto que “acompanhara todas as mudanças, todas as transformações políticas, sociais, filosóficas e morais de sua época”. Mas, em sua visão de mundo não fazia sentido o sonho de uma era de esplendor do Brasil com Brasília, uma era de leite e mel, como aparece na famosa profecia do padre salesiano Dom Bosco. Parecia-lhe então um *erro palpável* transportar a capital para o cerrado, “afastando-a eternamente do mar, esse poderoso e insubstituível auxiliar da cultura e da civilização”. Em seu raciocínio, cremos, recaía a mais incômoda e maior interrogação: a de como a nova capital poderia ter a pretensão de irradiar modernidade e progresso se “é sobre as águas que voga o espírito, o verbo de Deus”⁴²⁴.

Na fala de Augusto Meira está incorporada a tradicional – como ele – clivagem entre litoral e sertão, clivagem esta presente na discussão que a socióloga Nísia Trindade Lima faz do segundo no pensamento social do Brasil. O litoral, associado ao moderno e ao desenvolvimento, o sertão, ao atraso. Podemos trazer aqui também, pela mesma autora, aquela imagem cristalizada de dois brasis, um do homem cosmopolita, o outro do já paradigmático *Jeca-tatu*. O litoral da agitação e das multidões e o sertão entregue ao isolamento e abandono⁴²⁵. Decerto, mais *topoi*.

A julgar pelo que informava o *Diário de Notícias*, ninguém queria passar o Natal de 1960 no *sertão*. As pessoas que abandonaram forçosamente “as lindas avenidas cariocas e as boites romanescas de Copacabana”, desertavam, em massa, das “bandas altiplanas de Goiás”⁴²⁶, rumo ao *litoral*. A qualquer oportunidade, o que fora condenado pelos mudancistas como *mentalidade beira-mar* pareceu ter mostrado o seu poder, e o fato da permanência do passado no presente sua força: gostava-se mesmo era de, feito caranguejos, arrancar o litoral⁴²⁷.

Com a aproximação das festas de fim de ano, esta capital tornou-se uma cidade vazia. O presidente da República está ausente, assim como os senadores, os deputados e os ministros de Estado. Os servidores que foram obrigados a transferir-se para a nova

Vasconcelos, da Paraíba, pelo lado paterno; e os Ribeiro Dantas, do Rio Grande do Norte, pelo lado materno”. Cf. “Augusto Meira”. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Meira. Acessado em: 27/jul/2007.

⁴²⁴ MEIRA, Augusto. A oração presidencial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1957 (grifos nossos).

“Augusto Meira”. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Meira. Acessado em: 27/jul/2007.

⁴²⁵ Cf. LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1999.

⁴²⁶ ALCOFORADO, Pedro G. Por que Brasília? *Diário do Povo*, Niterói/Estado do Rio, 6 fev. 1957.

⁴²⁷ Ao escrever a primeira *História do Brasil*, em 1627, frei Vicente do Salvador observava que os colonos portugueses não haviam ainda conseguido conquistar o interior da colônia, e “arranhavam o litoral como caranguejos”.

capital, também viajaram para o Rio. Ninguém ao que parece quer passar o Natal em Brasília.

As passagens de avião e de ônibus estão esgotadas há dias, tendo havido choques entre passageiros e empregados de empresas de transportes. Brasília cada dia que passa, torna-se mais hostil e inóspita⁴²⁸.

É então judicioso que, em algum grau e em determinados pontos, se distanciavam os argumentos e planos contrários a Brasília bem como as medidas emergenciais que deveriam tomar seu lugar no foco do governo, mostrando fraturas interiores do sistema de representações antimudancista, o seu caráter não absoluto, as suas possíveis contradições. Lembremos que aqueles contrários a transferência tinham diversas propostas alternativas para “fazer do país uma verdadeira nação”, nos termos empregados por Márcio de Oliveira. Nesse sentido, ser diferente, no entanto, não significa ser excludente. Já *ser mudancista* e *ser antimudancista*, com ressalvas ou sem elas, necessariamente se excluía naquela cena social. Pois, os que eram contrários à construção de Brasília buscavam anular, no plano simbólico, os que se apegaram ao *processo de modernização de Juscelino* e, desse modo, os seus respectivos discursos, voltavam-se a aniquilar a diferença.

No entanto, esses conflitos, essa busca de anulação do *outro* em benefício de uma imagem hegemônica e imperante de si, “só são ‘imaginários’ no sentido em que têm por objecto o imaginário social, ou seja, as relações de força no domínio do imaginário coletivo, e em que exigem a elaboração de estratégias adaptadas às modalidades específicas desses conflitos”. Neles, os dispositivos mobilizados e seus efeitos são bem práticos, bem “reais”⁴²⁹.

Colocamo-nos assim, diante de imaginários rivais, em conflito e competição. Imaginários que traduzem o desejo de pessoas e grupos sócio-culturais assimetricamente colocados. Nesse espaço de representação que é o jornalismo impresso, esses opostos digladiaram na ânsia de se imporem preeminentes. Uma autêntica contenda representacional. Ora, sabem eles, ou seja, os dois lados da contenda, que a influência dos imaginários sociais sobre os indivíduos depende em larga medida de sua própria difusão e, conseqüentemente, dos meios que a asseguram. Para a dominação simbólica é de importância capital o controle e a propaganda por tais meios, e **o jornalismo impresso foi um entre os vários e poderosos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e de crenças acerca da**

⁴²⁸ NINGUÉM quer passar o Natal em Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1960.

⁴²⁹ BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 310.

construção de Brasília, meios que, entretanto, foram colocados em diálogo⁴³⁰. Em 1957, quando o *Correio Radical* mostrou-se como exímio defensor das *vias de fato*, podemos ler,

Assistimos domingo, a um programa de televisão muito ilustrativo. Mostrou-nos um divisor de águas, qual seja a antiga mentalidade dominante na vida pública brasileira, e a atual, que quer levar este país para diante. Enquanto a escola passada se preocupa com a dialética, pouco se importando com o âmago dos graves problemas nacionais, a da atualidade nacional preocupa-se em ser objetiva.

Em outras palavras, no tal programa de televisão, discutia-se Brasília. E esse tema divide opiniões, mas revela uma realidade palpável: - enquanto os discutidores discutem, fazem dialética, a nova Capital do país cresce a olhos vistos⁴³¹.

O artigo do jornal carioca assume uma posição de vencedor, de deslegitimação total da oposição da construção de Brasília, ou melhor, de suas *dialéticas*. O que ela tem a dizer não tem importância alguma. Pois, falem o que quiser, a cidade cresce.

Mas a coisa não nos parece ter sido tão simples assim. *O outro lado da história*, o da dissuasão da “Brasília-sucesso-avanço-felicidade-modernidade”, apresentou e contou críticas que incomodaram bastante o alcunhado grupo mudancista, e, se há alguma dúvida de que fora quantitativamente assustador, há a certeza de que o era qualitativamente. A considerável emergência, mobilização e articulação das comunidades do contra podem ser vislumbradas na atenção e no espaço, na preocupação e na ira que receberam e despertaram nos artigos a favor da transferência da capital. “Esta cidade”, mostrava-se ciente Brasília Machado Neto, “não estará por milagre no planalto, será fruto de muita luta, de canseiras, de vigílias e preocupações”⁴³².

⁴³⁰ BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 313 (grifos nossos).

Os impressos sobre a construção de Brasília circulavam de boca a boca, tanto daquelas que maldiziam a nova capital quanto das que a bendizia e mesmo entre aquelas que não liam jornais. Ecoavam oralmente. E essas performances verbais voltavam às páginas, numa viagem, num trajeto que dispensa a unilateralidade e que é marcado pela reelaboração, estímulos e diálogos entre a cultura oral e a cultura escrita, entre a cultura “de cima” e a cultura “de baixo”. Dessa forma, como tenho insistido, um trecho jornalístico é tanto produção quanto recepção de sentidos. Fez-se por conflito e arte, teve regras e liberdade criadora, expressa funções criativas e reprodutoras.

Nesse ponto, contudo, convém rememorar o alerta de François Dosse, lançado em nossa Apresentação, de que tanto o poder de produzir quanto o de impor e o de denominar as representações é desigualmente repartido. “Num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”, *nem tudo pôde ser dito e nem todos puderam dizer*, seja no rádio e na televisão, seja nas revistas e nos jornais, desmistificando a imagem de uma História Cultural desencarnada do reconhecimento e da leitura das relações de poder que oportunizam e definem a intervenção dos sujeitos na cena social. Impõe-se, em todos esses “campos de concorrências e de competições”, em todas as épocas, uma seleção e uma hierarquização dos emissores e por parte deles. Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

⁴³¹ ENQUANTO Isto, Brasília Cresce. *Correio Radical*, Rio de Janeiro, 03 set. 1957 (grifos nossos).

⁴³² JK mudará a capital mesmo em 1960, disse. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 out. 1958.

Em dezembro de 56 e em agosto de 57, Rubens do Amaral e Amaury Mercadante enunciam, respectivamente,

Vejo por aí cavalheiros que se opõem à mudança da Capital Federal sob razões puramente mesquinhas. As objeções feitas são desprezíveis. Mas o que sobretudo revelam elas é uma incompreensão, uma curteza de vistas, um cego imediatismo de fazer pena. Pois não terão possibilidade de alcançar o que representará para o Brasil, como futura grande potência mundial, a conquista das imensas hinterlândias vazias que correspondem talvez a quatro quintos do território brasileiro?⁴³³

Que façam críticas é admissível, e, até benéfico, quando tais críticas trazem o fim construtivo. Deve-se mostrar ao artista seus pequenos erros, para que não mais volte a cometê-los. Mas daí a uma crítica cerrada e injusta, com a única finalidade de desacreditar e destruir, há muita diferença. Apesar de tudo, porém, Brasília vai brotando, alegre, bonita e promissora no coração do Brasil⁴³⁴.

O próprio JK, no devir agitado da construção, em 1957 clamou,

Se vos posso fazer um apelo, mudancistas, como vós mesmos vos intitulai; se algo posso desejar de vós, concito-vos a que sejais ambiciosos, e que tenhais orgulho de vossa ambição, sacratíssima, nobilíssima (...).

Não me pejo de pedir-vos ajuda. Presidente da República, solicito o apoio de vossa energia, de vossa esperança, de vossa capacidade de sentir e compreender essa nação. Divulgai, explicai, comunicai a todo país o que desejamos fazer, o que faremos. Sacudi esta nação com a vossa fé e a mim mesmo auxilia-me a suportar esta luta que será tão mais violenta quanto mais nos negativos e descrentes se for tornando claro o entendimento de que não estamos falando em vão⁴³⁵.

Em 1958, no já indicado discurso de inauguração, impresso pelo *Diário da Noite*, em “Brasília agiganta-se no planalto como a futura capital do Brasil”, há lástimas e esbravejo:

A iniciativa de Brasília tem sido posta em dúvida por alguns setores da opinião pública. Sobre a operação da mudança de nossa Capital se fizeram ouvir, até agora, palavras vãs, erros de apreciação e, principalmente, demonstrações que revelam desconhecimento da magnitude do feito. Mas é preciso frisar que a idéia de Brasília já se enraizou no espírito dos homens de boa vontade, dos que não têm outro interesse e outro alvo senão o de querer arrancar da improdutividade uma imensa extensão territorial brasileira. Minha paciência em não discutir o que sei fruto da falta de visão, em suportar observações improcedentes, não me arrefeceu o ânimo e a resolução de levar avante a empresa que talvez pareça arrojada, mas que é medida inadiável e urgente para a transformação deste país.

⁴³³ AMARAL, Rubens do. Piratininga e Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1956.

⁴³⁴ MERCADANTE, Amaury. Brasília, a Cidade Menina. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 8 ago. 1957.

⁴³⁵ “Da mensagem do Presidente JK à 1ª Semana Nacional Mudancista, em 16 de Março de 1957”. In: BUCHMANN, Armando. *Construção de Brasília: “uma mensagem a Garcia”* - Documentário -. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 28.

Não podemos continuar a ser indefinidamente um território manchado de desertos, com uma população em sua maior parte colada ao litoral, com as mais ricas zonas de nosso território abandonadas e que servem apenas, para referências literárias.

O nosso destino de ser grande nação é tão imperioso e forte, que é temeridade contrariá-lo, sufocá-lo. **Nascemos com proporções continentais; nossa visão humana não pode ser menos ampla que a nossa realidade geográfica.** Não teríamos proposto que se iniciasse um combate tenaz ao subdesenvolvimento em todo este hemisfério, sem que em nosso próprio território tivéssemos dado o exemplo dessa decisão. Esse combate, essa bandeira que acenamos aos países irmãos do Continente, a fim de que se revigore a unidade da América e não se perca o elevado ideal do pan-americanismo, está a exigir de todos os brasileiros decisão e firmeza.

JK finaliza o seu discurso, dizendo que condenar Brasília é atentar contra a verdade, não uma, mas três vezes⁴³⁶.

Retrospectivamente, declarou, em 1999, Oscar Niemeyer: “armaram uma campanha fantástica contra a cidade, contra o Juscelino. Ele fez Brasília assim no peito. Mas a campanha era geral. Achavam que era impossível. Ninguém achava que era possível construir Brasília lá sem condições, sem transportes, nada⁴³⁷.”

Unidos pela censura, indignação, inaceitação e depreciação à criação e transferência de uma nova capital, mesmo considerando suas fraturas e contradições, os que trabalharam contra ela no imaginário antimudancista se apegaram principalmente aos *topoi* que se referiam ao custo, à inflação e a corrupção, mas também ao personalismo, sem deixar escapar a impossibilidade e a inoportunidade técnica, funcional, produtiva.

Um dos maiores inconvenientes da mudança da capital estava, segundo o periódico *O Povo*, de Fortaleza,

na sua própria base física, representada justamente pelos terrenos transferidos ontem à União. E que esses terrenos estão situados numa região de solo pobre, sem as condições ecológicas necessárias para a exploração das atividades agropecuárias. Exigem, portanto, trabalhos contínuos de adubação, sempre dispendiosos, principalmente a longa distância, para que possam produzir alimentos destinados à população de Brasília, a qual tenderá a crescer ininterruptamente, depois de construída a cidade, à proporção que se forem instalando todos os órgãos e serviços do governo federal.

É de estranhar que semelhante circunstância escapasse da comissão de técnicos incumbidos de estudar a localização da nova capital. Dir-se-ia que as suas pesquisas e observações giraram apenas em torno das coordenadas geográficas da área estudada, a fim de verificar se correspondia ao objetivo visado de ser o centro diretor do território nacional. Brasília poderá ficar, efetivamente, no ponto mais indicado, sob esse aspecto, do Planalto Central, mas nem por isso reúne os requisitos indispensáveis, geológica e climaticamente, para ser uma zona propícia às culturas de subsistência⁴³⁸.

⁴³⁶ BRASÍLIA agiganta-se no planalto como a futura capital do Brasil. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1958.

⁴³⁷ Cf. Palavra de honra: Niemeyer. Depoimento de Oscar Niemeyer ao autor, em 29 de dezembro de 1999 apud COUTO, Ronaldo Costa. Op. cit., p. 13.

⁴³⁸ ERRO inicial. *O Povo*, Fortaleza/Ceará, 19 fev. 1957.

No que se refere ao empecilho das condições climáticas, a *Tribuna da Imprensa*, em 23 de janeiro de 1960, relatou as impressões do ministro Cândido Lobo, ao regressar de Brasília, no dia anterior a publicação da reportagem. Tais impressões fazem alarme da sofreguidão da vida no *sertão árido* que é Brasília,

onde esteve como membro da comissão do Tribunal Superior Eleitoral que foi verificar as condições de habitação na nossa capital, disse que será preciso muito espírito de resignação e de renúncia para suportar a monotonia da atual cidade.

Ficou impressionado também, com os gastos que terão de ser feitos com cortinas para proteger os funcionários do sol escaldante de Brasília.

“A jardinagem pública é obra que tem de ser iniciada rápido. Não existe nenhuma árvore e o sol é causticante, sol de sertão que impõe arborização farta. Há necessidade de árvores em todas as ruas para quebrar a aridez de Brasília e amparar o transeunte do sol abrasador”, frisou, concluindo⁴³⁹.

Resumindo, a nova capital era uma *loucura*. Era improcedente, incongruente, inconivente, incoerente e inconsistente; desconexa, contraditória, desbaratada e leviana. Representaria mesmo, desse modo, toda a infelicidade sob a forma de uma cidade⁴⁴⁰.

Os que conhecem a região, dizem que, de Uberlândia em diante, o avião sobrevoa, duas a três horas, um extenso planalto, de terra árida, sem qualquer vegetação. Como, pois, vai se verificar o abastecimento da população que ali vai habitar por força de seus deveres funcionais.

É evidente que os alimentos terão de ser transportados de longas distâncias, em caminhões que estarão a consumir divisas nos combustíveis, que os movimentarão através estradas intermináveis.

E a consequência será o custo elevado da vida, naquelas paragens inóspitas do sertão goiano⁴⁴¹.

Era também, sobremaneira, inoportuna,

De fato, nada justifica que um país reconhecido universalmente como detentor de inestimáveis riquezas naturais, mas ora em luta com a mais séria crise econômico-financeira, queira mudar a sua capital neste momento, máxime para uma área desprovida de recursos, desde os agrários aos transportes, para a manutenção de seus habitantes forçados, constituídos somente de elementos oficiais. Não nos pode seduzir a fama de um país potencialmente rico com uma capital politicamente pobre⁴⁴².

⁴³⁹ BRASÍLIA: sol deixa Lobo suado. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1960.

⁴⁴⁰ INFELICIDADE, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1960.

⁴⁴¹ GUIMARÃES, Mário. A loucura de Brasília. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 3 set. 1957.

⁴⁴² ERRO inicial. *O Povo*, Fortaleza/Ceará, 19 fev. 1957.

Brasilmar Ferreira Nunes certificou ainda, que as primeiras páginas de grandes jornais do país traziam manchetes “aterradoras sobre o impacto daquela mudança sobre as instituições do Estado brasileiro, sobre a precariedade das condições de infra-estrutura urbana oferecidas aos funcionários públicos”⁴⁴³.

Como colocou de forma dolorida a *Tribuna da Imprensa*, do dia 9 de fevereiro de 1960,

“Os deputados, senadores e juizes vão viver em meio de obras, de andaimes, aterros, valas, lama ou nuvens de pó vermelho, com a precariedade de tudo que é improvisado e feito a machado. Sem assistência médica, dentária e sem o mínimo de conforto a que a civilização os acostumou”⁴⁴⁴.

Valendo-nos dos *quatro segmentos* que a oposição compreendia, citados pelo mesmo autor, no momento em que evocou em suas formulações o realce que James Holston deu as dúvidas e ao estigma de insensatez que recaíram sobre o projeto de construção da nova capital, podemos divisar ainda que o imaginário antimudancista criava e abrigava

um ceticismo quanto à capacidade de se construir uma cidade no “meio do nada”; dúvidas sobre a exequibilidade de sua construção em um único mandato presidencial; a inviabilidade econômica do projeto e, finalmente, um ceticismo popular que via no Planalto Central um lugar irreal, habitado por índios – o que significava dizer, uma população que dificilmente poderia ser considerada “brasileira”⁴⁴⁵.

Sobre o último desses *topoi*, julgamos bastante significativas as reportagens veiculadas pelos diários *Tribuna da Imprensa* e *Correio da Manhã*, em 16 de março de 1960. Entretanto, o primeiro não colocou em dúvida o relato da vítima a que dá voz, não hesitou em relação à veracidade da história sustentada por sua *fonte* e, em nota abaixo da foto de um homem ferido e com o braço enfaixado (“a vítima”), afirmou terminantemente: “Índios de Brasília mostraram boa pontaria”,

“Nunca mais volto a Brasília” – disse ontem, a TRIBUNA DA IMPRENSA, o lavrador Sílvio Gomes de Almeida, que há menos de uma semana, atacado por índios bugres num subúrbio da nova capital, foi atingido por flechas na orelha, no braço e na nuca.

⁴⁴³ NUNES, Brasilmar Ferreira. “Prefácio”. In: OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005, pp. 14-15.

⁴⁴⁴ PARLAMENTARES vão viver no meio da poeira; Brasília. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 9 fev. 1960.

⁴⁴⁵ NUNES, Brasilmar Ferreira. Op. cit., p. 67.

Sílvio, que tem 33 anos, estava em Brasília contratado pela firma Alcatrone. Quarta-feira passada, embrenhando-se na zona suburbana com mais de 38 companheiros, viu-se a mercê dos bugres, perto do rio Araguaia.

Procurando socorro na cidade que dentro que dentro de 36 dias será a nova capital do país, verificou que ali não há enfermaria capacitada a cuidar de ferimentos de certa gravidade. Sílvio foi então transportado para o Rio, em avião da FAB e medicado ontem, no Sousa Aguiar⁴⁴⁶.

Já o *Correio da Manhã* nos apresentou um discurso de desconfiança e de suspeita,

Trazido de Brasília e alegando ter sido ferido por índios, deu entrada, ontem, no Hospital Sousa Aguiar, o lavrador Sílvio Gomes de Almeida (33 anos, solteiro, residente em Brasília). Apresentava três ferimentos contusos no pescoço, braço e orelha direitos, já infeccionados. Contou uma história confusa a qual não deram muito crédito os médicos que o atenderam.

Declarou que há 8 meses foi contratado por uma empresa e deixou a localidade onde residia, Divino de Carangola, embarcando em caminhão para Brasília. Após ter trabalhado nesta cidade durante algum tempo, recebeu a incumbência de juntamente com outros 40 homens, embrenharem-se nas matas de Brasília para efetuarem um trabalho. Dirigiram-se todos para o local, no dia 9 e iniciavam o trabalho quando foram atacados a flechadas por índios. Disse que retirou-se e os demais trabalhadores procuraram correr, fugindo do alcance das flechas, mas foram atingidos. Declarou que foi medicado no Posto Médico de Brasília, mas como anteontem seu estado se agravasse, embarcou num avião da FAB vindo para o Rio.

Após ser medicado, o lavrador retirou -se, dizendo que seguiria para Itaguaí, onde possui parentes⁴⁴⁷.

Ainda assim, ambos os jornais, cada um a seu modo, contribuíram, certamente, para aumentar a ansiedade, o alarme e o receio da *nova ordem* que estava em marcha.

Desse modo, o mais conveniente mesmo é crer com o *Jornal do Comércio* de Recife que leu, escutou, viu e, por fim, escreveu, em 31 de janeiro de 1957: “os argumentos contra a mudança da capital são tantos, e proliferam tão celeremente, que seria impossível resumi-los”⁴⁴⁸.

Até mesmo a alcunha a ser dada a nova capital foi um *topos* que se fez como complô⁴⁴⁹. Os rios de tinta de censura a denominação escolhida pelo governo, contudo, não inundou os entusiasmos desfraldados *em nome* de Brasília, aqui representados por Menotti Del Picchia, poeta que falou com a autoridade de um membro da Academia Brasileira de Letras (eleito em 1942, ocupando a cadeira nº 28). Destaque do movimento modernista brasileiro, que

⁴⁴⁶ FLECHADO: Índios de Brasília já expulsaram um. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1960.

⁴⁴⁷ TERIA sido atacado por índios em Brasília. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1960.

⁴⁴⁸ A MUDANÇA da capital. *Jornal do Comércio*, Recife/Pernambuco, 31 jan. 1957.

⁴⁴⁹ É oportuno lembrar aqui, que a designação Brasília foi sugerida pela primeira vez por José Bonifácio de Andrada e Silva, consagrado na história com o epíteto de Patriarca de nossa Independência.

teve seu ponto culminante na semana de 22, o autor de *Juca Mulato* expôs, no texto “Goiás ou Brasília”, que anunciou no *Diário da Bahia*, seu estranhamento em relação à prevenção de Raul Bopp contra o nome da futura capital do Brasil. Bopp, preferia Goiás,

palavra cheia de qualidade, quasi (sic) interjectiva, que explode na boca como um grito de luz. “Brasília”, diz você, é uma denominação postiça, insonora e sem graça. Produto fabricado com o substrato da palavra Brasil que reflete um certo narcisismo patriótico.

Jornalista, romancista, cronista, pintor e ensaísta, além de político, Del Picchia, discordou *do grande e brasileiroíssimo poeta*, embora, admita fazê-lo não sem constrangimentos. Isso porque sente na palavra Brasília, ao contrário do seu colega do movimento modernista,

uma profunda ressonância poética como sonoridade e, como significação, a melhor denominação toponímica a dar-se à Capital do Brasil, justamente por ser aquilo que você condena: “o substrato” da palavra com que foi batizada nossa terra. Que mal há que reflete um certo “narcisismo patriótico”, se esse narcisismo deriva do amor que já, imemorialmente, concentramos no vocábulo que identifica, no mapa do universo, o imenso pedaço de chão que forma geograficamente nossa pátria? Felizes nós que podemos tirar do âmago do nosso país o nome da sua futura Capital.

Nosso escritor, diz se surpreender com a postura de Raul Bopp, uma vez que visualiza nele a imagem de um lirismo orgulhosamente nacional, sendo assim, por que teria se contraposto a musicalidade da palavra Brasília, que ressoa no ouvido eufonicamente?

Canta no mesmo timbre dos nomes ilustres de pátrias americanas como Colômbia, Bolívia, Argentina. A preocupação de fazer retinir, acusticamente, a denominação da nossa futura Capital, como os das nações européias: Madrid, Paris, Berlim, Moscou, Dublin, ou asiáticas, como Bagdá, Hong-Kong, Teerã, retira-o da linha americana, na qual as metrópoles das repúblicas do continente não apresentam tais ressonâncias: Montevidéu, Buenos Aires, Caracas, Valparaíso, Santiago, Lima... No conjunto de tais nomes, Brasília ressoa magicamente mais lípica (sic), mais bela, mais surpreendente⁴⁵⁰.

Como o “grande e brasileiroíssimo poeta” citado por Menotti Del Picchia, um autor de artigos conhecido por Tito Mendez, protesta em *O Jornal*: “Brasília, não!”.

Gente inteligente e imaginosa do governo. Cadê vocês? BRASÍLIA não é nome que se dê a uma capital decente como pretende ser a do planalto. Já pensaram na tristeza do sujeito que nascer lá: um “brasiliense”?

⁴⁵⁰ DEL PICCHIA, Menotti. Goiás ou Brasília. *Diário da Bahia*, Cidade do Salvador/Bahia, 25 jan. 1957.

O nome Brasília soou, indecorosamente, a Tito Mendes e não condizia, em acordo com suas proposições, com as perspectivas de uma nova capital que se queria de bom-tom, digna e séria.

Em nosso país esta questão de nomes de gente, ruas e cidades, tem sido tratada quase que selvagemmente. Manuel Bandeira se refere – no seu magnífico poema, “EVOCAÇÃO DE RECIFE” – à velha rua da Saudade, da capital de Pernambuco, em um verso assim:

– “Rua da Saudade!

Tenho medo que se chame agora: Rua Dr. Fulano de Tal”.

Na Bahia mudaram o nome de MARACANGALHA imortalizada por Caymmi, para um nome qualquer que eu faço questão de ignorar.

No Rio Grande do Norte há uma família (Rosado Maia – E Deus os ajude) que tem os nomes todos numerados em francês. O *Dix-Sept* (17) foi governador do Estado. Mas há *Dix-Huit*, *Dix-Neuf* e todo o resto da numeração.

Até os nomes dos cachorros, por aí afora, são escolhidos da maneira mais estapafúrdia possível. Ninguém ignora, no Nordeste, a história do matuto que tinha um perdigueiro muito bonito. Perguntaram-lhe, certa vez, o nome do animal. E ele, com a maior naturalidade deste mundo:

– O cadelo se chama Bismarck... mas nós trata ele de Zequinha!

Entende-se que a suposta *qualificação* da nova capital seria, no mínimo, coisa de selvagem e de matuto. Mas, nem tudo estaria perdido, segundo o articulista, ainda havia tempo de arrumar um nome bonito para “a cidade que será a mais importante do Brasil, do ponto de vista político”, e evitar essa barbaridade contra o bom gosto do país. Visto que,

Jamais se escolheu nome tão feio para uma cidade, como este de Brasília. É um derivado de Brasil, com toda a antipatia dos topônimos derivados. Faz me lembrar certos batismos de crianças nascidas de pais incultos ou pretensiosos que as chamam de maneira estranha ou segundo a soma cretina dos próprios nomes. Assim, ANCLOTINATO (filho de Antônio e Clotilde) composição teratológica para designar um pobre coitado que teve a infelicidade de nascer em família tão pacóvia, ou o nome do deputado EPÍLOGO DE CAMPOS (porque foi o último a vir ao mundo – parece até que depois de um PREFÁCIO) – devem servir de exemplo aos homens públicos de bom gosto que deixam a escolha de nomes de cidades a gente sem imaginação como provou ser esta, responsável pelo simplório BRASÍLIA⁴⁵¹.

Um terceiro texto se soma à opinião de Raul Bopp e de Tito Mendes, é o de Pedro Alcoforado. Também o último expressa sua aversão a denominação *Brasília*, como derivada de Brasil: “Os dicionários ainda não registraram o verbete, mas quando o registrarem, dirão: De Brasil. Diabo, não será muita brasa para uma terra só?” Diz ele ainda que “se querem conservar a tradição de Brasil, podíamos chamá-la Imbirapitanga”⁴⁵².

⁴⁵¹ MENDEZ, Tito. Brasília, não! *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1957. Flagrante.

⁴⁵² ALCOFORADO, Pedro G. Por que Brasília? *Diário do Povo*, Niterói/Estado do Rio, 6 fev. 1957.

Deixemos que Rachel de Queiroz se pronuncie acerca do assunto:

E, por fim, falemos em cartas. Primeiro as cartas, cartões e telegramas com votos de Bons Anos e Boas Festas, que agradeço e retribuo de todo o coração. E em seguida, das muitas, muitas cartas que venho recebendo a respeito de assunto que propriamente não me diz respeito, transfiro as autoridades competentes. Perguntam os que escrevem: “Por que Brasília vai se chamar Brasília? Só porque Goiás batizou sua capital de Goiânia? Não é falta de imaginação?” “Brasília é feio, antieufônico, pedante”. Qualquer outro nome, sugerem e eu concordo, – por exemplo, Vera Cruz, será infinitamente melhor. Não vou porém até a loucura de um mineiro delirante que quer: Juscelínia... E simpatizo com a senhora paulista que lembra para a cidade o nome de Moema. Outro quer Anhanguera. Um, do R. G. do Sul, diz, não sei se por sarcasmo, que o nome bom é Utopia. E um baiano quer que “consagremos um nome bem brasileiro, másculo, sonoro, com uma bela tônica final, por muitos motivos digno de ser escolhido: Tamandaré”.

E prossegue a escritora brasileira,

Realmente, Brasília é feio, e é pedante. Mas está de acordo com tudo o mais. Que é, atualmente, neste País, que não sai feio ou pedante – quando não sai coisa pior?⁴⁵³

Todavia, apesar de todos esses embaraços no que concerne ao batismo da nova metrópole, para Menotti Del Picchia, Brasília era mesmo a nomenclatura mais acertada e esplendorosa,

Para o temperamento do criador de “Cobra Norato” [considerada pela crítica a obra-prima de Raul Bopp], Goiás encerra o sabor bárbaro da terra ainda não mediocrizada pelo impacto da civilização moderna. Tem algo de hostil, de selvagem como carijó, mandacaru, tupã, caeté, articulações indígenas, originais e surpreendentes para os caraíbas de todas as plagas. Mas Brasil não foi uma denominação cerebral tirada de estojo barroco por algum nasoculado geógrafo ou cientista: foi a denominação espontânea e geral do país ensolarado que dava árvores de lenho tão rubro como o chama. Brasa, Brasília, palavras todas que exprimem fogo e calor. Que melhor denominação se pode dar a uma terra de sol, alegre e colorida, onde tudo é feito de calor e luz?⁴⁵⁴

Assim, os *media* foram, sem dúvida alguma, um *lócus* privilegiado de complôs e de suas confrontações, um campo para sua reprodução e difusão, bem como para o manejo e o controle dos *topoi* dos imaginários sociais mudancista e antimudancista.

⁴⁵³ QUEIROZ, Rachel de. Raminho de Alecrim. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 9 fev. 1957.

Como Menotti Del Picchia, Raquel de Queiróz também se sentiu atraída e se dedicou ao jornalismo. E falou, como o primeiro, com a autoridade de uma imortal. Aliás, Rachel de Queiroz foi à primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras.

⁴⁵⁴ DEL PICCHIA, Menotti. Goiás ou Brasília. *Diário da Bahia*, Cidade do Salvador/Bahia, 25 jan. 1957.

Devemos lembrar com Clóvis Rossi que o

Jornalismo, independente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha (...) que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra. Mas uma batalha nem por isso menos importante do ponto de vista político e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar veículos de comunicação de massa⁴⁵⁵.

“As minhas razões, o motivo desta minha efusão” diz José Clemente em *O Estado de Minas*, “é óbvio: Os cronistas elaboram e geram a opinião nacional”. Por isso mesmo os interesses políticos ou econômico-financeiros contrariados ainda faziam, por aquela altura, julho de 1957, segundo ele, que a mudança da capital “tropicasse em incríveis bobagens” em “burrices malevolamente forjadas”, e exemplifica, “como essa de não ter a Nova Capital possibilidade de abastecer-se economicamente de gêneros alimentícios de primeira necessidade”⁴⁵⁶.

Mas, como imprimiu o jornal *Polêmica*, contra os incrédulos e os iconoclastas – expressões estas usadas, muitas vezes, nos discursos favoráveis à transferência da capital, para denominar os antimudancistas –,

enquanto os reacionários do asfalto soltam as suas pilhérias e espalham mentiras sobre as condições climatológicas e a natureza do solo que dizem estéril e outras formas de negação, o Sr. Israel pinheiro não esfria o seu entusiasmo e multiplica sua espantosa atividade, e nem se curva às imposições da fadiga, animado do sonho que o empolga de fazer nascer a grande cidade que será o orgulho do Brasil. Que Brasília é uma realidade, ninguém mais pode duvidar⁴⁵⁷.

Os artigos e crônicas investidos de *topos* e de *complôs* são ao mesmo tempo obra e instrumento de convencimento, visando o domínio da opinião social do período. Pois, ao mesmo tempo, o imaginário é *lugar* e *objeto* dos conflitos sociais e, consoante a esse aspecto, tanto a imaginação mudancista quanto a antimudancista foram forças reguladoras da vida coletiva, na medida em que apontaram *meios inteligíveis* de relações do indivíduo com a sociedade e com as suas divisões internas, designaram identidades, estabeleceram e distribuíram papéis sociais, exprimiram e impuseram crenças⁴⁵⁸.

⁴⁵⁵ ROSSI, Clóvis. *O que é Jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 7.

⁴⁵⁶ CLEMENTE, José. A propósito de Brasília. *O Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 jul. 1957. Vida Social.

⁴⁵⁷ BRASÍLIA já é uma realidade para o Tio San. *Polêmica*, Rio de Janeiro, 4 a 20 set. de 1957.

⁴⁵⁸ BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 309-311.

Assim sendo, ao fabricarem discursivamente a sede brasiliense, homens e mulheres se manifestaram, atuaram e se situaram no mundo, exprimindo um conjunto de posições e oposições, com os quais enxergaram o seu tempo e seus problemas, tanto a nova quanto a velha capital.

CAPÍTULO 3.

SEGUNDO ATO: ENTRE O PASSADO CONHECIDO, O FUTURO PRODUZIDO E OS IMAGINÁRIOS PRESENTES RECONHECÍVEIS: PROJETAR O PASSADO E EVOCAR O FUTURO, ESPERANÇAS E ANGÚSTIAS PRÓ E ANTIMUDANCISTAS

Para dominar o tempo e a história e para satisfazer as próprias aspirações à felicidade e à justiça ou para dominar os temores face ao desenrolar ilusório ou inquietante dos acontecimentos, as sociedades humanas imaginaram a existência, no passado ou no futuro, de épocas excepcionalmente felizes ou catastróficas (...).⁴⁵⁹

Jacques Le Goff

Uma das funções dos imaginários sociais consiste na organização e controle do tempo coletivo no plano simbólico⁴⁶⁰.

Bronislaw Baczko

Falando mesmo de subjetividade, de modos de perceber, de representar e viver o mundo e o tempo, nos defrontaremos, tanto no imaginário mudancista quanto no seu antagonista, com os “espaços de experiência” e os “horizontes de expectativa” de seus atores. “A experiência é o passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” e “também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto”. Essas categorias formais, como alega seu criador, o historiador e filósofo alemão Reinhart Koselleck, são constitutivas, concomitantemente, “da história e de seu conhecimento e, certamente fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã”⁴⁶¹. tempo

Na busca de entender o *movimento da história da construção de Brasília*, tendo como plano de análise o jornalismo impresso, vislumbramos o par “espaço de experiência” e “horizonte

⁴⁵⁹ Originalmente, o fragmento textual acima refere-se às chamadas “Idades Míticas”, descritas em “mitos, textos religiosos e filosóficos” além de “textos literários” antigos e/ou recentes. Aqui, no entanto, fora tomado, enfaticamente, no viés semântico das criações, apropriações e reelaborações do passado e do futuro pelos imaginários mudancista e antimudancista; a *imaginação do devir* se faz notar, em suas peculiaridades, em “todas as sociedades humanas”. Representar o tempo - presente, passado ou futuro - é, pois, concebê-lo simbolicamente, com fins políticos, ideológicos, utópicos. Cf. LE GOFF, Jacques. *História e Memória: II Volume Memória*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2000, p. 119-120.

⁴⁶⁰ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi. V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 312.

⁴⁶¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006, p. 308-310.

de expectativa” em suas implicações antropológicas – na medida em que ele define a humanidade na sua relação com o tempo. Ou seja, como os escritores de artigos e de crônicas sobre tal empreendimento relacionaram essas duas dimensões da história vivida? Como Brasília marcou a relação entre essas duas categorias? E qual foi o *peso* dado a uma ou a outra num determinado discurso? Que horizontes foram propostos e abertos?

Podemos começar afirmando que *associações lógicas* entre acontecimentos da história e a transferência da capital foram amplamente *tramadas*. Associações marcadas pelo esforço de se estabelecer uma coerência entre o *passado conhecido* – pelos jornalistas – e a construção da cidade. Gostaríamos de lançar mão, nesse ponto, de uma colocação que nos é cara, referida ao sociólogo francês, de formação inequivocadamente durkheiminiana, Maurice Halbwachs, em um dos clássicos estudos existentes sobre a memória: *A memória coletiva*. Por meio dele, percebemos que um dos objetivos da história apreendida, não vivenciada diretamente, mas da qual lembramos e retemos imagens, pode ser, exatamente, lançar uma ponte entre o passado e o presente, tecendo continuidades e paralelos, correlacionando sentidos⁴⁶².

Localizamos ainda nas reportagens, *voltas* ao passado para criar um futuro analogicamente promissor ou frustrante. O esforço de erudição instigou a imaginação dos *leitores-produtores* que trouxeram para o ato de escrita e confabulação de colunas de tablóides toda a experiência de que eram portadores e todas as esperanças que afiançavam e angústias que sentiam. Ora, foi por meio dos imaginários mudancista e antimudancista que essas experiências do passado e perspectivas de futuro adquiriram significado. Pois, eles organizaram sistemas compreensivos do tempo no plano simbólico, pelos quais os discursos tentaram se impor.

De forma que críticos e comentadores da nova capital projetavam-se ampla e vivamente no *ter sido* e no *vir-a-ser*, para justificar e embasar suas preferências e opções. Bronislaw Baczko também aponta e corrobora o fato de que todas as escolhas sociais resultam de experiências e expectativas. Tanto que, fazendo coro com ele, podemos afirmar que os imaginários aqui esquadrihados intervieram ativamente na memória coletiva, para a qual “os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram”. Eles “operaram ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projeção das angústias, esperanças e sonhos coletivos sobre o futuro”⁴⁶³.

⁴⁶² Cf. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 62-85.

⁴⁶³ BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 312.

No Brasil, já existiam experiências de outras cidades planejadas para desempenharem o papel de capitais – ainda que de Estados da Federação e não do país –, Belo Horizonte, no final do século XIX, e Goiânia, na primeira metade do século XX, inaugurada em 1940. A primeira, fruto do projeto de Aarão Reis; a segunda, fruto do projeto de Attílio Corrêa Lima. E, embora não tenham sido erguidas pela arquitetura modernista, também envolviam uma relação entre o antigo e o moderno. A cidade de Ouro Preto e a de Goiás foram lidas como espaços inconvenientes para o desenvolvimento e expansão urbanas, representavam ainda, numa outra geografia, a da imaginação, o espírito colonial, a ser deixado para trás. No imaginário mudancista, Brasília fora pensada, defendida e propagandeada em relação a esses dois *experimentos anteriores*, ainda que os inimigos da cidade, no seio do imaginário rival, alertassem, como o fez João de Scantimburgo, em edição do *Correio Paulistano* de janeiro de 1957, que “as cidades que foram construídas em outras circunstâncias e atendendo a diferentes motivos, não valem como exemplos”. O militante do jornalismo paulista, tem a convicção de que “capitais não se mudam”. E exalando erudição, se valeu, do que julgava ser uma voz autorizada,

Brasília poderá ser um estrondoso malogro, obrigando seus presidentes e titulares de altos cargos a viagens contínuas entre o Rio e o recuado interior goiano. Chesterton [influente escritor britânico do início do século XX, conhecido por sua defesa dos ideais cristãos] escreveu a esse respeito um ensaio magistral, em que demonstra que as capitais devem conservar-se onde, pela história, se fundaram e cresceram⁴⁶⁴.

Em que pese o alerta, para o *Diário da Noite* “o exemplo de Belo Horizonte, que substituiu Ouro Preto na função de metrópole estadual, aí está para mostrar a plena exequibilidade da obra”. Nele, a nova capital aparece como um passo que precisa ser dado “pela atual geração Brasileira”, que já não pode mais protelar “a solução de um problema já centenário”. “É mister dar o passo decisivo”. Nessa matéria, “é preciso arrojo, capacidade de decisão”, pois nela “talvez se possa aplicar aquele ditado relativamente ao casamento: ‘Quem pensa, não casa, quem casa não pensa’”. Tal qual Belo Horizonte “que há cinquenta anos só existia no papel”, Brasília será amanhã como a capital mineira é hoje, uma destacada e grande cidade brasileira⁴⁶⁵.

⁴⁶⁴ SCANTIMBURGO, João de. É preciso ir p’ra Maracangalha. *Correio Paulistano*, São Paulo, 27 jan. 1957.

⁴⁶⁵ TAREFA para esta geração. *Diário da Noite*, Pernambuco, 28 out. 1956.

José Maria da Silva fala, na edição do periódico goiano *O Popular*, com ânimo estridente, sobre a “epopéia do dr. Pedro Ludovico Teixeira”, que “intrépido e dinâmico” mudou a capital do Estado de Goiás, “apesar dos protestos e velhos preconceitos dos comodistas”.

“Arrancou do caos esta maravilhosa cidade que é hoje Goiânia, um incentivo para os goianos e uma admiração para todos que a conhecem”. Nosso autor julgou ser a iniciativa de Ludovico, que governou o Estado tanto pela via da interventoria getulista quanto pelas eleições diretas, um exemplo e uma inspiração para “o atual chefe da Nação” arrancar rumo à expansão econômica e aumentar as imensas possibilidades do país, mudando a Capital Federal. Seu discurso leva a crer que JK também enfrentará, com êxito, obstáculos, mesmo que pareçam insuperáveis. Pois, tal qual Pedro Ludovico o fez em nome de Goiânia, Juscelino por Brasília age, luta e acabará vencendo. Como o líder político goiano, ele nem desanimará, nem desistirá de seus propósitos⁴⁶⁶. O futuro será, portanto, grande, uma *repetição* gloriosa do passado.

Nomeado, sintomaticamente, “JK em Belo Horizonte: Como a vossa **lição** se há de fazer em Brasília”, o artigo do *Diário Carioca* grifa, em dezembro de 1957, nas palavras do presidente, contidas no tópico “Por que não Brasília”,

Se nós mineiros fizemos, construímos em tempo recorde Belo Horizonte – por que do esforço, da tenacidade do Brasil inteiro – não poderá nascer Brasília?
A idéia de Belo Horizonte teve seus inimigos, os seus detratores, os seus velhos do Restêlo a protestar contra a ousadia, que tão temerária lhes parecia. Que é feito deles, que é feito dos argumentos especiosos, das observações maliciosas tendentes a desencorajar a fundação de nossa cidade?

Para mais de mil e quinhentas pessoas, entre elas, muitas autoridades políticas, militares, eclesiásticas e judiciárias, Juscelino reviu o passado da transferência da capital mineira para Belo Horizonte com os olhos do futuro que prometia,

Na vossa ambição de progresso, na vossa lição de pioneirismo, na desmedida audácia daqueles que criaram esta cidade, o Brasil inspira-se hoje para edificar Brasília⁴⁶⁷.

⁴⁶⁶ SILVA, José Maria da. O Brasil Marcha para frente. *O Popular*, Goiânia, 1957.

⁴⁶⁷ JK em Belo Horizonte: Como a vossa lição se há de fazer em Brasília. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1957.

Velho do Restelo é uma personagem criada por Luís de Camões no canto IV da sua obra *Os Lusíadas*. Ele simboliza os pessimistas, os conservadores e os reacionários que não acreditavam no sucesso da epopeia dos descobrimentos portugueses. A expressão é atualmente utilizada, conforme a intenção inicial de Luís de Camões, para representar o conservadorismo. Cf. “Velho do Restelo”. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Velho_do_Restelo. Acessado em: 09/jul/2008.

Pelo “espaço de experiência”, partindo ainda da leitura de Koselleck, temos então o passado que se faz presente e, pelo “horizonte de expectativa”, o futuro tornado presente. Assim, eles podem ser enxergados como duas formas que os homens têm, em todas as épocas, de experimentar o tempo, sempre do momento vivido, pois é nele que se entrecruzam a recordação e a perspectiva do porvir.

“O tempo”, como afirmou José Carlos Reis, “é a relação da alma consigo mesma – ela se lembra e espera”⁴⁶⁸ e, vale grifar, o ser do passado e o será do futuro também se constituem e se organizam como representações datadas. Assim, não apenas as reminiscências, mas também as *profecias* e as *promessas* indicam situações passadas específicas. Pode-se compreender nos deslocamentos presente-passado e presente-futuro (bem como futuro-passado e passado-futuro) indícios altamente significativos, uma vez que esses mesmos deslocamentos são sempre e marcadamente temporalizados, nos dando uma localização, uma direção: o Brasil da construção de Brasília (1956-1960). Nos imaginários mudancista e antimudancista forjados nesse *Brasil recortado* se individualizaram memórias e projeções, marcando sua diferença em relação a outros presentes – *a outros Brasis, a outras localizações e direções*. Portanto, lembranças e esquecimentos, prognósticos de fé, ansiedades e aflições abalizaram a diferença do *mundo histórico* de embates entre representações gloriosas e lúgubres sobre a nova capital, abrigadas em mídia impressa, em relação a outros tantos existentes, anteriores ou posteriores.

Mas, de todo modo e em qualquer contexto, *o presente* nunca está só, se interpõe a ele, *o passado* e *o futuro*. Tem sempre companhia, em outras palavras, tem sempre com quem se articular⁴⁶⁹.

⁴⁶⁸ REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 180.

⁴⁶⁹ Há um diálogo possível com a noção freyriana de tempo tríplice da qual Marcelo Rodrigues dos Reis se serve em sua dissertação de Mestrado. Da dissertação: Não seria demais insistir na conceituação do tempo. Gilberto Freyre, confessadamente inspirado em Ortega & Gasset, Bergson, Heidegger e Santo Agostinho, genialmente nos fala de um *tempo tríplice*, passado, presente e futuro interdependentes por natureza e coexistentes em sua manifestação, Em síntese, o tempo humano proposto pelo mestre de Apipucos: “Dentro do critério de não haver, para o Homem, senão por uma simples convenção, três tempos – passado, presente, futuro – e sim um tempo tríplice, em que os três se interpenetram, é difícil dizer-se onde termina o moderno e começa o pós-moderno. Seguindo-se, entretanto, o critério de tempo tríplice, de início se reconhece o que há de efêmero no chamado moderno. Mal começa, já deixa de ser, para ter sido. Daí o pós-moderno se apresenta com sua quase imediata superação. Imediata e relativamente duradoura. O moderno é fugaz. Mas ninguém pode pôr limites nem lógicos nem cronológicos ao pós-moderno. Ele se confunde com o próprio futuro humano. Ou com os próprios futuros humanos: os possíveis. Os prováveis. Os imagináveis. Que todos esses constituem objetos ou sujeitos de cogitação ou especulações futurológicas”. Cf. Gilberto Freyre. “Além do apenas moderno: sugestões em torno de possíveis futuros do homem, em geral, e do homem brasileiro, em particular”. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, p. 266. Banco de dados da Biblioteca Virtual Gilberto Freyre. In: http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/livros/pref_brasil/alem.htm. Acesso em: 03/set/2003 apud REIS,

Ao recusar qualquer idéia de um presente insulado, quando discorrermos sobre “espaço de experiência” pensamos ao mesmo tempo em hábitos perpetuados, em costumes há muito arraigados e legitimados, mas também, em *tradições*, “isto é, o sedimento ou resíduo do passado no presente”⁴⁷⁰ e suas montagens simbólicas. O estudo das tradições é imensamente relevante, visto que “esclarece bastante as relações humanas com o passado”, como suscita Eric Hobsbawm, numa obra organizada por ele e pelo professor de História Moderna na Universidade de Manchester, Terence Ranger, dedicada, toda ela, ao assunto, sob o título *A invenção das tradições*⁴⁷¹.

Pensamos, enfim, na evocação do passado e sua reflexão conveniente, o que liga, indissolúvelmente, o espaço de experiência a uma outra noção, a memória. Ora, há aí uma íntima relação, pois se a raiz da memória mergulha num “espaço de experiência” aberto à recordação⁴⁷², a memória guarda as experiências do que já foi, do que já não é.

Diante do exposto, consciente e inconscientemente – hábitos inveterados e não refletidos –, muito provavelmente numa soma dos dois, os indivíduos receberam e aproveitaram essas heranças de seus antepassados. Como bem sublinhou Jacques Le Goff, a memória também deve ser vista como uma operação da retórica, ou seja, ela atravessa a “arte da palavra”⁴⁷³. E as palavras que arquitetaram Brasília estão irrefragavelmente eivadas de lembranças, lembranças de um passado experimentado diretamente ou retido e (re)elaborado por meio das experiências de outrem, lidas, contadas e ouvidas na sociedade, sociedade onde circulam com intensidade.

O trato de uma memória histórica e pública foi essencial, uma memória estruturada pelas preocupações mais políticas e coletivas. Entretanto, é na adaptação, utilização e manipulação do passado – ainda que um passado *oficial e enquadrado*⁴⁷⁴ – feita pelos jornalistas

Marcelo Rodrigues dos. *Discurso e Temporalidades: A Construção da Memória e da identidade no Vale do Amanhecer* (1957-2004). Dissertação de Mestrado em História. Brasília, UnB, 2004, p. 20-21.

⁴⁷⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 9.

⁴⁷¹ HOBSBAWM, Eric. “Introdução: A Invenção das Tradições”. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 21.

⁴⁷² CATROGA, Fernando. “Memória e História”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre – RS: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001, p. 52.

⁴⁷³ Tal afirmação é tratada num contexto narrativo no qual o autor aludiu sobre o desenvolvimento dessa faculdade na Antiguidade. Ela seria a quinta operação da retórica: depois do *inventio* (encontrar o que dizer), a *dispositio* (colocar em ordem o que se encontrou), a *elocutio* (acrescentar o ornamento das palavras e das figuras), a *actio* (recitar o discurso como um actor, com gestos e com dicção) e enfim a *memoria* (*memoriae mandare*, ‘recorrer à memória’). GOFF, Jacques Le. *História e Memória: II Volume Memória*. Op. cit., p. 26.

⁴⁷⁴ Que resume a imagem que uma **sociedade majoritária** ou um Estado desejam passar e impor e que “implica um trabalho muito árduo, que toma tempo, e que consiste na valorização e hierarquização das datas, das personagens e

e tendo em vista os seus interesses atuais, que reside à riqueza de se trabalhar com a imprensa como um *lugar de memória*. Há muita criatividade nisso. Ao fazer a filtragem (Carlo Ginzburg), a apropriação (Roger Chartier) ou a refiguração (Paul Ricoeur) de fatos, episódios, personagens e datas de tempos já transcorridos, o *discurso memorial impresso* os *re-atualiza* e os *representifica*. O uso e abuso de *experiências consagradas* podem, pois, ser observados *por dentro*, em suas contradições e peculiaridades.

Assim, vemos surgir do conjunto de recortes de periódicos abordado uma memória mais intimista não em oposição a uma memória coletiva, mas a partir dela e por ela. Os artigos do pernambucano *Diário da Noite*, do goiano *O Popular* e do *Diário Carioca*, expostos parágrafos acima, mostram exatamente isso, o arranjo da memória coletiva enquadrada⁴⁷⁵ pelas *preocupações mais particulares*, pelas *lembranças mais próximas*, ou seja, aquelas que *guardamos recordações que não deixam de ser pessoais*.

É assim que as experiências dos outros se tornam *experiências partilhadas*. Entendemos, enfim, que a *nossa* memória não é apenas nossa, ela é um somatório de lembranças de várias pessoas que fizeram parte da história que, mesmo em sua *versão canônica*, acaba virando *nossa história*.

E, em todo caso, o interessante são as repercussões dos acontecimentos históricos, são os traços que estes deixaram no espírito de cada um, e não a forma pura, bruta dos mesmos – isso se se acredita que ela existe. E, desse modo, a memória, mesmo aquela que se vale de fatos públicos notáveis, caminhou – num ou noutro imaginário: mudancista ou antimudancista – para a estilização de pessoas e situações⁴⁷⁶.

Assim, em consonância com Michael Pollak, acreditamos que “em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente”, por tudo aquilo que foi vivido direta ou indiretamente, ou seja, “por tabela”⁴⁷⁷. Pois, a memória individual, como afirma Fernando Catroga, “recebe sempre uma sobredeterminação social” e, ainda que seja pertinente,

dos acontecimentos”. Cf. POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>. Acessado em: 20/abr/2006.

⁴⁷⁵ Que muitos preferem denominar “memória dos vencedores”.

⁴⁷⁶ Cf. BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987, p. 457-459.

⁴⁷⁷ POLLAK, Michael. “Memória e Identidade social”. In: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>. Acessado em: 20/abr/2006.

didaticamente, falar em memória coletiva, sabemos que somente os indivíduos podem recordar⁴⁷⁸.

Então, toda memória é seletiva e toda recordação é modelada pelas preocupações do *aqui e agora*. “Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças” e “a ênfase é dada a um ou outro aspecto”⁴⁷⁹. Portanto, está claro: o processo de afloramento do passado é indissociável de outro processo, o da *percepção atual*. Este é o ponto. Supomos que é desse presentismo que está a tingir de cores as reminiscências é que deve cuidar aquele que almeja reconhecê-las.

Assim, em recortes de jornais que circularam entre os anos de 1956 a 1960, no teatro dos imaginários sociais, na notabilizada era dos “50 anos em 5”, na estridente estação na qual se passa do *Corcovado* para o *Planalto Central* em meio a uma ampla marcha de manifestações e energia sociais, espíritos embebidos nostalgicamente por uma espécie de vocação desbravadora, numa atmosfera aventureira e idealista, imprimiram em seus discursos lembranças bastante próximas, senão temporal e espacialmente, nos sentidos em que foram tomadas. Vislumbramos, assim, uma sorte de falas em conjunto. Recordações que se repetem. Afinal, referimo-nos, especialmente, a *reaparições de um passado sedimentado, cristalizado*, amplamente compartilhado e legitimado, porque produto de investimentos extremamente custosos da retórica política e social.

Exatamente no segundo tópico de seu segundo capítulo, intitulado “Brasília no ar”, Georgete Medleg traz a seus leitores a *Rádio Nacional* como o palco de uma peça de teatro, “Brasília, a caçulinha do Brasil”, encenada em 1959. Como uma alegoria infantil, em 5 de setembro do referido ano, ela foi transmitida para todo o Brasil. A autora se dedicou à interpretação da peça, quadro a quadro, do I ao IX. No segundo, “Voando para Brasília”, podemos ler:

O dinamismo do Presidente Juscelino merece respeito e apoio. CABRAL foi o Descobridor; PEDRO I, o Proclamador; CAXIAS, o Consolidador; CASTRO ALVES, o Cantor dos escravos; RUI BARBOSA, o Doutrinador; CARLOS GOMES, o Compositor; JOÃO CAETANO, o Ator; OSWALDO CRUZ, o Saneador; MACHADO DE ASSIS, o Escritor; SANTOS DUMONT, o Voador; RONDON, o Catequisador; FRONTIN, o Recontrutor; PEDRO ERNESTO, o Hospitalizador; ROQUETTE PINTO,

⁴⁷⁸ CATROGA, Fernando. Op. cit., p. 44-45, 48.

⁴⁷⁹ POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. Op. cit.

o Educador; GETÚLIO VARGAS, o Trabalhador; JUSCELINO, o Semeador. São figuras simbólicas da Pátria que a história fixou nas suas páginas indelévels⁴⁸⁰.

Nesse enredo e *conforme as circunstâncias* apareceu também no jornalismo impresso, um cortejo de marcos temporais, episódios, gênios, mártires e heróis brasileiros, numa verdadeira apoteose de marcos celebrados da nossa história, memória e desenvolvimento, e ainda que estas duas noções, história e memória, não se equivalham, elas estão intimamente vinculadas – de modo que, parafraseando José D’Assunção Barros quando este discute a relação de complementaridade entre as categorias analíticas de “práticas” e “representações” na obra de Roger Chartier – em um emaranhado de recordações e escrituras, de registros inscritos em nosso corpo e narrativas a partir deles delineadas, não é possível distinguir tão nitidamente onde estão os começos (se em determinadas memórias, se em determinadas histórias)⁴⁸¹. E ainda, o sabemos, se a história é parte da memória, a memória ao mesmo tempo cria e é objeto da história.

Relacionada à escrita dessa última, fonte de experiência e suporte de identidades coletivas, depreende-se, a partir daí, que a representação do passado pela memória compactua com a tradição, para moldar e transmitir *verdades* que são tão *reproduzidas* como *conservadas* e, por isso mesmo, *validadas ao longo do tempo*⁴⁸².

Nessa sorte, o governo assinala a imposição institucional de um novo, mas é essencial, para a afirmação de sua legitimidade, forjar as raízes dessa novidade no passado, inventando uma *tradição mudancista* para o país. “Tradição inventada”, porque construída e formalmente institucionalizada⁴⁸³.

Diante disso, o passado torna-se campo de batalha. De um lado, os contrários à criação de Brasília e a transferência da capital acentuavam quase duzentos anos de progresso

⁴⁸⁰ MAGALHÃES, Paulo de. *Brasília, Caçulinha do Brasil – alegoria infantil*. Companhia Nacional de Teatro/Ministério da Educação e Cultura, 1959 apud RODRIGUES, Georgete Medleg. *Ideologia, Propaganda e Imaginário Social na Construção de Brasília*. Dissertação de Mestrado em História. Brasília, UnB, 1990, p. 50, 52. Já para acompanhar a maneira como Georgete Medleg trabalha **toda a peça** ver páginas 50-69 (grifos nossos).

⁴⁸¹ BARROS, José D’ Assunção. “História Cultural: um panorama teórico e historiográfico”. In: *Textos de História: Revista da Pós-Graduação em História da UnB*, volume 11, número 1/2, 2003. Dossiê: A Justiça no Antigo Regime, p. 159-160.

⁴⁸² Estamos no terreno de memórias históricas e histórias memoráveis, socializadas no campo simbólico; e essa espécie de passado em rede tem apoio justamente na atenção, comemoração e circulação que lhe são próprios. Ele precisa de artifícios e suportes que lhe garantam visibilidade e abrangência sociais, daí uma infinidade de registros escritos e um grande quinhão de oralidade circulante tanto no campo institucional quanto fora dele a tornarem imortais certas referências do passado.

⁴⁸³ HOBBSBAWM, Eric. Op. cit., p. 9.

interno e de prestígio internacional que o Rio de Janeiro teria garantido à nação⁴⁸⁴. Frequentemente referem-se ao projeto de JK apenas como *aventura*, denunciando seus inconvenientes e desvantagens e ressaltando a fragilidade da pretensa nova ordem.

A matéria assinada pelo norte-paraibano Luiz Pinto, em 26 de janeiro de 1960, pelo jornal *O Globo*, é reveladora dessa mentalidade antimudancista. Nela há a afirmação de que “o Rio de Janeiro é, tem sido, será sempre a cidade livre e eterna, o condensador humano, o denominador comum da nacionalidade” e, isso é tão implacável, que permanece válido ainda que se vá sua honraria de Capital da República,

Pouco importa lhe tirem os cofres da Nação: em nada lhe alterará o ritmo de vida, o ódio que não entendem a sua fragrante rebeldia cívica: inveja, ciúme, desejo de aniquilá-lo, nada prevalecerá. Há quase dois séculos, acolhendo a capital deste imenso e belo País, o Rio de Janeiro cada vez mais se tornou digno dessa honraria, cada dia mais cresceu em hospitalidade, em beleza, em compreensão, em progresso. Se o quiserem apelidar de Guanabara, em homenagem à sua encantadora baía, nada conseguirão senão nos papéis oficiais, porque, na realidade, ele é eterno e eterno será o seu nome, a conquista histórica e geográfica, nome consubstanciado e argamassado em lutas, guerras, pejejas cívicas, lances de inteligência, de cultura, de denodo, de bravura, de imortalidade⁴⁸⁵.

Do outro lado, os favoráveis ao empreendimento valorizam a lembrança de eventos que seriam precursores desta decisão, pondo em relevo a idéia de continuidade. É desse modo que as poderosas imagens de *desejo histórico* e *vontade nacional* ganharam *sustentáculo lógico*.

Haveria um *processo* na história do Brasil que permitiria perscrutar as origens de Brasília; das primeiras idéias até a sua efetiva construção naquele momento. Talvez os pronunciamentos de Juscelino mais reveladores dessa imagem sejam os que ele ofereceu aos ouvintes da *Voz do Brasil*, ao apresentar o balanço do primeiro ano de sua gestão (1956) e àquele oferecido em seu livro, publicado em 1975, *Por que construí Brasília*.

Do primeiro:

Não sou o inventor de Brasília, mas no meu espírito se arraigou a convicção de que chegou a hora, obedecendo ao que manda a nossa lei magna, de praticarmos um ato renovador, um ato político, criador, um ato que impulsionado pelo crescimento nacional (...) virá promover a fundação de uma nova era para a nossa pátria⁴⁸⁶.

Quando se pretende não só fundador, mas também cronista da nova capital,

⁴⁸⁴ Lembrando que, por meio de uma Carta Régia, a capital foi mudada de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763.

⁴⁸⁵ PINTO, Luiz. Rio de Janeiro: Cidade Livre e Eterna. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1960.

⁴⁸⁶ Discurso pela *Voz do Brasil*, 31/12/56 apud RODRIGUES, Georgete Medleg. Op. cit., p. 49 (grifos nossos).

Como nasceu Brasília? A resposta é simples. Como todas grandes iniciativas, surgiu quase de um nada. A idéia da interiorização da capital era antiga, remontando à época da Inconfidência Mineira. A partir daí, viera rolando através das diferentes fases de nossa História: o fim da era colonial, os dois reinados e os sessenta e seis anos da República, até 1955. Pregada por alguns idealistas, chegou, mesmo, a se converter em dispositivo constitucional.

(...).

A única providencia tomada – além das de caráter aleatório, que refletiam a atividade das comissões presididas por Luís Cruls, Poli Coelho e o Marechal José Pessoa – havia sido o acréscimo de um retângulo colorido no mapa do Brasil, assinalando a localização do futuro Distrito Federal.

No entanto,

a despeito dessa prolongada hibernação, nunca aparecera alguém suficientemente audaz para dar-lhe vida e convertê-la em realidade.

Coube a mim levar a efeito a audaciosa tarefa. Não só promovi a interiorização da capital, no exíguo período do meu governo, mas, para que essa mudança se processasse em bases solidas, construí, em pouco mais de três anos, uma metrópole inteira – moderna, urbanisticamente revolucionaria – que é Brasília⁴⁸⁷.

Como colocou o general Meira Mattos, na justificação e apologia de Brasília que sustentou no *Correio Paulistano*, em 07 de dezembro de 1956, “a idéia da interiorização de nossa capital da República, se não pudesse ser defendida por argumentos irrefutáveis, de índole geopolítica e geoeconômica, assim mesmo teria a seu favor a força de representar a continuidade de uma aspiração nacional realmente impressionante”. Especializado em estudos geopolíticos e colaborador de vários grandes periódicos da imprensa brasileira do período, entre os quais o próprio *Correio Paulistano*, Meira Mattos enfatiza a longa duração da idéia de transferência da capital para o interior, e a utiliza a seu favor, inserindo-a ao contexto discursivo pelo qual afirma que

⁴⁸⁷ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975, p. 5, 7-8.

Para o leitor melhor se interar a respeito do que JK, outros contemporâneos seus e alguns estudiosos do assunto conceberam, numa perspectiva histórica, como *idéias mudancistas* e, ainda, para a obtenção de informações adicionais sobre as comissões de exploração, de estudos, de localização e de cooperação para a mudança da capital, ver: os três tomos da *Coleção Brasília: 1594-1896; 1897-1945; 1946-1956*, que compõem um conjunto denominado “Antecedentes Históricos”; VASCONCELOS, Adirson. *A mudança da capital*. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1978; SILVA, Ernesto. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1999; HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitchek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2002; LASSANCE, Adalberto; LOPES, Cleusa Neves da Silva (et al.). *Brasília: capital do Brasil*. Brasília: Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal/Pórfiro, 2003; FARIAS, Darcy Dornelas de. *Terra no Distrito Federal – experiências com desapropriações em Goiás (1955-1958)*. Dissertação de Mestrado em História. Brasília, UnB, 2006.

Num país como o nosso, onde os propósitos mais veementes e as intenções mais revolucionárias não chegam a fazer arder as imaginações por mais de uma geração, caindo logo no olvido tumular, é verdadeiramente admirável verificar-se a persistência revelada pelos grandes políticos e estadistas da Colônia, do Império e da República, no sentido da mudança de nossa capital para o interior.

De fato, se rebuscarmos nos arquivos históricos as origens e as manifestações dessa idéia, vamos surpreender-nos por encontrá-la já defendida pelos Inconfidentes Mineiros (...) ⁴⁸⁸.

Esse foi o passado histórico no qual a *nova tradição* foi inserida. Diante do exposto, embasamo-nos nas formulações teóricas de Cornelius Castoriadis, para crer com ele que ao moldar *realidades e racionalidades* próprias e competitivas acerca da criação da nova capital, os autores e as autoras de discursos jornalísticos acabaram, nesse caminho, por pautar a existência do empreendimento em significações imaginárias tanto novas e inaugurais quanto velhas e reproduzidas. Sendo as primeiras (novas, inaugurais) resultantes do que ele denomina *imaginário radical* e as segundas (velhas, reproduzidas) do que julgou conveniente nomear de *imaginário efetivo* ⁴⁸⁹.

Nessa sua discussão sobre o imaginário, Castoriadis estabeleceu que o mesmo se apresenta no campo social sob essa dupla perspectiva, respectivamente, instituinte e instituída. Melhor e mais amplamente dizendo, no que concerne ao segundo sentido, velhas e reproduzidas idéias de interiorização da sede administrativa do país, estas foram tomadas – não raro e arbitrariamente, nas buscas de autoridade social por parte das matérias pró-transferência – em relação à nova situação vivida, como *antecedentes históricos de Brasília*. Reparem que *nos arquivos históricos* interveio o novo, teve lugar o inaugural, em outras palavras, agiu o imaginário radical. Vê-se, então, que o instituído e o instituinte se coadunaram eficazmente na imaginação mudancista.

Fazem parte de tal *mosaico em linha reta*, do passado rumo ao futuro, não só a Inconfidência Mineira e Tiradentes. Deve-se incluir ainda nele, as idéias de transferência da capital para o interior de Hipólito José da Costa, José Bonifácio, Francisco Adolfo de Varnhagen, Luiz Cruls e, ainda, os ideários do Marquês de Pombal; até mesmo a profecia de Dom Bosco

⁴⁸⁸ MATTOS, Meira. A interiorização da Capital da República. *Correio Paulistano*, São Paulo, 07 dez. 1956.

Cf. “Carlos Meira Mattos”. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_de_Meira_Mattos. Acessado em: 02/ago/2007.

⁴⁸⁹ Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982, p. 139-187.

entra nesse rol⁴⁹⁰. Ou seja, *fatos* da Colônia, do Império e da República, como fez questão de não deixar dúvidas, nesse aspecto, junto ao público leitor, a fala de Meira Mattos. Todos eles foram *forçados* a depor a favor de Brasília. Colocamos-nos, pois, de acordo com Eric Hobsbawm, “na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial”, sendo elas “reações a situações novas” que “assumem a forma de referência a situações anteriores”⁴⁹¹.

No *Corumbalense Goiano*, periódico de Corumbá de Goiás, podemos notar, e enfaticamente, como operou a tradição mudancista, em 15 de março de 1958,

Não somos inimigos do Rio de Janeiro. Pelo contrário, queremos até que a Cidade Maravilhosa o seja de fato e não como atualmente, sede de 700 mil desajustados, sem profissão, que só ônus trazem à nação e prejudicam à economia do país, não só financeiramente, como pelos problemas que acarreta. Do mesmo pensar era Hipólito da Costa, o grande jornalista, Diretor do Correio Brasileiro (sic)” que, a propósito, assim se manifestava: “Reconheço a cidade do Rio de Janeiro mui própria ao comércio e outros fins, mas sumamente inadequada para ser a capital do Brasil. Basta lembrar que está a um canto do território do Brasil e que a sua comunicação com o Pará e outros pontos, não só desse Estado como de vários outros que formam a Nação, é de imensas dificuldades”.

O articulista consegue, em seu discurso, encadear as idéias de modo a fechá-las, com um toque de mestre:

⁴⁹⁰ *Recua-se* ao século XVIII; são *recordados* os interesses manifestos por Marquês de Pombal, em 1761, de que a sede não só da colônia, mas do Reino de Portugal, fosse transferida para o interior. *Lembra-se* de Tiradentes e da Inconfidência Mineira, que reivindicavam uma capital republicana, localizada em São João Del Rei. *Rememora-se* as matérias escritas, de Londres, pelo jornalista Hipólito José da Costa, fundador do *Correio Braziliense*, em 1808, que defendia a localização da capital do Brasil no centro do país e discorria sobre “os defeitos” do Rio de Janeiro. Foram *repassados* os relatos do engenheiro e diplomata Francisco Adolfo Varnhagen, conhecido pelo título de Visconde de Porto Seguro, autor do livro *A Questão da Capital: marítima ou no interior?* (1877). Trata-se de uma reunião de sugestões sobre a transferência, acompanhadas da indicação da região no Planalto Central, que pondera como a mais adequada para abrigar o núcleo do poder.

Já Luiz Cruls chefiou duas comissões que levaram o seu sobrenome, uma em 1892, outra em 1894, com o intento de operacionalizar a demarcação do novo Distrito Federal (a definição do Quadrilátero Cruls daí resultante é um marco das ditas *idéias mudancistas*). “Faz parte ainda dos antecedentes da criação de Brasília o sonho-visão de São João Bosco, educador italiano que a Igreja Católica canonizou em 1934. Ele teve no ano de 1883 uma visão profética: “... Entre os graus 15 e 20, aí havia uma enseada bastante extensa e bastante larga, que partia de um ponto onde se formava um lago. Nesse momento disse uma voz repetidamente: Quando se vierem a escavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a Terra Prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível””. Cf. LASSANCE, Adalberto; LOPES, Cleusa Neves da Silva (et al.). Op. cit., p. 14-21.

⁴⁹¹ HOBBSAWM, Eric. Op. cit., p. 10.

Aí esta uma opinião de uma pessoa autorizada e que não é de agora, mas, sim, de mais um século. Vêm, pois os leitores, que a mudança da Capital é um assunto antigo que mereceu o apoio dos patriotas da Conjuração Mineira, segundo nos conta Varnhagen⁴⁹².

O *Diário da Noite* anda, poucos dias depois, nos mesmos trilhos seguros da herança, tracejada pelo imaginário mudancista,

Numa publicação do IBGE sobre “A nova capital, Brasília”, é lembrado o fato de os constituintes de 1891 terem cuidado da interiorização da capital da República. Já no ano seguinte, a Comissão Exploradora do Planalto Central, dirigida por Luiz Cruls, escolheu a área próxima a Planaltina.

No Governo Epitácio Pessoa chegou mesmo a ser colocada a pedra fundamental, a 7 de setembro de 1922, nas proximidades de Planaltina.

Em 1934, os constituintes determinaram a transferência, na Carta Magna. Em 1937, a nova Constituição aceitou a mesma idéia. A Constituição de 1946, igualmente, determinou a transferência da capital do Rio para o “hinterland”.

Os trabalhos, no atual Governo, foram incrementados de tal maneira que a Lei 1.234/56 criou a Cia. Urbanizadora da Nova Capital, tendo realmente início a construção da cidade, que será o novo Distrito Federal.

O decreto de JK nº. 40.017/56, dando estrutura a Cia., acelerou e execução da idéia levada ao Congresso em 1891. Mas, já em 1823, um ano, portanto, depois da nossa Independência, José Bonifácio de Andrade e Silva propugnava pela interiorização da capital federal⁴⁹³.

Aí está um artigo com cara de documento, um texto jornalístico no formato de um processo, tudo em nome do *direito histórico* da nova capital. Leis, constituições, decretos, Epitácio Pessoa, Luiz Cruls e José Bonifácio funcionam como alegações e testemunhas de defesa da construção de Brasília, a fim de se impetrar, com sucesso, esse princípio, essa norma, essa obrigação antiga, em plena conformidade com a lei.

Portanto, se o destaque da construção moderna e futurista de Brasília como marco iniciador da renascença brasileira é um dos motores do discurso pró-transferência, também se revela necessário apontar que o *espírito inovador* tenha convivido com tal ênfase, digamos assim, na senilidade. Mas, simultaneamente, manifesta-se indispensável notar que “a inovação não se torna menos nova por ser capaz de revestir-se facilmente de um caráter de antiguidade”⁴⁹⁴.

⁴⁹² MUDANÇA da Capital. *O Corumbalense Goiano*, Corumbá de Goiás, 15 mar. 1958.

⁴⁹³ BRASÍLIA, concretização da idéia que nasceu um ano depois da Independência. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1958.

⁴⁹⁴ HOBBSBAWM, Eric. Op. cit., p. 13.

A edição do dia 21 de abril de 1960 da *Folha de São Paulo*, data na qual Brasília foi inaugurada, é mais um emblema dessa constatação, pois “aplaude o governo” e aparenta entusiasmar-se “na hora em que se torna efetiva essa velha aspiração de nacionalidade”⁴⁹⁵.

No entanto, se *grandes nomes da história* foram apresentados como capazes de, por si mesmos, *provar* a autenticidade, a virtude e a validade da concretização da nova capital, os antimudancistas não se constrangeram em utilizar a mesma arma de convencimento em defesa do Rio de Janeiro. O artigo “Visão”, editado pelo *Correio da Manhã*, no mês de julho de 1957, tornou flagrante que,

Com admirável visão Pombal escolheu esta cidade, então muito menor que a Bahia, para a nova Capital do novo vice-reinado do Brasil. A larga visão é o privilégio do verdadeiro estadista. O político é apenas estrábico⁴⁹⁶.

Tais recortes da imprensa escrita expõem as aventuras interpretativas vivenciadas por seus profissionais. Eles se deslocaram entre o tempo curto do cotidiano – do estrábico JK – e o tempo longo da história – da admirável visão pombalina – e, assim, acabaram por produzir uma leitura de seu próprio presente saturada de bricolagens temporais e afetivas.

A construção de Brasília mostra-se um momento rico para a observação não só da cultura política presente na retórica da imprensa, como também da relação específica da atividade jornalística com a apreensão do devir histórico. O jornal é uma “escrita do tempo”⁴⁹⁷, que guarda uma relação profunda de proximidade com o evento vivido no dia-a-dia. Porque a *escrita do presente* é também *escrita no presente*, sofrendo, portanto, influências imprevistas.

Nesse esteio, a percepção das mudanças pelas quais a sociedade passa demanda veemência, empenho e interesse especializados – para esse suporte específico que é o jornalismo impresso – de leitura do cotidiano. Nas palavras de Roger Chartier, aludindo sobre a importância da relação entre forma e sentido,

Contra a abstração dos textos, é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados. O “mesmo” texto, fixado em letras não é o “mesmo” caso mudem os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação⁴⁹⁸.

⁴⁹⁵ *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 abr. 1960.

⁴⁹⁶ VISÃO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1957.

⁴⁹⁷ NEVES, Margarida de Souza. *A escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas*. Rio de Janeiro: PUC, 1988 (mimeo).

⁴⁹⁸ CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 62.

A imprensa assumiu, deste modo, como meio de comunicação singular e característico que é, um duplo predicado, ao mesmo tempo em que tentou abrandar a angústia experimentada em face do nascimento desse *novo acontecimento*, fazendo surgir em suas páginas uma atualidade desconcertante, também se ancorou em matrizes históricas, em *espaços do decorrido*. E é assim que as recordações aventadas nessas reportagens inscreveram o presente num passado balizado, buscando exorcizar a insegurança e sujeitar o inesperado às regras de um passado conhecido, coletivo.

Se no sentido abordado por Pierre Nora, o acontecimento-contemporâneo pode ser tratado como símbolo de um processo⁴⁹⁹, gostaríamos de chamar a atenção aqui para esse raciocínio, que nos é essencial. Pois a construção de Brasília apareceria, no centro dele, como *mais um momento decisivo de nossa história*, como “o Descobrimento”, “o Bandeirantismo”, “a Independência”, “o Fim da Escravidão”, “a Proclamação da República”.

Esse é nosso intento: chamar a atenção para a idéia não só de ruptura, mas também de continuidade no imaginário mudancista. A representação de *corte/quebra* é importante, mas, como já deixamos claro, existe *uma continuação* nesse pensamento que não pode ser descartada. De modo que, podemos identificar nele, buscas de romper com um passado tido como atrasado, com o terceiro-mundismo e aspirações de transformar radicalmente a mentalidade e a arquitetura e o urbanismo do país, bem como explorar nele a força do *antigo*.

Quando o primeiro sentido prevalece, a relação entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” se altera, e passa a ser configurada pelo distanciamento. Na Revista *Manchete*⁵⁰⁰ que “só tem uma política – a do otimismo, do progresso e da confiança no futuro do Brasil”⁵⁰¹, em edição especial de 1959, foram veiculadas “as conquistas positivas deste país”. Folheando-a, vemos habilmente alardeadas as peripécias audaciosas e vencedoras do Presidente da República.

Anunciando o carro-chefe de tal exemplar, uma entrevista especial prestada por JK, à revista afirma que as declarações do mesmo abordarão “dados inéditos” sobre empreendimentos que acordaram o “Gigante”, em outros termos, que prepararam o terreno “para a luta heróica”

⁴⁹⁹ Cf. NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1995.

⁵⁰⁰ Mídia semanal esta, vale dizer, de destaque nos anos 50 e de apoio político ao governo.

⁵⁰¹ Nas palavras de seu diretor e editor-chefe Justino Martins, em “Conversa com o leitor”.

contra não apenas o subdesenvolvimento, mas contra “a mentalidade retrograda mergulhada na apatia do comodismo e da rotina”, contra o passado⁵⁰².

Antes, em 1957, Juscelino já batia nessa *tecla simbólica e imperativa*, falava em uma “transformação necessária e urgente na mentalidade, no modo de sentir e conceber dos brasileiros” e, nesse sentido, atuaria prodigiosamente a construção de Brasília, “um mundo a vencer”. Para ele, a ambição de desbravar o interior e engrandecer o país, a ânsia de aumentar seus “índices de produtividade” atuaria indubitavelmente de maneira saudável na alma do brasileiro.

Vê-se que para o presidente e para a revista *Manchete*, o mudancismo não se tratava, absolutamente, de uma “retificação puramente geográfica”⁵⁰³, mas, sobretudo, dizia respeito à invenção de um novo futuro, de um novo brasileiro – certamente melhores que todos os que já foram concebidos.

*Desse modo, a partir da construção de Brasília, pôde existir a imagem de um novo país e de um novo homem nacional – enfim, de um novo tempo – de pura expectativa, sem correspondentes em nenhuma experiência anterior. E, como nossos leitores observaram nos escritos anteriores, tal imagem não foi, de modo algum, rara. Sendo assim, há sempre brechas para descobrir um futuro novo, como alternativa a um “futuro passado”, quando se extrapola as possibilidades finitas da experiência, no esforço de negá-la e rompê-la*⁵⁰⁴. Em outros termos, a expectativa pode escapar a experiência, lida como insuficiente. Aqui, a sensação de aceleração do tempo, a emergência de novidades e a própria idéia de progresso sociopolítico e técnico-científico que circulavam na época, contribuíram decisivamente para alimentar um potencial utópico excedente⁵⁰⁵.

Assim sendo, nossas personagens, crônicas e cronistas, artigos e articulistas; JK, políticos e escritores aliados ou inimigos, puderam criar em suas *tramas* tanto uma aproximação

⁵⁰² Reportagem de Marcelo Coimbra Tavares. “JK Presta Contas”. In: *Manchete*. JK acorda o Gigante e Brasil de JK. Edição Separata. Rio de Janeiro: Bloch Editores S. A., 1959, p. 3, 5.

⁵⁰³ “Da mensagem do Presidente JK à 1ª Semana Nacional Mudancista, em 16 de Março de 1957”. In: BUCHMANN, Armando. *Construção de Brasília: “uma mensagem a Garcia”* - Documentário -. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 28.

⁵⁰⁴ KOSELLECK, Reinhart. Op. cit., p.324.

⁵⁰⁵ É sabido que a decisão de criar Brasília jogou com sonhos coletivos de um Brasil moderno com maiores oportunidades, interiorizado, desenvolvido, próspero, mais justo. E, no campo do imaginário mudancista, a utopia pode ser vista como para Fernando Ainsa, a projeção “de uma sociedade radicalmente outra, de um mundo em tudo melhor que o mundo real”. Cf. AINSA, Fernando apud PESAVENTO, Sandra Jatthy. “Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 15, nº 29, 1995, p. 22.

entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” quanto uma separação entre os mesmos. Há uma coordenação variável entre tais dimensões e, quando se elege uma, isso não anula a possível escolha – sempre aberta – da outra. Juscelino é um grande exemplo disso, pois se valeu, como vimos até aqui, amplamente das duas, atrelou o futuro ao passado, sempre que julgou conveniente, e marcou a diferença entre o que existia até então e o que existiria depois da construção e inauguração de Brasília, toda vez que pareceu apropriado, por vezes num mesmo discurso. Sem, sequer, ser necessário virar a página lemos o passado como modelo/exemplo e como ultrapassado⁵⁰⁶.

A exemplo do que foi exposto, falaremos do jornal *Última Hora*, que publicou, em 7 de janeiro de 1960, a missiva do “conhecido advogado Sobral Pinto”, enviada no dia anterior, ao presidente. Mostrando-se preocupado com a notícia de que o líder máximo da nação adoecera subitamente, na manhã do dia 31 de dezembro de 1959, a carta colocou em contraste a “incompreensão dos políticos” e o “homem de doutrina” determinado a transferir a capital para Brasília, bem como abraçou, fortemente, o passado, ao dizer que

Se o Rio de Janeiro vai sofrer, nos primeiros anos, cruciante e intenso traumatismo moral, **o resto do País sentirá, pelo contrário, renascer aquelas esperanças que alimentaram os homens das legendárias bandeiras**, esperanças essas que, refluindo depois para a atmosfera do Rio de Janeiro, irão retemperar, em moldes mais vigorosos, os próprios habitantes da **antiga Capital, que será transformada, sem dúvida, numa espécie de Nova Iorque Sul-Americana.**

Mas, se nos parece que é apenas isso que ele pretende fazer renascer: o espírito do bandeirante e a imagem de protuberância, importância e influência de uma ex-capital, Nova Iorque. No auge do elogio ao passado, subitamente Sobral Pinto muda o discurso, haja vista que, em seu entender, a capital modificaria não apenas os aspectos sociais e econômicos do país, ela transformaria mais, muito mais. Alteraria a “mentalidade espiritual e cívica dos nossos concidadãos”; a revolução que iria promover “dará, ainda, ao homem do interior, de Norte a Sul e do Centro a Oeste, uma confiança ilimitada na capacidade realizadora da nossa raça”. Construída a cidade modernista, seria tudo diferente, em suma. O “horizonte de expectativa” descolou-se,

⁵⁰⁶ Sobre tal aspecto: Jacques Le Goff assinala que o par antigo/moderno e seu jogo dialético estão presentes na cena intelectual do Ocidente desde o século V. Trata-se, de fato, de um dos conflitos típicos da forma através da qual as sociedades vivenciam suas relações contraditórias com o passado. Em sua concepção, oposição antigo/moderno agudiza-se sempre que se trata de lutar contra um “presente sentido como passado”, ou quando a querela dos antigos e modernos assume as proporções de um ajuste de contas entre gerações. Cf. II Parte - Pensar a História: “Antigo/Moderno”. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória: I Volume História*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2000, p. 141-168.

claramente, do “espaço de experiência”, pois Brasília **“inaugurará nova época no progresso moral e material da nação brasileira”**⁵⁰⁷.

Entrementes, sabendo que os discursos mudancistas também se sentiam à vontade com o passado e não apenas com a sua negação, vemos que entre os fios que ligam o vivido e o revivido, a ambição dos brasileiros a favor da transferência da capital seria, para José Lins do Rego, análoga ao heroísmo transformador e corajoso dos bandeirantes paulistas. Para ele “a procura do centro” estava sendo tracejada como “um caminho de salvação”, pois “o Brasil não será uma grande nação se permanecer a beira mar, indiferente a regiões que lhe poderão trazer recursos fabulosos”. Nos argumentos que expõe projeta o passado no presente, e também, como mágica, transforma os bandeirantes nos brasileiros, *o bandeirante vira o brasileiro*,

Assim pensaram os paulistas das Bandeiras, os que vararam o continente conduzidos pela vontade de arregimentar índios e descobrir ouro e pedrarias. A ambição da conquista fácil seria transformada na penetração de pioneiros. O Brasil seria grande pelas terras que se escondiam atrás das montanhas. Permanecer nas praias de São Vicente seria reduzir a colônia a um mero porto de feitoria⁵⁰⁸.

No solene contexto discursivo em que JK inaugura a *Rádio Nacional de Brasília* e fala de sua importância no grande empreendimento que ali está sendo realizado, nos interessa um corte específico,

Aqui estou para incentivar estes **novos bandeirantes** do Planalto, que se emulam com novos esforços inauditos, para concretizar o sonho republicano da interiorização da capital. Não me tenho poupado a riscos nem fadigas, para desincumbir-me dessa **tarefa histórica**, que o destino me confiou⁵⁰⁹.

A construção simbólica do bandeirante paulista como modelo de coragem e pioneirismo revigorou-se, mais uma vez, no curso dos pronunciamentos expostos acima e, concomitantemente, estes explicam, no entusiasmo e na eloquência em que foram dados a ler nas palavras de Sobral Pinto, do cronista nordestino e do presidente da República, o porquê de sua existência duradoura e eficiente⁵¹⁰.

⁵⁰⁷ SOBRAL Pinto a JK: “Brasília inaugurará nova época no progresso moral e material da nação brasileira”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1960 (grifos nossos).

⁵⁰⁸ RÉGO, José Lins do. A Capital. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1957. Conversa de Lotação.

⁵⁰⁹ BRASIL. Presidência da República. *Diário de Brasília*. Rio de Janeiro, 1958, volume 2, p. 59-60 (grifos nossos).

⁵¹⁰ O endeusamento do bandeirante remonta aos antigos historiadores paulistas do século XIX que estavam em sintonia com incentivos e ressonâncias saudosistas e astuciosas da elite regionalista do Estado, especialmente a cafeicultura. Joseph Love afirma que “já na década de 1880 emergira o estereótipo do caráter do paulista – uma

Lins do Rêgo busca incitar no mudo leitor a compreensão de que esse *neobandeirismo* roteirizado por JK também teria como resultantes conquistas e feitos brilhantes. Ir *sempre* avante, apesar dos obstáculos e intempéries é o eixo da semântica que constrói e, em seu esteio, está o imperativo de que será *sempre* necessário, para o bem do Brasil, se *empreender* e se *ambicionar*, ainda que existam riscos e sacrifícios. Ora, aí está a anedota antiga do bandeirismo, já presente em meados do século XIX, “a busca infatigável (...) da aventura e da oportunidade, desde o dia da caça aos escravos e do desbravamento do sertão, na era colonial, até o presente” – esta, por sua vez, foi tomada, segundo Joseph Love, orgulhosa e repetidamente, pelo regionalismo e “gigantismo” da “civilização paulista”⁵¹¹, em momentos históricos bem anteriores ao mudancismo juscelinista.

E assim, é como se o autor do texto estampado na coluna “Conversa de Lotação” do *Diário da Noite*, deixasse a cargo de seus interlocutores virtuais a reflexão e a escolha entre a opção cômoda de uma nação diminuta e circunscrita ou a opção desbravadora de procurar o chapadão goiano “para ali fixar a cabeça administrativa da nação”⁵¹². Na luta persuasiva em prol da segunda, colocou ao seu lado, com grande astúcia e sagacidade, a capacidade do tema bandeirante para simbolizar a integração e o progresso nacionais.

Na nossa imaginação social, cremos, é ainda hegemônica a face mais romântica dos bandeirantes, voltada a um expansionismo luminoso e civilizador, em detrimento, por exemplo, da truculência, crueldade e rudeza das empresas arriscadas que levaram a cabo pelo interior brasileiro desde o século XVI, que é também, sem dúvida, uma face a ser considerada, claro, bem diferente da primeira, o que não implica dizer que são excludentes, ao contrário.

personalidade coletiva séria, trabalhadora e empreendedora”. E cita a descrição do que chama de “sentido de superioridade irritante, mas compreensível, dos paulistas”, tributada a um “*expert* holandês do café” no ano de 1885: “Os paulistas ganharam com méritos o epíteto de *Yankees* do Brasil. São, sem dúvida, mais empreendedores, mais decididos e mais cômicos das próprias capacidades do que os mineiros ou fluminenses”. Ainda sobre a presença e reelaboração contínua dessa idéia de “raça precursora” de feitos extraordinários e magnânimos, enfim, dessa “raça” de bandeirantes, Joseph Love afirma que “em sua forma mais erudita, os adornos do bandeirismo atingiram o seu apogeu na década de 1920, quando apareceram, os primeiros volumes da *História Geral das Bandeiras* de Afonso de Taunay, a reimpressão da *Nobiliarquia Paulistana* e os primeiros números dos *Anais do Museu Paulista*; nesses mesmos anos, o governo de Washington Luís tentou inculcar no povo a consciência do passado subsidiando projetos históricos e comemorativos. Acrescentamos ainda, nesse sentido, da dignidade e do destemor da “nação paulista”, a Revolução Constitucionalista de 1932 e as comemorações sempre muito festejadas “dos Centenários” da cidade. Cf. LOVE, Joseph. “Autonomia e Interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937”. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Tomo III, 1º vol, 1997, p. 59-60.

⁵¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 60.

⁵¹² RÊGO, José Lins do. A Capital. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1957. Conversa de Lotação.

Uma representação de grande amplitude e legitimidade sociais, como a deste mote, para José Neves Bittencourt, não se impõe como tal por si só, “pois não possui força intrínseca para tanto”, mas sim “depende de mecanismos de inculcação” que funcionam politicamente, de modo a repetir esta imagem ao passo que as outras são esquecidas. Assim, em sua compreensão, o processo que faz com que determinadas imagens se gravem tão intensamente na alma dos brasileiros diz respeito ao desligamento destas de sua *fonte*, de sua *historicidade determinada*, ou seja, ao fato das mesmas ganharem autonomia em relação a sua origem histórica.

Representações bem datadas são revitalizadas e reabilitadas em outras circunstâncias, ao sabor das personagens que as figuram. Trata-se de uma manipulação simbólica, altamente interessada em apresentar *uma dada imagem como a imagem*. O sentido político de tudo isso a que já anunciamos, ainda a reboque das formulações teóricas de Bittencourt, reside no fato de que uma imagem vencedora – lê-se, recorrente e perpetuada – de *criatura de uma certa historicidade torna-se criadora de história*⁵¹³, de uma história pedagógica, que nos ensina pelo exemplo pretérito maneiras de bem agir no presente.

E ao fazê-lo, essas representações de beleza e êxito admiráveis dos Titãs desbravadores de ontem e de hoje, que têm sua força numa espécie de continuidade retrospectiva que, por sua vez, caminha entre a construção do presente e a reconstrução do passado bandeirantes, não são, pegando de empréstimo os termos de Henri Lefebvre, “nem falsas, nem verdadeiras mas, ao mesmo tempo, falsas e verdadeiras: verdadeiras como resposta a problemas ‘reais’ e falsas na medida em que dissimulam objetivos ‘reais’”⁵¹⁴.

Todavia, como nos traz o *Diário de Minas*, em sua epopéia pela conquista do interior do país, os bandeirantes “não conseguiram criar uma cidade no coração do Brasil”. Sendo assim, a construção de Brasília foi colocada, pelo presidente, como um “novo bandeirismo racional”⁵¹⁵; na imaginação mudancista, ela era expressão contemporânea de nossas *Bandeiras*.

Em 1959, no *Diário Carioca*, também para o jornalista Danton Jobim, quando se fala da transferência da capital “convém recordar”. Em sua trama, intitulada “A Lição de Brasília”, lembra que “no começo do século passado já grandes figuras da vida pública brasileira

⁵¹³ BITTENCOURT, José Neves. “Espelho da ‘nossa história’: imaginário, pintura histórica e reprodução no século XIX brasileiro”. In: *Revista Tempo Brasileiro* (Memória e História), v. 1, nº 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1962, p. 59-61.

⁵¹⁴ LEFEBVRE, Henri. “La présence e l’absence”. Paris: Casterman, 1980, p. 55 apud LUTFI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa Cabral. “As representações e o Possível”. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à Dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 95.

⁵¹⁵ “BRASÍLIA é exemplo do novo bandeirismo racional”. *Diário de Minas*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1958.

aconselhavam a mudança”. “Do mesmo modo que”, no passado, “outras preconizavam a substituição do trabalho livre”. “Em ambos os casos”, enfatiza ele, “salienta-se, por coincidência, a atuação do Patriarca José Bonifácio”. Carioca, entretanto partidário de Brasília, Jobim acredita “ser profundamente insensata a atitude dos que se colocam obstinadamente contra aspirações de progresso social ou político” e, valendo-se da história nacional, articula os heróis do ontem e do hoje, Bonifácio e JK, num emaranhado de tenaz confiança. “A [sua] verdade é que a mudança da Capital, sonho de século e meio, já se acha à vista, a uma distância, no tempo, de pouco mais de um ano!”

E, embora persistissem as investidas, manobras e pronunciamentos hostis à construção de Brasília e a favor do adiamento da mudança, sua experiência o levava a não se alarmar, pois se apegava ao fato de que “nas vésperas da abolição da escravatura, houve quem dissesse em nosso Parlamento que os fazendeiros podiam dormir tranqüilos porque enquanto houvesse lavoura de café haveria negro para trabalhar”.

Crê na inevitabilidade do processo histórico, na inevitabilidade da *nova capital interiorana*, “idéia que vem trabalhando a consciência do país”, de forma que “mais cedo ou mais tarde haveria de aparecer quem a realizasse e não haveria oposição capaz de impedi-la”. Em nome das *lições históricas*, vibrem mudancistas! Brasília é uma realidade⁵¹⁶.

Nessa medida, a experiência passada foi capaz de atender as expectativas do presente. E isso é uma das coisas mais interessantes. Nesse sentido, o passado está a iluminar o futuro, a dourá-lo.

A abordagem introspectiva de Henri Bergson, lida por Ecléa Bosi, deixa claro essa função prática da memória “de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo”⁵¹⁷. Entretanto, por não crer nele, extrapolamos aqui o sentido da afloração do passado bergsoniana, que é tida como resultante da conservação de estados psíquicos puros já vividos⁵¹⁸. De todo modo, retóricas triunfalistas da nova capital, como foi possível vislumbrar,

⁵¹⁶ JOBIM, Danton. A LIÇÃO de Brasília. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 09 jan. 1959.

⁵¹⁷ Cf. BOSI, Ecléa. *Op. cit.*, p. 46-47.

⁵¹⁸ Em suas formulações teóricas, Ecléa Bosi deixa claro quais são suas principais matrizes conceituais, reconhecidas em Henri Bergson e Maurice Halbwachs. Todavia, se afasta do primeiro ao crer que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída por materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam a nossa consciência atual(...). O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entra as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em

tiveram nas recordações heróicas – que já deram certo – de nosso passado grandes aliadas na imaginação prodigiosa do futuro.

A crônica “Enquanto Isto, Brasília Cresce”, do *Correio Radical*, em 3 de setembro de 1957, disseminou que tal qual aquele momento vivenciado num campo de tensões entre mudancistas e antimudancistas, em outros episódios da história nacional também existiram grupos que, como os segundos, em vão remaram contra a maré, grupos derrotistas que foram reduzidos ao mundo do “falatório vão” pelos agregados vencedores, por seu turno, preocupados sobremaneira, em serem objetivos. No referido jornal carioca, há a afirmação de que o “tema Brasília” divide opiniões,

(...) mas revela uma realidade palpável: - enquanto os discutidores discutem, (...) a nova Capital do país cresce a olhos vistos. Seus adversários gostam de fazer o papel da “mulher do piolho”, que, atirada num rio, ao invés de descer com a correnteza, subiu contra ela só para contrariar as leis da natureza. E para este papel do contra, ninguém melhor que os representantes da U.D.N. Agora estão descambando para outro argumento que não é propriamente um argumento. Não são contrários à mudança da Capital, mas acham inoportuna a mudança para Brasília, agora⁵¹⁹.

Não sem razão o nosso autor anônimo vocifera contra a UDN. Nas idas e vindas de suas investidas hostis à construção de Brasília, Carlos Lacerda, seu grande líder e orador, “no início de abril de 1960, apresentou o projeto de Resolução determinando o adiamento da transferência para depois da eleição do novo presidente da República, marcada para 3 de outubro do mesmo ano” que, entretanto, esbarrou na maioria dos deputados do Congresso, formada por mudancistas, e a data foi mantida⁵²⁰, ou seja, 21 de abril de 1960.

A narração do *Correio Radical* tece uma representação verdadeiramente apologética da mentalidade do governo JK, “que quer levar êste país para diante” e que se preocupa “com o âmago dos graves problemas nacionais”. Mas, lamenta,

Isso não impedirá que haja um grupinho sempre do contra. São os piolhos de nosso desenvolvimento, as cassandras eternas, tentando atrapalhar os passos dos líderes e estadistas. Assim também foi com a abolição da escravatura. Sempre houve, nos debates públicos, os inimigos da libertação do elemento servil, que veio em consequência inevitável de nosso caminhar como Nação. A proclamação da República também teve

termos de ponto de vista”. Tal como a autora, acreditamos que qualquer memória retém criando, conserva elaborando. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 57.

⁵¹⁹ ENQUANTO Isto, Brasília Cresce. *Correio Radical*, Rio de Janeiro, 03 set. 1957.

⁵²⁰ “Campanhas Contra a Construção”. In: *Brasília 40 Anos: uma história que continua sendo escrita*. Correio Braziliense/TV Brasília. Edição Única Comemorativa. Brasília: impressão e fotolito Foco Divisão Gráfica, 21 de abril de 2000, p.41.

seus inimigos. No entanto ela veio, a duras penas, mas veio e floriu e cresceu. Assim também será com a mudança da Capital Federal. Aspiração ultra-centenária de nosso povo, haverá sempre quem fale contra a idéia, que já passou dos debates líricos, e increveu-se no texto da Constituição de 1831, 1934, 1937 e 1946⁵²¹.

Aqui, as duas instituições irmãs de nosso do passado, o Império e a Escravidão, por representarem o *antigo* – na imaginação mudancista do cronista – não puderam deter o “inevitável de nosso caminhar como nação”. Essa inexorável trajetória, que se anuncia perceptível e inevitavelmente como *nova e moderna*, sempre triunfará, e não há “grupinho do contra” que possa impedir.

Só que “os inimigos da libertação do elemento servil” podiam pensar diferente do nosso autor, *que escreveu em 1957*. Pois, se para a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, durante o reinado de Dom Pedro II, “o cativo existente no Brasil era uma ameaça constante à estabilidade da monarquia e contrastava com o brilho civilizatório desse reino americano”⁵²², o também historiador Ronaldo Vainfas afiança que,

Para as elites imperiais, as razões e os motivos da civilização tornaram-se, ao longo do século XIX, uma obsessão a ser perseguida para a superação de todos os males, dentre eles, a forte presença da herança africana na aparência da população e em seus costumes. (...). O ideal de civilização também foi frequentemente associado ao ideal de progresso, ambos diretamente dependentes da criação da riqueza, da manutenção da produção e da ordem no trabalho, como tão claramente afirmou um deputado, João Maurício Wanderley, na sessão da Câmara dos deputados de 1º de setembro de 1854: “A produção aumenta a riqueza e esta é que civiliza um povo, o torna mais brando e o faz feliz”. É sintomático que a abolição da escravidão não tenha sido uma bandeira dos defensores da civilização no Império. Condições fundamentais para a civilização eram a produção e a ordem no trabalho, tidas como indissociáveis da escravidão até o final do século XIX⁵²³.

Ou seja, pelo menos para as elites imperiais, era possível fazer a manutenção da ordem escravista e *ser civilizado* e, mesmo, *ser liberal*⁵²⁴. Era possível conciliar a escravidão, a prosperidade e a idéia de progresso (tão cara a JK e a crônica citada logo acima). Assim, temos a

⁵²¹ ENQUANTO Isto, Brasília Cresce. *Correio Radical*, Rio de Janeiro, 03 set. 1957.

⁵²² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia da letras, 1998, p. 116.

⁵²³ Verbetes “Civilização”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 142.

⁵²⁴ No Brasil do século XIX existiram correntes liberais que pactuavam com o trabalho escravo como não sendo incompatível ao liberalismo, entre outras coisas, por ele ser reconhecido, antes de tudo, como uma forma legítima de propriedade (tal qual a terra, por exemplo). O verdadeiro homem livre, o senhor branco, deveria, assim, ter autoridade sobre seus escravos, em situação de menoridade. Isso porque tais senhores dependiam da escravidão, mas também se identificavam com referências ideológicas européias liberais, como a representação política e a liberdade de comércio, que foram *adequadas* aos seus interesses locais e *adaptadas* em um contexto específico, como, aliás, sempre acontece.

conservação do sistema escravista como forma de manter a ordem da propriedade e da produção, numa atitude clara e pragmática na defesa da economia. Além do mais, era sempre possível, como mostrou a corte da rua do Ouvidor, tentar fazer da escravidão um cenário invisível. O ideal, nessa ótica, era que o mundo do trabalho fosse transparente e silencioso⁵²⁵.

É igualmente importante perceber que ao longo de todo o texto “Enquanto Isto, Brasília Cresce”, claro, não há qualquer indício que aponte para a tão divulgada indiferença do povo em relação à Proclamação da República, povo este que assistiu a tudo aquilo “bestializado”, acreditando ver uma parada militar, talvez. Segundo o jornalista Aristides Lobo, propagandista do novo regime e “observador participante”, a população assistiu a tudo sem compreender o que se passava⁵²⁶.

O que queremos expressar, nesse ponto, porque julgamos ser útil nessa análise, ressoou concisa e lucidamente na voz da historiadora Ana Luiza Martins, “a cena da mudança de regime fora rápida e, de certa forma, surpreendente. Conforme ditos da época, a população ‘dormiu monárquica e acordou republicana’, sem saber bem o que se passara”⁵²⁷.

E, segundo Benedict Anderson, transformar o acaso em destino consistiria na mágica do nacionalismo⁵²⁸, mágica que o nosso autor, certamente, se esforçou em realizar. Ao contrassenso de uma República sem participação pública, sem desejo nacional, que não permitiu que se formassem cidadãos (inclusive e principalmente o novo contingente de ex-escravos), a que depreendemos da leitura de José Murilo de Carvalho, vê-se também que, ainda no governo JK,

⁵²⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Op. cit., p. 116.

⁵²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 9.

⁵²⁷ MARTINS, Ana Luiza. *O Despertar da República*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 7. Ainda sob o entendimento de uma “República que não foi”, Ângela de Castro Gomes assim entende o desapontamento com o modo pelo qual ela se deu, “O Quinze de Novembro havia sido, de fato, muito mais uma data sinalizando para a Monarquia que partia do que para a República que chegava [decorria da hipertrofia do “artificialismo político” e “oficialismo” do Império]. Deodoro da Fonseca fora, nos mesmos termos, muito mais o marechal monarquista que afastara d. Pedro do poder do que uma figura-símbolo da República.”

Por isso, para muitos, à queda da monarquia foi dado um forte peso aos próprios monarquistas, as suas críticas ao poder pessoal do Imperador. Para outros tantos, o episódio de 15 do novembro de 1889 foi visto como uma “quartelada” ou mesmo como um golpe intra-elites, ou melhor, como uma resposta de uma contra-elite mista, feita de militares, mas também de muitos civis; republicana e liberal (seja ela apaixonada ou oportunista, histórica ou recém-convertida); positivista ou não, que ia de moderados a radicais, de cafeicultores federalistas – especialmente, paulistas e mineiros – a uma *intelligentsia* anti-oligárquica. Essa heterogênea contra-elite certamente ganhou força com o desgaste do Império e da figura do Imperador e, por conseguinte, do aumento da fileira de seus ressentidos, que passaram a dispensar a D. Pedro II, no máximo, a indiferença. Cf. GOMES, Ângela de Castro. “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, vol. 4, p. 494.

⁵²⁸ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 20.

sua forma democrática, como regime de governo livre e popular, não estava tão crescida e florescida assim, mas com muitos impasses. O golpe militar evidenciaria isso. Só a “a duras penas”, depois do longo interregno de uma República de marechais e generais (1964-1985), que ela “veio, floriu e cresceu”, num emblema, carregado de expectativas: “Nova República”.

De qualquer jeito, o Brasil republicano e pós-abolicionista não foi nada próximo a um admirável e extasiante mundo novo, fruto do trabalho cômico de nossa gente, pró-desenvolvimento nacional. Mas, cedo, gerou seus decepcionados e levou a frustrações. Os decepcionados, não conseguiam ver – e nem podiam – o abismo que separava o *Império retrógrado* da *República moderna*.

Todavia, faz-se oportuno ressaltar, que é ainda José Murilo de Carvalho, no livro que se propõe analisar os principais símbolos, alegorias e mitos utilizados pelos republicanos brasileiros, nomeado *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, que nos estimulou a conclusão de que a construção de Brasília – tanto quanto a Proclamação da República – buscou sua consolidação não apenas com base na força, no que pode ser encarado como um *gesto autoritário*, no nosso caso, e no que fora interpretado como um *arranjo oligárquico*, no caso estudado pelo supramencionado autor. Os dois momentos foram atravessados por tentativas ideológicas de legitimação para a população em geral ou para setores politicamente mobilizados, em particular, o que desemboca, quase sempre, em aceitações e rejeições. Tornando então decisivo o fato de se formar almas⁵²⁹.

Com esse intento, embora cante Brasília em emoções e sentimentos, a crônica do *Correio Radical* não se fez de rogada e ergueu a imagem de um império “pós-liricista” da idéia de transmigração do cérebro administrativo do país. Ora, são as contradições internas que vagam por qualquer discurso e, que, como no caso aludido, percebam, arremetam ainda mais a sua composição e a sua graça. Incongruência própria à labilidade do vivido, como hipoteticamente diria Maffesoli⁵³⁰.

Ainda no sentido esboçado até aqui, sobre o “espaço de experiência” dos homens dos anos dourados, palmas em forma de matéria também foram oferecidas pelo *Diário Carioca* no segundo dia do mês de outubro de 1957, quando advoga pela confiança do Brasil em Brasília:

⁵²⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 9, 11.

⁵³⁰ Cf. TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. “Sócio-Antropologia do Cotidiano: a abordagem de Michel Maffesoli.” In: *Antropologia, Cotidiano e Educação*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

“Este ato representa o passo mais viril, mais enérgico, que a Nação dá, após sua independência política, para sua plena afirmação”⁵³¹. Trata-se aqui de assinalar que o empreendimento realizado na *solidão do Planalto Central* define nossa segunda independência, nossa segunda afirmação. Ação tão esforçada e vigorosa – tão viril – quanto a de Pedro I⁵³², a criação da nova capital queria unir e engrandecer, mais uma vez, todos os brasileiros. Tal formulação, pequena, mas contundente e enérgica, visou um apagamento dos dissensos vividos no presente (vê-se logo pelo título: **“Passo mais viril que a Nação dá: Brasília”**), de modo tão eficaz quanto o realizado sobre aqueles do passado. Restou-nos a imagem heróica do brado de “Independência ou morte!”

⁵³¹ PASSO mais viril que a Nação dá: Brasília. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 02 out. 1957.

⁵³² Nosso processo de independência apresentou uma importante singularidade quando comparado ao ocorrido nas demais regiões da América: a transferência da Corte para o Brasil em 1808. No início do século XIX, praticamente todas as colônias americanas, num curto espaço de tempo, romperam seus laços de subordinação com suas respectivas metrópoles. Enquanto a separação se deu de forma bastante violenta entre colônia e metrópole no lado espanhol, no Brasil foi o próprio governo metropolitano que lançou as bases de nossa autonomia, o que não significou, entretanto, a inexistência de derramamento de sangue, ao contrário, nós também tivemos, ao nosso modo, nossas *Guerras de independência*. A vinda da Corte decorreu de um momento bastante agitado na história europeia. A França de Napoleão decretou o Bloqueio Continental, isto é, nenhum país europeu poderia comercializar com a Inglaterra. Portugal, dada sua estreita relação com os ingleses, ficou em uma delicada situação. Acatando um dos lados sofreria retaliações do outro. A Inglaterra, por sua vez, tinha grande interesse em auxiliar os portugueses, desde que lhe fosse dada a liberdade de comercializar com as colônias portuguesas, em especial com o Brasil. Sem dúvida, os ingleses não se arrependeram do apoio dado a Corte lusa, afinal logo que desembarcou no Brasil, D. João VI abriu os portos ao comércio com as “nações amigas”, leia-se, naquele momento, Inglaterra. Para muitos historiadores a transferência da Corte constituiu praticamente a realização da nossa independência, afinal os 14 anos que separam a chegada de D. João VI ao Brasil (1808) e a proclamação formal da independência (1822) não podem ser computados na fase colonial da história brasileira, pois o Brasil, agora sede do Reino Luso, foi dotado de um aparelhamento político e administrativo muito mais complexo, foram derrubadas as restrições econômicas vigentes no pacto colonial e o Brasil foi elevado para à Reino Unido de Portugal e Algarves. Os interesses de Portugal com essa nova situação foram bastante prejudicados, sendo um dos motivadores da eclosão da Revolução do Porto (1820), que exigiu o retorno da Família Real para Portugal e tomou uma série de medidas que produziram grande descontentamento no Brasil. Os acontecimentos que se seguiram levaram a emancipação política brasileira, que não era, inicialmente, a idéia nem de D. João e de seu filho D. Pedro, eles acalentavam a idéia de que seria possível a formação de uma monarquia dual e que as duas Coroas poderiam ter o mesmo monarca. D. Pedro enfatizou tal idéia ao marcar sua coroação para o dia 1º de dezembro de 1822, aniversário da revolta de 1640 que liberou Portugal do jugo da Espanha, conhecido como União Ibérica, e que levou a dinastia de Bragança, da qual o mesmo era representante, ao trono. A definitiva emancipação política em relação a Portugal ocorreu em 07 de setembro de 1822. Desde 1821, as Cortes Portuguesas pressionavam pelo retorno de D. Pedro a Portugal e em 09 de janeiro de 1822, contrariando as ordens do Reino, ele decidiu ficar, tal fato ficou conhecido como o Dia do Fico. Em fins de julho no mesmo ano começaram a circular rumores de que os portugueses enviaram tropas para o Brasil. Em fins de agosto, enquanto o príncipe regente se encontrava em viagem política na província de São Paulo, chegaram ordens de Lisboa cassando os seus poderes. Reuniu-se então no Palácio da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, o Conselho de Estado sob a presidência de Leopoldina, esposa de D. Pedro. Ficou decidido que a hora da separação se aproximava. A princesa e José Bonifácio enviaram cartas ao regente relatando as últimas notícias. Por volta das quatro e meia da tarde do dia 7 de setembro, D. Pedro, que estava abatido em decorrência de uma diarreia, estava se refrescando no Ipiranga, recebeu as notícias do Rio de Janeiro e decretou imediata ruptura com o Reino. Cf. JÚNIOR, Caio Prado. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 45-56. KRAAY, Hendrik; DIAS, Elaine; BULCÃO, Clóvis. “Construindo o 7 de Setembro”; “O teatro da nacionalidade”; “Uma austríaca nos trópicos”. *Revista Nossa História*. O Grito: verdades e mitos sobre a Independência. Rio de Janeiro, nº 11, setembro 2004, Ano 1, p. 14-37.

pelo príncipe regente e futuro imperador, em 7 de setembro de 1822, nas margens do Rio Ipiranga; restaria também, nessa feita, a construção de Brasília como o segundo “grito acorde de todos os brasileiros”, a reimpressão histórica de uma mudança em prol da liberdade, que almejava, mais uma vez, sacudir o Brasil de qualquer sujeição e inferioridade. À criação da nova capital todos deveriam se curvar, uma vez que ela é, acima de tudo, uma *causa brasílica*, uma “consequência inevitável de nosso caminhar como Nação”, pegando de empréstimo, apropriada e novamente, os termos utilizados logo acima na edição do *Correio Radical*.

Contudo, é importante que se destaque que, às voltas de nossa Independência, sem unidade política e com muitas dificuldades de comunicação, as divisões grassavam entre as Províncias⁵³³. Por isso, Ronaldo Vainfas conclui que

Dessa forma, somente no final de 1823 definiu-se a unidade territorial do Império do Brasil, à custa de muito sangue e de inúmeros confrontos violentos nas cidades, inclusive no Rio de Janeiro, motivados pelo ressentimento contra os portugueses, o que invalida a visão ufanista da historiografia tradicional de que a Independência foi realizada sem os “horrores da guerra civil e da anarquia”. Além disso, como o período das Regências faria evidente, as guerras de independência foram incapazes de resolver, sob a aparente solidez do Império, seja a questão da distribuição do poder entre o governo central e as províncias, seja as tensões sociais que marcam o país.

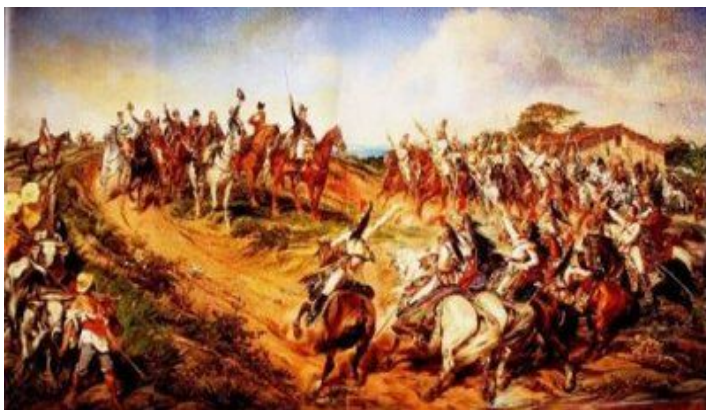


Ilustração 1 - Painel *Independência ou morte* – Pedro Américo

E, ainda que na maior parte do Brasil, o 7 de setembro seja hoje celebrado como a proclamação da nossa Independência, para os próprios contemporâneos ele não se revestiu de um “significado especial”. Sequer, o fato foi noticiado pela imprensa da época, o

⁵³³ Aliás, depois da Independência, algumas Províncias não a aceitaram imediatamente, houve resistência e combates, em especial naquelas localidades que estavam ocupadas por tropas portuguesas e que as comunicações eram mais regulares com Lisboa do que com o próprio Rio de Janeiro (Bahia, Cisplatina e as quatro Províncias do Norte: Pará, Maranhão, Piauí e Ceará).

De fato, a independência brasileira assinala um momento de grande conflito de identidade. Pois em todas as Províncias, existiam homens nascidos no Brasil que se reconheciam portugueses, e indivíduos nativos de Portugal que se sentiam brasileiros, seja porque viviam na colônia, seja porque construíram laços e interesses político-econômico-afetivos que os vinculavam muito mais ao Novo Mundo. Nos dois grupos, *lusitanos* e *brasílicos*, podiam se reconhecer partidários tanto das cortes em Lisboa quanto do príncipe D. Pedro no Rio de Janeiro. Gladys Sabina Ribeiro, em um texto bastante original, *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*, nos mostra que “ser português” e “ser brasileiro” eram definições que estavam longe de ser claras na época da independência e durante o Primeiro Reinado. Cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 27-143.

que não impediu que fosse “incorporada ao imaginário da nação”, como bem evidenciou o artigo do *Diário Carioca*, que estamos a analisar. Para tal, foi decisivo o painel de *Independência ou morte*, pintado por Pedro Américo (ver ilustração 1 da página anterior), entre 1886 e 1888, na cidade de Florença, por encomenda oficial. Ele transformou de vez o *Grito do Ipiranga* no gesto fundador do Brasil. É novamente Ronaldo Vainfas que nos faz notar que

Essa falta de ressonância do 7 de setembro deve-se a que, em larga medida, para os atores do drama, a Independência já estava consumada desde a convocação da Assembléia Constituinte, em 3 de junho, ou, pelo menos, desde o decreto do dia 1º de agosto e dos dois manifestos subseqüentes, dirigidos ao *Povo do Brasil* e às *Nações Amigas*⁵³⁴.

Diante do exposto, percebemos que decisões extremamente problemáticas, polêmicas e conflituosas – como a Independência e a construção de Brasília – não raramente nos são apresentadas na forma de concórdia e consenso de um Brasil unido, em geral, em nome do *nacionalismo*, que é, sem dúvida, uma das ideologias mais poderosas existentes. Assim, a *Causa de Brasília* foi convertida em *Causa Nacional*. A propaganda da cidade era dirigida para toda a população, queria abarcar todas as classes, almejava a universalidade. Mas, as matérias de oposição, em especial, evidenciam como ela atingiu de maneira diferente esse amplo público-alvo.

Persistindo no mote persuasivo da nova capital pelos mecanismos de fascinação e convencimento que se fizeram e se refizeram nos jogos de inferências entre o presente e o passado delineados pelas reportagens, é a vez de Juvenal Rodrigues de Moraes, deputado pelo PSD e, portando, companheiro de agremiação política do Presidente da República, fazer a

⁵³⁴ Conclusão: essa data não foi reconhecida imediatamente como o dia da Independência. Havia outras datas tidas como mais apropriadas para o Império, em especial o dia 12 de outubro, data da *Aclamação* de D. Pedro como imperador constitucional do Brasil “pela graça dos povos e de Deus” e também seu aniversário (24 anos), assim como sua *Coroação*, no dia 1º de dezembro de 1922. Pode-se inclusive afirmar que até 1826 essa data foi mais importante que o Grito do Ipiranga, ano em que o novo Parlamento Imperial designou que o dia Sete de Setembro seria um dos cinco dias de festividade nacional. Porém, só foi por volta de 1870 que a data realmente se firmou no cenário nacional. Entrementes, vale notar, que em 1923, já no ano seguinte a ruptura definitiva com Portugal, “ao lado da Aclamação e da Coroação, surgiu o 7 de setembro como dia de gala na Corte”. Essa foi, para Vainfas, uma atitude curiosa, pois se deu passando por cima e sem realçar nenhum dos grupos que disputaram a hegemonia do movimento, em 1822. A solene Coroação de D. Pedro I foi uma estratégia dos partidários do Ministro José Bonifácio e do próprio imperador para desarticular os “partidários de Gonçalves Ledo”, grande responsável pela Aclamação, “sob a forma de uma festa cívica, com intensa participação do povo”. A segunda cerimônia fundadora, conscienciosamente, livrou-se do ambiente democrático e dos carbonários e anarquistas que, de fato, curiosamente, geraram a primeira. Cf. Verbetes “Guerras de independência” e “Independência”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). Op. cit., p. 328-329, 371-372.

asserção no *Diário de São Paulo*, em dezembro de 1958, de que “as grandes obras do governo não são, quase sempre, compreendidas desde logo pela opinião pública em suas verdadeiras proporções”, pois “seus frutos só se desenham à vista da opinião comum muito mais tarde”.

Ainda assim, sustentou o legislador que, a criação de Brasília, pelo governo, foi inspirada no “real interesse coletivo” e, portanto, estava longe de ser uma realização “de caráter demagógico” projetada para “efeitos teatrais”, ilusionistas e exibicionistas, no intuito frívolo e imediatista de angariar, positivamente, o julgamento popular:

Por isso mesmo graves injustiças sofreram da opinião contemporânea, grandes e beneméritos governos, especialmente porque o oposicionismo alimentado pelo ódio ou pelo interesse politiquieiro, jamais se esquivou de explorar a incapacidade da opinião comum para a percepção imediata da ação governamental. Estão inscritas nas páginas de nossa história política as campanhas violentas que sofreram os governos de Campos Sales e Rodrigues Alves, com vivo reflexo no conceito público. Entretanto os governos dos dois ilustres paulistas receberam, depois, o galardão da benemerência, que a unanimidade da opinião coletiva brasileira lhe concedeu, agradecida.⁵³⁵

Ribalta da opinião comum desde cedo, ou, dito de outro modo, desde que era apenas intenção e papéis, Brasília – nas agitações de suas notícias, no tumulto e conflito das especulações que foram rapidamente alinhavadas em seu redor, enfim, na eclosão de tiragens díspares e truncadas que rapidamente ascendeu – acabou por constituir-se, para Juvenal Rodrigues de Moraes, isto sim, na pauta ideal de exploração das classes políticas que faziam objeção à idéia mudancista junto ao grande público, uma vez que ao contrário dos que estavam “nos bastidores dos departamentos administrativos”, este desconhecia a “intimidade dos fatos” e ignorava o significado grandioso da “ciclópica realização” que estava sendo empreendida no coração do país.

Assim, prosseguiu seu discurso: “longe dos olhos da gente do litoral é fácil a má fé truncar os fatos ou forjar falsos conceitos” e desenhou um quadro continuísta, no qual “ainda hoje, embora tenhamos progredido um pouco no terreno da politização do pensamento popular, as mesmas injustiças se praticam e as mesmas explorações oposicionistas se tentam”⁵³⁶.

Em suas admirações por Brasília e em suas aspirações de associar as aversões lançadas sobre a nova capital ou ao oposicionismo politiquieiro ou à falta de astúcia perceptiva

⁵³⁵ MORAES, Juvenal Rodrigues de. Brasília é um novo ciclo na história de nosso país. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 12 dez. 1958. Na Assembléia.

⁵³⁶ MORAES, Juvenal Rodrigues de. Brasília é um novo ciclo na história de nosso país. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 12 dez. 1958. Na Assembléia.

para filtrar a informação manipulada por ele, o político pessedista separa demasiadamente a cultura política “do povo” e a cultura política “dos técnicos de administração”, como se estas delimitações não se tocassem, não se interligassem. Ele também perde de vista que os homens e as mulheres modernos não são apenas objetos, mas sujeitos da modernização, esquece do “modernismo nas ruas”⁵³⁷. É no terreno do não dito que ele nega a fluidez dessas fronteiras sociais e ao mesmo tempo subestima a capacidade dos homens comuns para lidar com sagacidade e por seus próprios egos, interesses e afetividades com a decisão governamental de mudar sua sede.

Todavia, sabemos, a recepção de discursos é tão produtiva quanto a emissão; nela, sentidos são largamente manufaturados. *A leitura de algo* é uma prática que guarda sempre a possibilidade de subversão. Debruçando-nos sobre a discussão do quadro teórico de Michel Maffesoli por Maria Cecília Sanchez Teixeira, vemos que “a aceitação e a resistência são os dois pólos em torno dos quais se organiza a socialidade” e que “para além das ‘imposições mortíferas’ existe sempre uma reapropriação, uma criação que, por mínima que seja, é eficaz e não poder ser subestimada”. Ingênua e dogmática é a teoria que encara o povo como “sujeito histórico sempre enganado”, alienado⁵³⁸.

A idéia de um “pensamento popular” inocente e apático não se sustenta mais – e isso é válido também quando falamos na apropriação de imagens sobre a criação da nova capital. Mas, ainda assim, ela deve ser apreendida como um foro histórico de persuasão não menos legítimo que qualquer outro acima citado, pois manifesta, de modo tão vívido quanto, *valores e maneiras de pensar dos anos 50 brasileiro*. Isso, claro, levando-se em conta que “não se pode calcular a média dos significados nem reduzir os símbolos ao seu mínimo denominador comum” e livrando-se da terrível escolha entre o “típico” e o “excêntrico”. Além disso, e fundamentalmente, devemos estar cientes de que aquelas pessoas não pensavam da maneira que pensamos e devemos ser capazes de captar, respeitar e lidar com a diferença⁵³⁹, ainda que não possamos excluir da abordagem histórica os problemas e as preocupações do presente.

⁵³⁷ Frase que Marshall Berman atribui ao “grande crítico Lionel Trilling”, que a cunhou em 1968. Cf. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 11, 20.

⁵³⁸ Para Michel Maffesoli, vale dizer, a “socialidade” é expressa na solidariedade orgânica. Cf. TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. Op. cit., p. 141, 151.

⁵³⁹ DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. XV, XVII.

Todavia, isso não invalida a ressalva de que, todos, independentemente do sexo, cor, riqueza, inteligência e credo estavam lá no *ter sido* e estão aqui no *estar sendo*, suscetíveis à adoção de conceitos *a priori* ou formulados à distância. Tais caracteres não são apenas demandas de um manobrável ou supersticioso e a-científico mundo popular. Assim sendo, torcer por Brasília seria apenas coisa de tecnocrata ou erudito?

Tanto Georgete Medleg Rodrigues quanto Ivany Câmara Neiva fazem uma história de Brasília valendo-se da fala de pessoas comuns e de trabalhadores que imaginavam a capital em cartas dirigidas a JK, disponíveis no Arquivo Público do Distrito Federal. Essas cartas são registros empolgantes não só de elogios, mas também de reclamações, de sugestões e de pedidos, de perspectivas e de desejos de homens e mulheres simples que viveram as contradições da construção de uma capital. Logo no Resumo da Dissertação, assim Georgete Medleg anuncia o seu penúltimo capítulo, “Correio do Passado”: “o terceiro capítulo procura mostrar de que forma a população percebeu a construção de Brasília, como foram introjetadas e reelaboradas as concepções oficiais, através da análise de cartas populares encontradas nos acervos da NOVACAP”,⁵⁴⁰.

Ora, cada um só aceita o que lhe parece justificado. E é por isso mesmo que por mais que nos empenhemos na busca de uma unanimidade opinativa, principalmente no que se refere a figuras tão destacáveis, quanto as que ocuparam a cadeira do Executivo brasileiro, seja Campos Sales e Rodrigues Alves, como quer o também paulista Juvenal Rodrigues de Moraes – que guarda com os dois primeiros esse elemento de identidade –, ou mesmo (e quem sabe o mais provável dentre todos?) Juscelino Kubitschek, como almeja, certamente, um punhado maior de brasileiros, as pistas rastreadas só nos levarão à frustração. É válido ressaltar que o obstinado e tradicional sentimento de paulistanidade, ao qual já nos referimos, parece fazer aqui grande sentido.

A visão do Sr. Juvenal Rodrigues, tendente a encapsular o universo das gentes comuns, nos permite *derivar* ou *tirar de dentro do seu plano discursivo* o investimento numa fórmula bastante inteligível ao *senso comum*, o provérbio⁵⁴¹ – o martírio de hoje, o

⁵⁴⁰ Geralmente elas veiculavam pedidos de lotes de terra em Brasília e estampavam a fidelidade política de votantes, a admiração e a defesa dos missivistas ao presidente. Ver, especialmente, o Terceiro Capítulo: “Correio do Passado”. RODRIGUES, Georgete Medleg. Op. cit., p. 6. NEIVA, Ivany Câmara. *Imaginando a Capital: cartas a JK (1956-1961)*. Tese de Doutorado em História. Brasília, UnB, 2008.

⁵⁴¹ Estamos aqui no campo da intertextualidade, no sentido de que, para nós, provérbios conhecidos fazem sentido no discurso do parlamentar mudancista Juvenal Rodrigues de Moraes por ligas implícitas. “Assim, Adam (1999:85)

reconhecimento (unânime) de amanhã, ou, num tom mais cristão, “os humilhados serão exaltados”. Se, para ele, o valor dos dois presidentes paulistas, após injúrias imediatistas, foi mais tarde reconhecido e aclamado, mesmo destino terá, por conseguinte, o mineiro JK, pois compartilha com os outros dois, idêntica disposição benemerente. Enfim, “a César, o que é de César”. Pedimos licença para nos valer da verve proverbial uma vez mais, pois imaginamos que *o Norte* desse mesmo discurso, proferido oralmente na Assembléia Legislativa um dia antes de ser impresso no *Diário de São Paulo*, pode ser vislumbrado num recado claro e recorrente em vários outros artigos que igualmente receberam bem a idéia de uma nova capital para o país, a saber, “levar a cruz ao calvário”, concluir com resignação essa tarefa árdua. Há que se conseguir vencer as tempestades que se interpõem aos nobres, ilustres e distintos grandes objetivos colocados em pauta por também grandes homens, que fizeram uma grande história e que farão um grande futuro. Filão ideário este, encontrado no texto de Amaury Mercadante no jornal carioca *O Semanário* em agosto de 1957,

O presidente Juscelino Kubitschek tem sido alvo dos mais injustos ataques e críticas em relação às iniciativas tomadas no caso [construção de Brasília]. Entretanto, confiante e senhor do que está fazendo, não se deixa quebrantar ante o descrédito que seus inimigos semeiam no povo.

(...)

Sabe o presidente, como nós, que os obstáculos encontrados com a descrença popular e as pedras deixadas propositadamente no caminho por seus adversários, servirão somente para realçar a grandiosidade de sua iniciativa político-patriótica⁵⁴².

E também, no mês de dezembro do ano anterior, no escrito de Rubens do Amaral, “Já disse e repito. Se o sr. Juscelino Kubitschek ousar a mudança da Capital Federal para Brasília, só com isso e apesar de tudo, ficará na história como grande benemérito do Brasil”⁵⁴³.

Nesse sentido, a capacidade própria da experiência para conotar e denotar repetição foi encarnada nos trechos acima. “À tese de que ‘tudo continuaria sendo como sempre havia sido’”, Reinhart Koselleck cita o filósofo político italiano Nicolau Maquiavel: “quem quiser

fala de ‘intertexto’ para ‘os ecos livres de um (ou de vários) texto(s) em outro texto’, independentemente do gênero”. Cf. CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 286.

⁵⁴² MERCADANTE, Amaury. Brasília, a Cidade Menina. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 8 ago. 1957.

⁵⁴³ AMARAL, Rubens do. Piratininga e Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1956.

prever o futuro tem que olhar para o passado, pois todas as coisas na Terra têm, desde sempre, semelhança com as coisas passadas”⁵⁴⁴.

Os olhares até aqui lançados sobre a intriga, bastante instigante por sinal, configurada por Juvenal Rodrigues de Moraes em uma ambientação histórica peculiar, a sua, não se deram de acordo com os parâmetros do que, num juízo (fácil) *a posteriori*, ela deveria ser. Não é assim que se trabalha com a alteridade. Embora, não negamos, a organização do passado pelo presente, apesar dos esforços dispensados, sempre traz certa dose de seu veneno, o anacronismo. Todavia, Michel Maffesoli sugere um antídoto e inspira os pesquisadores a acolher as realidades criadas no que elas são, “aceitando-as em sua incompletude”. Assim, estamos conscientes de que a verdade do discurso erigido pelo congressista é local e pontual, mas não absolutamente imune a considerações e comentários, aliás, não é essa a proposta do aludido teórico, e sim que a realidade discursiva seja observada como produto da densidade e da precariedade do cotidiano, e isso deve ser considerado quando se coloca qualquer texto em perspectiva. Ora, as relações com a palavra, como sugere Maffesoli, também integram a gama de rituais que compõe a vida cotidiana⁵⁴⁵. E, palavras, tanto as dele quanto as nossas, figuram considerações inacabadas de uma realidade social fluida, também inacabada⁵⁴⁶.

Foi dado crédito a sua maneira de pensar, escorregadia e de acordo com a ocasião (como as demais). Ela não foi silenciada ou muito menos escondida; foi manifestada e debatida. Deixemos então que aclame a nova capital, pois fora esse seu grande intento lá, naquele momento vivido que, como qualquer outro, estava sujeito a “fragilidades”⁵⁴⁷,

Brasília não é, apenas, como julga a opinião vulgar, a construção de uma metrópole. É o despertar do Gigante adormecido para a obra de civilização e progresso que o destino lhe reservou. É o advento de um novo e decisivo ciclo na história política, social e econômica do Brasil. É o pórtico de uma era de esplendor para nossa Pátria⁵⁴⁸.

⁵⁴⁴ I. Kant, *Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht* (1784), Siebter Satz, AA, t. VII, Berlim e Leipzig, 1912, p. 25; N. Maquiavel, *Discorsi* 3, 34, trad. alemã F. Von Oppeln-Bronikowski, Berlim, 1922, p. 303 apud KOSELLECK, Reinhart. Op. cit., p. 318.

⁵⁴⁵ MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p. 93 apud MELLO, Maria T. Ferraz Negrão de. “‘Cascariguindum’: cotidiano, cidadania e imaginário na obra de Adoniram Barbosa”. In: MENEZES, Albene Miriam F (org.). *História em Movimento* (Temas e Perguntas). Brasília: Thesaurus, 1997, p. 157.

⁵⁴⁶ TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. Op. cit., p. 106-107.

⁵⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 108.

⁵⁴⁸ MORAES, Juvenal Rodrigues de. Brasília é um novo ciclo na história de nosso país. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 12 dez. 1958. Na Assembléia.

Entretanto, a história dos momentos de grandeza e dos heróis, ao mesmo tempo serviu à ofensiva contra Brasília. Para Fernando Catroga que, por sua vez, se vale dos escritos de Paul Ricoeur, “o mais difícil”, tanto na “representação do mundo construída pela memória” quanto nas “interpretações historiográficas”,

não é admitir que os fatos apareçam de outra maneira, ou sejam contados por outros; o difícil é aceitar-se que os acontecimentos fundadores, ou definidores da própria identidade (individual, nacional) apareçam interpretados e narrados segundo perspectivas diferentes das nossas⁵⁴⁹.

Vigésimo primeiro dia do mês de abril, ocasião de Tiradentes e do nascimento de Brasília. O sino que badalava em 1960 “foi o mesmo que tocou na execução de Tiradentes, em 21 de abril de 1792” e, pelo imaginário mudancista, o sonho secular que vinha desde a Inconfidência Mineira se tornava realidade. Tratava-se, pois, para seus partícipes, indubitavelmente, de data de puro regozijo e sua escolha estava comprometida com os sentidos e o político, visto que os primeiros nunca “estão soltos”, mas sempre “administrados”⁵⁵⁰. Podemos ler o fragmento discursivo logo abaixo citado por Armando Buchmann no livro *Arquiteto Lúcio Costa o inventor da cidade de Brasília: centenário de nascimento*, na oportunidade em que veicula textos e fotos sobre a inauguração da mesma,

A Designação de dia 21 de abril para a transferência da Capital Federal para o Planalto central, coincidindo com a data em que a nação celebra relevante episódio de sua história, a Inconfidência Mineira, tem alto sentido de reafirmar a independência almejada pelos idealistas da então Vila Rica do Século XVIII⁵⁵¹.

Na erudição renomada de José Campomizzi Filho, procurador de justiça, cronista, ensaísta e crítico literário mineiro, da qual fez uso o jornal *Folha do Povo*, da cidade de Ubá (MG),

A vinte um de abril de sessenta, quando a pátria inteira descobrir na data memorável do martírio de Tiradentes, Brasília será oficialmente declarada capital do país. Os próprios inconfidentes sonharam com essa mudança como um dos princípios fundamentais da nova republica. Quase duzentos anos depois, um filho destas montanhas soluciona o problema. E a nova capital marcará a redenção do homem do interior, a conquista das

⁵⁴⁹ CATROGA, Fernando. Op. cit., p. 58.

⁵⁵⁰ ORLANDI, Eni Puccinelli. *A Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999, p. 9-10.

⁵⁵¹ “Inauguração de Brasília 21 de Abril de 1960”. In: BUCHMANN, Armando. *Arquiteto Lúcio Costa o inventor da cidade de Brasília: centenário de nascimento*. Brasília: Thesaurus, 2002, p. 149.

terras incultas do oeste e a agitação da pátria buscando o lugar que lhe cabe de uma das maiores potências universais⁵⁵².

Aliás, tal inauguração foi amplamente marcada por analogias, reedições e sacralizações históricas, tanto que o escritor paraense e membro da Academia Brasileira de Letras Osvaldo Orico, afirmou e nos informou, com ardor, em crônica de sua autoria,

Sim. Eu vi a nova Capital nascer, sob as bênçãos de Deus a 0'hora do dia 21 de abril de 1960, no altar em que fora colocada a Cruz de ferro que acompanhou o almirante Pedro Álvares Cabral na nau capitânea em que ele avistou terras do Brasil⁵⁵³.

O *Correio da Manhã*, em agosto de 57, fala em tom diverso – e bem jocoso – sobre essa “data fatídica”, enfatizando que a mesma “já tem fornecido muita oportunidade para especulações”. Ao combater “o insensato projeto”, diz que “primeiro, hesitava-se entre ela [21 de abril] e o 7 de setembro e o 15 de novembro, etc., todas as possibilidades de emoção patriótica a ser manifestada na ocasião da transferência da Capital do Brasil”. Resolveu-se, enfim, nos informa o mesmo periódico, em favor da “tocante data de Tiradentes”⁵⁵⁴. “Talvez para aludir a novo enforcamento: o do Rio de Janeiro”⁵⁵⁵. Embora esse artigo não seja assinado, temos que admitir, é inteligente e mordaz a construção do autor e, nela, também ganha corpo uma *alusão passado-presente*, todavia, nada festiva e otimista, mas lúgubre e claramente apegada a um certo cinismo em relação a tal rito comemorativo. A *expectativa de enforcamento* daí resultante, por sua vez, é amarga, de inconformidade e de insatisfação com o futuro, ou melhor, com a futura transferência da capital para Brasília. A relação é a de que a *falha* do enforcamento no passado, não pode se repetir no futuro.

Já para os mudancistas, em franco contraste, a data escolhida faria reviver num contexto diferente, os sonhos, a idealização e a coragem de nosso herói republicano. E mais, a data também fazia alusão ao dia de fundação de Roma, 21 de abril de 753 a.C. Brasília é sua cidade-irmã. Em frente ao Palácio do Buriti, pode-se observar uma cópia da famosa escultura da *Loba Romana*, em bronze, amamentando os irmãos que, mitologicamente, são considerados os

⁵⁵² FILHO, Campomizzi. Nova capital. *Folha do Povo*, Ubá-Minas Gerais, 12 jul. 1957.

⁵⁵³ ORICO, Osvaldo. “Meninos eu vi”. In: BUCHMANN, Armando. *Construção de Brasília: “uma mensagem a Garcia”* - Documentário -. Op. cit., p. 96, 103.

⁵⁵⁴ Por mais confuso que possa parecer, em 21 de abril, comemoramos o dia em que Tiradentes, no ano de 1792, morreu enforcado. Dos Inconfidentes, foi o único executado e serviu de exemplo. Sua imagem de mártir e mito nacional remonta a configuração da República, como seu símbolo. O novo regime o aclama como um porta-voz precursor de um Brasil livre da colonização portuguesa.

⁵⁵⁵ DATA Fatídica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1957.

fundadores de Roma: Rômulo e Remo. A escultura foi um presente da Prefeitura da cidade italiana e simboliza justamente o nascimento da *urbe* que aniversaria também no dia 21 de abril⁵⁵⁶.

Num dado momento de sua entrevista a *O Globo*, Afonso Arinos, no dia 5 de janeiro de 1959, interrompeu o que estava dizendo e pegou um livro em sua biblioteca. Ao mesmo passo que procurava a página desejada, que se referia a outro grande nome da Inconfidência Mineira, Tomás Antônio Gonzaga, prosseguiu suas declarações, já relacionado-as com o conteúdo-alvo da busca,

– A aspiração da glória futura por empreendimentos materiais memoráveis é uma ilusão de certos governantes que se esquecem da sorte das gerações contemporâneas. O Governo do Brasil deve voltar-se para o povo e cuidar principalmente dos homens. Para isto, precisa de uma dose de ponderação, de humildade e de desprendimento de que não são capazes aqueles que vêm no Poder apenas um pretexto para a criação de seu renome.

Finalmente, lembra, pelo livro, os versos do “grande inconfidente”, que declara ser um dos poetas brasileiros de que mais gosta. Tomás Antônio Gonzaga “escrevia o seguinte, na nossa Vila Rica, há quase duzentos anos”:

“Ora, pois, louco chefe vai seguindo
A tua pretensão, trabalha e força
Por fazer imortal a tua fama
Levanta um edifício em tudo grande
Um soberbo edifício que desperte
A dura emulação na própria Roma.
Em cima das janelas e das portas
Põe sábias inscrições, põe grandes bustos
Que eu lhes porei por baixo os tristes nomes
Dos pobres inocentes que gemeram
Ao peso dos grilhões, porei os ossos
Daqueles que os seus dias acabaram
Sem Cristo e sem remédio, no trabalho.
E vós, indignos chefes, e nós veremos
A quais desses padrões não gasta o tempo.”⁵⁵⁷

⁵⁵⁶ O Palácio do Buriti é a sede do Governo do Distrito Federal e resultado do projeto do arquiteto Nauro Jorge Esteves, da equipe de Niemeyer. Inaugurado em 1969, seu nome vem de uma palmácea típica do cerrado, a buriti. “Pontos Turísticos: Palácio do Buriti”. In: http://www2.camara.gov.br/conheca/visiteacamara/pontosturisticos/pontos/palacio_buriti.html. Acessado em: 18/jul/2008.

⁵⁵⁷ GOVERNO só para o futuro que esquece o presente. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1959.

Assim, em consonância com Catroga, vemos que mesmo ao falar da expressão coletiva da memória, ou melhor, da *metamemória*, existem maneiras, no plural, de filiação. Afora os distanciamentos, tanto Ecléa Bosi, no campo da psicologia social, tanto Michel Pollak, num campo mais sociológico quanto Fernando Catroga, no tablado de historiador e valendo-se do referido conceito de metamemória, “que define as representações que o indivíduo faz da sua própria memória e o conhecimento que tem e afirma ter desse facto”, acreditam que esta *noção de análise* e confiam que esta *função do sujeito* (a memória) pode ser definida como um trabalho, ou seja, como um fenômeno construído, ou se ainda preferir, como *re-presentificação*, sempre, como já adiantado, decorrentes dos interesses e das preocupações pessoais e políticas do presente⁵⁵⁸.

No tópico pelo qual discute “a memória como função social”, assim se posiciona Ecléa Bosi,

Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais. Aturada reflexão pode proceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas a reparação⁵⁵⁹.

Esse labor mnemônico, revelado discursivamente, nos permitiu o acesso ao universo estimulante e complexo de representações que estão a sustentar epistemologicamente os jornalistas e a lhes desenhar seu perfil imaginário.

Sendo assim, os textos da mídia impressa são ao mesmo tempo narrativas do tempo e sobre o tempo. De tempos vividos, humanos. De tempos diferentemente forjados pela consciência. Trata-se de visões sobre a criação de Brasília temporalizadas *qualitativa e sensivelmente*. Pois, o desejo de transformar o acontecimento em um marco na vida nacional transbordou, aparentemente sem qualquer obstáculo, para marcos da história universal. Desarticulados de seu contexto e historicidade, a partir deles nasceram comparações que, às dezenas, reivindicam uma pertinência incontestável e auto-explicativa. Forjaram-se, desse modo, uma coerência e uma ordem – *bem próprias* – das mais diversas e dissonantes *estações passadas*,

⁵⁵⁸ BOSI, Ecléa. Op. cit., p. 55. CATROGA, Fernando. Op. cit., p. 43-44. POLLAK, Michael. “Memória e Identidade social”. Op. cit.

⁵⁵⁹ BOSI, Ecléa. Op. cit., p. 81.

com pouquíssima cronologia e muita simbologia. Nessa feita, a construção de Brasília foi elevada ao rol dos grandes eventos do mundo.

Segundo documento sobre a questão da mudança da capital, produzido pelo Escritório de Propaganda de Amsterdã (Holanda),

Sem dúvida alguma, o mundo se referirá à 'BRASÍLIA' como o 'Milagre brasileiro', da mesma forma como foram festejados com calorosos elogios, os principais marcos na história universal: a abertura do canal de Suez, a reconstrução da cidade de Roterdan, o 'Wirtschaftswunder' alemão, a travessia do submarino no "Nautilus" sob os gelos árticos⁵⁶⁰.

Pouco importa se esses episódios não são muito conhecidos para a maioria de seus leitores, o essencial, é que consigam despertar neles a impressão de sucesso e grandiosidade.

Falando nisso, em 29 de junho de 1958, no almoço oferecido aos participantes da I Conferência Internacional de Investimentos, realizado no Brasília Palace Hotel, como prolongamento do encontro iniciado em Belo Horizonte, o presidente JK mostra-se empenhado em impressionar seu público:

Há poucos dias, eu ouvia, do ilustre Ministro do Comércio da Inglaterra, que visitou o Brasil, uma consideração, acerca do que estamos tentando realizar. Dizia ele: "O Brasil quer fazer, dentro das suas fronteiras, o império que a Inglaterra teve de fazer fora, para desenvolver suas indústrias".

Finaliza: "com essas palavras, agradeço, penhoradíssimo, aos senhores, que comparecem a essa região, tão pouco conhecida do Brasil. Peço a Deus que ilumine o Brasil e para que, todos nós, unidos e fortes possamos realizar, para nossa Pátria, o velho sonho de torná-la economicamente independente"⁵⁶¹.

Por sua vez, o *Estado de São Paulo*, ao editar o discurso do Sr. Lincoln Feliciano, deputado pelo PSD de São Paulo, recua ainda mais na história, inspira-se, contra Kubitschek e a nova capital, na Atenas antiga. O título da matéria "Entre Atenas e Brasília", entretanto, foi, confessadamente dado por tal periódico, a partir de sua interpretação do pronunciamento,

⁵⁶⁰ *A Luta por Brasília* é o título do documento citado, que foi, originalmente, escrito em outra língua, mas Georgete Medleg só teve acesso a ele traduzido para o português. O texto é dividido em sete blocos e o trecho por nós utilizado faz parte do último: *Tempo Record*. Fundo NOV.-B-03-ArPDF = Fundo NOVACAP – Série Presidência – Subsérie Correspondências – Arquivo Público do Distrito Federal apud RODRIGUES, Georgete Medleg. Op. cit., p. 93.

⁵⁶¹ Discurso do Senhor presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek, pronunciado no "Brasília Palace Hotel" durante o almoço oferecido aos participantes da I Conferência Internacional de Investimentos, em 29 de julho de 1959. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1958.

oferecido em sessão pelo político pessedista que, “milita praticamente na oposição ao governo da República”, embora tenha sido eleito, em 1954, pelo mesmo partido que o presidente o foi em 1955.

O discurso desse “homem das letras”, comparava a decadência política de Atenas com a que, aos seus olhos, se processava no Brasil, e dizia o seguinte,

“De certo modo, pode-se cotejar a grandeza e a decadência da democracia em Atenas com a grandeza e a decadência da democracia no Brasil.

Péricles, o sublime, que foi superior a Aristides, o justo, a Temístocles, o forte, e a Cimon, o generoso, entregava-se, de corpo e alma, ao governo de Atenas. Entre tantos oradores, era o único ouvido pelo povo, pois só ele via o que a cidade precisava, adornando-a com novos feitos, com novos melhoramentos, com novas cores, com novas idéias. Cada manhã, os habitantes de Atenas despertavam, deslumbrados com um novo esplendor.

O celeiro da cidade andava sempre cheio. Limitado era o preço dos gêneros de primeira necessidade, sobretudo o trigo. Aos comerciantes, lícito não era auferir, em cada alqueire de cereal, lucro superior a um óbolo, equivalente a dez centavos de nossa moeda. “Esprema-se o rico – era o “slogan” popular de então. Os indivíduos de grande fortuna, obrigação tinham de custear as festas teatrais, as corridas, as regatas, as embaixadas esportivas e de prover a alimentação da assistência nas solenidades religiosas.

Os jovens se reuniam na “Praça da Moça e do Cavalo”, onde, em passado longínquo, uma moça fora enterrada viva com o cavalo que a levava a seu amado. Ali dançavam, conversavam e trocavam espiritualidades. Bailarinas frigias, as mais lindas mulheres do mundo, ajudavam a digestão dos comensais com seus volteios excitantes. A dança, de fato, desenvolve o corpo todo: as pernas, os braços, o tórax e até as mãos. Um corpo em movimento é sempre belo.

A’quela época, o homem era a medida de todas as coisas; porém, só o homem moral, ético e virtuoso tinha o direito de se medir por essa escala. “Para a edificação de um Estado, necessidade há de se construir o homem que nele vive” – era a concepção do momento.

Sócrates, filosofando, pregava, em todos os lugares: “quanto melhor fordes, mais o Estado prosperará. Não entregueis a construção de vossa casa senão a um arquiteto experiente. Quereis um grande perito para vos ferrar o cavalo e um hábil sapateiro para vos solar o calçado. Só na ministração da coisa pública, então, não tereis a preocupação de escolher o mais avisado?”

E prosseguiu, chamando a atenção de sua platéia:

Mas, sr. presidente e srs. deputados, tudo na vida passa. Passam as alegrias e as amarguras passam. Passam os sonhos e passam os desenganos. Passam os propósitos e até os despropósitos. Passam os povos e até as nações passam...

Chegou a vez do “andres athenaiol”, do seu regime e da própria Atenas. Péricles tinha tudo por si. Zenon ensinara-lhe a dialética; Delmon, a filosofia; e Pitoclides, a música. Agarista, quando o viu, pela primeira vez, divorciou-se de Hiponico e com ele se casou. O carro nupcial, segundo historiadores, puxado foi por seis bois brancos. Agarista era moça e formosa, além de riquíssima. Péricles, ainda no vigor dos anos, era culto e eminente. Decorridos os primeiros anos, escancarou-se, entre os conjugues, um abismo

profundo. Apesar dos filhos do casal (Xantipo e Paraio), o enlace acabou em divórcio. Aspásia, a amante de Péricles, que lhe dera um filho, de nome Noto, saiu vencedora. Depois, vieram: a guerra contra Esparta; a peste; a morte de Péricles; o casamento de Aspásia com Lisicles, o mercador de gado; o prestígio de Cleon, o sapateiro; o descrédito da família; a compra de homens; a triste agonia de Atenas...

Abriu-se um precipício entre o moderno e o antigo. Tudo quanto se ligava ao passado deveria ser esquecido. O sicofanta tornou-se o homem mais temido da cidade. “Para os postos de relevo, antes os estúpidos que os sabichões” – era o lema da nova geração, em ruidosos ladrados. A reforma constitucional de Psistrato aboliu o sufrágio universal. A tirania reacionária substituiu a tirania revolucionária. No começo de abril de 404, antes de Cristo, Atenas capitulava, cercada pelo inimigo e aflita pela fome. Lisandro, o conquistador espartano, com sua capa de púrpura e seu bastão de marechal, começou a impor sua vontade aos atenienses, da mesma plataforma em que, noutros tempos, falava Péricles. Destruídas foram as muralhas que cercavam a cidade, os seus arsenais e as estruturas de seu porto. Os homens de brio fugiam de Atenas. Mil vezes a desgraça de um exílio do que o vilipêndio de uma escravidão...

O Sr. Lincoln Feliciano, não tem dúvidas: *a História se repete,*

O que se passou em Atenas, *mutatis mutandis*, está se passando no Brasil. Nossa democracia, de dia para dia mais desmoralizada, está à espera de quem lhe imprima ordem, decência, dignidade. O Executivo volante não tem tempo de estudar e de resolver os grandes problemas nacionais. Em avião, o pavor de uma pani afugenta uma reflexão. Entre recepções, festas, banquetes e despedidas, não há quem medite, de maneira profunda, sobre qualquer assunto. O Judiciário, como no “Rigoletto”, canta: “La Donna é móbile qual piuma AL vento...”, do duque de Mantua. O legislativo comporta-se como um clube de diversões: política, pilherias, retaliações... Assim, o regime, dentro em breve, irá à garra. Lisandro esponta no horizonte, com a sua capa de púrpura e o seu bastão de marechal!... Sr. Presidente e srs. Deputados: o que aconteceu em Atenas bem pode acontecer no Brasil!... Era o que eu tinha a dizer”⁵⁶².

A democracia, no governo de Juscelino, caminhava para a desmoralização e, dela, aproximava-se o “bastão de marechal”...

O que Baczko afirma sobre o contexto da Revolução Francesa também é verdadeiro para o contexto da criação de Brasília, seus protagonistas, quer aqueles que glorificavam a empreitada, quer os que desejavam detê-la, acusando-a, “vêm-se obrigados a esconjurar um

⁵⁶² ENTRE Atenas e Brasília. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 dez. 1957.

destino incerto por meio de programas, senão mesmo visões do futuro; têm de imaginar situações futuras para si e para os adversários”⁵⁶³.

No cerimonial de instalação da “pedra fundamental” da nova sede da Confederação Nacional do Comércio em Brasília (CNC), o presidente da instituição, o paulista Brasília Machado Neto declarou, na presença de Juscelino, segundo edição do *Diário Carioca*, em 58, que “a instalação da nova sede da entidade simultaneamente com a mudança do governo obedecia ‘ao ímpeto desbravador inerente à nossa profissão’, mas também ‘ao propósito de trazer de modo concreto a esta obra de coragem e patriotismo (...) o seu apoio e incentivo’”.

Homem do mundo do comércio e da política, definiu, na ocasião, a construção de Brasília como “uma marcha do país para a integral conquista de si mesmo”. Uma vez que “a capital transportada para o interior constitui providência de incalculável alcance político, social e econômico, capaz de por si só determinar mudança fundamental na fisionomia do país”. Nessa sua “mensagem de confiança no Brasil” expôs ainda a perspectiva de que com tal medida “se planta simbolicamente a grande pátria do futuro sobre o alicerce gigantesco que se fez necessário”⁵⁶⁴.

Não podemos ignorar o fato de que a própria campanha de JK se fez voltada para o futuro, que se evidenciava por meio de metas a serem alcançadas. A construção da nova capital era a trigésima primeira delas, no entanto, tinha a hercúlea tarefa de *meta-sintetizar* as demais. Ela foi transformada em símbolo da opinião de que era possível dar um verdadeiro salto no tempo, de fazer “50 anos em 5”.

Em tal raciocínio, ninguém “mais acertado” que o chefe máximo da nação, para prever “melhor que qualquer outro de seus compatriotas, o porvir de sua pátria”, profere o já aludido texto do Escritório de Propaganda de Amsterdã. E prossegue:

[Com Brasília] Dentre as grandes potências mundiais, será o Brasil, num futuro bem próximo, o país que assumirá a liderança na orquestra mundial, devido às possibilidades infinitas, tornando-se uma espécie de “USA” da América Latina⁵⁶⁵.

O Brasil era, pois, uma promessa a começar por Brasília.

⁵⁶³ BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 320.

⁵⁶⁴ JK mudará a capital mesmo em 1960, disse. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 out. 1958.

⁵⁶⁵ Agora, o fragmento citado compõe o segundo bloco do documento: *Centro Governamental com meio milhão de habitantes*, que se consubstancia num esforço em desemaranhar os objetivos de JK ao construir Brasília. Fundo NOV. –B-03-ArPDF = Fundo NOVACAP – Série Presidência – Subsérie Correspondências – Arquivo Público do Distrito Federal apud RODRIGUES, Georgete Medleg. Op. cit., p. 91.

Todavia, como nos traz Roger Chartier, é preciso postular que existe uma distância entre o sentido visado e o sentido produzido, “uma distância em que podem insinuar-se reformulações e desvios”. A força de imposição de sentido da propaganda oficial não anulou o espaço próprio de sua recepção, que pôde ser “aderente” (condição bem ilustrada pelos periódicos trabalhados acima), mas também resistente, astuta, rebelde⁵⁶⁶. Nesse esteio, reafirmamos, os jornalistas são concomitantemente autores e leitores. Omitem juízos sobre a criação de Brasília e ao mesmo tempo refletem sobre o juízo emitido pelos “outros” – jornalistas, cronistas e articulistas, governo, políticos e “senso comum”.

“Calma”! Pede o já conhecido artigo *Convite à paciência* do *Diário de Notícias*, em 1959, a seus leitores. Pois, embora continuem a “agravar-se as condições de vida das populações brasileiras, do extremo-norte ao extremo-sul”, há o convite do presidente ao regozijo futuro de um novo e mais perfeito país, que é também, sustenta o mesmo discurso, e não se pode negar, vistas e sentidas as nada entusiasmantes condições presentes, um “convite à paciência”. De maneira veemente persistiu em sua dissuasão, citando uma velha anedota que fala “do cavalo que morreu de fome, com imenso pesar e ainda maior surpresa de seu dono, quando ... parecia já estar se habituando a não comer”. “Mas”, tranqüilizem-se, “isso é anedota”, afirma com sarcasmo. “O sr. Juscelino Kubitschek jura que todos os nossos males nacionais ficarão curados com Brasília”.

Tal oração do *Diário de Notícias* – resistente, astuta e rebelde – tentou se impor como uma reação ao lirismo romântico presente em algumas vozes desse passado que, com grande emoção, falavam pela mudança, a apoteose sentimentalista de um Brasil de fortunas imaginado com a criação de uma nova capital longe do litoral. No entanto, não é com menor paixão que bradou pelo realismo e pela razão; pois aduziu que as benemerências alardeadas pelo presidente *seriam* contestadas pelos fatos e que, embora ele apele sempre para as reservas de confiança no Brasil, a verdade, é que elas aparecem esgotadas.

O governo “confia no fôlego brasileiro”, enquanto, de fato, só há resignação, privação e espera. Quando e como virá essa riqueza e glória? É a inquietação reinante. Com Brasília e no futuro? Se desse modo for, concluiu, “paciência, portanto”⁵⁶⁷.

No imaginário antimudancista, recursos estupendos seriam enterrados numa obra grandiosa, dispensável e – *antecipadamente* – vislumbrada como fracassada, em nome de uma

⁵⁶⁶ CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 8, 12-16.

⁵⁶⁷ CONVITE à paciência. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 03 jan. 1959.

miragem de abundância futura, quando deveriam ser investidos em problemas mais emergenciais e, por conseguinte, preferenciais. Como coloca em “A nova aventura”, o *Estado de São Paulo*,

(...) tudo faz crer que o projeto do ex-governador mineiro [JK] se resumirá num formidável desperdício de dinheiro, base de novas fortunas ilícitas acumuladas em detrimento de um povo miserável e revoltado. Temos a convicção de que nada mais resultará, além de novos escândalos, de novos gastos inúteis, de novas protelações da solução dos problemas realmente essenciais, do projeto em que se compraz a leviandade da administração federal. Mas em nada disso pensa o sr. Presidente da República, sucedendo-se as nomeações de comissões e quejandos (sic.) organismos destinados a absorver, com altos vencimentos e outras formas inconfessáveis de remuneração, recursos que poderiam, bem aplicados, reduzir as angústias do povo e aplainar o caminho para o pacífico desenvolvimento nacional⁵⁶⁸.

O tom é mesmo de puro pessimismo, em março de 1957, o artigo “Pirâmide Brasiliense”, afirma que “neste país de felás o Sr. Juscelino Kubitschek deseja transformar-se num faraózinho. Eis porque se obstina em construir Brasília a passo de ganso. Brasília será seu Túmulo”⁵⁶⁹.

Entretanto, em *Meu caminho para Brasília*, seu livro de memórias, Kubitschek almejava incitar um tipo de associação bem diversa, ao *recordar* do que lhe disse, um dia, a princesa Marina da Grécia, duquesa de Kent, quando a levou para conhecer a *capital do futuro e da esperança*.

Ao ver a cidade, que, naquela época – meados de 1958 – era apenas um gigantesco canteiro de obras, comentou, extasiada: “O senhor constrói, Presidente, como os faraós do Antigo Egito o faziam”. Sorri, mas corrigi a observação: “Quanto à monumentalidade, é possível que sim, Alteza, mas quanto aos objetivos, seguimos caminhos diametralmente opostos. Os faraós construíram para os mortos, e eu construo para as gerações do futuro”⁵⁷⁰.

No jornal *Luta Democrática* do Rio de Janeiro, em outubro de 57, lê-se: “Brasília trará a sua enganosa bem-aventurança, mergulhando a Nação no caos!”⁵⁷¹.

Já a *Tribuna da Imprensa*, famosa opositora do governo, protestou dias após a inauguração da cidade, pressentido decepção *a posteriori*: “Saudade será problema quando a festa

⁵⁶⁸ A NOVA aventura. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 05 out. 1956. Notas e Informações.

⁵⁶⁹ PIRÂMIDE brasiliense. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1957.

⁵⁷⁰ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília: a experiência da humildade*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974, v. 1, p. 112.

⁵⁷¹ A VERTIGEM do Poder. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 19 out. 1957.

acabar”⁵⁷². Bem antes, em 20 de outubro de 1956, o *Correio da Manhã* brandia um “Futuro Romântico” a Brasília, ao apostar que as suas obras ficariam inacabadas e se tornariam ruínas⁵⁷³.

No entanto, aversões de tal gênero incitaram reações combativas, como a de Rubens do Amaral no igualmente carioca *Diário de Notícias*, em 1956:

(...) Se tais cavalheiros regressassem ao mundo dentro de cem anos, haveriam de profundamente envergonhar-se do que estão dizendo, à vista do progresso material, demográfico e político que o Brasil realizará graças à implantação da nova Capital no planalto goiano, com as fatais irradiações para Mato Grosso, a Amazônia, o Nordeste, todos os quadrantes, dinamicamente⁵⁷⁴.

Aclamando uma memória de vitória do planejamento, seguida, mais uma vez, do triunfo existencial e funcional da cidade de Belo Horizonte como centro do Estado mineiro, perfez-se, no “Almoço da Cidade”, a retórica presidencial: “Amanhã, todos os que se erguem contra a Nova Capital da República também serão confundidos, emudecerão em face da pujante realidade”⁵⁷⁵. O êxito mudancista também é projetado em *A Noite* pelas palavras de Luís Delfino: “Dentro de alguns anos o mundo se curvará ante Brasília”⁵⁷⁶.

Sob o título “Brasília, a Cidade Menina”, o texto de *O Semanário* tributado a Amaury Mercadante, publicado em agosto de 1957, é aguerrido e empolgante,

Sejamos sensatos!
Olhem com olhos esperançosos a obra que ora se realiza, porque futuramente teremos a prova do seu valor tão grande.
Olhem com bons olhos a cidade-menina, filha do nosso esforço e da nossa confiança no futuro⁵⁷⁷.

E, ainda, por mais que colunas jornalísticas se apegassem ao fato de que, como indica Koselleck, “das experiências se pode esperar hoje que elas se repitam e sejam confirmadas no futuro”, seus autores sabiam e sentiam, à semelhança do citado autor, que “sempre as coisas podem acontecer diferentemente do que se espera”⁵⁷⁸.

⁵⁷² *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1960.

⁵⁷³ FUTURO Romântico. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 out. 1956.

⁵⁷⁴ AMARAL, Rubens do. Piratininga e Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1956.

⁵⁷⁵ JK em Belo Horizonte: Como a vossa lição se há de fazer em Brasília. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1957.

⁵⁷⁶ O referenciado anúncio de Luís Delfino sobre as obras que estavam sendo realizadas em Brasília foi feito durante almoço realizado no Palácio da Alvorada. *A Noite*, Rio de Janeiro, 20 dez. 1957. Boletim de Brasília.

⁵⁷⁷ MERCADANTE, Amaury. Brasília, a Cidade Menina. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 08 ago. 1957.

⁵⁷⁸ KOSELLECK, Reinhart. Op. cit., p. 311-312.

Como a crônica escrita por Augusto Meira no *Jornal do Brasil* durante o quinquênio juscelinista, muitas outras no mesmo intervalo de tempo, de modo mais ou menos explícito, cederam brecha à dúvida “do tempo que virá”, sem, contudo, abdicar a tentação de um palpite (no caso demonstrado abaixo nitidamente desfavorável),

O Sr. Presidente, com a boa vontade que o caracteriza, fala de modo especial na mudança da Capital. S. Exa. se diz persuadido de que isso constitui um bem para o País. Fala na marcha para o oeste e até mesmo em dar as costas ao mar. Praza a Deus que S. Exa. tenha razão neste ponto de vista e possa com seu pulso voluntarioso construir a nova Capital e fazer a preconizada mudança. Tudo que for para o bem do Brasil é de desejar e é possível que da altura em que se coloca, como chefe da Nação, possa S. Exa. melhor devassar os horizontes do futuro. Nós entendemos que a mudança da Capital é um erro e já chegamos a vaticinar que, se isso se realizasse, a Capital voltaria novamente para o Rio de Janeiro. **Vamos ver de que lado se colocará o destino**⁵⁷⁹.

A tão propalada idéia de uma *Revolução Mudancista* fundamentou-se em marcos inaugurais, em batismos, dos mais formais aos mais rotineiros, de modo que ela, a estaca zero, estivesse sempre presente. Afinal, a sensação de vazio a ser preenchido tinha que tomar conta dos brasileiros. E, assim, temos a Primeira Cruz da Nova Capital, que “desde maio de 1956 estava fincada no ponto mais alto do Sítio Castanho, já escolhido para ser o território da nova capital”⁵⁸⁰; a Primeira Missa, ecoada e conhecida como “Missa Campal”, realizada em 3 de maio de 1957, onde

O Coro feminino da Universidade de Minas Gerais entoou cantos religiosos, o Papa Pio XII mandou uma mensagem aos brasileiros e Juscelino saudou “o dia do batismo do Brasil novo. É o dia da esperança. É o dia da cidade que nasce”⁵⁸¹.

E, como a história tem mesmo, nesse momento, papel e presença decisivos nos discursos, tal data foi muito bem escolhida, pois

Diante de uma grande cruz, levantada na praia em 1º de maio de 1500, Frei Henrique de Coimbra, Capelão da Armada Portuguesa, celebrou a primeira missa na terra que se chamou Vera Cruz, depois, Santa Cruz e, mais tarde Brasil, nome tirado da madeira vermelha, pau-brasil, extraordinariamente abundante na nova terra descoberta. Em 3 de maio de 1957, um cruzeiro, feito de pau-brasil, se levantou em Brasília e em torno dele

⁵⁷⁹ MEIRA, Augusto. A oração presidencial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1957 (grifos nossos).

⁵⁸⁰ “A cruz de madeira até hoje está fincada no canteiro central do Eixo Monumental, numa praça simples, onde fiéis tradicionalmente acendem velas”. Cf. “Primeira Missa”. In: *Brasília 40 Anos: uma história que continua sendo escrita*. Correio Braziliense/TV Brasília. Op. cit., p. 63.

⁵⁸¹ “Primeira Missa”. In: Idem, *Ibidem*, p. 63.

uma multidão assiste à Primeira Missa na futura Capital do Brasil que há de ser uma das maiores nações do mundo⁵⁸².

Amaury Mercadante, em sintonia, afirmou que,

Quando no dia 3 de maio passado foi realizada a primeira missa em Brasília, aquele ato religioso se assemelhou em muito ao primeiro realizado no Brasil em seu descobrimento. Em 1500 era o Brasil que nascia; hoje é o Brasil que renasce.

Na recém-nascida cidade, Dom Carlos Carmelo, cardeal de São Paulo, oficiou o ato religioso, na presença do presidente da República, ministros, governadores, altas autoridades militares e civis, senhoras da nossa sociedade, caboclos residentes nas proximidades, e índios da região, muitos vindo da ilha do Bananal, apresentando seus trajes típicos, pintados e adornados com penas. Foi assim, pode-se dizer, batizada a “menina Brasília”⁵⁸³.

“Foi assim”, quer dizer aí, clamor e aval de várias *tribos*. Ou seja, “senhoras da sociedade” e “índios da região”, todos reunidos na diversidade que a epopéia mudancista era capaz de abrigar. Todos juntos na benção solene. Ora, trata-se então, da imagem de uma multidão díspar, não obstante irmanada na contemplação da altiva agraciação da *cidade-guia*, guia de novos horizontes ao país.

No que concerne ao campo do imaginário antimudancista, que representamos aqui, pelo *Jornal do Brasil*, em 14 de agosto de 1957, seu discurso sobre tal evento é absolutamente diverso,

Conta-se, mesmo, que índios mansos que por ali faziam o comércio miúdo das recordações no aeroporto, decidiram utilizar como objeto altamente comerciável, o retrato do Presidente Juscelino, na sua primeira visita à nova Capital. Mas esse “souvenir” foi substituído pelo da segunda, e quando chegou a oportunidade de mudar pela trigésima vez a indiana, falida, desertou e regressou ao Araguaia, de onde só voltou para, trajada a caráter, acabar de compor o cenário de Victor Meirelles na primeira missa...⁵⁸⁴

⁵⁸² *Jornal do Comércio*, Recife, 06 mai. 1957.

⁵⁸³ MERCADANTE, Amaury. Brasília, a Cidade Menina. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 8 ago. 1957.

⁵⁸⁴ IMIGRANTE em Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1957.



Ilustração 2 - A primeira missa no Brasil – Victor Meirelles

pacificamente, inspirada na descrição da carta de Pero Vaz de Caminha, enviada ao rei de Portugal, D. Manuel I. *A primeira missa no Brasil*, com seu *excesso de imaginação*, germinou o imaginário nacional, como ato heróico e ecumênico⁵⁸⁵.

Dois meses antes da “Missa Campal”, em março de 1957, a febre comemorativa e de celebração deu sinais de amplo contágio, embrenhou-se na consciência popular, aproveitou-se da circularidade cultural entre o “mundo que administra” e o “mundo que é administrado”, pois a primeira menina nascida em Brasília “recebeu o nome de Brasilina, filha do casal Juanita de Queiroz e Valfrido de Freitas”.

Em 1959, JK presidiu a inauguração da rodovia Belém-Brasília, “o caminho do futuro”, no dia 1º de fevereiro, “na região de Açailândia, em plena selva Amazônica, com a solenidade que veio marcar o rompimento da floresta virgem”⁵⁸⁶.

Tal empreendimento, contudo, teve uma forte contra-propaganda na imprensa, o próprio Jânio Quadros, futuro sucessor de Juscelino e primeiro Presidente da República a ser empossado na nova capital, “já havia dito que a Belém-Brasília era uma ‘estrada para onças’, tamanho o descrédito na interiorização do país”⁵⁸⁷. No mesmo sentido, reclamando atenção para

⁵⁸⁵ “Victor Meirelles”. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Victor_Meirelles_de_Lima. Acessado em: 30/ago/2008; “Tudo sobre Victor Meirelles de Lima”. In: <http://brasiliavirtual.info/tudo-sobre/victor-meirelles-de-lima>. Acessado em: 30/ago/2008.

⁵⁸⁶ “Brasília - 1957”; “Inauguração da rodovia Belém-Brasília”. In: BUCHMANN, Armando. *Construção de Brasília: “uma mensagem a Garcia” - Documentário -*. Op. cit., p. 30, 39, 66-67.

⁵⁸⁷ “A Primeira População”. In: *Brasília 40 Anos: uma história que continua sendo escrita*. Correio Braziliense/TV Brasília. Op. cit., p.65.

onde há, de fato, intenso trânsito – e, de carros – o *Diário de Notícias* é amargo em dezembro de 1958,

Está empenhado o governo na abertura da Belém-Brasília e concentrando recursos na construção da Novacap, enquanto descarta a simples manutenção de estradas como a Rio-Bahia, da qual depende o fluxo cada vez mais volumoso entre as duas grandes ilhas demográficas do país [Norte-Nordeste e Centro-Sul]. Já a ligação com o extremo sul, por meio do chamado TPS (Tronco Principal Sul), a cargo de unidades de engenharia míngua de recursos com sérios inconvenientes para as regiões interessadas. O desequilíbrio e a incúria dominam, como se vê, a administração federal em nossos dias⁵⁸⁸.

Mas Juscelino e “sua trupe” estavam irredutíveis. Queriam cortar de alto a baixo o país, ligando a floresta Amazônica ao sertão goiano, e assim o fizeram. Às representações de pioneirismo e audácia plasmadas nesse ato foi se somar a imagem de patriotismo pela irradiação da civilização no interior nacional sob a forma de asfalto, inovador e propulsor asfalto, sobre o qual, como apontava JK, desde o início de seu mandato, “rodarão veículos de fabricação nacional”⁵⁸⁹. Pois, não havia apenas oposição, para o grupo de apoio no qual Juvenal Rodrigues de Moraes é um expressivo exemplo,

Bastaria essa realização rodoviária, de que os jornais e revistas das cidades litorâneas começam a publicar fotografias expressivas, para que se qualificasse de benemérito o empreendimento que está sendo corajosamente realizado. É a integração do patrimônio econômico e social da nação, de um território maior que o que é, hoje, explorado pelo trabalho de nossa gente⁵⁹⁰.

E, claro, o mais gracioso e elaborado *rito de início*, o clímax da *Ilíada Mudancista*, a inauguração da “cidade ciclópica”. O discurso intitulado, não fortuitamente, “Prece Natalícia de Brasília”, lido na cerimônia que expunha à vista e ao uso público o Museu da Cidade – projetado por Oscar Niemeyer e marco oficial da transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, “no dia 21, às doze horas e trinta minutos” – pelo seu autor, o jornalista, ensaísta, tradutor e poeta Guilherme de Almeida, na presença do presidente Juscelino Kubitschek e de seu séqüito, trazia ao público, de forma barroca que,

⁵⁸⁸ INCÚRIA Governamental. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 dez. 1958.

⁵⁸⁹ Reportagem de Fausto Wolff/Fotos de Ivo Barretti y Jáder Neves. “De Norte a Sur em veículos nacionais: Brasil de JK”. In: *Manchete*. Op. cit., p. 56-59.

⁵⁹⁰ MORAES, Juvenal Rodrigues de. Brasília é um novo ciclo na história de nosso país. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 12 dez. 1958. Na Assembléia.

Agora e aqui é a Encruzilhada Tempo – Espaço, Caminho que vem do Passado e vai ao Futuro; caminho do Norte, do Sul, do Leste e do Oeste; caminho de ao longo dos séculos, caminho de ao longo do mundo: - agora e aqui todos se cruzam pelo sinal da Santa Cruz.

Ave, Cruz; Tanta cruz pelos caminhos, através tanto tempo e tanto espaço; Deus de braços abertos para os homens, do broquel dos Cruzados estampou-se, potência, de goles e vazada, no velame das naus da Descoberta, do Restelo veio a ela ao Mar de Ignoto, e, seguindo “por este mar de longo”, na passagem de linho, a noite, quando mergulhou no horizonte e tramontana, o céu de lua-nova persignou-se no Cruzeiro do Sul de Mestre João.

Vera Cruz, Santa Cruz – Chamou-se a terra achada e “em tal maneira graciosa” que deu árvore sua à cruz chantada para a missa, e que foi padrão de posse, armoriada de quinas e castelos.

Crucifixo foi a arma que, nas selvas, contra as flechas ervadas empunharam “ad maiorem Dei gloriam” as missões.

Signo heróico daqueles que partiam de cruzeiro dos adros aos sertões, foi o gesto, na gesta das Bandeiras do que elevou a mão para benzer-se e levou-a depois à cruz da espada.

Presidiu o ansioso cruzamento dos três sangues que as redes e as esteiras conchegaram nas ocas e senzalas, Subiu a um cadafalso de igonominia (sic) para o beijo final de um sonhador. Sobre a esfera-armilar de uma coroa e no centro estelar de uma bandeira foi fulcro supremo do poder.

E da intersecção de auroras e poente – setas em cruz sobre arcos retesos – paratiram os dias, partiram as noites, cruzaram os ares, cruzaram as terras, por séculos e anos e luas e...

... E, um dia augural, num alvo papel pregado à prancheta a cruz sempiterna pousou sua sombra e – um traço, outro traço – “do gesto primário de quem assinala um lugar” dois riscos cortando-se em ângulo reto, e, pois, de uma cruz nascente, Brasília!

E, sublimação do “gesto primário”, ponto de encontro das fundas raízes do Tempo e do Espaço, emergentes da Terra em forma de cruz.

E, porque és cruz, és Fé; e porque és Fé, Brasília, sozinha no plaino serás a inatingível, a ílesa: na ílesa sombra, a teus pés, não se há de tramar o torvo conluio dos quatro elementos, nem contra os teus muros as fúrias adversas prevalecerão.

Chuva que te inunde,
Vento que te açoite,
Sol que te incendeie,
Bruma que te ofusque,
Astro que te agoure,
Raio que te toque:
- Tu secarás a chuva
abaterás o vento
apagarás o sol dissiparás a bruma,
conjurarás o astro,
embotarás o raio!

Aí estás, Brasília! E como estás vivendo belamente este instante que é, de todos os teus instantes, o eternizador; Aí estás, Brasília! E, como estás, pareces ave de asas abertas sobre a terra: vôo pousado para alçar-se, ativo!.

Aí estás, Brasília do olhar de menina! Menina-dos-olhos olhando sem mágoa o Passado e sem medo o Futuro, sem ver horizontes na terra e no céu porque eles recuam ao impacto impetuoso das tuas pupilas; com teu meridiano que foi Tordesilhas: corda torcida que os seus ancestrais distenderam para que aos quatro ventos soltasse agora o teu gesto de setas – és tu, juvenilia, “nom urbs sed evitas”, o centro da Cruz Tempo-Espaço, plantada no seu Quadrilátero, com suas quatro hastes que são quatro séculos, e são quatro pontos cardeais, e são quatro ciclos de ação: o da Descoberta, o do Bandeirismo, o da Independência e o da Integração.

Feita do fluxo e do refluxo das forças que dão poder, centrípeta para tornar-se centrífuga, Brasília, é a tua Cruz da Quarta Dimensão, e Tetragrama do Milagre Novíssimo que és tu; a que dirá “Presente!”, impávida, ao chamado do fasto e do nefasto; a que é Marco Zero das vias todas, da mais ínvia a mais viável; o ímã parta limalha de aço do trabalho; a ponta do compasso autor da Equidistância;

Brasília, a tua Cruz que é Presépio também e a cujos pés a ti, no teu Natal, rogamos:

- Barca da esperança,
Carta de marcar,
Rosa-dos-Ventos,
Vela de conquista,
Figura de proa,
Bandeira de popa,
Tone de comando,
Estrela do mareante,
Porto de destino,
Ancora de firmeza,
Portal do sertão,
Corda de arco,
Ferpe de Flecha,
Doutrina da taba,
Foíce de desbravamento,
Clareira da selva,
Clarinateda no ermo,
Bateia de garimpo,
Diadema de esmeraldas,
Crizol de raças,
Ara da liberdade,
Trono de império,
Barrete frígio,
Toque de Alvorada,
Meta das metas:
- Vive por nós!⁵⁹¹

Perdoem-nos a imensa citação. Mas ela é indispensável para nossos propósitos nesse Capítulo. As inferências passado-presente-futuro submergem durante todo o texto, que é belíssimo e empolgante, desde o título “Prece Natalícia” que, em toda a *potência histórica* é capaz de avivar com destreza a imagem de redenção nacional, ao toque de mestre na assinatura do texto, pois abaixo do nome do autor, Guilherme de Almeida, lê-se “Ano I, dia 1º de Brasília” – e, nesse sentido, abre-se a fresta para se encarar a mudança da capital como uma espécie de *Revolução Francesa do Brasil*, não menos impactante para nós que aquela eclodida em 1789 pelos princípios de “igualdade, liberdade e fraternidade”⁵⁹² que, aliás, não foram de modo algum,

⁵⁹¹ “Prece Natalícia de Brasília”. In: BUCHMANN, Armando. *Construção de Brasília: “uma mensagem a Garcia”* - Documentário -. Op. cit., p. 85-87.

⁵⁹² A Convenção Nacional, governo revolucionário radical, liderado pelos jacobinos, após proclamar a República (setembro de 1792), estabeleceu aquele que seria um de seus feitos mais simbólicos: a adoção de um novo calendário. Nele, o primeiro ano da República foi chamado ano I. Muitos entre esses revolucionários acreditavam e

estranhos à imaginação mudancista. Sua Marselhesa seria o hino composto por Alcyr Pires Vermelho e Miguel Gustavo, “Alvorada em Brasília”, que fora transmitido no jornal *Última Hora*, em 26/01/59,

“Canta Brasília ao Sol!
Luz da alvorada no sertão
[sem fim.
Brasília vai desbravar
O chão que era tão triste e
[só...
Salve Brasília!
Salve o Pioneiro, e os que
[hão de vir
Para ver um Brasil maior,
Que havemos de construir!
Todos juntos, a caminhar,
Mundo Novo a se levantar,
Já Brasília surgiu.
Brasil ficou muito mais
[Brasil!”⁵⁹³

Brasília nasceu para livrar o Brasil de seus pecados, de seus problemas, veio ao mundo nacional para regenerá-lo, não com o sacrifício da morte, mas com a eternidade da vida, “sozinha no plano serás a inatingível, a ilesa”. Cruz eterna, montada na horizontal pela expectativa e na vertical pela memória, foi fincada no terreno fértil do tríplice presente vivido por aqueles que delinearam, em matérias, sua trajetória rumo ao Planalto Central na segunda metade dos anos 50.

Seja pelo aprendizado e conhecimento acumulado, seja pelas projeções de futuro, ou mesmo pelos dois – visto que, em parte, nossas expectativas estão baseadas em nossas experiências e, visto ainda, que nossas expectativas podem mudar a experiência⁵⁹⁴ – as pessoas se preocuparam em escrever sobre aquela *nova situação*. Ao escolher entre ser a favor ou contra a construção de Brasília, os jornalistas e escritores se fundamentavam tanto em sonhos e desejos quanto nos limites e possibilidades que se ofereciam no momento vivido, além, é claro, de seus interesses e ânsias materiais.

alardeavam que estavam fundando uma nova ordem, que garantiria a liberdade e a felicidade, totalmente diferente de tudo que houvera até aquele momento.

⁵⁹³ BRASÍLIA tem hino oficial: será lançada hoje a composição “Alvorada em Brasília”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1959.

⁵⁹⁴ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

Os apelos do passado e do futuro coexistem em nossa mente no presente. Há sempre a preocupação com o este último, ou seja, os cuidados com o porvir. Daí, os benefícios ou malefícios da nova capital serem tão amplamente antecipados nos jornais impressos entre 1956 e 1960, nos quais o futuro imaginado funcionou como base crítica pela qual se avaliava o presente. Assim, não só por imaginar o destino, mas também por guardar na memória a experiência, o homem, de certa forma, se torna refém do tempo, suas escolhas envolvem comparações entre o que foi, o que é, e o que será.

O que implica ratificar que sujeitos sociais não se circunscrevem apenas no *aqui e agora*, pois nele, “espaços de experiência” e “horizontes de expectativa” também dão as cartas. Discursos jornalísticos que estão em nossas mãos expõem a arte de se distanciar, de crer que o passado zela e ilumina as decisões do momento, de calcular e eleger um amanhã.

O CERRAR DAS CORTINAS...

Discurso, Cultura e Imaginário

Há que se ressaltar, quando se estuda a existência e as funções de representações como as trabalhadas ao longo dessa dissertação, os encontros e inter-influências profundas entre os imaginários e os discursos sociais, pois eles se nutrem e se interpenetram, bem como as relações íntimas entre imaginação e poder, portanto entre comunicação e poder. Pois, a imprensa escrita tem a força não só de difundir, mas também de inculcar imagens que veicula. É capaz de formar e guiar a imaginação coletiva. É apta e competente em produzir e inseminar imaginários sociais, ao passo que também os expressa, os manifesta.

Pela propaganda, alcance e grande fluxo do jornalismo impresso, a informação nele circulante sobre a criação da nova capital fomentava a imaginação social que, por sua vez, estimulava a informação, boa ou má sobre o empreendimento, “contaminando-se uns aos outros numa amálgama extremamente ativa, através da qual se exerce o poder simbólico”. Os textos de jornais serviram ao imaginário mudancista e ao imaginário antimudancista, simultaneamente, de mapa, apoio e inspiração criativa. Neles, se efetuaram “a reunião das representações coletivas numa linguagem”⁵⁹⁵.

Nesse sentido, como salienta Bronislaw Baczko, os sistemas de imaginários intervêm em qualquer exercício de poder, e a mídia impressa foi e é, evidentemente, um lugar privilegiado desse exercício, portanto, de “explosão do imaginário”, de “irrupção da imaginação na praça pública”⁵⁹⁶. Decididamente, trata-se de uma profícua via de mão dupla, visto que na exposição que Baczko faz de Aristóteles, na sua busca por “elementos para uma história” da imaginação social, lê-se que o filósofo grego “passa sistematicamente em revista as técnicas de argumentação

⁵⁹⁵ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi. V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 311, 313-314.

⁵⁹⁶ Aqui tomamos de empréstimo as expressões do mesmo autor, ainda que deslocadas do contexto em que o mesmo as utilizou: acontecimentos e discursos contestatórios de Maio de 68. Como nos testemunhos e memórias engendrados sobre tal ocasião, evocamos os anos da construção de Brasília nos registros jornalísticos como “um tempo de explosão do imaginário”, como um período muito “imaginativo”. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 296.

e persuasão (Retórica)”, realçando, com isso, “a influência exercida pelos discursos sobre as ‘almas’ e, nomeadamente, sobre a imaginação e os juízos de valor”⁵⁹⁷.

Pluralizando os termos, estamos a falar de mentes e de corações, de alegrias e de tristezas, de divagações e de enraizamentos, de sobriedades e de delírios, de acelerações e de retrospecções que acercaram um acontecimento sensacional: é a construção de Brasília multiplicada por imaginações também múltiplas, é jornalismo, é cultura, é história, é teoria e prática. Aventuramos, pois, com a História Cultural, “campo do saber historiográfico”, como fiança José D’Assunção Barros, “atravessado pela noção de ‘cultura’”⁵⁹⁸. Ou seja, procuramos lidar com os interesses, as emoções, os princípios e as tradições envolvidas nas tramas sobre tal empreendimento, aqueles enunciados, mas também aqueles pressupostos.

Os sistemas de representação sobre “as Brasília” edificadas simbolicamente envolveram apropriações e ressignificações que se fizeram no âmbito da cultura. Nada fria, a cultura pulsa, é estridente, é plástica, é criação, é algo que atravessa o andar cotidiano em seus dilatados e movediços percursos de produção e disseminação de sentidos. Como uma lente através da qual o homem vê o mundo, a cultura é um aspecto da vida social que se relaciona com a urdidura e o entrançar de saberes e conhecimentos, de costumes e de crenças e o seu manejo tem algumas condicionantes, tais quais o gênero, a idade, a classe social, a formação política e, como atesta Chartier, “os meios intelectuais”⁵⁹⁹; elas restringem ou ampliam sua participação num acontecimento bem como a sua apreensão sobre um episódio. É o que já disseram, em coro, François Dosse, Pierre Bourdieu e, claro, o próprio Roger Chartier, o poder de representar ou de denominar, embora não seja um amuleto, mas sim dinâmico, ou seja, produto de configurações mutáveis, é desigualmente distribuído e configurado, expresso e articulado na e pela sociedade.

Para compreender os imaginários sociais mudancista e antimudancista, construídos discursivamente entre os anos de 1956 e 1960, foi importante buscar reconhecer em cada discurso trabalhado essas “lentes” pelas quais eles ganharam vida e se esforçar em compreendê-los numa relação cíclica e intrínseca, na medida em que, como potência criadora, ou seja, como potência de invenção e de reprodução de signos e significados, a imaginação social é parte indispensável na constituição da cultura. Ora, os imaginários apreendem e elaboram a realidade tal qual suscitam a

⁵⁹⁷ Cf. BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 300-301.

⁵⁹⁸ BARROS, José D’ Assunção. “História Cultural: um panorama teórico e historiográfico”. In: *Textos de História: Revista da Pós-Graduação em História da UnB*, volume 11, número 1/2, 2003. Dossiê: A Justiça no Antigo Regime, p. 145.

⁵⁹⁹ CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*: Lisboa: Difel, 1990, p. 17.

adesão a determinados sistemas de valores, e o jornalismo é um campo de *produção cultural*, sendo suas notícias *dados ou bens culturais*.

Se como quer Baczko, eles, os imaginários, se assentam em *sistemas simbólicos* – que são frutos de formas de saber local – e por meio deles operam, essas realidades de palavras e de sentidos jornalísticos acabam sendo *infalível e simbioticamente imagéticas e culturais*, numa circularidade em intenso movimento com a sociedade, a política, a economia. Sistemas simbólicos estes, como afirma o mesmo autor, “construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir de seus desejos, aspirações e motivações”. Própria do homem, a imaginação faz parte de seu cotidiano, de suas práticas e ações, uma vez que não há reflexão sem imagem. Cornelius Castoriadis reforça esse debate na filosofia do imaginário que desenvolveu, na qual o elemento simbólico é a própria condição de sua existência, visto que ele (o imaginário) utiliza o simbolismo para se exprimir por “imagens que lá estão representando outra coisa”, ao mesmo tempo em que este mesmo “elemento simbólico” pressupõe a capacidade imaginária, a capacidade de investir significações⁶⁰⁰.

“Deliberadamente e com cuidado” ou “espontaneamente e com facilidade”, os jornalistas se utilizaram de símbolos e de representações de uso corrente em seus meios culturais, para fazer uma construção de Brasília, através da qual eles viveram e se auto-orientaram “no ‘curso corrente das coisas experimentadas’, tomando de empréstimo uma brilhante expressão de John Dewey”⁶⁰¹.

Podemos, nesse fito, acreditar com Clifford Geertz, que por sua vez se diz persuadido por Max Weber, “que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” e que essas mesmas teias – ou sistemas simbólicos – constituem uma cultura. Quem trabalha com ela, não deve buscar leis, mais significados⁶⁰².

A imaginação social ou como coloca Gilbert Durand “a faculdade da simbolização” é, recursivamente, “de onde todos os medos, todas as esperanças e seus frutos culturais jorram continuamente”⁶⁰³. Portanto, esses “signos interpretáveis”⁶⁰⁴, essas “palavras e sentidos” dizem

⁶⁰⁰ Cf. BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 311; DURAND, Gilbert. *O Imaginário: ensaios acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004, p. 117; CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982, p. 154; “Introdução”. GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 9-30.

⁶⁰¹ DEWEY, John apud GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p. 57.

⁶⁰² Idem, *Ibidem*, p. 15, 24.

⁶⁰³ DURAND, Gilbert. Op. cit., p. 117.

⁶⁰⁴ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Op. cit., p. 24.

muito sobre as necessidades, as repulsas e as surpresas desses mesmos imaginários; necessidades, repulsas e surpresas que decorrem de formas históricas e particulares de enxergar e representar o mundo, ou seja, da cultura.

A conquista ou posse da Amazônia parece uma necessidade premente entre os escritores e entrevistados da mídia impressa nacional. Na declaração de Dom Helder Câmara, em *O Diário*, no mês de julho de 1958 – após visita a Brasília junto a outros “altos dignitários da igreja católica no Brasil”, que se reuniram em Goiânia para a IV reunião ordinária da Conferência Nacional dos Bispos –,

“A palavra que me vem é a do Cardeal de São Paulo, aquela felicíssima palavra de que Brasília será um trampolim para a conquista da Amazônia. Eu vejo o Brasil caminhando para o interior. Não entro em discussões técnicas e nem mesmo políticas, por que cada vez mais sou um homem da Igreja, mas, como brasileiro e como cristão, comove-me ver o Brasil encaminhando para o interior, como nos tempos heróicos das bandeiras. Quanto mais olho o mapa do Brasil, mais entendo Brasília”⁶⁰⁵.

Em dezembro do mesmo ano, no discurso de Santos Vahlis, a *questão amazônica* volta a aparecer com acuidade, aliás, é ela quem dá sentido ao título do artigo: “Brasília e a grande tentação”,

Instalada no coração do país, a nova Capital brasileira automaticamente estará incorporando à vida nacional uma imensa região que sabemos nos pertencer apenas porque isto vem dito nos mapas. Brasília terá a força de fazer da imensa planura amazônica um pedaço real do Brasil. A Hiléia Amazônica, vizinha de Brasília, deixará de ser um foco de atração para os que, fora de nossas fronteiras, olham com gula as suas riquezas abandonadas.

Ninguém ignora que a doutrina que prega a internacionalização da Hiléia Amazônica vez por outra entra no temário das conferências internacionais. Terminada a primeira guerra, o tema esteve presente na Conferência da paz. E não faz muito, numa das reuniões da “Unesco”, o assunto voltou a ser ventilado. Abrangendo um território no qual cabe toda a Europa, excluindo a Rússia, a imensidão amazônica, com suas incalculáveis riquezas em potencial, é uma tentação e um convite. O homem brasileiro, e não o estrangeiro, é quem deve render-se a essa tentação e aceitar esse convite⁶⁰⁶.

Pelo que foi lido, agora é Santos Vahlis que consegue nos surpreender, ao considerar, tranqüila e naturalmente, a “Hiléia Amazônica” como “vizinha de Brasília”. Sua colocação, por excelência, faz jus à noção de espaço relacional, pois, aí, a produção da distância territorial aflorou, com nitidez, da imbricação do “mundo geográfico real” com a “criação desse mundo”.

⁶⁰⁵ “O SUB-DESENVOLVIMENTO é a presença do inimigo em nossa casa”. *O Diário*, Minas Gerais, 8 jul. 1958.

⁶⁰⁶ VAHLIS, Santos. Brasília e a grande tentação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07 dez. 1958.

Em um pequeno artigo, também mudancista, chamado simplesmente de “Brasília”, já mencionado ao longo dessa dissertação, o autor se espanta e lança um relativismo hiper-zombeteiro:

Há os que não são propriamente contra Brasília, e sim contra o ritmo de construção de Brasília. Existem, igualmente, aqueles que em plena era do “rock’nroll” e do calipso, preferem o ritmo romântico do minueto. Questão de gosto, não há dúvida⁶⁰⁷.

O jornal *Correio da Manhã* indaga no dia 19 de outubro de 1957: “que será dos mortos em Brasília?” À guisa de resposta, abalizada em um “informante”, continua

Pois em Brasília também se morre, já se registraram lá três óbitos, mas ao mesmo tempo, como declara um diretor da NOVACAP, “Só em 1960 haverá ali lugar para os mortos”. Não existe cemitério, o que é o cúmulo do otimismo. E elucida o mesmo informante: “O cemitério de Brasília não existe, juridicamente, porque a própria Brasília ainda não tem existência jurídica”. A julgar, todavia, pela propaganda, lá existe gente, e não pouca. Estamos então ante uma calamidade: mortos insepultos em uma vasta região?

O remédio para tal situação repulsiva é apontado, segundo o artigo, pelo chefe de Divisão da NOVACAP. O morto seria enterrado longe, em outra cidade, vencendo 45 quilômetros até Luziânia. Esse, pelo menos, foi o destino do último cadáver.

Fatos tétricos? Sim; e também sob o signo da ligeireza, da mobilidade, da improvisação e leviandade com que se constrói Brasília: nem os mortos escapam dessa improvisação, da pressa, da obra que parece começar pela cúpula. Querem uma cidade embasada profilaticamente, sem adubo humano. Os seus alicerces, parecem, antes se querem feitos com a argamassa de muito dinheiro. Os mortos também viajam⁶⁰⁸.

A imagem de calamidade *em, de, a partir* ou *com* Brasília, que foi construída muitas vezes ao longo de outros discursos, reaparece acima a reboque da apresentação de mais uma vítima da “improvisação” e da “pressa” que caracterizariam a construção da cidade: os mortos (até eles!).

Já o *Jornal do Brasil*, fica entre a repulsa e a necessidade. Ele se coloca, em janeiro de 1957, no artigo “Brasília e o Deserto”, da seguinte maneira,

⁶⁰⁷ BRASÍLIA. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1958.

⁶⁰⁸ TAMBÉM os mortos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 out. 1957.

Resta saber, porém, se vamos erguer naquelas alturas a que se pretende alcandorar a Capital do País um foco de brilhante civilização ou se vamos continuar a criar desertos, a destruir matas e florestas, prosseguindo a obra devastadora que, há mais de quatro séculos, se realiza no Brasil, impiedosamente, infatigavelmente.

As aglomerações urbanas, em nosso País, e não nos referimos especialmente, está claro, as capitais, porque estas, em maioria, vivem à beira mar, referimo-nos, deliberada e convictamente, a todas as aglomerações urbanas, as grandes, como as médias e as pequenas cidades, são, hoje, núcleos populacionais, cercados pelo deserto, torturados pela falta de água, oásis, talvez, de uma não muito remota evolução climática.

Que não seja esse o único ou o principal fruto dessa nova arrancada de ousados bandeirantes dos tempos modernos...⁶⁰⁹

Repulsa: aos “desertos” que cercavam “as aglomerações urbanas” de então, grandes, médias ou pequenas. Necessidade: de se criar um lugar de *civilização*, sem a *destruição* de matas e florestas, rompendo, desse modo, com a tradição devastadora que há quatro séculos assolaria o país. Vemos que a idéia de ruptura, em relação a construção da nova capital, teve muitas faces, fora constantemente reinventada.

No *Jornal do Brasil* foi registrada, em agosto de 1957, a repugnância que sentiu Gerson de Macedo Soares, como carioca, de virar provinciano. O jornalista, após afirmar ser de conhecimento público, sua simpatia pela mudança da sede do governo federal para o Planalto Central, assume junto aos leitores, que sua empolgação, agora, não é mais a mesma. E, o que mais lhe apoquentava, mais até mesmo que as dúvidas da honestidade das transações econômicas que estão levantando Brasília, sob as decisões de Israel Pinheiro, é “uma outra coisinha” que está roendo-lhe o juízo.

Com a ida da Capital Federal para o interior, lá para o planalto goiano, construída Brasília, este atual Distrito Federal que vai ser? – Estado autônomo? Território? Município de outro Estado? – De qualquer forma, passará a ser Província ou parte de Província.

Brasília capital, seus filhos e habitantes passarão a ser os Senhores Federais, os da Corte, como se dizia no Império, os da Capital Federal, depois de novembro de 1889. E os outros todos, entre os quais os filhos deste atual Distrito Federal? – Ah! Aí é que está! Isso é o que me invoca! Os atuais filhos do atual Distrito Federal, isto é, os cariocas, que já foram da Corte e hoje ainda são Distrito Federal, passarão a ser... provincianos! Sim, senhores, no duro – Pro- vin - ci - anos!

E é isso o que me apoquentava e me invoca: eu também, Carioca da gema, passar a ser... Provinciano, depois de ter nascido Federal! Ui!⁶¹⁰

⁶⁰⁹ BRASÍLIA e o Deserto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1957.

⁶¹⁰ SOARES, Gerson de Macedo. Provinciano! *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1957.

Tenório Cavalcanti, em “Onde falta autoridade moral”, lista as formas que “a febre de desonestidade” está a tomar no atual governo, um governo que, informa aos leitores absurdado, “chegou a dar pleno apoio à ignomínia do voto aos analfabetos”⁶¹¹.

O *Correio da Manhã*, no apagar das luzes de 1960, destacou em título o que pareceu a ele uma grande novidade, avisando que as informações procederam do próprio gabinete do sr. Israel Pinheiro, “moças serão trocadoras nos ônibus de Brasília”. Elas, surpreendentemente, iriam desempenhar tal função nos transportes coletivos da Prefeitura, “que servirão ao Plano Piloto”⁶¹².

De fato, cada época e cada sociedade abriga vários grupos culturais com “modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar” assim como “modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário”⁶¹³. E “pensar” para Clifford Geertz

consiste não nos “acontecimentos na cabeça” (embora sejam necessários acontecimentos na cabeça e em outros lugares para que ele ocorra), mas num tráfego entre aquilo que foi chamado por G. H. Mead e outros de símbolos significantes – as palavras, para a maioria (...) – na verdade, qualquer coisa que esteja afastada da simples realidade e que seja usada para impor um significado à experiência⁶¹⁴.

Podemos ler cultura ainda pelos olhos auspiciosos de Robert Darnton, no escopo de orientar o trato interpretativo do passado também “no sentido da antropologia”, o que envolve o “conceito de cultura-como-linguagem”, com seus códigos e suas normas peculiares em cada sociedade, em cada contexto local, em cada período. E, salienta com efeitos de convicção o mesmo autor, que “a cultura é idiomática”, logo, passível de ser lida e (re)construída, na medida em que “ela pode ser escavada dos arquivos”. “Ou seja,” complementaria Sandra Pesavento, “a cultura é uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica”, admitindo-se “que os sentidos conferidos às palavras (...) se apresentam de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa”⁶¹⁵.

São nesses vieses que, tais imaginários, mudancista e antimudancista, foram, como vimos, formados por sistemas de valores em cruzamentos e tensões. Ambas as facções fizeram

⁶¹¹ CAVALCANTI, Tenório. Onde falta autoridade moral. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 29 set. 1957.

⁶¹² MOÇAS serão trocadoras nos ônibus de Brasília. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1960.

⁶¹³ BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 309, 311.

⁶¹⁴ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Op. cit., p. 57.

⁶¹⁵ DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 332-333; PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 15.

uso da mesma estratégia: tentaram impor uma leitura do tempo presente, recorrendo largamente a experiências e expectativas, como recurso contra a imprevisibilidade do momento. Momento este, sem dúvida, vivido como um marco histórico, admirável ou terrível, por aqueles homens. O Brasil de JK foi um tempo de esperança, de renovação política e arquitetônica, para muitos. Mas também, de “convite à paciência”, na expressão usada por um periódico da época, para outros tantos, que impugnaram a eleição de um futuro imaginado com Brasília, como base pela qual se avaliava e se agia no presente.

Por meio de tais sistemas de representações, articuladas entre si, “os agentes da palavra impressa” se visualizaram como parte de uma coletividade e de uma comunidade de sentido e puderam tecer percepções uns em relação aos outros, ao passo que também gravitaram entre macro-questões, como o desenvolvimento do país e a identidade nacional. Assim, envolvidos na história da edificação da nova capital por meio das tramas construídas sobre a mesma, esses indivíduos fabricaram representações que exaltavam as suas posições, denegriam as de seus oponentes, ao ritmo que se definiam por elas.

Enfim, este trabalho não ofereceu um inventário das idéias contrárias e favoráveis à edificação de Brasília, perpassando todos os grupos sociais e políticos ou todas as classes econômicas e regiões geográficas do Brasil dos anos 50 e início dos 60, procurou investigar que lógicas sustentaram discursos variados, sem pretensão a totalidades.

A imaginação e a política, o imaginário e o social, o discurso e a cultura são domínios permeáveis. São partes de um mesmo processo dialético, há uma interação criativa entre eles.

O sentido antropológico da história da construção de Brasília

Representações de Juscelino Kubitschek de Oliveira como um grande presidente e que evocam a criação de Brasília como epopéia persistiram e se tornaram dominantes na memória e no imaginário coletivos do país. Certamente, um de seus pontos altos foi a recente exibição (2006) da minissérie *JK* pela Rede Globo de Televisão, maior emissora aberta do país.

Os anos 1950, em particular a sua segunda metade, foram e ainda são construídos – vide o caso de obras recentes de jornalistas como *A saga de um herói brasileiro*⁶¹⁶, de Francisco Viana, *JK: como nasce uma estrela*⁶¹⁷, de Carlos Heitor Cony e o premiado, *JK: o artista do impossível*, de Cláudio Bojunga⁶¹⁸ – por essa figura heróica e celebrada do ex-presidente, enfatizando e ilustrando sua capacidade excepcional de realização no governo, seja na política e na economia, seja na sociedade e na cultura. Alegre, simples, cativante e conciliador seria ele dono de sorriso e discurso hipnóticos.

Cláudio Bojunga, abre seu livro, fruto de pelo menos 10 anos de trabalho, da seguinte maneira,

Minha adolescência coincidiu com os anos JK. Foram anos democráticos, confiantes, criativos. Quando jovem imaginava que tudo aquilo fosse normal e corriqueiro. Aos poucos percebi o caráter especial daquela época de esperança e oportunidades, espremida entre o Estado Novo e o sombrio período militar, que sufocou a vida política e cultural do Brasil, dos meus 24 aos 45 anos.

(...) na segunda metade dos anos 50, os brasileiros se tornaram subitamente joviais, confiantes e imaginativos, inspirados por um presidente alegre e cosmopolita que definiu para o Brasil o destino de nação industrializada, prestigiou artistas e escritores e fundou uma nova capital para realizar um sonho de recomeço. Os anos dourados foram aqueles em que os brasileiros deram às costas a derrota e viveram o sonho intenso de serem viáveis, modernos, inéditos – até mesmo invejáveis. Foi um momento mágico de crescimento econômico, democracia política e florescimento cultural. Foi também o momento em que o Brasil estabeleceu uma conexão madura com o resto do mundo, atualização perfeitamente compatível com a nossa identidade mais profunda.

JK nos contagiou. Com seu ânimo, sua tenacidade e alegria. Como observou Nelson Rodrigues, “Juscelino trouxe a gargalhada para a presidência” – enquanto os outros presidentes tinham sempre “a rigidez de quem houve o Hino Nacional, cada um se comportando como se fosse a estátua de si mesmo”⁶¹⁹.

Essa imagem dos anos de ouro do século passado, dos *cinco gloriosos anos juscelinistas* impressiona pela recorrência. Ela nos precede, vem antes de nós mesmos. Aprendê-la, faz parte da educação social dos brasileiros. Sabemos dela tanto quanto sabemos (e alguém se lembra onde aprendeu?...) que “tudo é propriedade de alguém”.

Tal representação faz parte do patrimônio de nossa sociedade, que é passado ao longo do tempo e atravessa gerações. Assim, JK desapareceu, mas não a lembrança de seus feitos e suas obras, notadamente Brasília. Mas, ressaltamos, somente uma parte desse patrimônio é usada

⁶¹⁶ VIANA, Francisco. *A saga de um herói brasileiro*. São Paulo: IBEP Nacional, 2006.

⁶¹⁷ CONY, Carlos Heitor. *JK: como nasce uma estrela*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

⁶¹⁸ O Prêmio Jabuti 2002 de reportagem e biografia ficou com tal escritor exatamente por essa obra. Cf. BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

⁶¹⁹ BOJUNGA, Cláudio. Op. cit., p. 15-16.

cotidianamente, “o resto está, de certa maneira, jogado no imenso compartimento ‘fora-de-uso’”⁶²⁰.

Em “Carta do editor”, que abre o exemplar de setembro de 2005 da *Revista Nossa História*, Cristiane Costa apresenta o tema do dossiê oferecido na capa da publicação, “Os anos JK”:

Num momento em que nuvens negras cobrem Brasília e o país anda tão desiludido com seus políticos, é hora de lembrar tempos mais ensolarados. Entre 1956 e 1961, o Brasil caminhava a passos largos em direção a um futuro promissor. Metas eram planejadas e cumpridas à risca, movimentos culturais floresciam, a modernidade se materializava numa nova capital que era a jóia da arquitetura mundial. À frente do governo, estava a habilidade de um político mineiro que sobreviveu ao Estado Novo mas sucumbiu à ditadura militar: Juscelino Kubitschek⁶²¹.

É claro que os anos 50 são, *em parte*, como percebemos ao percorrer os Capítulos, responsáveis por essa imaginação nostálgica, pois a fonte do patrimônio (ou do repositório cultural) o qual nos referimos acima, “está nas vivências originais da sociedade que a produz”⁶²². Todavia, a partir da *Carta* de Cristiane Costa, podemos pensar que a criação de um passado dourado, nomeadamente a de um “jardim imaginado dos tempos ensolarados”, talvez esteja na origem de certa concepção do presente. Ele põe a prova, em contraste com esse passado, seu sentido de identidade. Nossa experiência do momento em que vivemos e o julgamento tantas vezes negativo, que fazemos de nosso lugar da história são continuamente postos contra o pano de fundo do que podemos chamar de “mito dos 50 anos em 5”, querendo dizer com isso que todo esse saudosismo

⁶²⁰ BITTENCOURT, José Neves. “Espelho da ‘nossa história’: imaginário, pintura histórica e reprodução no século XIX brasileiro”. In: *Revista Tempo Brasileiro* (Memória e História), v. 1, nº 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1962, p. 60, 62.

JK morreu em 22 de agosto de 1976, vítima de um acidente de carro na Via Dutra.

⁶²¹ COSTA, Cristiane. “Carta do editor”. *Revista Nossa História*. Os anos JK. Rio de Janeiro, nº 23, setembro de 2005, Ano 2, p. 3 (grifos nossos). Cristiane Costa é carioca. Nasceu em 1964, formou-se em Comunicação na Puc-Rio, trabalhou na editora Rocco, na revista Veja, na TV Globo e no Jornal do Brasil (JB). Passou por várias editorias do JB e editou seu suplemento literário (Caderno Idéias) por cinco anos. Em 2001, recebeu bolsa da Fundação Vitae para pesquisa sobre as relações entre jornalismo e literatura, aprofundada em tese de doutorado apresentada na UFRJ e transformada em livro em 2005. Foi editora da Revista Nossa História e do Portal Literal, especializado em literatura. “Cristiane Costa”. In: <http://www.bmsr.com.br/autores/detalhe.asp?cod=Cristiane%20COSTA>. Acessado em: 14/ago/2008.

⁶²² BITTENCOURT, José Neves. Op. cit., p. 62.

contribuiu para a formação de uma imagem rica e dominante, de uma estrutura simbólica que pressiona, com a insistência da mitologia ativa, a condição presente de nosso sentimento.

Não é o passado literal que nos governa, a não ser possivelmente, em um sentido biológico. São as imagens do passado. Estas são, com frequência, tão altamente estruturadas e seletivas quanto os mitos⁶²³.

O momento em que vivemos, de “nuvens negras” que cobrem Brasília, é fruto, sobremaneira, de um decreto intelectual e emocional. Nossa atual *desilusão política* deriva da comparação sua força, sua própria obviedade. Se é verdade que toda sociedade requer antecedentes, é igualmente verdadeiro que ela os elege.

Concordamos com George Steiner, a produção e o estabelecimento da imagem de *anos felizes e sorridentes* liga-se ao fato de que

A maior parte da história parece trazer em si um vestígio de paraíso. Em alguma época de tempos mais ou menos remotos, as coisas eram melhores (...). O mito da Queda tem mais força que qualquer religião específica.

(...). Nossa imagem de uma coerência perdida, de um centro que se mantinha, tem autoridade maior, que a verdade histórica. Os fatos podem refutá-la, mas não removê-la. Ela condiz com alguma profunda necessidade psicológica e moral. Dá-nos equilíbrio, um contrapeso dialético, com que situamos nossa própria condição⁶²⁴.

Todavia, sobre essa atmosfera de superestimação do passado, de lembrança dos “bons tempos”, o escritor e também jornalista Joaquim Ferreira dos Santos em *Feliz 1958: o ano que não devia terminar* nos recorda que “o Rio de Janeiro ficou o ano inteiro sem água nas torneiras... mas o que acaba predominando é mesmo a lembrança de que ‘com brasileiro não há quem possa’, trecho da marchinha que comemorou a vitória da Seleção brasileira na Suécia em 1958”⁶²⁵.

Aliás, o estado de espírito pós-vitória foi captado por Nelson Rodrigues que, observou que o mito da tristeza brasileira estava em fuga porque a partir do título mundial, começamos a achar que a nossa tristeza é uma “piada fracassada”⁶²⁶.

⁶²³ STEINER, George. *No Castelo do Barba Azul*: algumas notas para a redefinição da cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 13-16.

O período entre o fim da ditadura militar e o início da Nova República foi fundamental nesse sentido, ao promover uma *releitura* do governo de Juscelino, apresentado suas qualidades – liberdade e negociação, por exemplo – em oposição ao regime militar – associado, negativamente, a censura e a repressão.

⁶²⁴ STEINER, George. Op. cit., p. 14-15, 19.

⁶²⁵ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Tempos JK: a construção do futuro e a preservação do passado”. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002, p. 39-40.

⁶²⁶ CASTRO, Ruy. *O Anjo Pornográfico: A vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 284.

Mesmo depois de uma ampla experiência de pesquisa sobre o tema JK-Brasília, opina o historiador Ronaldo Costa Couto:

Juscelino invade cabeça e coração, razão e emoções. Mexe na alma da gente, cresce impõe-se, quase expulsa a tentativa de neutralidade. É preciso vigilância máxima para que não tome o tema, a tese, a pena. Personagem superior. Brasília é Juscelino, símbolo e obra maior de seu governo e vida. Brasília é ele. É Kubitschek de Oliveira⁶²⁷.

Assim, não surpreende que o presidente “bossa nova”, o “cafajeste dionisíaco” de Nelson Rodrigues⁶²⁸, se apresentasse e se apresente ainda, de *forma invasora* mesmo, como o arquiteto de uma mentalidade modernista para o país, sendo Brasília o maior símbolo do perfil inovador a ele associado.

Mentalidade modernista para “rejeitar as formas e as convenções tradicionais e favorecer as inovações e a experimentação”, tudo em consonância com as mudanças percebidas e promovidas na sociedade e na tecnologia⁶²⁹. Por esse viés perceptivo, é como se a ansiedade generalizada de *modernização* vivida no período se consubstanciasse num líder político que arvorava uma auto-imagem de *moderno* e que decidiu responder a essas expectativas criando uma cidade *modernista*. JK se uniu com pessoas que estavam em voga, como o jovem e expoente-mor da “nova arquitetura” no Brasil, Oscar Niemeyer, o qual já havia lhe prestado seus serviços na feitura da Pampulha, e o urbanista imaginativo e inovador Lúcio Costa.

É revelador dessas “expectativas” da época, um texto assinado por Amaury Mercadante, onde noticia que “Brasília será a mais **moderna** cidade do mundo”, suas construções “serão as mais **modernas** concebidas pelos arquitetos brasileiros que ali terão oportunidade para apresentar verdadeiras obras-primas”. E ainda, que a nova capital, “a recém-nascida”, como a denomina, “cresce rapidamente, e vai se tornando adulta”, contando já “com **moderno** aeroporto”⁶³⁰.

⁶²⁷ COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p.27.

⁶²⁸ Nelson Rodrigues, como aponta o jornalista Ruy Castro, “considerava uma qualidade presidencial essa cafajestice da ‘cartola aos sapatos’, principalmente depois do funéreo Dutra, do trágico Getúlio e do aguado Café Filho”. Quando lhe contaram que Juscelino, ao passar por uma quilométrica fila de açougue, perguntou qual filme estavam levando, Nelson empolgou-se”: “Um presidente que confunde a fila da carne com a fila do ‘Metro’! É um gênio, compreendeu? O preço da carne é um detalhe e o gênio passa por cima do detalhe!” Cf. CASTRO, Ruy. Op. cit., p. 290-291.

⁶²⁹ “Modernismo”. In: ROHMANN, Chris. *O livro das idéias: pensadores, teorias e conceitos que formam nossa visão de mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 277-278.

⁶³⁰ MERCADANTE, Amaury. Brasília, a Cidade Menina. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 08 ago. 1957 (grifos nossos).

Entrementes, se, como afirma Lucia Lippi Oliveira, “estávamos de fato em um tempo cultural acelerado marcado pelo espírito do ‘novo’ e pela vontade de mudança”, no qual tudo era novo: “Novacap, cinema novo, bossa nova”⁶³¹, esse ritmo e essa ânsia temporal, enfim, essa apreensão do tempo, não fora compartilhado da mesma maneira e, muito menos, vivido por todos – diríamos até que, especialmente, para alguns antimudancistas, esse *tempo acelerado*, *tempo do otimismo* e *do progresso*, sequer existiu.

Na observação crítica e desolada do colunista João Duarte Filho em novembro de 1958, pela *Tribuna da Imprensa*, não resta dúvidas, “a era é mesmo das coisas novas”, já que, “é com novidades, cada vez mais profundas e mirabolantes, que se engabela e distrai a opinião pública”. Brasília, a maior delas, realmente, encarna esse “espírito do novo”, embora desconjuntado, dissimulado e hipócrita, pois a *nova cidade* se erigia, em sua apreciação, de fato, e não por alucinação megalomaniaca, num “circo nas vésperas de pegar fogo”. Logo, alega, “toda época presidida pela leviandade e pela inoperância precisa sempre de coisas novas”. Visto isso, serão mesmo, acredita nosso discursador, “cinquenta anos em cinco”, mas “de leviandades cósmicas”⁶³².

Pelo *Diário de Notícias*, do qual foi um dos fundadores em 1925, assim se coloca Raul Pilla, médico, político e jornalista gaúcho, em 1957, “será realmente a capital do Brasil, a cidade que, desde a primeira pedra, deveria ser o monumento perene de uma vida nova, talvez de uma nova civilização?” Responde: “Não. Tudo, ali, é urgente e provisório, como se a mudança da capital se fizesse por motivo de invasão estrangeira”⁶³³.

Nessa sorte, a exaltada velocidade do imaginário mudancista, a extraordinária efervescência e o prodigioso movimento impulsionados e alardeados pelo governo, puderam ser experimentados, ainda, apenas como pressa ou afovação inauguracionista, como a definiu o jornalista e escritor sergipano Joel Silveira em sua crônica do dia 25 de abril de 1958:

Uma pressa, afinal, que acaba sendo derrotada por uma pressa maior: a pressa com que tudo vai acabando.
E agora, cabe aqui uma pergunta: será que Brasília está sendo feita assim?

⁶³¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Tempos JK: a construção do futuro e a preservação do passado”. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). Op. cit., p. 41.

⁶³² FILHO, João Duarte. Novacap Particular. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 24 nov. 1958. *Tribuna Parlamentar*.

⁶³³ PILLA, Raul. Festas de Arraial. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1957. Microscópio. Cf. <http://paginas.terra.com.br/relacionamento/familiapilla/Membros/RaulPillaBiografia.htm>. Acessado em: 15/fev/2007.

“Assim”, ele quer dizer, como a rodovia Rio-Belo Horizonte e a Pampulha,

A estrada tinha de estar pronta de qualquer maneira em determinada data. Ficou. Mas de que jeito? A apressada camada de cimento que foi estendida, a partir de Juiz de Fora, não vai agüentar muito. É pele fina que o peso dos veículos castiga forte, arranha e sulca. Resultado: em determinados trechos, a pele fina virou crosta lunar – é mais buraco que estrada. Ora, a estrada ainda não completou o seu segundo aniversário. Que será dela quando tiver cinco ou dez anos se continuar assim como se apresenta hoje – uma camada de verniz castigada diariamente por um tráfego cada vez mais intenso?

Quanto à grande obra de JK em Belo Horizonte, como o “prefeito furacão”, Joel Silveira também foi implacável, ao noticiar que

poucos anos atrás, teve a sua barragem aluída por uma chuvarada mais forte. Projetou-se uma nova barragem, marcou-se data para a sua inauguração. No dia da festa, um jornal governista publicava em manchete que “Pampulha renasce para o mundo”. Não renasceu. Estive lá. No lugar onde eu esperava encontrar o lago artificial, o que vi foi uma enorme cratera dividida em alguns charcos. Num dos ângulos do buraco enorme, onde o chão é mais úmido, a gente pobre do bairro, que conhece de sobra os governantes que possui, pouco ligou para o “renascimento” de Pampulha – e onde a propaganda oficial disse ser um lago, eles, os humildes, fizeram... uma horta. Lá está ela: arroz, feijão, tomate, alface⁶³⁴.

Todo o futurismo, tal qual toda a animação e euforia alastradas à época da construção de Brasília pelo presidente “pé de valsa” e “pé quente”, bem como por seus partidários do jornalismo impresso, puderam ser lidos, meramente, como motivos de preocupação e apreensão, como crostas *oníricas* a encobrir vazios *tangíveis* profundos no presente.

Em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, “o novo senador carioca” e líder oposicionista, Sr. Afonso Arinos, assegurou, numa enunciação instigante, que não há contradição entre idealismo e realismo,

– Para mim o grande mal do Governo Juscelino Kubitschek, do ponto-de-vista político e administrativo, é que ele, no que tem de melhor, está, exclusivamente, preocupado com o futuro e inteiramente esquecido do presente. Todas as aspirações e energias deste grupo governante se voltam, pra uma espécie de vitória sobre o futuro. Ora, isso, no quadro habitual da improvisação, incompetência e leviandade que tem marcado a linha deste Governo, significa uma posição idealista, aventureira, e, num certo sentido, materialista.

⁶³⁴ SILVEIRA, Joel. Pressa. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1958.

Mas, o Sr. Kubitschek, em sua visão, não deixa de ser também idealista,

por que se desinteressa dos problemas concretos da atualidade, em função de sonhos de desenvolvimento e de grandeza propícios aos auto-elogios e às divagações otimistas. Mas é materialista porque pensa que os problemas do homem, os problemas humanos que nos cercam, se resolvem com projetos de grandes realizações materiais futuras. Ora, o que me parece capital e primordial como tarefa de um Governo consciente é cuidar, desde logo, da situação do Brasil de hoje, dos brasileiros de hoje⁶³⁵.

Por tudo o que mostramos, o que, *a priori*, pode parecer um *concerto representacional* desafinou, à medida que entramos em contato com recortes jornalísticos que expressaram não apenas louvor, mas censura e reprovação à construção de uma *nova capital moderna* como o melhor meio de ingressar o país nos trilhos da modernidade, como o *canal* do desenvolvimento nacional. Com eles, foi possível lidar com um repertório de imagens diversificado e complexo sobre os alcunhados anos dourados, bem como contribuir para mostrar um mundo não só de confiança no destino do Brasil, mas também de inquietudes e incertezas; um mundo comum, ao final, onde os homens e seus projetos diversos mantiveram diálogo e acirraram ânimos. Portanto, também, um mundo que deu brecha ao sobressalto, ao inesperado⁶³⁶.

A história de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956-1960) buscou dar vazão as contradições e as lutas, que são a sua própria substância. Ensaíamos, pois, uma análise dessa sociedade, levando em consideração aspectos inesperados, multiplicados que se deram em seu interior.

Ora, a imaginação antimudancista de João Duarte Filho, Joel Silveira e Afonso Arinos implicou, *como no imaginário mudancista*, um trabalho chamado por Cornelius Castoriadis de “elucidação do social-histórico”, por meio do qual “os homens tentam pensar o que fazem e saber o que pensam”⁶³⁷.

Tudo isso está claro. Sabemo-lo em nossos momentos racionais. Trata-se, porém, de um conhecimento intermitente, menos imediato para o pulso de nosso sentimento que a

⁶³⁵ GOVERNO só para o futuro que esquece o presente. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1959.

⁶³⁶ É claro, vale dizer, que com essa preocupação não reivindicamos ineditismo, nem supomos que trabalhos anteriores sobre o assunto recaíram sempre no simplismo e na ingenuidade; para desfazermos qualquer mal entendido nesse sentido, basta citar alguns de nossos interlocutores, como a socióloga e cientista política Lúcia Lippi de Oliveira e o historiador Rodrigo Patto Sá Mota, para ficarmos apenas em dois exemplos, em seus respectivos textos: “De Drummond a Rodrigues: venturas e desventuras dos brasileiros no governo JK” e “Uma outra face dos anos JK: mobilizações de direita”. Cf. MIRANDA, Wander Melo (org.). Op. cit.

⁶³⁷ CASTORIADIS, Cornelius. Op. cit., p.14-15.

mitologia, a metáfora cristalizada, ao mesmo tempo generalizada e compacta, de um grande jardim de civilidade hoje devastado⁶³⁸.

E são as elucidações, as inteligibilidades, as dissidências, a alteridade, o vir-a-ser do mundo vivido, que nos permitiram fazer história no plural. Segundo Margareth Rago, ao referenciar a obra de Keith Jenkins, repensar a História é “um excelente convite para uma séria conversa entre os historiadores preocupados em pluralizar a História”, abrindo-se não só para múltiplos sujeitos sociais, mas para enfoques e **acontecimentos diferenciados**⁶³⁹. No trato com “elucidações” da cidade modernista, lidamos com potencialidades abortadas, projetos soterrados, alternativas esquecidas e idéias reprimidas. Enfim, além de “múltiplos sujeitos sociais” lidamos também com “enfoques e acontecimentos diferenciados”.

Há que se respeitar a diversidade cultural do mundo passado, seus discursos marginais, àqueles que contrariaram o discurso do poder e que são tidos como não-hegemônicos, visto que “a cultura, a história e a produção da verdade são domínios entrecortados por relações de poder”. Por tudo isso, é que acreditamos na relativização dos “fundamentos do ‘natural’ e do ‘real’ onde quer que exista a pretensão de apontá-los como tais”⁶⁴⁰.

Em seu depoimento ao historiador Ronaldo Costa Couto, em 29 de dezembro de 1999, Oscar Niemeyer disse que “hoje querer dizer que Brasília não devia ter sido feita. Ihhh! É um argumento tão frágil, quando o mundo inteiro já apoiou Brasília! Ela é reconhecida no mundo inteiro”⁶⁴¹. A partir dessa fala, podemos chegar à conclusão de que a construção de Brasília não é um dado natural. A história como a antropologia nos serve para apresentar outras possibilidades, serve para mostrar-nos que a nossa sociedade, as nossas crenças, o nosso pensamento, enfim, não têm nada de natural e que existiram outras sociedades, outras crenças e outros pensamentos.

Nesse ponto, Norbert Elias alerta sobre a tendência que temos em naturalizar o que é historicamente formado⁶⁴², como, em nosso caso, a licitude, a força, a validade e a capitalidade de Brasília – foi só durante o regime militar que ela se consolidou e, somente em 1987, que ela

⁶³⁸ STEINER, George. *No Castelo do Barba Azul*: algumas notas para a redefinição da cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 17-18.

⁶³⁹ RAGO, Margareth. “A História repensada com ousadia”. In: JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 12-13 (grifos nossos).

⁶⁴⁰ HOLSTON, James. *A Cidade Modernista*: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 15.

⁶⁴¹ Palavra de honra: Niemeyer. Depoimento de Oscar Niemeyer ao autor, em 29 de dezembro de 1999 apud COUTO, Ronaldo Costa. Op. cit., p. 14.

⁶⁴² Cf. ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, vol. 1.

foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, como obra-prima da arquitetura e do urbanismo modernos. Lá, no passado do calor da hora, na euforia dos acontecimentos, não era *lógico* apoiar Brasília (talvez, o contrário, ou seja, desacreditar o projeto, fosse até mais coerente). “Aquilo que se considera como a ordem natural das pessoas e das coisas não é natural ou dado, mas construído culturalmente e relativo”. Almejamos, assim, erodir os preconceitos do “familiar”, fazendo aumentar o respeito pelo “estranho”⁶⁴³.

Então, até aqueles que consideramos nossos ancestrais tão próximos, num passado mais recente, são muito diferentes de nós. Mesmo considerando que *nossas* experiências estão relacionadas com as *deles*, como indicamos, destacadamente, no Primeiro Capítulo – onde cedemos ênfase às discussões sobre a *consciência contemporânea*, da qual, digamos assim, também somos agentes. Mas, se todos nós estamos enredados pela *experiência moderna*, isso não quer dizer que elas são idênticas, bem ao contrário, elas foram (e são) vividas de formas diferentes, incitadas pela *fluidéz* dos rostos que identificam essa mesma experiência.

Empenhamo-nos, ao longo dessas páginas, em apresentar o ponto de vista dos mudancistas e dos antimudancistas, por meio de *suas* estratégias textuais, *suas* justaposições, pertinências e contradições como um “universo mental estranho”, tentando criar uma distância e um ofuscamento como fundo metodológico.

Durante a pesquisa, tropeçamos, várias vezes, em aspectos estranhos do passado. Por exemplo, estamos distantes do tempo em que ser comunista ou anticomunista marcava profundamente a política e dividia, perigosamente, posições. Lá, o comunismo gerava medo, verdadeiro pavor nos governantes e cidadãos que acreditavam na “democracia capitalista”, alinhados a Washington.

Salve ele, dizemo-lo nos. Provavelmente mandará erguer bem no centro geográfico de Brasília, um monumento que em granito e bronze será “imortalizada” sua elegante figura presidencial, esboçando o tradicional sorriso-presidencial... De quem passou pelo mundo em brancas nuvens.

Tranqüilizem-se, porém, os nossos leitores. Tanta incoerência não se consumará. Não há tempo material para tanto, mesmo que houvesse, os brasileiros não permitiriam que fosse consumada a “imortal obra” sem que antes fossem sanadas certas outras “mortais obras” que atualmente esmagam dezenas de milhões de patricios: a fome, o desemprego, o analfabetismo, o desamparo a infância e a velhice, as moléstias, o caos político, o marasmo administrativo e todo o cortejo de iniquidades que, no vagaroso andar do atual presidente, acabará por **abrir as portas do Brasil ao mal que de uma vez por todas o aniquilará, inexoravelmente: comunismo.**

⁶⁴³ HOLSTON, James. Op. cit., p. 15.

E então, que terá adiantado mudar a Capital Federal para Brasília? E ainda em três anos e meio?⁶⁴⁴

Já presentemente, o conhecido político Roberto Freire, costuma dizer, nas entrevistas prestadas, que o comunismo não serve mais como modelo de gestão do Estado, “só como utopia”. Definindo-se como “democrático de esquerda”, ele acredita que o Muro de Berlim “caiu na cabeça do PCB”. Isto significa que, sob o impacto da nova ordem pós-1989, o comunismo, do mesmo partido, ficou para trás e, na atualidade, suspira apenas, por exemplo, em algumas lideranças do MST (Movimento dos Sem-Terra),

“Como é que podemos aceitar defesas radicais de ideologias de 1917, como as feitas muitas vezes por João Pedro Stedile, do MST?”
“Isso é impossível nos dias de hoje”.

Como a maioria dos filiados ao Partido Comunista Brasileiro, Freire passou a integrar o PPS (Partido Popular Socialista), no início da década de 1990⁶⁴⁵.

Nossa proposta foi, assim, *analisar* e *relacionar* o imaginário mudancista e o imaginário antimudancista, com suas lógicas próprias, próprias de um período e de um lugar social – o do sujeito que escreve. Pois toda a nossa vida se dá “sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significado criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas”⁶⁴⁶.

Nesse intuito, fazer história serviu-nos para apresentar diferentes modalidades de pensar e sentir, distintos mundos imaginativos, num sentido, digamos, antropológico da pesquisa. “Visto sob esse ângulo”, o objetivo de “alargamento do universo do discurso humano” é, reafirmamos, tanto do etnógrafo quanto do historiador. “A vocação essencial” de um e de outro não pode se reduzir, em tal esteio, a “responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que outros deram” e, portanto, “incluí-las no registro de consultas

⁶⁴⁴ JK no Palácio das Ilusões Perdidas: Faixa Negra – Belo “Abacaxi” Vai Passar o Presidente. *A Hora*, São Paulo, 26 fev. 1957 (grifos nossos).

⁶⁴⁵ No X Congresso do PCB, no Teatro Zaccaro, em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1992, encerrando-se no dia seguinte, a maioria optou pela mudança de nome e o PCB passou a se denominar PPS e lançou Manifesto à Nação. A minoria que não concordou com a alteração refundou, no ano seguinte, o PCB. Ex-senador e Presidente Nacional do Partido Popular Socialista, Roberto Freire chegou a ser líder de governo na Câmara, durante a presidência de Itamar Franco. Cf. “Parlamentar vê comunismo hoje `só como utopia”. In: <http://www.senado.gov.br/sf/noticia/senamidia/historico/1999/8/zn082921.htm>. Acessado em: 29/abr/2007; “História do PCB/PPS”. In: http://www.pps.org.br/2005/index.asp?opcao=partido&inc_partido=historia&portal=. Acessado em: 20/ago/2008.

⁶⁴⁶ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Op. cit., p. 64.

sobre o que o homem falou”. Na belíssima imagem criada por Clifford Geertz, “apascentando outros carneiros em outros vales”⁶⁴⁷.

Nesses “outros vales”, o mesmo Raul Pilla, conhecido como “o Papa do parlamentarismo no Brasil”, afirmou no já mencionado artigo, “sou dos que julgam necessidade fundamental a transferência da capital para o Planalto Central do Brasil”. Apesar disso, discordava da maneira como ela estava sendo realizada, mais parecendo, segundo ele, ser artifício de propaganda “do que empresa séria, seriamente pensada e elaborada” e, de toda sorte, seu coração já tinha dono, pois afirmou que mais importante que a idéia mudancista era a da instauração do parlamentarismo, “que virá a permitir, se não chegar demasiado tarde, a realização da verdadeira democracia neste país”⁶⁴⁸.

Este trabalho se justifica também por nos mostrar projetos/programas/planos passados e possíveis. Mesmo que estes não tenham dado certo: a utopia de uma sociedade brasileira radicalmente nova com Brasília e, junto a isso, todavia, num outro pólo, as crenças e argumentos de que ela não iria nem ser construída, muito menos inaugurada, ou ainda que se fosse formalmente implantada, não se sustentaria – sem tradição política e imagem de um vazio cultural –, resultando, por fim, ao retorno do centro do poder público nacional para o Rio de Janeiro, numa das maiores frustrações nacionais e num desperdício de investimento do qual nunca mais se teria notícias parecidas.

Se nossas experiências de passado, em parte, como nos fez entender Reinhart Koselleck, servem de base para nossas possibilidades de futuro, para alargar essas últimas é fundamental ampliarmos as primeiras.

A realidade é que o frenesi e o entusiasmo de parte dos brasileiros com uma nova capital, moderna e revolucionária, chocou a sensibilidade de outros tantos que enxergaram suas posses, privilégios ou valores ameaçados com o advento da mesma. Ao trabalhar com as críticas lançadas à construção de Brasília ficamos defrontes a ricas e intrincadas referências, princípios e emoções daqueles anos. Fervilham então *as Brasília*s e, simultaneamente, fervilham rupturas e

⁶⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 24, 40-41.

⁶⁴⁸ PILLA, Raul. Festas de Arraial. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1957. Microscópio.Cf. <http://paginas.terra.com.br/relacionamento/familiapilla/Membros/RaulPillaBiografia.htm>. Acessado em: 15/fev/2007.

dissensões as imagens já clássicas e cristalizadas dos tempos de Juscelino, o “Nonô” de “dona Júlia” (sua mãe). Entusiasmos contrários, solícitos ao *status quo*, posam diante nossos olhos.

Todavia, não há lugar para absurdos, mais uma vez não estamos diante da segunda metade dos anos 50 em si, mas da maneira como a lemos, a organizamos. Não queremos tão pouco – e nem conseguiríamos – varrer a representação do *brasileiro mudancista* “*sacudido*”, “*potencializado*” e “*futurista*”, mas dar também um ar plausível ao *brasileiro antimudancista* e “*conservacionista*” na era, tida *a priori* e por excelência, como a era da transformação e de que “tudo vai bem”. Ora, quando se fala dos “anos dourados”, personagens que nele resistiram à mudança e a ousadia estão bastante suscetíveis a serem facilmente ofuscados, relegados e obscurecidos pelo brilho saudosista da imaginação social brasileira, porque antipático, parece não combinar com o espírito dos “50 anos em 5”⁶⁴⁹.

Nesse sentido, nosso já conhecido Brasília Machado Neto, que nos elogios rasgados do jornalista Maurício Loureiro Gama, que o conhecia muito bem, era de

um temperamento vibrátil, um dínamo humano, e nunca se acomodou às praxes da rotina e às minúsculas dimensões que bitolam o homem medíocre. Brasileiro até a medula, soube dar conotação nova à empresa livre voltada para o futuro, lutando pela paz social sem pensar jamais no esmagamento de reivindicações e direitos justos⁶⁵⁰.

Teve suas declarações, quando da ocasião do lançamento da “pedra fundamental” da sede da CNC, estampadas em 21 de outubro de 1958 no *Jornal do Brasil* – em edição de dia idêntico a já citada anteriormente sobre o mesmo tema no *Diário Carioca*⁶⁵¹ –. Elas contemplavam, no mesmo caráter emocionado e militante que

Esta cidade não brotará por milagre no planalto como Minerva da cabeça de Júpiter. (...). Por este empreendimento ciclópico não tem faltado no caminho do presidente tropeços e dificuldades, injustiças e negações, e eles se avolumarão certamente no decorrer dos dias.

⁶⁴⁹ Não se trata de *desconstruir* essas certezas, mas de *desnaturalizá-las*. Pois, a “análise do discurso deve considerar que não existem sentidos naturais. Se o discurso é produzido pelos sujeitos sociais com a finalidade de dar-lhes significação, qualquer construção discursiva terá caráter conotativo, ou seja, serão construídas socialmente, historicamente. As ‘verdade absolutas’ com as quais nos defrontamos cotidianamente, nada mais são do que um processo que leva à ‘naturalização’ dos sentidos, julgados então denotativos, naturais”⁶⁴⁹. BRITO, Eleonora Zicari Costa de. “Sobre o acontecimento discursivo”. In: SWAIN, Tânia Navarro (org.). *História no plural*. Brasília: Editora UnB, 1994, p. 192.

⁶⁵⁰ PRADA, Cecília. “Os Irmãos Machado”. In: http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=100&breadcrumb=1&Artigo_ID=1089&IDCategoria=1229&reftype=1. Acessado em: 12/jul/2007.

⁶⁵¹ No Terceiro Capítulo. Fonte: JK mudará a capital mesmo em 1960, disse. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 out. 1958. Deciframos mais uma vez a sigla CNC: Confederação Nacional do Comércio.

Este costuma ser o fruto certo e imediato, **oriundo da incompreensão, do comodismo ou dos interesses contrariados, a ser colhido pelos que se propõem sacudir a rotina e construir o futuro.**

E, ao terminar seu discurso, brindou, na pessoa do Presidente da República “**o coração novo do Brasil que começa a palpitar**” e a “**energia, a coragem e a capacidade de realização de nossa gente**”⁶⁵².

Nós nos empenhamos a falar, numa expressão popular, não somente desse, mas do “outro gume da faca”, que, anos após a animação vivida durante a transferência, ainda tem pouco espaço e autoridade, mostrando, malgrado a celebração reinante do presidente e da capital bossa-nova, sua força e persistência. Eugênio Gudín e o famoso e polêmico colunista da revista *Veja* Diogo Mainardi, mostram que, depois de ter sido inaugurada sua “grande obra”, ela e Juscelino ainda continuam a enfrentar opositores, com críticas, aliás, de tons bem parecidos com aquelas levantadas nos anos 50.

Em 1979,

Juscelino fez um péssimo governo. Um crime! Eu fui ao Nordeste e vi o que é pobreza, miséria, resignação daquela gente. E Juscelino pegou o dinheiro da nação e jogou fora, fazendo uma cidade⁶⁵³.

Em 2001,

É revelador de nosso atraso que JK ainda seja considerado um modelo de governante. Difícil imaginar algo que tenha causado mais danos ao Brasil que sua retórica populista de “crescer cinquenta anos em cinco”. Teria sido muito melhor crescer cinquenta anos em cinquenta. JK administrava o país com mentalidade provinciana de um prefeito de Belo Horizonte, acreditando que a riqueza pudesse ser criada artificialmente pelo Estado, através do aumento descontrolado dos gastos públicos⁶⁵⁴.

Ainda hoje, pode-se dizer, há feridas abertas, ressentimentos, orgulhos ofendidos e memórias minoritárias que buscam escuta e ressonância, trabalhando “às margens”, “às bordas” da memória da sociedade englobante, que vem ao longo das décadas reinventado aquela imagem imponente de otimismo.

Respingos e dissensões na atualidade a esse empreendimento de nossa história contemporânea, a criação de Brasília, em algumas ocasiões apaixonadas, tanto dentro quanto fora

⁶⁵² OUTRA pedra (fundamental) foi lançada em Brasília: a do “Palácio do Comércio”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 out. 1958 (grifos nossos).

⁶⁵³ Entrevista de Eugênio Gudín a Virgílio Moretzsohn Moreira e Lúcia Hippolito, *O Globo*, 26 nov. 1979, p. 22 apud COUTO, Ronaldo Costa. Op. cit., p. 217.

⁶⁵⁴ MAINARDI, Diogo. “O crime de JK”, *Revista Veja*, 21 mar. 2001 apud COUTO, Ronaldo Costa. Op. cit., p. 233.

da Academia, são ainda perfeitamente compreensíveis, pois é bastante viva a idéia de ousadia do projeto no passado e suas significações e implicações lá e aqui – no presente –. Como a repórter americana Inez Robb viu em 1959, ou seja, *lá*, embora de modo um tanto quanto entusiasmaticamente, como podemos ter-nos revelado *aqui*: “excetuando-se a bomba atômica e o ‘Sputnik’, Brasília certamente ficará na História como um dos projetos mais ousados do Século XX”⁶⁵⁵.

Ao abdicar o olhar absoluto buscamos narrar a construção da nova capital no plural, sem a pretensão de superar suas visões contraditórias, ou estabelecer hierarquizações estéreis entre elas. Pois, foi por meio desse *concerto de conflitos*, dessa *sinfonia desafinada*, que nos apegamos a mesma crença que o historiador francês Jacques Revel apresenta em relação ao recorte micro-histórico, deixando, todavia, de sobreaviso, que ela pode ser compartilhada por todos os historiadores, sem privilégio de abordagens, como uma espécie de “lei comum”; trata-se da fé em não nos deixarmos “subjugar pela tirania” do que se entende por hábito de “fato consumado” ou do que “efetivamente aconteceu” – Brasília, complexo de monumentos e vias, tijolos e parques, inaugurado, grosso modo, em abril de 1960 – mas, ao contrário, de vislumbrarmos outras diferentes e complexas tramas, ou seja, trabalharmos trajetórias passadas deslocando a objetiva e variando o foco, pois, em história, **“ter idéias é deixar de ser inocente e perceber que o que é poderia não ter sido”**, é dar vazão a imagens de imprevisibilidade que organizam o comportamento do homem em seu espaço e data.

Dessa forma, ao invés de uma “concepção de contexto marcadamente repetitiva”, que “enquadra as generalizações mais obrigatórias do campo de análise” como um “sumário”, julgamos que valeu a pena também encantar-se, como o fez Revel, pelo procedimento utilizado por Giovanni Levi, historiador italiano, em *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, que consiste em dar vazão a vários contextos particulares, ou seja, em estar sempre inventando um contexto pertinente que, no nosso caso e, parafraseando-o, tornasse inteligível a *Ilíada* Mudancista brasileira. Pululam então, por esse enriquecimento da análise social, “aspectos diferentes, inesperados, multiplicados” das experiências individuais e coletivas. Escapar da evidência das evoluções conhecidas é uma proposta intelectualmente interessante⁶⁵⁶.

⁶⁵⁵ ROBB, Inez. BRASÍLIA: céu de nuvens barrocas e capital de 500 mil burocratas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1959. Aventuras de uma repórter americana no Brasil.

⁶⁵⁶ REVEL, Jacques. “A História ao rés-do-chão”. In: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 20, 28-29, 36.

Apenas quatro dias antes da hoje imortalizada data de inauguração da cidade, 21 de abril de 1960, o artigo do *Jornal do Brasil*, confeccionado por periodistas mandados para cobrir os feitos e ritos inaugurais, afirma que

Os últimos preparativos antes da inauguração da nova capital tomaram a forma de um trabalho forçado nas últimas 24 horas. O ritmo de preparação caiu porque desde o começo deste mês um grande trabalho se fez, um trabalho de maquiagem a fim de dar a Brasília a imagem de uma obra completamente terminada. A maioria dos planos de mudança elaborados fracassaram e muitos são os casos onde pessoas que chegaram para ficar definitivamente e não encontraram em seus devidos lugares nada daquilo que lhes fora prometido e garantido. Deputados que chegaram com seus móveis e famílias não encontraram os apartamentos que lhe estavam destinados⁶⁵⁷.

Para os mudancistas, tudo era festa, pois começava a nova história do Brasil. Para os adversários da transferência, no entanto, e ao contrário do que possa parecer, eram (re)elaboradas e mesmo intensificadas preocupações, desconfortos, desconfianças, antipatias e desprezos à capital estreante que, nessa ótica, não tinha as mínimas condições de funcionamento e habitação; precaríssima, insistiam, era ainda expectativa. Os pró-Brasília rebatiam, afirmando que tais condições eram “superiores às de muitas cidades do país”⁶⁵⁸.

Aliás, ao longo dos anos 60, entre os antimudancistas predominou o *discurso da ausência*. Faltava tudo em Brasília, de água a cemitério e, o que tinha, funcionava mal. “Faltam 85 Dias Para a Mudança da Capital” anunciou o *Diário de Notícias* no fim de janeiro de 1960,

E Brasília ainda não tem gás, não tem telefones, não tem luz elétrica, só tem um hotel, não tem hospitais não tem escolas não tem nada. Mas terá, dizem os mudancistas. Por isso, Brasília hoje, é mais do que uma incógnita da República, não admite um dia sequer de adiamento e todos se curvam em sua vontade onipotente⁶⁵⁹.

“Em Brasília não se tem lugar para falar de átomos”, sustenta o título da matéria veiculada pelo *Diário de Notícias*, em 29 de janeiro de 1960, como o verdadeiro cúmulo da carência⁶⁶⁰.

Nas redações, a medida em que as obras avançavam, as oposições apenas migravam de foco, mas permaneciam. Ao invés da impossibilidade da existência física, mais presente nos primeiros anos da construção, era, como esclarecemos, a incapacidade funcional da nova cidade

⁶⁵⁷ BRASÍLIA está sendo acabada com atraso a toque de caixa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1960.

⁶⁵⁸ COMISSÃO acha que nada falta em Brasília para o servidor transferido. *Jornal do Brasil*, 28 jan. 1960.

⁶⁵⁹ FALTAM 85 Dias Para a Mudança da Capital. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1960.

⁶⁶⁰ EM Brasília não se tem lugar para falar de átomos. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1960.

como capital que ganhava cada vez mais espaço na imprensa. Mesmo depois de inaugurada, alguns periódicos teciam apostas ao fracasso certo de Brasília como sede do poder político e ícone do desbaratamento e esbanjamento dos cofres públicos. Desse modo, fadavam a cidade à morbidez administrativa devido ao imortal papel de liderança nacional do Rio de Janeiro. Muitos textos de jornalistas e importantes intelectuais da época creditam ao território carioca uma vocação inalienável de ser *até o fim dos tempos* a capital administrativa. Em *Versiprosa* Carlos Drummond de Andrade, ainda que poeticamente, desaba uma “boa sorte” provocativa:

Vou no rumo de Brasília, / não é aqui o meu lugar (...) Nunca te vi de perto; agora vejo/
e sinto e palpo todo o meu desejo/ é que sejas em tudo uma cidade/ completa, firme,
aberta à humanidade, / e tão naturalmente capital/ **como o Rio é uma coisa sem
igual**⁶⁶¹.

De toda sorte, a cidade seria, a partir de então – e segundo Márcio de Oliveira – “erguida passo a passo, perdendo sua aura de nova nação, de novo homem, de nova sociedade”⁶⁶². No entanto, estas são cenas para próximos *Capítulos* a serem (*re*)escritos sobre a história da construção da cidade...

A poeira de percepções sobre a criação da nova capital presente no vendaval dos imaginários mudancista e antimudancista, partiu de sopros discursivos rechaçados de surpresas, sobressaltos, polêmicas.

É bom, é muito bom estar em contato com esse tempo, pois nele a história não se aparta demasiadamente, aliás, por vezes parecemos, *apenas parecemos*, estar lá, com eles, em meio a todo esse alvoroço, sentido com Aaulfo Alves a nostálgica despedida de seu sambinha, com a parceria de Grande Otelo: “Juscelino me chamou – Eu vou morrer de saudade, mas vou...” . “Adeus, Rio! Adeus, Praça Onze! Adeus Flamengo...!”⁶⁶³.

Mas, sabemos, trata-se apenas de uma “falsa familiaridade”. O trabalho de arquivo tornou inevitáveis as surpresas, logo, o choque cultural entre o mundo lido e o mundo de quem o lê. Não tem jeito, o trabalho do historiador é mesmo um trabalho de alteridade, que deve

⁶⁶¹ ANDRADE, Carlos Drummond de apud COUTO, Ronaldo Costa. Op. cit., p. 230 (grifos nossos).

⁶⁶² OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005, p. 242.

⁶⁶³ Título da letra: “Vou fazer samba em Brasília”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1957.

ultrapassar a obsessão em traçar genealogias e a perseguição de um espírito humano atemporal e imutável, e, conseqüentemente, a banalização da história.

O ciclo de construção de cidades-capitais se manteve até muito recentemente, como se pode notar pela construção de Palmas, capital do novo Estado do Tocantins, inaugurada em 1990. Ela pode ser considerada ainda – como Goiânia, Belo Horizonte e, claro, Brasília – parte do arquétipo da interiorização do Brasil, da civilização e da modernização de seus sertões, decorrentes da conquista do Oeste. Parece-nos que, em consonância, Zigmunt Bauman, torna digno de crédito que

a modernidade é o que é – uma obsessiva marcha adiante – não porque sempre queira mais, mas porque nunca consegue o bastante; não porque se torne mais ambiciosa e aventureira, mas porque suas aventuras são mais amargas e suas ambições frustradas. A marcha deve seguir adiante porque qualquer ponto de chegada não passa de uma estação temporária⁶⁶⁴.

Novos sujeitos e novos atos surgem o tempo todo. Que outras cortinas sejam descerradas...

⁶⁶⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 18.

Corpus Documental

Matérias assinadas:

ALCOFORADO, Pedro G. Por que Brasília? *Diário do Povo*, Niterói/Estado do Rio, 6 fev. 1957.

ÁLVARO, José. Brasília vai ser capital, mas bom mesmo é o Rio. *Tribuna da Imprensa*, 14 mar. 1960. Giro em Sociedade.

AMARAL, Alfredo Augusto. Brasília. *Guia Aeronáutico*, jul. e ago. 1957.

AMARAL, Rubens do. Piratininga e Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1956.

ANDRADE, Carlos Drummond de. À ESPERA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1957. Imagens Cariocas.

AVELINO, Pedro. Brasília num 'flash' emocional. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1957.

BARATA, Mário. Associação Brasileira de Críticos de Arte em 1960. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1960. Artes e Museus.

BARROS, Adirson. O Pau de Arara e a Cidade do Futuro. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 set. 1957.

CAVALCANTI, Tenório. Onde falta autoridade moral. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 29 set. 1957.

CLEMENTE, José. A propósito de Brasília. *O Estado de Minas*, Belo Horizonte, 24 jul. 1957. Vida Social.

CORÇÃO, Gustavo. Terra de Disparates. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1958.

DEL PICCHIA, Menotti. Goiás ou Brasília. *Diário da Bahia*, Cidade do Salvador/Bahia, 25 jan. 1957.

FILHO, Campomizzi. Nova capital. *Folha do Povo*, Ubá-Minas Gerais, 12 jul. 1957.

FILHO, João Duarte. Novacap Particular. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 24 nov. 1958. Tribuna Parlamentar.

GUDIN, Eugênio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 03 jun. 1957.

GUIMARÃES, Mário. A loucura de Brasília. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 3 set. 1957.

GUIMARÃES, Mário. A loucura de Brasília. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 3 set. 1957.

J. J. & J. A Despedida vem aí. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1957. Flagrante.

JOBIM, Danton. A LIÇÃO de Brasília. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 09 jan. 1959.

JUNIOR, R. Magalhães. A mudança da capital. *A Tribuna*, Santos/Estado de São Paulo, 19 jan. 1957.

LACERDA, Carlos. Otimismo: o Nosso e o da Gamorra. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1958.

MATTOS, Meira. A interiorização da Capital da República. *Correio Paulistano*, São Paulo, 07 dez. 1956.

MATTOS, Veriano de. Última visita de J.K. a Brasília: 21 de abril de 1960. *SINGRA*, 25 abr. 1958.

MEDEIROS, João Freire. Mudança da Capital. *Jornal do Dia*, Maranhão, 20 out. 1956. Economia e Finanças.

MEIRA, Augusto. A oração presidencial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1957.

MENDEZ, Tito. Brasília, não! *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1957. Flagrante.

MERCADANTE, Amaury. Brasília, a Cidade Menina. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 08 ago. 1957.

MONTELLO, Josué. Ternura pela cidad. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 dez. 1958. Areia do Tempo.

MORAES, Juvenal Rodrigues de. Brasília é um novo ciclo na história de nosso país. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 12 dez. 1958. Na Assembléia.

NERY, Adalgisa. As pedras no caminho. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1957. Retrato sem Retorno.

NETO, Brasília Machado. Brasília. *Diário Carioca*, 31 de jul. 1957.

PEDROSA, Mário. Adequação de forma e função. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 mai. 1958. Artes Visuais.

PEDROSA, Mário. Integração das artes e Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1958. Artes Visuais.

PILLA, Raul. Festas de Arraial. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1957. Microscópio.

PINTO, Luiz. Rio de Janeiro: Cidade Livre e Eterna. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1960.

QUEIROZ, Rachel de. Raminho de Alecrim. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 9 fev. 1957.

RÊGO, José Lins do. A Capital. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 04 jan. 1957. Conversa de Lotação.

RIO, José do. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 09 jan. 1959. Vozes da Cidade.

RIVIER, Fernand. Segunda viagem de um estrangeiro a Brasília. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1958.

ROBB, Ignez. BRASÍLIA: quando a cidade estiver pronta não se parecerá com nenhuma outra no mundo. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1959. Aventuras de uma repórter americana no Brasil.

ROBB, Inez. BRASÍLIA: céu de nuvens barrocas e capital de 500 mil burocratas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1959. Aventuras de uma repórter americana no Brasil.

SCANTIMBURGO, João de. É preciso ir p'ra Maracangalha. *Correio Paulistano*, São Paulo, 27 jan. 1957.

SILVA, José Maria da. O Brasil Marcha para frente. *O Popular*, Goiânia, 1957.

SILVEIRA, Joel. Pressa. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1958.

SIQUEIRA, Cyro. A nova capital. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 1956.

SOARES, Gerson de Macedo. Provinciano! *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1957.

TORRES, J. C. de Oliveira. Sobre a mudança da capital. *O Diário*, Belo Horizonte, 22 jul. 1957.

VAHLIS, Santos. Brasília e a grande tentação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07 dez. 1958.

VALADARES, Pedro. Enquanto Brasília não vem... *Folha de Luziânia*, Luziânia, ago. 1957.

Matérias não-assinadas (com título):

À ESPERA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1957. Imagens Cariocas.

A LOUCURA de Brasília. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 03 set. 1957.

A MUDANÇA da capital. *Jornal do Comércio*, Recife/Pernambuco, 31 jan. 1957.

A NOVA aventura. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 05 out. 1956. Notas e Informações.

A RAZÃO de Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1958.

A VERTIGEM do Poder. *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 19 out. 1957.

ACCELERADO o ritmo de todas as construções de Brasília. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 dez. 1958.

ADVOGADOS: justiça em Brasília será injusta. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1960.

AGÊNCIA Nacional informa: Deputado Aliomar Baleeiro converteu-se a Brasília. *Jornal do Brasil*, 19 dez. 58.

“AINDA está por nascer quem nos faça calar”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 20 set. 1957.

APELO a união em torno do Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1958.

APELO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 jan. 1960.

APENAS Ferro e Cimento são transportados, em Caminhões, de fora para Brasília. *A Noite*, Rio de Janeiro, 29 jul. 1957.

ASSEMBLÉIA mineira a favor de Brasília. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1958.

BALEEIRO a favor de Brasília. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1952.

“BATALHA de Brasília” atinge a fase aguda. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 30 out. 1958.

BRASÍLIA agiganta-se no planalto como a futura capital do Brasil. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1958.

BRASÍLIA Choca-se Com o Plano de Estabilização. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 out. 1958.

“BRASÍLIA é exemplo do novo bandeirismo racional”. *Diário de Minas*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1958.

BRASÍLIA e o Deserto. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1957.

BRASÍLIA é paraíso para moça solteira. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 22 out. 1960.

BRASÍLIA é uma piada. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 05 ago. 1957.

BRASÍLIA está sendo acabada com atraso a toque de caixa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1960.

BRASÍLIA financia publicidade oficial: Fala à TRIBUNA o senador Alencastro Guimarães. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1958.

BRASÍLIA já é uma realidade para o Tio San. *Polêmica*, Rio de Janeiro, 4 a 20 set. de 1957.

BRASÍLIA já figura em novos compêndios de história pátria. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1960.

BRASÍLIA provoca doença imaginária. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1960.

BRASÍLIA tem hino oficial: será lançada hoje a composição “Alvorada em Brasília”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1959.

BRASÍLIA, castigo do Rio. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 26 set. 1957.

BRASÍLIA, concretização da idéia que nasceu um ano depois da Independência. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1958.

BRASÍLIA, em dois anos. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1957. A nossa opinião.

BRASÍLIA, esperança das zonas mais esquecidas do país, capital dinâmica onde as pontes surgem em 23 dias e estradas em 45. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 8 jul. 1958.

BRASÍLIA. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1958.

BRASÍLIA. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1958.

BRASÍLIA. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 9 jul. 1958.

BRASÍLIA: povo será convocado em sua defesa. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 out. 1958.

BRASÍLIA: sol deixa Lobo suado. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1960.

COMISSÃO acha que nada falta em Brasília para o servidor transferido. *Jornal do Brasil*, 28 jan. 1960.

CONVITE à paciência. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 03 jan. 1959.

CONVITE à paciência. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 03 jan. 1959.

CRÍTICO americano adverte: calor nos edifícios fará a vida difícil em Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jan. 1960.

DATA Fatídica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1957.

DEFESA de Brasília. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 06 jan. 1959.

DIRETOR da NOVACAP diz que Brasília é obra do povo. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 07 jan. 1959.

EM Brasília não se tem lugar para falar de átomos. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1960.

EM emissora oficial ninguém toca “Não vou para Brasília”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 out. 1957.

EM TORNO do despacho de Brasília. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 out. 1956.

ENQUANTO Isto, Brasília Cresce. *Correio Radical*, Rio de Janeiro, 03 set. 1957.

ENTRE Atenas e Brasília. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 dez. 1957.

ERRO inicial. *O Povo*, Fortaleza/Ceará, 19 fev. 1957.

EUGÊNIO Gudín reafirma: Brasília – Fantasia Perniciosa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 mai. 1957.

FALTAM 85 Dias Para a Mudança da Capital. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1960.

FLECHADO: Índios de Brasília já expulsaram um. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1960.

FOI a Brasília de bicicleta e agora quer um emprego no Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1958.

FUTURO e Presente. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 08 jan. 1959.

FUTURO Romântico. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 out. 1956.

GOVERNO só para o futuro que esquece o presente. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1959.

HAVIA um lobo no caminho para Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 dez. 1958.

IMIGRANTE em Brasília. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1957.

INAUGURADO em Brasília o palácio de Kubitschek. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 1 jul. 1958.

INAUGURADO o Palácio da Alvorada, em Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 jul. 1958.

INCÚRIA Governamental. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 dez. 1958.

INFELICIDADE, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1960.

JK em Belo Horizonte: Como a vossa lição se há de fazer em Brasília. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1957.

JK mudará a capital mesmo em 1960, disse. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 out. 1958.

JK no Palácio das Ilusões Perdidas: Faixa Negra – Belo “Abacaxi” Vai Passar o Presidente. *A Hora*, São Paulo, 26 fev. 1957.

MOÇAS serão trocadoras nos ônibus de Brasília. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1960.

MOTIVOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 out. 1956.

MUDANÇA da Capital. *O Corumbalense Goiano*, Corumbá de Goiás, 15 mar. 1958.

MUDANÇA para Brasília – a mentira carioca de 1956. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1956

NIEMEYER responde às críticas: sobre arquitetura de Brasília. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1960.

NINGUÉM quer passar o Natal em Brasília. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1960.

NO mundo político. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 out. 1958.

O PREÇO da capital. *Folha da Manhã*, Pernambuco, 31 de outubro de 1956.

O SUB-DESENVOLVIMENTO é a presença do inimigo em nossa casa”. *O Diário*, Minas Gerais, 8 jul. 1958.

OSCAR Niemeyer em primeira autocrítica fala de erros e de “novas providências”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jul. 1958.

PARA acreditar em Brasília e elogia-la basta visitá-la. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 dez. 1958. Câmara Federal.

PARLAMENTARES vão viver no meio da poeira; Brasília. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 9 fev. 1960.

PASSO mais viril que a Nação dá: Brasília. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 02 out. 1957.

PIRÂMIDE brasiliense. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1957.

PRECIPITAÇÃO. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1957.

PRESENTE de grego. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1957.

PROSSEGUE em ritmo acelerado a edificação da nova capital. *Folha da Manhã*, São Paulo, 18 dez. 1957.

PSICOSE mudancista. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 01 set. 1957.

REAÇÃO contra os antimudancistas. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, 1956.

REVOLUÇÃO econômica com a fundação de Brasília. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 04 dez. 1957.

SOBRAL Pinto a JK: “Brasília inaugurará nova época no progresso moral e material da nação brasileira”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1960.

SOBRE a mudança da capital. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 1 nov. 1956.

TAMBÉM os mortos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 out. 1957.

TAREFA para esta geração. *Diário da Noite*, Pernambuco, 28 out. 1956.

TERIA sido atacado por índios em Brasília. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1960.

VISÃO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1957.

“VOU fazer samba em Brasília”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1957.

Matérias não-assinadas (sem título):

Jornal do Comércio, Recife, 06 mai. 1957.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 28 ago. 1957.

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 04 out. 1957.

A Hora, Porto Alegre, 02 dez. 1957.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 18 dez. 1957. Notas Políticas.

A Noite, Rio de Janeiro, 20 dez. 1957. Boletim de Brasília

Diário Carioca, Rio de Janeiro, 30 out. 1958. O que se diz...

Diário de Minas, Minas Gerais, 28 jan. 1959.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 jan. 1960

Folha de São Paulo, São Paulo, 21 abr. 1960.

Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 26 abr. 1960.

Última Hora, Rio de Janeiro, 26 abr. 1960.

Revistas:

Brasília 40 Anos: uma história que continua sendo escrita. Correio Braziliense/TV Brasília. Edição Única Comemorativa. Brasília: impressão e fotolito Foco Divisão Gráfica, 21 abr. 2000.

Manchete. Brasília: Edição Histórica. Brasília: Bloch Editores S. A, 21 abr. 1960.

Manchete. JK acorda o Gigante e Brasil de JK. Edição Separata. Rio de Janeiro: Bloch Editores S. A., 1959.

Querida. Brasília é um assunto que interessa a mulher. Rio de Janeiro: Rio Gráfica e Editora, nº 378, setembro de 1970.

Revista Brasília. Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil: abr. 1960 – Edição Especial, Ano IV, nº. 40.

Revista Nossa História. O Grito: verdades e mitos sobre a Independência. Rio de Janeiro, nº 11, setembro 2004, Ano 1.

Revista Nossa História. Os anos JK. Rio de Janeiro, nº 23, setembro de 2005, Ano 2.

Revista Nossa História. Oscar Niemeyer: aos 96 anos ele projeta o futuro. Rio de Janeiro, nº 12, outubro 2004, Ano 1.

Publicações:

BRASIL. Presidência da República. *Diário de Brasília*. Rio de Janeiro, 1958, volume 2.

BRASIL. Presidência da República. *Diário de Brasília*. Rio de Janeiro, 1960, volume 4.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *A escala política: meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976, v. 2.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974, v. 1.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978, v. 3.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.

Internet:

BARBOSA, Sergio Servulo Ribeiro. “Esporte e Emoção: contribuições da teoria de Norbert Elias para compreensão desses fenômenos”. In: http://www.fef.unicamp.br/sipc/anais7/Trabalhos%5CxEsporte%20e%20Emo%C3%A7%C3%A3o-contribui%C3%A7%C3%B5es%20da%20teoria%20de%20Norbert%20Eli_.pdf. Acessado em: 04/mai/2008.

LAMBACH, Fernanda. “Bastidores do poder: os fantasmas escrevem”. In: http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20030629/sup_rvd_290603_27.htm. Acessado em: 20/fev/2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A construção de Brasília”. In: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/A_construcao_de_Brasilia.asp. Acessado em: 29/abr/2005.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>. Acessado em: 20/abr/2006

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade social”. In: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>. Acessado em: 20/abr/2006.

PRADA, Cecília. “Os Irmãos Machado”. In: http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=100&breadcrumb=1&Artigo_ID=1089&IDCategoria=1229&reftype=1. Acessado em: 12/jul/2007.

.....

“Augusto Meira”. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Meira. Acessado em: 27/jul/2007.

“Biografia”. In: <http://www.fundacaoschmidt.com.br/>. Acessado em: 27/abr/2008

“Cristiane Costa”. In: <http://www.bmsr.com.br/autores/detalhe.asp?cod=Cristiane%20COSTA>. Acessado em: 14/ago/2008.

“História do PCB/PPS”. In: http://www.pps.org.br/2005/index.asp?opcao=partido&inc_partido=historia&portal=. Acessado em: 20/ago/2008.

“Parlamentar vê comunismo hoje `só como utopia”. In: <http://www.senado.gov.br/sf/noticia/senamidia/historico/1999/8/zn082921.htm>. Acessado em: 29/abr/2007.

“Pontos Turísticos: Palácio do Buriti”. In: http://www2.camara.gov.br/conheca/visiteacamara/pontosturisticos/pontos/palacio_buriti.html. Acessado em: 18/jul/2008.

“Prestes Maia”. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Prestes_Maia. Acessado em: 15/nov/2007.

“Tudo sobre Victor Meirelles de Lima”. In: <http://brasiliavirtual.info/tudo-sobre/victor-meirelles-de-lima>. Acessado em: 30/ago/2008.

“Velho do Restelo”. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Velho_do_Restelo. Acessado em: 09/jul/2008.

“Victor Meirelles”. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Victor_Meirelles_de_Lima. Acessado em: 30/ago/2008.

<http://paginas.terra.com.br/relacionamento/familiapilla/Membros/RaulPillaBiografia.htm>. Acessado em: 15/fev/2007.

<http://paginas.terra.com.br/relacionamento/familiapilla/Membros/RaulPillaBiografia.htm>. Acessado em: 15/fev/2007.

<http://paginas.terra.com.br/relacionamento/familiapilla/Membros/RaulPillaBiografia.htm>. Acessado em: 15/fev/2007

http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/josue_montello.htm. Acessado em: 29/ago/2008.

Fotos:

Páginas iniciais: <http://www.geocities.com/TheTropics/3416/tabfotos.htm>

Capítulo 3: <http://www.wikipedia.org>

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de (org.). *A Imprensa em Transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi. V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BARROS, José D'Assunção. "História Cultural: um panorama teórico e historiográfico". In: *Textos de História: Revista da Pós-Graduação em História da UnB*, volume 11, número 1/2, 2003. Dossiê: A Justiça no Antigo Regime.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BEÚ, Edson. *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos*. Brasília: LGE, 2006.
- BITTENCOURT, José Neves. "Espelho da 'nossa história': imaginário, pintura histórica e reprodução no século XIX brasileiro". In: *Revista Tempo Brasileiro (Memória e História)*, v. 1, nº 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1962.
- BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão: A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. *Gramática das Civilizações*. São Paulo: Martins fontes, 2004.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. “Sobre o acontecimento discursivo”. In: SWAIN, Tânia Navarro (org.). *História no plural*. Brasília: Editora UnB, 1994.

BUCHMANN, Armando. *Arquiteto Lúcio Costa o inventor da cidade de Brasília: centenário de nascimento*. Brasília: Thesaurus, 2002.

BUCHMANN, Armando. *Construção de Brasília: “uma mensagem a Garcia” - Documentário -*. Brasília: Thesaurus, 2004.

BURKE, Peter. *Variiedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARR, Edward Hallet. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

CASTRO, Ruy. *O Anjo Pornográfico: A vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CATROGA, Fernando. “Memória e História”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre – RS: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

CERTEAU, Michel De. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESCO/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, Literatura e História: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

CHARTIER, Roger. *Do Palco à Página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

- CHARTIER, Roger. *Formas e sentido*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2003.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*: Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. *Inscrever & Apagar: cultura escrita e Literatura*. São Paulo: UNESP, 2007.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CHIPP, Herschel B. *Teorias da arte moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- COHEN, Marleine. *Juscelino Kubitschek: o presidente bossa nova*. São Paulo: Globo, 2005.
- COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- CONY, Carlos Heitor. *JK: como nasce uma estrela*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DARNTON, Robert. “Uma entrevista com Robert Darnton”. In: *Rev. Estudos Históricos*, vol. 2, n°4, Rio de Janeiro, 1989.
- DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DARNTON, Robert. *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DARNTON, Robert. *O Grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001.
- DURAND, Gilbert. *O Imaginário: ensaios acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.
- EKSTEINS, Modris. *A Sagração da Primavera: a grande guerra e o nascimento do ocidente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, vol. 1.

FARIAS, Darcy Dornelas de. *Terra no Distrito Federal – experiências com desapropriações em Goiás (1955-1958)*. Dissertação de Mestrado em História. Brasília, UnB, 2006.

FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Tomo III, 1º vol, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, s./d.

GAY, Peter. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média (1815-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GINZBURG, Carlo. “O extermínio dos judeus e o princípio da realidade”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Paulo: Claraluz, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto.

JÚNIOR, Caio Prado. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

KUYUMIJAN, Márcia de Melo Martins. “Elaboração idílica do garimpeiro construindo sujeitos sociais”. In: COSTA, Cléria Botelho da; ALÉSSIO, Nancy (orgs.). *Contar história, fazer História: História, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LASSANCE, Adalberto; LOPES, Cleusa Neves da Silva (et al.). *Brasília: capital do Brasil*. Brasília: Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal/Pórfiro, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória: II Volume Memória*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2000.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1999.

LISPECTOR, Clarice. *Para não esquecer*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LUTFI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa Cabral. “As representações e o Possível”. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à Dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MACHADO, Maria Salete Kern. “O estrangeiro na cidade”. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Salete Kern (orgs.). *Imaginário e História*. Brasília: Paralelo 15, 1999.

MANNHEIM, Karl. “O pensamento conservador”. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MARTINS, Ana Luiza. *O Despertar da República*. São Paulo: Contexto, 2001.

- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MELLO, Maria T. Ferraz Negrão de. “‘Casariguindum’: cotidiano, cidadania e imaginário na obra de Adoniram Barbosa”. In: MENEZES, Albene Miriam F (org.). *História em Movimento* (Temas e Perguntas). Brasília: Thesaurus, 1997.
- MIRANDA, Wander Melo (org.). *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002.
- MOTA, Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: SENAC, 2000.
- MOTTA, Marly Silva da. “Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estados”. In: BOM MEIHY, José Carlos Sebe (org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.
- NEIVA, Ivany Câmara. *Imaginando a Capital: cartas a JK (1956-1961)*. Tese de Doutorado em História. Brasília, UnB, 2008.
- NERY, Sebastião. *Grandes Pecados da Imprensa*. São Paulo: Geração Editorial, 2000.
- NEVES, Margarida de Souza. *A escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas*. Rio de Janeiro: PUC, 1988 (mimeo).
- NORA, Pierre. “Entre Mémoire et Histoire”. In: *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.
- NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1995.
- NOVAIS, Fernando A. (coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia.das Letras, 1998, vol. 4.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. *Brasília: a fantasia corporificada*. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *A Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário”. In: Revista Brasileira de História. *Representações*. Vol. 15, nº 29. São Paulo: Ed. Contexto/ANPUH, 1995.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.
- PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Ed. UnB, 2002.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- REIS, Marcelo Rodrigues dos. *Discurso e Temporalidades: A Construção da Memória e da identidade no Vale do Amanhecer (1957-2004)*. Dissertação de Mestrado em História. Brasília, UnB, 2004.
- Retrato do Brasil*. São Paulo: Política Editora, vol. 3.
- REVEL, Jacques. “A História ao rés-do-chão”. In: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- RIBEIRO, Gustavo S. Lins. *O capital da esperança*. Brasília: estudo sobre uma grande obra da construção civil. Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB, 1980.
- RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1978.
- RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- RODRIGUES, Georgete Medleg. *Ideologia, Propaganda e Imaginário Social na Construção de Brasília*. Dissertação de Mestrado em História. Brasília, UnB, 1990.
- ROHMANN, Chris. *O livro das idéias: pensadores, teorias e conceitos que formam nossa visão de mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- ROSSI, Clóvis. *O que é Jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ROUNET, Sérgio Paulo; PEIXOTO, Nelson Brissac. “É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?” In: *Revista USP: Dossiê Walter Benjamin*, nº15. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia da letras, 1998.

- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Ernesto. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1999.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- SOUSA, Nair H. Bicalho. *Os construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- STEINER, George. *No Castelo do Barba Azul: algumas notas para a redefinição da cultura*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TAVARES, Flávio. *O dia em que Getúlio matou Allende: E outras novelas do poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- TEIXEIRA, Hermes Aquino. *Brasília: o outro lado da utopia*. Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB, 1982.
- TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. "Sócio-Antropologia do Cotidiano: a abordagem de Michel Maffesoli." In: *Antropologia, Cotidiano e Educação*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VASCONCELOS, Adirson. *A mudança da capital*. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1978.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- VIANA, Francisco. *A saga de um herói brasileiro*. São Paulo: IBEP Nacional, 2006.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001.